DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

PARÁ • BRASIL

Moderniza Pará

Um plano, muitas conexões.



8 projetos e 4 eixos de execução

Objetivos e conexões propostas

01 Educação para a Vida
Forma o jovem para o trabalho e para a vida.
Conecta: 02 · 04 · 06

02 Pequenos Negócios
Gera renda e fortalece a economia local.
Conecta: 01 · 05 · 06 · 07

03 Regularização Mineral
Traz legalidade e rastreabilidade.
Conecta: 04 · 07 · eixo D

04 Transformação Mineral
Agrega valor e cria empregos técnicos.
Conecta: 01 · 06 · eixo C

05 Turismo Integrado
Diversifica a economia e gera renda.
Conecta: 02 · 06 · 07

06 Produção Territorial
Conecta a produção local ao mercado.
Conecta: 01 · 02 · 05

07 Habitação e Cidades
Melhora a vida nos bairros e cidades.
Conecta: 02 · 05 · 08

08 Saúde Digital
Leva atendimento e cuidado a todos.
Conecta: 01 · 07 · eixo D

A · GOVERNANÇA
B · FISCAL
C · INFRAESTRUTURA
D · SEGURANÇA

PA
DESENVOLVIMENTO DO PARÁ

POTENCIAIS DO PARÁ

Ilustração conceitual dos territórios paraenses

- **Florestas e rios** — Biodiversidade e bioeconomia
- **Agro e pesca** — Agricultura familiar e agroindústria
- **Mineração e indústria** — Rastreabilidade e valor agregado
- **Logística e energia** — Portos, hidrovias e energia limpa
- **Cultura e turismo** — Patrimônio, gastronomia e natureza
- **Comércio e serviços** — Feiras, cooperativas e negócios
- **Educação e inovação** — Formação, ciência e tecnologia
- **Cidades e cuidado** — Moradia, saneamento e saúde

- **A Governança** — Participação e coordenação
- **B Fiscal** — Financiamento e custos
- **C Infraestrutura** — Acesso, energia e conectividade
- **D Segurança** — Prevenção e proteção

TRILHAS DE INTEGRAÇÃO

Formação e trabalho	Educação → Produção → Transformação → Pequenos Negócios
Renda no território	Pequenos Negócios → Turismo → Produção → Habitação
Legado mineral	Regularização → Transformação → Habitação → Educação

Plano completo

JÚNIOR JOSÉ BOERI Empresário e cidadão

APRESENTAÇÃO

Uma visão de empresário e cidadão

Apresento o Moderniza Pará como minha visão de desenvolvimento, construída a partir da experiência como empresário, administrador e cidadão. A proposta é conectar recursos, conhecimento e capacidade de trabalho a oportunidades, qualidade de vida e prosperidade para a população. O Moderniza Pará é apresentado como uma proposta de Estado, com visão de longo prazo, cooperação e continuidade institucional.

O Pará é o ponto de partida. Sua diversidade territorial orienta as escolhas concretas deste documento. Vejo também a possibilidade de compartilhar o método com outros estados brasileiros, com projetos próprios, coerentes com suas potencialidades, necessidades e capacidade de execução.

Minha contribuição é reunir propostas e aproximar sociedade, setor produtivo, instituições de conhecimento e poder público. O material é uma base de debate e preparação de projetos, aberta ao aperfeiçoamento técnico e à experiência de quem vive e trabalha nos territórios.

A dimensão nacional nasce da adaptação. Cada estado define sua carteira, seus parceiros, suas metas e suas prioridades a partir de um diagnóstico próprio.

> As medidas são propostas para avaliação. Metas, valores, etapas propostas e minutas constituem referências de planejamento, sujeitas a estudos, competências legais, fontes e decisões de implantação.

GUIA DE LEITURA

Projeto, parceiros e execução

Percurso	Onde consultar
Visão e parceiros	O mapa das conexões está na capa. Consulte o sumário na página 3, os indutores potenciais na 4 e os papéis e a pactuação na 5.
Dentro de cada capítulo	Diagnóstico e desenho, indutores e parceiros, financiamento, arranjo inicial e adaptação a outros estados. Os links dos capítulos levam às referências de parceiros e instrumentos.
Fontes de recursos	Catálogo na página 183. Os códigos M01 a M36 indicam finalidade, tomador, território e acesso.
Infraestrutura e eixos	Os eixos começam na página 164. Logística, rodovias e energia estão na página 198, no eixo C.
Aplicação e conclusão	Os critérios de aplicação começam na página 208. A conclusão está na página 211.

Decisão executiva

Para decidir, escolha o projeto, identifique o indutor e o arranjo local, verifique demanda e custos e consulte as fontes. Para preparar a execução, leia o capítulo completo e as condições dos quatro eixos.

Arranjo local

Os indutores são possibilidades por competência. O arranjo exige diagnóstico, participação local e responsabilidades claras. Empresas, cooperativas, instituições de conhecimento, financiadores e poder público atuam conforme suas funções e instrumentos.

VISÃO INTEGRADA E SUMÁRIO

Do Pará ao Brasil

O plano foi concebido para a diversidade do Pará. Outros estados podem escolher os projetos e parceiros que façam sentido para sua vocação, demanda, população, recursos e capacidade de execução.

Método de aplicação

01 Diagnosticar
Mapear vocações, demanda, recursos e limites.

02 Estruturar
Definir prioridades, estudar a viabilidade e pactuar papéis.

03 Testar e medir
Conduzir pilotos com linha de base, custos e indicadores.

04 Ampliar
Expandir o que der resultado e compartilhar o aprendizado.

Oito planos e projetos

Linha temática		Projeto	Foco	Pág.
Pessoas e oportunidades	01	Projeto Educação para a Vida	Aprendizagem, formação e oportunidades	6
	02	Plano de Pequenos Negócios	Gestão, crédito e mercado	21
Legalidade e valor mineral	03	Plano de Regularização Mineral	Regularidade, rastreabilidade e recuperação	33
	04	Plano de Transformação Mineral	Conhecimento, transformação e valor local	49
Diversificação territorial	05	Plano Integrado de Turismo	Identidade, experiência e renda local	74
	06	Plano de Produção Territorial	Aptidão, produção e mercado	108
Qualidade de vida e serviços	07	Plano de Habitação e Cidades Integradas	Moradia, infraestrutura e serviços	129
	08	Projeto Saúde Digital Integrada	Informação, integração e cuidado	148

Quatro eixos de execução

	Eixo	Contribuição à execução	Pág.
A	Conselhos de Desenvolvimento	Prioridades, participação, atribuições e acompanhamento.	165
B	Responsabilidade Fiscal e Financiamento	Custos, fontes, limites, contratos e qualidade do gasto.	174
C	Infraestrutura para o Desenvolvimento	Projetos, logística, conectividade, operação e manutenção.	190
D	Segurança e Prevenção Integrada	Prevenção, inteligência, proteção e avaliação territorial.	200

A contribuição das ações sociais, econômicas e urbanas para a segurança deve ser avaliada com dados de cada território. O eixo D inclui a atuação das instituições de segurança.

Abertura, financiamento e referências

Mapa das conexões na capa	1	Catálogo de financiamento e comercialização	183
Apresentação e guia de leitura	2	Infraestruturas que conectam os projetos	198
Indutores potenciais por projeto	4	Adaptação, aplicação e maturidade	208
Método de articulação	5	Matriz nacional e critérios para ampliar	209
Abertura dos quatro eixos	164	Ciclo de aprendizado e estruturação de projetos	210
Quem pode mobilizar recursos	182	Conclusão	211

PARCERIAS E ADAPTAÇÃO

Indutores potenciais por projeto

O quadro reúne organizações que podem ajudar a articular demanda, operação, conhecimento ou financiamento. Os capítulos detalham as contribuições possíveis.

Adesão voluntária

Os nomes são sugestões. Cada organização decide se tem interesse em participar. Responsabilidades e compromissos dependem da concordância dos participantes.

Projeto	Pontos de partida para articulação	Contribuição possível
01 **Educação**	SENAI / SESI, Senac, Senar, IFPA, UFPA e CFRs	Formação e oferta conectadas às famílias e ao território.
02 **Pequenos negócios**	Sebrae, OCB, Sicredi, Sicoob, Grupo Mateus e Mercado Livre	Gestão e crédito ligados a compradores e canais de venda.
03 **Regularização mineral**	Sebrae, OCB, SRK, SGS, Bureau Veritas e Arcadis	Organização e estudos para empreendimentos elegíveis. A decisão cabe ao poder público.
04 **Transformação mineral**	Vale, Hydro, Alcoa, MRN, Metso e WEG	Demanda industrial, fornecedores, tecnologia e serviços.
05 **Turismo**	Urbia, Cataratas, Parquetur, Iter, Aviva, Dreams e canais turísticos	Operação por tipo de atrativo, hospitalidade e comercialização.
06 **Produção territorial**	Cooperativas locais, Embrapa, Senar e compradores por cadeia	Produção organizada, assistência, processamento e mercado.
07 **Habitação e cidades**	MRV, ATAN, CAIXA, construtoras e operadores de serviços	Demanda, terreno, obra, infraestrutura e financiamento compatíveis.
08 **Saúde digital**	MV, Bionexo / Tasy, Conexa, Einstein, Siemens e Philips	Integração, cuidado, diagnóstico e continuidade da rede.

Aplicação em outros estados

Carteira local

Educação, pequenos negócios, turismo, produção, habitação e saúde admitem adaptação. Os projetos minerais dependem da relevância e da viabilidade da atividade.

Arranjos e incentivos

Combine ações municipais e estaduais, cooperação entre estados e parceiros interessados. Estude incentivos conforme vocações, prioridades e capacidade fiscal.

Validação

Teste o modelo antes de ampliar. Custos, empregos e benefícios esperados exigem estimativas próprias e verificação com dados de cada território.

Método de articulação e papéis dos participantes Página 5

MÉTODO DE ARTICULAÇÃO

Como ler e formar cada arranjo

Indutor potencial é uma função proposta para quem pode mobilizar demanda, ativos, conhecimento, organização ou capital. Sua indicação se baseia em competência publicada e no encaixe do projeto. Não representa adesão, seleção, compromisso de compra ou investimento aprovado. A adesão depende do interesse e da decisão voluntária de cada organização.

A estratégia de atração propõe oferecer benefícios fiscais e financeiros para despertar o interesse de empresas e entidades em participar dos projetos. Esses incentivos precisam ser estudados e estruturados com critérios transparentes, adequação legal, sustentabilidade fiscal e contrapartidas de desenvolvimento definidas em cada arranjo.

Papel	Contribuição esperada
Indução de mercado	Comprador, canal ou operador ajuda a demonstrar demanda e a organizar padrões, qualidade, escala e comercialização.
Organização local	Produtores, cooperativas e pequenos negócios participam das decisões e da divisão dos resultados e responsabilidades.
Operação e tecnologia	Operador conduz o serviço ou empreendimento; construtora executa a obra; fornecedor entrega tecnologia e suporte.
Conhecimento e formação	Formadores, pesquisa e assistência acompanham pessoas, processos, qualidade e avaliação de resultados.
Financiamento e capital	Banco, fundo, investidor ou mecanismo público analisa tomador, projeto, finalidade, risco e condições.
Responsabilidade pública	Legislação, regulação, fiscalização, direitos, serviços e infraestrutura seguem competências, orçamento e instrumentos próprios.

Da competência ao contrato: demanda e diagnóstico; arranjo de participantes; estudo e custo total; fonte e responsabilidades; seleção ou negociação aplicável; execução e avaliação. A organização local deve participar antes de fechar o modelo.

A carteira incorpora 103 organizações e sistemas e 36 instrumentos de crédito, capital, garantia, fomento e comercialização. As fontes do estudo foram consultadas em 01/11/2026. Códigos E/C/F identificam organizações e sistemas sugeridos; M identifica instrumentos; S identifica fontes. As três frentes de logística, rodovias e energia foram conectadas aos projetos pertinentes e ao eixo C.

PROJETO 01

01

Projeto Educação para a Vida

Aplicação no Pará e adaptação a outros estados



Imagem ilustrativa gerada por inteligência artificial.

IDEIA CENTRAL Aprendizagem e formação ampliam a autonomia e as possibilidades de vida.

PROJETO 01 · DESENHO NO PARÁ

Educação para a Vida

Aprendizagem, autonomia e formação técnica com implantação progressiva e colaboração entre redes.

Escopo: Ensino Fundamental em tempo integral e Ensino Médio com formação técnica complementar. A base acadêmica, a qualidade da oferta e a liberdade de trajetória do estudante orientam o projeto.

Como o capítulo está organizado

Bloco	Conteúdo
Diagnóstico e objetivos	Seções 1 a 6: contexto estadual, premissas, marco legal e resultados pretendidos.
Desenho da oferta	Seções 7 a 14: etapas de ensino, oficinas, infraestrutura, segurança, governança e currículo.
Sustentação e avaliação	Seções 15 a 19: financiamento, indicadores, riscos, prioridades e produtos institucionais.
Decisão e adaptação	Seções 20 a 22: síntese, prontidão e referências. A aplicação em outros estados está na página 19.

1 Visão estadual do projeto

A proposta parte das diferentes realidades do Pará e do regime de colaboração entre estado e municípios. Organiza a educação como base de aprendizagem, cidadania, convivência e preparação para possibilidades diversas de estudo e trabalho.

O desenho pedagógico, a formação dos profissionais, o diagnóstico da rede e a sustentabilidade financeira orientam a implantação. Obras, laboratórios e oficinas devem decorrer dessas decisões, com padrões de segurança, equipe e manutenção definidos.

Item	Definição proposta
Base de partida	Política estadual voltada à educação integral, aprendizagem, formação para a vida e articulação federativa.
Estrutura proposta	Projeto estadual com implantação progressiva nos territórios, começando pelo Ensino Fundamental e avançando para o Ensino Médio com formação técnica complementar.
Ponto de partida	Ensino Fundamental: alfabetização, recomposição de aprendizagem, matemática, ciências, cultura digital, cidadania, esporte, arte e iniciação prática para a vida.
Segundo movimento	Ensino Médio: base comum forte, projeto de vida, itinerários formativos, cursos FIC, oficinas técnicas e cursos técnicos integrados ou concomitantes.
Resultado esperado	Jovens com melhor aprendizagem, autonomia, noção de trabalho, cidadania, capacidade de empreender, condições de seguir para a universidade ou entrar no mundo produtivo com mais preparo.

2 Diagnóstico técnico da política

A ampliação da jornada escolar e a conexão da educação com a vida real exigem engenharia pública: governança, custo, prioridade, currículo, professores, laboratórios, segurança, transporte, alimentação, manutenção e indicadores.

Ponto crítico	Risco se não corrigir	Correção proposta
Escala	Uma lógica municipal não se sustenta automaticamente em 144 municípios e realidades amazônicas distintas.	Criar projeto estadual por Regiões de Integração, com pactuação municipal e polos regionais.
Currículo	Oficinas podem virar atividades soltas, sem conexão com aprendizagem.	Organizar matriz curricular por etapa: base, recomposição, projetos, vida prática e formação profissional.
Fundamental	Profissionalização precoce pode enfraquecer alfabetização e matemática.	No Fundamental, priorizar base acadêmica e iniciação prática, sem substituir aprendizagem essencial.
Ensino Médio	Curso complementar sem certificação pode ser apenas "aula extra".	Ofertar FIC, itinerários técnicos e cursos técnicos conforme o CNCT e por instituições credenciadas.
Infraestrutura Montar	oficina sem manutenção e segurança vira passivo.	Definir padrões mínimos de laboratório, manutenção, EPI, supervisão e seguro.
Pessoas	Não há oficina boa sem instrutor bom.	Criar projeto estadual de formação docente, contratação de instrutores e parceria com IFPA, Sistema S, universidades e setor produtivo.
Financiamento Obra sem custeio mata o	projeto no segundo ano.	Separar investimento inicial, custeio anual, manutenção, reposição de insumos e atualização tecnológica.
Avaliação	Sem indicador, cada escola vira uma ilha.	Criar painel estadual com metas de aprendizagem, permanência, certificação, infraestrutura e inserção produtiva.

3 Justificativa estadual

O Pará precisa de uma educação que prepare para leitura, matemática, ciência, cidadania, tecnologia, trabalho, empreendedorismo e convivência comunitária. O estudante deve sair da escola sabendo interpretar um texto, resolver problemas, usar tecnologia, cuidar do próprio dinheiro, entender direitos e deveres, trabalhar em equipe, executar projetos e decidir seu caminho com mais consciência.

A proposta não reduz a escola a treinamento de mão de obra. Esse é um erro clássico. A ideia correta é formar gente inteira: estudante que pode ir para a universidade, abrir um negócio, ingressar em um curso técnico, trabalhar em uma empresa, participar de uma cooperativa, produzir na comunidade ou seguir para a pesquisa e inovação.

Diretriz educacional: assegurar que os jovens concluam a escola com aprendizagem, autonomia e preparação para diferentes trajetórias, incluindo universidade, formação técnica, trabalho, empreendedorismo e cooperação.

4 Diagnóstico e premissas para o Estado do Pará

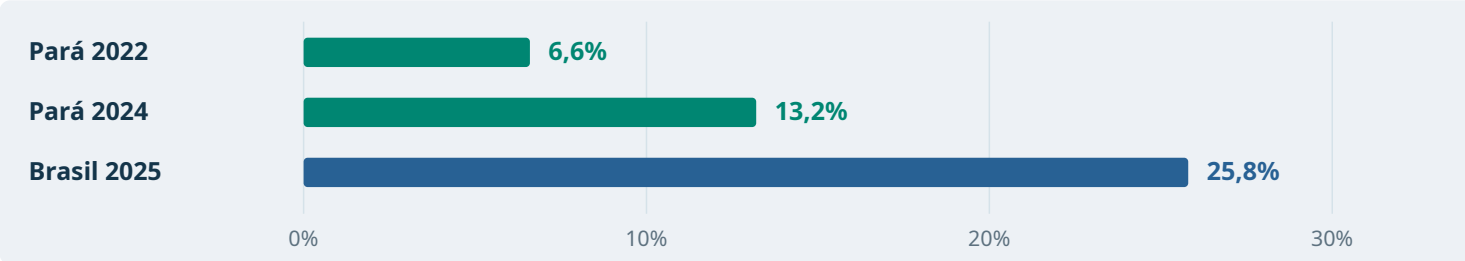
O projeto deve partir de um diagnóstico estadual atualizado, utilizando Censo Escolar, Novo PAR, dados da SEDUC, informações municipais e levantamento de infraestrutura por escola. Como premissa inicial, o Pará deve ser tratado por território, e não por uma régua única.

Premissa	Aplicação prática no projeto
Território extenso e diverso	Organizar a implantação pelas 12 Regiões de Integração e por polos, com soluções diferentes para região metropolitana, interior, campo, águas, florestas, áreas indígenas e quilombolas.
144 municípios	A expansão no Ensino Fundamental depende de pacto Estado-municípios, pois grande parte dessa etapa está nas redes municipais.

Premissa	Aplicação prática no projeto
Baixa cobertura histórica de tempo integral	O Pará saiu de 6,6% para 13,2% das matrículas públicas em tempo integral entre 2022 e 2024, ainda abaixo da meta nacional do novo PNE.
Ensino Médio como responsabilidade estadual direta	A fase profissionalizante deve ser liderada diretamente pelo Estado, com polos técnicos regionais e parcerias certificadoras.
Desigualdades territoriais	Priorizar escolas em vulnerabilidade social, baixo desempenho, maior evasão, distorção idade-série, áreas rurais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas, respeitando especificidades culturais.
Mundo produtivo regional	Conectar os eixos técnicos aos arranjos produtivos locais: bioeconomia, logística, administração pública, serviços, construção civil, energia, madeira / móveis, alimentação, turismo, tecnologia, agroecologia, pesca e aquicultura.

Segundo o Censo Escolar 2025, divulgado pelo Inep em 2026, as matrículas presenciais em tempo integral atingiram 25,8% da rede pública brasileira. O diagnóstico paraense deve usar o mesmo recorte de rede e etapa. Censo Escolar, Novo PAR e levantamentos locais apoiam a atualização de matrículas, infraestrutura e profissionais.

Matrículas em tempo integral - referência de cobertura



Os anos de referência são diferentes. O gráfico organiza os valores oficiais citados no diagnóstico e não constitui série homogênea.

5 Marco legal e alinhamento estratégico

A proposta está alinhada aos marcos normativos nacionais mais importantes. Isso dá segurança jurídica e evita uma proposta bonita no papel, mas frágil na execução.

Marco	O que exige ou permite	Como o projeto responde
Lei nº 15.388/2026 - Novo PNE	Define metas nacionais para educação integral, planos decenais estaduais e municipais, governança, monitoramento, infraestrutura e educação profissional.	Alinha o projeto a metas até o quinto ano e ao final do decênio, com painel de monitoramento e plano estadual.
Objetivo 6 do PNE	Educação integral em tempo integral com jornada mínima de 7 horas ou 35 horas semanais, com qualidade e intencionalidade pedagógica.	Define jornada mínima de 7 horas, preferencialmente em turno único, com currículo integrado e não apenas "mais tempo na escola".
Objetivos 12 e 13 do PNE	Expansão da educação profissional técnica, qualidade da EPT, articulação com o mundo do trabalho e acompanhamento de egressos.	Estrutura Ensino Médio com trilhas técnicas, FIC, cursos técnicos e indicadores de certificação, conclusão e inserção produtiva.
Lei nº 14.640/2023 - Escola em Tempo Integral	Prevê assistência técnica e financeira para matrículas de tempo integral na educação básica, priorizando vulnerabilidade e BNCC.	Usa a lei como base de fomento, pactuação e prioridade para escolas de maior vulnerabilidade.
Lei nº 14.945/2024 - Ensino Médio	Reorganiza a formação geral básica, os itinerários formativos e a formação técnica e profissional.	Integra formação geral, projeto de vida, itinerários e formação profissional sem sacrificar a base acadêmica.

Marco	O que exige ou permite	Como o projeto responde
CNCT / MEC	Referência para organização de cursos técnicos, eixos tecnológicos, perfil profissional e carga horária.	Cursos técnicos do Médio devem seguir o CNCT; oficinas do Fundamental podem ser iniciação prática, sem falsa certificação.
BNCC e LDB	Asseguram direitos de aprendizagem, formação geral e organização da educação básica.	Base comum forte continua sendo obrigação. Oficina não substitui português, matemática, ciências, história, geografia e demais componentes.

6 Objetivos do projeto

Objetivo geral

Implantar uma política estadual de Educação para a Vida, iniciando pelo Ensino Fundamental em regime de colaboração com os municípios e avançando para o Ensino Médio com formação técnica complementar, cursos FIC, oficinas práticas, laboratórios e itinerários profissionalizantes conectados aos territórios do Pará.

Objetivos específicos

• Ampliar progressivamente a jornada escolar para, no mínimo, 7 horas diárias ou 35 horas semanais, com qualidade e intencionalidade pedagógica.

• Fortalecer alfabetização, leitura, escrita, matemática, ciências, cultura digital e recomposição de aprendizagem no Ensino Fundamental.

• Introduzir oficinas de vida prática no Ensino Fundamental, sem antecipar profissionalização rígida.

• Ofertar, no Ensino Médio, formação técnica complementar, cursos FIC e cursos técnicos integrados ou concomitantes, conforme vocações regionais e normas do CNCT.

• Equipar escolas-polo com laboratórios e oficinas de mecânica, elétrica, marcenaria, construção civil, informática, administração, gastronomia, cooperativismo, empreendedorismo e outras áreas de uso cotidiano.

• Criar rotas reais para universidade, trabalho, empreendedorismo, cooperativismo e continuidade na educação profissional e tecnológica.

• Reduzir evasão, reprovação, distorção idade-série e desigualdades de aprendizagem.

• Criar governança estadual, indicadores públicos, transparência e acompanhamento de egressos.

7 Modelo pedagógico por etapa

A expansão deve respeitar a idade, a maturidade e o direito de aprendizagem de cada etapa. O Fundamental prepara a base e desperta capacidades; o Médio aprofunda escolhas e oferece certificações.

Etapa	Foco pedagógico	Oficinas e práticas	Resultado esperado
1º ao 5º ano	Alfabetização, leitura, matemática, ciências, artes, movimento, convivência, cultura digital inicial.	Horta escolar, alimentação saudável, iniciação financeira, robótica lúdica, leitura, jogos matemáticos, arte, música, esporte, cuidado com o ambiente.	Criança alfabetizada, curiosa, participativa, com hábitos de estudo e convivência.
6º ao 9º ano	Consolidação da base, pensamento científico, projeto de vida, cidadania, tecnologia e iniciação ao mundo do trabalho.	Oficinas rotativas de informática, manutenção básica, marcenaria leve, construção de maquetes, empreendedorismo, cooperativismo, comunicação, educação ambiental.	Adolescente com base acadêmica, noção de profissão, capacidade de projeto e escolha mais consciente para o Ensino Médio.
Ensino Médio	Formação geral básica, projeto de vida, itinerários formativos, formação técnica e profissional, pesquisa e inovação.	Laboratórios técnicos, cursos FIC, cursos técnicos integrados / concomitantes, estágio supervisionado quando cabível, empresa pedagógica, cooperativa escolar, feiras e desafios.	Jovem preparado para universidade, trabalho, negócio próprio, cooperativa, curso técnico avançado ou continuidade em EPT.

Etapa	Foco pedagógico	Oficinas e práticas	Resultado esperado
EJA e juventudes fora da idade regular	Correção de trajetória, formação para trabalho, certificação e recomposição de aprendizagem.	Cursos FIC, informática, administração, serviços, manutenção, alimentação, empreendedorismo e cooperativismo.	Retorno e permanência na escola, certificação e reinserção produtiva.

8 Ensino Fundamental: base para a vida

O projeto deve começar pelo Ensino Fundamental, mas com uma regra clara: nessa etapa, oficina é meio, não fim. A prioridade é garantir que todos aprendam a ler, escrever, calcular, argumentar, pesquisar, conviver e resolver problemas. Sem isso, qualquer curso técnico depois vira maquiagem.

Estrutura mínima da jornada

Bloco	Carga sugerida	Conteúdo
Base curricular obrigatória	Manhã ou tarde, conforme organização da rede	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte, Educação Física, Língua Inglesa quando aplicável e demais componentes da BNCC.
Recomposição e aprofundamento	Diário ou 3 vezes por semana	Leitura orientada, escrita, raciocínio lógico, resolução de problemas, laboratório de ciências, tutoria e acompanhamento individual.
Oficinas de vida prática	2 a 4 módulos semanais	Informática, educação financeira, comunicação, projetos maker, meio ambiente, alimentação, manutenção básica, cooperativismo, empreendedorismo e cidadania.
Cultura, esporte e convivência	Semanal	Esporte, música, dança, teatro, cultura local, mediação de conflitos, participação estudantil e vínculo comunitário.
Projeto integrador	Bimestral ou trimestral	Produto concreto por turma: feira, protótipo, horta, jornal escolar, cooperativa simulada, solução comunitária ou exposição científica.

Cuidado essencial: no Ensino Fundamental, nada de vender a ilusão de “profissionalizar” criança. O correto é desenvolver competências, curiosidade, autonomia, disciplina, convivência, raciocínio e contato seguro com o mundo real.

9 Ensino Médio: formação técnica complementar e profissionalizante

No Ensino Médio, o projeto ganha sua parte mais produtiva: formação geral forte, projeto de vida, itinerários formativos e educação profissional. Aqui entram cursos FIC, módulos técnicos e cursos técnicos integrados ou concomitantes, com certificação real e alinhamento ao CNCT.

Modelo de oferta	Quando usar	Exemplo
FIC - Formação Inicial e Continuada	Para qualificação modular, mais rápida, integrada ao projeto de vida e à preparação para o trabalho.	Informática básica e aplicada, atendimento administrativo, auxiliar de cozinha, noções de eletricidade residencial supervisionada, manutenção básica, empreendedorismo.
Trilha técnica complementar	Para escolas que ainda não têm estrutura completa de curso técnico, mas possuem laboratório e parceiro formador.	Trilha de manutenção predial, trilha de gestão e negócios, trilha de tecnologia, trilha de alimentação e serviços.
Curso técnico concomitante	Para estudante cursar o Médio regular e, em turno articulado, formação técnica em instituição parceira.	Técnico em Administração, Informática, Edificações, Eletrotécnica, Gastronomia, Agroecologia, Logística.
Curso técnico integrado	Para escolas-polo com infraestrutura, professores e matriz aprovada.	Ensino Médio integrado ao Técnico em Administração, Informática, Agroecologia, Edificações ou Desenvolvimento de Sistemas.

Modelo de oferta	Quando usar	Exemplo
Polo regional técnico	Para municípios pequenos ou territórios com escolas sem escala para laboratório completo.	Um polo atende estudantes de várias escolas, com transporte, calendário integrado e laboratórios compartilhados.
Laboratório móvel	Para áreas rurais, ribeirinhas e localidades de difícil acesso.	Unidades móveis de tecnologia, ciências, informática, manutenção leve, empreendedorismo e educação ambiental.

10 Eixos de oficinas, cursos e laboratórios

Os eixos abaixo organizam as áreas citadas na proposta e acrescentam temas essenciais do cotidiano. A escolha de cada escola deve depender do território, da demanda dos estudantes, da infraestrutura, da segurança, da disponibilidade de instrutores e do potencial produtivo local.

Eixo	Oficinas no Fundamental	Formação no Médio	Infraestrutura recomendada
Mecânica e manutenção	Noções de ferramentas, medidas, desenho, manutenção simples e segurança.	Mecânica básica, manutenção de equipamentos, manutenção de bicicletas / motores didáticos, metrologia, desenho técnico.	Oficina mecânica didática, bancadas, ferramentas supervisionadas, EPIs, motores didáticos, almoxarifado.
Elétrica, energia e manutenção predial	Circuitos simples, segurança, energia, consumo consciente.	Eletricidade básica supervisionada, energia solar, manutenção predial, eficiência energética.	Bancadas elétricas didáticas de baixa tensão, kits solares, multímetros didáticos, EPIs, dispositivos de segurança.
Marcenaria, móveis e design	Medidas, desenho, maquetes, reaproveitamento de materiais.	Marcenaria didática, design de móveis, acabamento, pequenos projetos, economia criativa.	Bancadas, ferramentas supervisionadas, exaustão / ventilação, EPIs, área de acabamento.
Construção civil e infraestrutura	Maquetes, leitura de plantas simples, sustentabilidade, saneamento.	Edificações, desenho de construção civil, manutenção predial, materiais, orçamento de obra.	Laboratório de construção, kits de medição, maquetes, ferramentas didáticas, EPIs.
Administração e gestão	Educação financeira, organização, comunicação, trabalho em equipe.	Administração, logística, atendimento, finanças, contabilidade básica, serviços públicos.	Laboratório de gestão com computadores, softwares, simulação de empresa e cooperativa escolar.
Gastronomia, alimentação e serviços de cozinha	Alimentação saudável, higiene, cultura alimentar, horta e aproveitamento.	Gastronomia, panificação, confeitaria, serviços de restaurante, boas práticas, empreendedorismo alimentar.	Cozinha didática, utensílios, bancada, armazenamento, normas sanitárias, EPIs.
Negócios e cooperação	Feira escolar, projeto de turma, economia solidária, cidadania.	Plano de negócios, cooperativa escolar, associativismo comunitário, marketing, vendas, finanças, formalização.	Sala de projetos, laboratório de gestão, mentoria, parcerias com SEBRAE, cooperativas e associações locais.
Informática, tecnologia e cultura digital	Informática básica, segurança digital, pensamento computacional, robótica lúdica.	Informática, redes, manutenção e suporte, desenvolvimento de sistemas, dados, automação simples.	Laboratório de informática com internet, rede local, kits de robótica / automação, manutenção e atualização.
Agroecologia, recursos naturais e bioeconomia	Horta, compostagem, água, solo, plantas, alimentação.	Agroecologia, agroindústria, aquicultura, pesca, florestas, produtos da sociobiodiversidade.	Horta / laboratório vivo, viveiro, laboratório de alimentos, área experimental e parcerias territoriais.

Eixo	Oficinas no Fundamental	Formação no Médio	Infraestrutura recomendada
Vida cidadã e cotidiana	Comunicação, saúde, direitos, deveres, mobilidade, convivência, cultura de paz.	Projeto de vida, direitos trabalhistas, cidadania fiscal, comunicação profissional, preparação para processos seletivos.	Sala multiuso, biblioteca ativa, laboratório de mídia, ambientes de convivência e apoio psicossocial.

11 Padrões de infraestrutura e segurança

Oficina escolar não é depósito de ferramenta. Precisa de projeto pedagógico, profissional habilitado, manutenção, seguro, normas de segurança, controle de insumos, supervisão e adequação à idade dos estudantes.

Padrão	Descrição
Escola Integral Básica	Ambiente de leitura, reforço, arte, esporte, informática básica, ciências e sala multiuso para oficinas leves.
Escola Integral com Oficina	Inclui laboratório maker, horta, cozinha pedagógica ou oficina de manutenção leve, conforme segurança e maturidade dos estudantes.
Escola Polo de Ensino Médio Técnico	Laboratórios técnicos por eixo, biblioteca, internet, oficina equipada, instrutores, almoxarifado, manutenção e matriz aprovada.
Centro Regional de Vida e Trabalho	Equipamento regional compartilhado para formação técnica, FIC, certificação, feiras, incubação de projetos e atendimento a várias escolas.
Laboratório Móvel	Solução itinerante para territórios rurais, ribeirinhos e de baixa escala, com calendário regional e equipe técnica.

Regra de ouro: aula prática sem segurança não é inovação; é problema esperando data para acontecer. Toda oficina deve ter supervisão, EPI, protocolo, manutenção e adequação à faixa etária.

12 Governança estadual e regime de colaboração

Como o projeto começa pelo Ensino Fundamental, a governança precisa ser pactuada. O Estado deve liderar a política, financiar parte da expansão, dar assistência técnica, padronizar indicadores e organizar polos; os municípios aderem e executam a etapa fundamental conforme pacto, diagnóstico e capacidade.

Ator	Responsabilidade proposta
Governo do Estado	Instituir o projeto por lei, coordenar metas, financiamento, formação, monitoramento e polos regionais.
Secretaria Estadual de Educação	Definir matriz estadual, apoiar redes, executar Ensino Médio, formar equipes e monitorar resultados.
Municípios	Implantar o Ensino Fundamental em tempo integral nas redes municipais aderentes, com apoio técnico e financeiro pactuado.
Conselhos de Educação	Normatizar, autorizar matrizes, acompanhar qualidade e assegurar controle social.
IFPA, UEPA, UFPA e demais instituições públicas	Apoiar formação docente, certificação, pesquisa, extensão, laboratórios e desenho dos cursos.
Sistema S e instituições credenciadas	Ofertar cursos FIC, formação técnica, instrutores, certificação e integração com setor produtivo.
SEBRAE, cooperativas e associações	Apoiar empreendedorismo, cooperativismo, associativismo, economia solidária e projetos de negócios escolares.
Setor produtivo regional	Informar demandas, apoiar visitas técnicas, mentorias, equipamentos, estágio quando legalmente cabível e oportunidades de aprendizagem.
Comunidade escolar	Participar do projeto político-pedagógico, avaliação, controle social e escolha de eixos coerentes com o território.

13 Etapas estratégicas de estruturação

Os encaminhamentos abaixo representam possibilidades de estruturação da proposta. Sua adoção depende de avaliação pelas redes, pactuação institucional, estudos e disponibilidade de recursos.

Frente de desenvolvimento	Contribuições propostas
Fase 0 - Organização legal e diagnóstico	Lei estadual do projeto, decreto, comitê, pacto com municípios, diagnóstico por escola, mapa de vocações regionais, matriz curricular e plano financeiro.
Fase 1 - Pilotos territoriais no Fundamental	Implantação em escolas municipais e estaduais aderentes, priorizando vulnerabilidade, baixo desempenho e capacidade mínima de operação.
Fase 2 - Polos regionais de Ensino Médio	Criação de polos técnicos regionais, cursos FIC, laboratórios e trilhas profissionalizantes no Ensino Médio.
Fase 3 - Expansão coordenada	Ampliação para mais municípios, consolidação de laboratórios, formação continuada e início do acompanhamento de egressos.
Fase 4 - Universalização progressiva e qualidade	Alinhamento às metas do PNE: 65% das escolas públicas com oferta de tempo integral e 50% dos estudantes da educação básica atendidos até o fim do decênio, conforme pactuação e viabilidade financeira.

14 Matriz curricular de referência

A matriz final deve ser aprovada pelos órgãos competentes. Abaixo está uma referência técnica para organizar a proposta sem engessar as redes.

Núcleo	Fundamental	Ensino Médio
Base comum	BNCC, alfabetização, português, matemática, ciências, humanas, artes, educação física, cultura digital.	Formação geral básica conforme legislação vigente, com aprofundamento em áreas do conhecimento.
Recomposição	Leitura, escrita, matemática, tutoria e acompanhamento individual.	Reforço em português, matemática, ciências da natureza e preparação para Enem, processos seletivos e EPT.
Projeto de vida	Autoconhecimento, convivência, disciplina, comunidade, sonhos e escolhas.	Projeto de vida, orientação profissional, universidade, trabalho, empreendedorismo e cidadania.
Oficinas práticas	Rotativas, exploratórias, seguras e sem falsa certificação.	Técnicas, com carga horária, produto final, avaliação e possibilidade de certificação.
Formação profissional	Iniciação ao mundo do trabalho e competências de vida.	FIC, trilhas técnicas, cursos técnicos integrados / concomitantes e práticas supervisionadas.
Território	Projetos comunitários e cultura local.	Arranjos produtivos locais, inovação, cooperativismo, associativismo, sustentabilidade e bioeconomia.

15 Financiamento e sustentabilidade

O projeto deve separar investimento de implantação e custeio permanente. Misturar tudo é o atalho para faltar merenda, quebrar laboratório e perder professor. A proposta financeira deve ser construída por escola, região e etapa.

Fonte ou mecanismo	Uso sugerido
Fundeb e regra de tempo integral	Criação e manutenção de matrículas em tempo integral, conforme regras vigentes e pactuação federativa.
Programa Escola em Tempo Integral	Apoio à expansão de matrículas, assistência técnica e transição até financiamento regular.

Fonte ou mecanismo	Uso sugerido
Programa Nacional de Infraestrutura Escolar	Reformas, adequações, modernização e expansão da infraestrutura escolar.
Orçamento estadual	Custeio contínuo, pessoal, alimentação, transporte, manutenção, laboratórios, formação e tecnologia.
Emendas parlamentares e transferências voluntárias	Equipamentos, laboratórios, ônibus, climatização, conectividade e obras pactuadas no PAR.
Parcerias públicas e institucionais	Formação, certificação, mentoria, doação de equipamentos, projetos de extensão e visitas técnicas, preservado o controle público.
Setor produtivo e cooperativo	Apoio a projetos, feiras, desafios, incubação escolar, estágios quando permitidos e mentorias.
Fundo estadual ou linha orçamentária específica	Garantir previsibilidade e evitar que o projeto dependa de verba "sobrando", porque verba sobrando em governo é quase folclore.

Centro de custo	O que deve entrar no orçamento
Pessoal	Professores, coordenadores, instrutores, monitores, técnicos de laboratório, equipe de apoio e formação continuada.
Alimentação	Refeições compatíveis com jornada ampliada, logística, armazenamento e controle nutricional.
Transporte	Rotas ampliadas, territórios rurais e ribeirinhos, integração com polos regionais.
Infraestrutura	Reforma, acessibilidade, banheiros, refeitório, biblioteca, quadra, laboratórios, energia, água e internet.
Equipamentos	Computadores, bancadas, kits didáticos, ferramentas supervisionadas, EPIs, mobiliário e softwares.
Manutenção	Reposição de insumos, conserto de equipamentos, calibração, limpeza técnica e renovação tecnológica.
Avaliação e dados	Painel, sistemas de frequência, aprendizagem, certificação, infraestrutura e acompanhamento de egressos.

16 Indicadores, monitoramento e transparência

O projeto precisa de um Painel Estadual de Educação Integral e Profissional para a Vida, com dados por escola, município, região, etapa e público prioritário. Transparência não é enfeite: é seguro contra improviso.

Dimensão	Indicadores principais
Acesso	Percentual de escolas com tempo integral; matrículas integrais; vagas por região; adesão municipal; cobertura por etapa.
Permanência	Frequência, evasão, abandono, reprovação, distorção idade-série e conclusão.
Aprendizagem	Alfabetização, Saeb / Ideb, avaliações diagnósticas, evolução em português e matemática.
Formação técnica	Cursos ofertados, estudantes certificados, carga horária cumprida, conclusão, qualidade da prática e satisfação.
Infraestrutura	Laboratórios implantados, equipamentos funcionando, internet, alimentação, transporte, manutenção e segurança.
Equidade	Atendimento por território, raça / cor, sexo, deficiência, campo, águas, florestas, indígenas, quilombolas e nível socioeconômico.
Egressos	Continuidade nos estudos, ingresso no ensino superior / EPT, empregabilidade, empreendedorismo, renda e participação em cooperativas / associações.
Gestão	Execução orçamentária, cumprimento de contratos, formação de profissionais, ouvidoria, auditorias e relatórios públicos.

17 Matriz de riscos e medidas preventivas

Risco	Impacto	Prevenção
Expansão rápida demais	Queda de qualidade e desperdício.	Fases, pilotos, critérios de prontidão e auditoria de implantação.
Conflito Estado-municípios	Baixa adesão no Fundamental.	Pacto formal, incentivos, cofinanciamento, assistência técnica e governança bipartite.
Falta de professores e instrutores	Oficinas viram improviso.	Formação antecipada, cadastro de instrutores, parcerias e carreira atrativa.
Laboratórios sem manutenção	Equipamento quebrado e custo perdido.	Contrato de manutenção, almoxarifado, inventário e reposição anual.
Currículo inchado	Muito conteúdo, pouca aprendizagem.	Matriz enxuta, blocos integrados e foco em resultados.
Estigma de "escola para pobre trabalhar cedo"	Desigualdade e rejeição social.	Base acadêmica forte, acesso à universidade, cursos de qualidade e livre escolha do estudante.
Segurança nas oficinas	Acidentes e interrupção do projeto.	EPIs, supervisão, protocolos, adequação etária, seguro e controle técnico.
Baixa conectividade	Tecnologia subutilizada.	Internet, rede Wi-Fi, manutenção e alternativas offline para territórios remotos.
Transporte insuficiente	Faltas e evasão.	Revisão de rotas, polos regionais planejados e calendário compatível.
Falta de dados	Decisão no escuro.	Painel estadual, Censo, PAR, avaliações e relatórios semestrais.

18 Prioridades iniciais de articulação e estruturação

• Criar Grupo Executivo Estadual com SEDUC, planejamento, finanças, infraestrutura, ciência e tecnologia, conselhos, municípios e parceiros técnicos. • Elaborar minuta de Lei Estadual do projeto e decreto de governança, com previsão de comitê estadual, instância bipartite e painel público. • Atualizar diagnóstico com Censo Escolar 2025, Novo PAR, dados municipais, infraestrutura, docentes,

transporte, alimentação e vulnerabilidade.

• Mapear vocações por Região de Integração: serviços, construção, tecnologia, bioeconomia, pesca, agroecologia, turismo, administração, logística e indústria.

• Selecionar escolas-piloto do Fundamental em municípios aderentes, com prioridade para vulnerabilidade e capacidade mínima de implantação.

• Selecionar escolas-polo do Ensino Médio para laboratórios técnicos regionais.

• Definir matriz curricular estadual de referência e cadernos pedagógicos por etapa.

• Firmar protocolos com IFPA, Sistema S, universidades, SEBRAE, cooperativas e instituições certificadoras.

• Criar plano de formação de professores, gestores, instrutores e técnicos de laboratório.

• Modelar orçamento por escola e por polo, separando investimento, custeio, manutenção e pessoal.

• Publicar edital de adesão municipal e critérios transparentes de priorização.

• Implantar painel de monitoramento com metas, indicadores e prestação de contas.

19 Produtos institucionais do projeto

Produto	Finalidade
Lei Estadual do projeto	Instituir a política pública, suas metas, governança, financiamento e responsabilidades.
Plano Estadual de Educação Integral e Profissional	Alinhar a política ao PNE 2026-2036 e às diretrizes territoriais.
Caderno de Implantação do Fundamental	Orientar jornada, currículo, oficinas de vida, recomposição e gestão escolar.
Caderno do Ensino Médio Técnico Complementar	Orientar trilhas, FIC, cursos técnicos, parcerias, certificação e laboratórios.
Mapa Estadual de Vocações e Oportunidades	Vincular formação aos territórios e arranjos produtivos locais.
Manual de Laboratórios e Segurança	Padronizar infraestrutura, manutenção, EPIs, supervisão e adequação à faixa etária.
Painel Estadual de Monitoramento	Acompanhar acesso, aprendizagem, infraestrutura, permanência, certificação e egressos.
Projeto de Formação de Educadores e Instrutores	Preparar as equipes para a nova matriz, oficinas e ensino técnico.
Edital de Adesão Municipal	Formalizar participação dos municípios na etapa do Ensino Fundamental.
Relatório Anual de Resultados	Prestar contas à sociedade e corrigir rumos.

20 Síntese da proposta

O Projeto Educação para a Vida propõe ampliar a aprendizagem e a preparação de crianças e jovens para a vida social e profissional. O início pelo Ensino Fundamental combina jornada ampliada, leitura, matemática, ciências, cultura digital, esporte, arte e oficinas práticas. No Ensino Médio, a proposta agrega formação técnica complementar, cursos certificados, laboratórios e atividades em áreas como mecânica, elétrica, marcenaria, construção civil, administração, gastronomia, informática, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo. A implantação deve respeitar a capacidade das redes de ensino, as condições territoriais e os critérios de segurança. O acompanhamento deve verificar aprendizagem, permanência, certificação, autonomia e acesso a oportunidades de estudo e trabalho.

PROJETO 01 · DECISÃO E BASES

Prontidão e referências

21 Prontidão para implantação

Antes da ampliação, cada rede participante deve demonstrar condições pedagógicas, operacionais e financeiras. A decisão precisa considerar qualidade da aprendizagem, inclusão e continuidade da oferta.

Condição	Evidência para decidir
Oferta pedagógica	Matriz, jornada, recomposição, atividades práticas e certificação compatíveis com a etapa.
Colaboração	Pacto entre redes, atribuições, adesão municipal e controle social definidos.
Operação	Equipe formada, alimentação, transporte, instalações, supervisão e manutenção previstos.
Financiamento	Investimento e custeio por escola, fonte, marcos de desenvolvimento e capacidade de continuidade.
Avaliação	Linha de base, metas, coleta de dados, acompanhamento de egressos e regra de revisão.

22 Referências normativas e fontes

• Lei nº 15.388/2026 - Plano Nacional de Educação 2026-2036.

• Lei nº 14.640/2023 - Programa Escola em Tempo Integral; FNDE / MEC.

• Lei nº 14.945/2024 - reorganização do Ensino Médio.

• Inep - Censo Escolar 2025; bases de acesso, oferta e qualidade.

• MEC, FNDE e Novo PAR - instrumentos de planejamento e apoio às redes.

• Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT / MEC.

• Governo do Pará - Regiões de Integração e dados territoriais.

As normas e os instrumentos de financiamento são referências técnicas. A implantação deve confirmar regras vigentes, elegibilidade e condições de cada rede.

INDUTORES E PARCEIROS SUGERIDOS / P01

Educação: formação, articulação e capacidade

A indução começa na rede de ensino e se fortalece com instituições capazes de formar pessoas, sustentar a oferta e conectar aprendizagem às oportunidades de cada território. A participação é voluntária e depende do interesse e da concordância de cada organização sugerida.

Articulação do projeto: As redes de ensino coordenam currículo, acesso e qualidade. Os parceiros entram por cooperação, formação ou fornecimento compatível com a etapa escolar e com a contratação definida.

Função indutora	Candidatos para essa função	Por que mobilizar
Formação e ligação com o trabalho	SENAI e SESI / Sistema FIEPA / Senac Pará / Senar Pará / Sistema Faepa	SENAI / SESI, Senac e Senar podem articular instrutores, trilhas e aprendizagem com as atividades econômicas do território.
Ensino e conhecimento público	Instituto Federal do Pará - IFPA / UFPA / Superintendência de Inovação e Desenvolvimento	IFPA e UFPA podem contribuir com ensino, extensão, formação e avaliação, conforme sua capacidade e instrumentos próprios.
Educação do campo e sucessão	Federação das Casas Familiares Rurais do Pará / UNFECAFARB / rede de Casas Familiares Rurais / Sistema OCB / PA e Sescoop / PA	Casas Familiares Rurais e OCB / Sescoop conectam escola, família, cooperativismo e continuidade dos estudos.
Cooperação pedagógica e tecnologia	Fundação Bradesco / Cogna Educação / Positivo Tecnologia	Fundação Bradesco e Cogna são candidatos à cooperação educacional; Positivo é candidata a fornecer tecnologia e suporte adequados ao desenho pedagógico.

PARCEIROS SUGERIDOS / P01

Parceiros e papéis propostos

13 organizações e sistemas sugeridos por competência neste projeto. A função proposta distingue execução, apoio técnico, formação, fornecimento e mercado. A base informada indica atuação publicada; sua aplicação ao projeto depende das condições da linha.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
C01 · Instituto Federal do Pará - IFPA Conhecimento público [S059] [S064] [S063]	Pactuar formação técnica, certificação e apoio docente conforme missão e capacidade. **Ativo que pode mobilizar:** Ensino profissional, extensão, laboratórios e presença territorial.	**Base informada:** Pará Oferta depende de capacidade institucional, planejamento e instrumentos de cooperação.
C02 · UFPA / Superintendência de Inovação e Desenvolvimento Conhecimento público [S068] [S062]	Apoiar formação, pesquisa educacional e desenho de avaliação. **Ativo que pode mobilizar:** Pesquisa, laboratórios, formação e transferência de conhecimento.	**Base informada:** Pará Escopo, ética de pesquisa, propriedade intelectual e capacidade devem ser pactuados.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E01 · SENAI e SESI / Sistema FIEPA Entidade privada de formação [S115] [S119]	Formar professores e instrutores, estruturar trilhas técnicas e aprendizagem com empresas. **Ativo que pode mobilizar:** Formação industrial, laboratórios, metodologia e conexão com empregadores.	**Base informada:** Pará Certificação, público, equipe e orçamento pactuados com as redes responsáveis.
E02 · Senac Pará Entidade privada de formação [S004] [S005]	Oferecer formação para serviços e turismo conforme etapa de ensino e certificação. **Ativo que pode mobilizar:** Formação para serviços, hospitalidade, comércio e atendimento.	**Base informada:** Pará Oferta, vagas e calendário dependem de pactuação e capacidade local.
E03 · Senar Pará / Sistema Faepa Entidade privada de formação [S065] [S066]	Conectar assistência e formação rural à educação básica, gestão e sucessão das famílias, junto às redes de ensino. **Ativo que pode mobilizar:** Assistência continuada e gestão econômica da propriedade.	**Base informada:** Pará Assistência deve ter frequência, equipe e indicadores de resultado definidos.
E04 · Fundação Bradesco Instituição privada sem fins lucrativos [S121] [S120] [S113]	Compartilhar práticas de gestão escolar, EJA e formação, mediante acordo próprio. **Ativo que pode mobilizar:** Experiência educacional e investimento social privado.	**Base informada:** Pará Parceria e expansão não presumidas; respeitar a missão e a autonomia da Fundação.
E05 · Cogna Educação Empresa [S117] [S118]	Desenhar formação docente e apoio pedagógico com avaliação de aprendizagem. **Ativo que pode mobilizar:** Conteúdo, formação docente, gestão educacional e tecnologia.	**Base informada:** Brasil Distinguir ensino básico, técnico e superior; validar escopo, custo e resultados.
E06 · Positivo Tecnologia Empresa [S057] [S058]	Implantar infraestrutura digital e suporte associados ao projeto pedagógico. **Ativo que pode mobilizar:** Equipamentos, conectividade de uso, suporte e soluções digitais.	**Base informada:** Brasil Compra de equipamentos deve incluir manutenção, formação e uso pedagógico.
E08 · Sistema OCB / PA e Sescoop / PA Instituição privada de apoio cooperativo [S029] [S085] [S188]	Apoiar educação cooperativista, formação de lideranças e sucessão, em parceria com escolas e famílias. **Ativo que pode mobilizar:** Governança, formação de cooperados e redes de cooperação.	**Base informada:** Pará Cooperativa requer participação real dos membros e regularidade própria.
E50 · Einstein Hospital Israelita Instituição privada sem fins lucrativos [S038] [S037]	Avaliar formação e educação permanente de profissionais de saúde, em escopo compatível. **Ativo que pode mobilizar:** Conhecimento clínico, protocolos, teleassistência, formação e gestão.	**Base informada:** Brasil e atuação de apoio à Região Norte Parcerias e programas específicos dependem de elegibilidade, disponibilidade e pactuação.
E87 · COOPERCUC Cooperativa de produção [S182] [S183]	Conectar formação e sucessão rural a escolas, famílias e atividades produtivas adequadas à etapa de ensino. **Ativo que pode mobilizar:** Agroindústria de frutas, assistência técnica e organização econômica de famílias.	**Base informada:** Bahia; referência de cooperação A experiência do semiárido é referência de método. Espécies, água, mercado e formação precisam de adaptação ao estado e à comunidade.
E88 · UNFECAFARB / rede de Casas Familiares Rurais Instituição privada de formação [S184]	Organizar parceria de formação dos filhos de produtores com ensino regular, alternância e acompanhamento das famílias. **Ativo que pode mobilizar:** Rede de formação, metodologia de alternância e articulação entre escola, família e território.	**Base informada:** Brasil Oferta, reconhecimento, etapa de ensino, financiamento e equipe precisam ser pactuados com escolas e sistemas de ensino.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E89 · Federação das Casas Familiares Rurais do Pará Instituição privada de formação [S185] [S186] [S187]	Pactuar formação dos filhos de agricultores, vinculando educação básica, formação técnica e participação das famílias. **Ativo que pode mobilizar:** Articulação das Casas Familiares Rurais, formação de educadores e construção curricular territorial.	**Base informada:** Pará Confirmar unidade escolar, credenciamento, vagas, transporte, permanência e custeio antes de prometer atendimento.

FONTES E IMPLANTAÇÃO / P01

Financiar e iniciar com responsabilidades

Os instrumentos a seguir correspondem a finalidades e tomadores diferentes. O eixo B apresenta o catálogo M01 a M36, com público, território, acesso e condições. A fonte e o serviço da dívida ou a obrigação de execução devem caber no projeto.

Finalidade	Caminho a estudar	Como aplicar
Sustentação da oferta	Orçamento educacional e instrumentos públicos previstos no capítulo	Separar investimento, pessoal, alimentação, transporte, manutenção e avaliação por escola e por polo.
Inovação específica	M08 · Finep	Estudar somente componentes de pesquisa, desenvolvimento ou inovação elegíveis; não tratar toda aquisição ou custeio escolar como inovação financiável.
Formação ligada à unidade familiar	M12 · Pronaf Investimento / Jovem	A linha pode apoiar investimento produtivo do beneficiário elegível. A educação básica e técnica mantém fonte e organização próprias.
Hortas e alimentação escolar	M26 · Fomento AUP; M28 · PAA / PNAE	Fomento depende do instrumento. Compras públicas são receita para fornecedores familiares habilitados, não recurso genérico para custear a escola.

Teste inicial: Pactuar uma trilha de formação com rede de ensino, formador e empregadores. Definir etapa, certificação, profissionais, logística e acompanhamento dos estudantes.

Resultado a medir: Aprendizagem, frequência, conclusão, continuidade de estudos, custo por estudante e oportunidades compatíveis com a etapa de vida.

Aplicação em outros estados: Na replicação, substituir ou complementar a rede paraense pelos institutos federais, universidades, formadores, empregadores e organizações de educação do campo do estado receptor.

DO PARÁ AO BRASIL · PROJETO 01

Aprendizagem comum. Formação ligada ao território.

O que se compartilha é a qualidade da aprendizagem, a colaboração entre redes e o método de implantação. As trilhas de formação precisam responder à vida dos estudantes e às oportunidades de cada território.

No Pará, distâncias, transporte fluvial e comunidades do campo, das águas e das florestas influenciam a oferta. Em outro estado, o diagnóstico pode apontar desafios metropolitanos, rurais, de fronteira ou de baixa densidade. A formação básica e a liberdade de trajetória do estudante orientam todas as escolhas.

Dimensão	Como adaptar a outro estado
Aprendizagem	Manter alfabetização, matemática, ciências, cultura, cidadania e avaliação. Ajustar jornada, recomposição e apoio à inclusão conforme a rede.
Formação técnica	Selecionar cursos a partir de demanda verificável, continuidade de estudos e interesse dos jovens. Atualizar equipamentos, certificação e parcerias locais.

Dimensão	Como adaptar a outro estado
Rede e logística	Pactuar responsabilidades entre estado e municípios. Dimensionar polos, alimentação, transporte e conectividade pelo custo real de cada região.
Pessoas e cultura	Trabalhar com institutos federais, universidades, instituições credenciadas e comunidade escolar do estado. Adequar calendário e práticas às especificidades locais.

Primeiro teste de aplicação

Selecionar escolas de perfis distintos e registrar aprendizagem, frequência, infraestrutura e custo antes do início. Avaliar a qualidade da oferta e a evolução dos estudantes, com comparação adequada quando viável, antes de ampliar matrículas e polos.

Aprendizagem

Permanência

Sustentação

Evolução por etapa e redução de desigualdades.

Frequência, conclusão e continuidade dos estudos.

Custo por estudante e equipes disponíveis.

A quantidade de escolas, o orçamento e as condições de desenvolvimento serão definidos por cada rede, após diagnóstico e pactuação. As referências paraenses orientam a análise do caso de origem, sem estabelecer calendário de execução para outros territórios.

Conexões: 02 · Pequenos Negócios | 06 · Produção Territorial | Eixos A, B e C

Referência nacional: MEC / FNDE, Programa Escola em Tempo Integral; PNE e legislação educacional citados no capítulo.

PROJETO 02

02

Plano de Pequenos Negócios

Aplicação no Pará e adaptação a outros estados



Imagem ilustrativa gerada por inteligência artificial.

IDEIA CENTRAL O pequeno negócio precisa de gestão, financiamento adequado e acesso a compradores.

Linha temática: crédito, gestão, mercado e renda local.

Essência do plano: crédito responsável, gestão e mercado para fortalecer negócios viáveis.

Pequenos Negócios

Política pública estadual para microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, feirantes, economia popular e prestadores de serviço.

Operação proposta: Banpará como referência no Pará, em articulação com outros agentes habilitados, Sebrae / FAMPE, municípios e rede de atendimento.

Integração proposta: crédito orientado, garantia, qualificação e acesso a mercado devem funcionar como uma trilha única. A expansão precisa acompanhar risco, continuidade dos negócios e renda líquida dos participantes.

1 Sumário executivo

Este projeto estrutura uma política pública estadual permanente do Governo do Pará para fortalecer microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, feirantes, trabalhadores da economia popular, prestadores de serviço e empreendedores em rota de formalização.

A proposta se estrutura em cinco decisões centrais:

• Usar o Banpará como agente financeiro operador, aproveitando e ampliando linhas já existentes de microcrédito, capital de giro, turismo, bioeconomia, mulheres, juventude e pequenos negócios.

• Criar um Fundo Estadual Garantidor e de Equalização de Juros para reduzir exigência de garantias, subsidiar parcialmente juros e premiar bom pagador.

• Vincular crédito a assistência técnica, capacitação curta e acompanhamento, evitando o erro clássico de entregar dinheiro sem gestão.

• Ativar mercado para os pequenos negócios por meio de compras públicas, feiras, plataforma digital estadual e rodadas de negócio por região.

• Organizar governança com metas, dados, transparência, agentes de crédito nos municípios e integração com Sebrae, Jucepa, Banpará, secretarias estaduais e prefeituras.

Resultado esperado em linguagem direta: mais MEIs virando microempresas, mais microempresas contratando, mais feirantes vendendo com dignidade, mais prestadores de serviço formalizados, menos dependência de grandes ciclos econômicos e mais dinheiro circulando dentro dos municípios paraenses.

2 Base do projeto e justificativa

A política estadual de micro e pequenos empreendedores prevê formação técnica, acesso a crédito, fundo de apoio, infraestrutura de comercialização, digitalização, plataforma local, governança e Carta de Aptidão. A política de alcance estadual mantém essa espinha dorsal e a organiza para os 144 municípios do Pará, com Banpará como operador financeiro e coordenação estadual.

2.1 Por que priorizar os pequenos negócios

• No Brasil, o Mapa de Empresas do Governo Federal registrou 23.205.843 empresas ativas ao final do 1º quadrimestre de 2025, sendo 12.551.697 MEIs ativos. Os MEIs representaram 54,1% das empresas ativas e 75,85% das novas empresas abertas no período.

• No Pará, a Jucepa informou que, em janeiro de 2025, o estado possuía 650.296 empresas ativas, das quais 331.190 eram MEIs. Em janeiro de 2025, foram 11.743 novos negócios, alta de 68% sobre janeiro de 2023.

• Dados do Sebrae / PA apontam que, de janeiro a novembro de 2025, as MPEs no Pará tiveram saldo positivo de 48.523 empregos e foram o único segmento com saldo positivo em todos os meses analisados.

• O Governo do Pará e o Sebrae / PA informaram que os pequenos negócios representam 97% das empresas do estado e foram responsáveis por 94% dos empregos formais gerados no Pará em 2025.

Conclusão: fortalecer pequenos negócios não é política lateral. É política de emprego, renda, arrecadação, interiorização do desenvolvimento e estabilidade social. O pequeno negócio é a economia com CPF, CNPJ, família e boleto vencendo todo mês.

3 Diagnóstico: principais gargalos no Pará

Gargalo	Leitura técnica
Crédito caro ou inacessível	Muitos MEIs, microempresas e informais não têm garantias, histórico bancário ou contabilidade organizada. Resultado: dependem de crédito caro, fornecedor ou informalidade financeira.
Baixa gestão financeira	O empreendedor mistura caixa da casa com caixa do negócio, não calcula margem, compra mal, vende fiado sem controle e não sabe se está lucrando.
Formalização incompleta	Muitos têm CNPJ, mas não emitem nota, não usam conta PJ, não conhecem obrigações, não acessam compras públicas e não conseguem crescer.
Pouco acesso a mercado	O problema não é só crédito. Pequeno empreendedor precisa vender: para consumidor, empresas, governo, turismo, eventos, plataformas digitais e cadeias produtivas.
Feiras e economia popular desassistidas	Feirantes, ambulantes e vendedores populares precisam de infraestrutura, higiene, padronização, crédito para equipamentos e reconhecimento produtivo.
Interiorização fraca	A política estadual precisa chegar a todos os municípios, com agentes de crédito, Salas do Empreendedor, mutirões e atendimento digital.
Planos pulverizados	O Pará já tem instrumentos relevantes, mas precisa integrá-los em uma trilha única: diagnóstico, capacitação, crédito, acompanhamento e mercado.

4 Pesquisa comparada: exemplos aproveitáveis

A pesquisa comparada mostra que os planos mais fortes não se limitam a juros baixos. Eles combinam crédito, garantia, orientação, agentes locais, progressão de limite, capacitação prática, acompanhamento e acesso a mercado.

Exemplo	O que faz	Como aproveitar no Pará
Banpará - Microcrédito	Linhas para Banpará Comunidade, mototaxista, taxista, batedor de açaí, Empodera, Qualifica Pará, CredTurismo e Jovem Empreendedor. Atende formais e informais, MEI e ME.	Usar como base operacional e criar uma trilha estadual unificada, com metas e segmentação por público.
Banpará + Sebrae - CredCOP / FAMPE	Capital de giro para MEI, ME e EPP, com garantia FAMPE; limites de até R$ 100 mil para MEI, R$ 400 mil para ME e R$ 700 mil para EPP.	Escalar a parceria Banpará- Sebrae para além da COP 30, transformando-a em política permanente de crescimento dos pequenos negócios.
São Paulo - Banco do Povo Paulista	Microcrédito produtivo orientado, executado em parceria com municípios, para formais, informais e produtores rurais. Linhas como Empreenda Rápido, Mulher e Afro, com capacitação.	Criar rede de agentes municipais e condicionar crédito a capacitação curta, sem burocratizar até matar o negócio.

Exemplo	O que faz	Como aproveitar no Pará
Paraná - Fomento Paraná	Microcrédito Fácil para informal, MEI e microempresa até R$ 360 mil / ano, com agentes em prefeituras, Agências do Trabalhador, Salas do Empreendedor e canal online. Banco do Empreendedor financia MPE até R$ 100 mil.	Adotar atendimento híbrido: presencial local + plataforma digital + correspondentes / parceiros credenciados.
Bahia - CrediBahia	Microcrédito com primeiro empréstimo pequeno e renovação progressiva até R$ 21 mil para empreendedores com CNPJ, com condições diferenciadas para mulheres.	Criar limite progressivo: quem paga em dia, comprova uso produtivo e participa do acompanhamento sobe de faixa.
Banco do Nordeste - Crediamigo	Programa de microcrédito produtivo orientado em larga escala; em 2025 aplicou R$ 13,42 bilhões, fez mais de 4 milhões de operações e tinha 2,2 milhões de clientes ativos.	Lição de escala: agente de crédito, recorrência, tíquete adequado e orientação prática valem mais que edital bonito.
EUA - SBA Microloan	A SBA financia intermediários comunitários sem fins lucrativos, que emprestam até US$ 50 mil e oferecem assistência técnica e gerencial.	Credenciar instituições locais como braço técnico, sem centralizar tudo em Belém.
Reino Unido - Start Up Loans	Empréstimos governamentais de até £25 mil, taxa fixa, prazo de 1 a 5 anos, mentoria gratuita por expansão inicial e apoio em plano de negócios e fluxo de caixa.	Todo crédito de maior risco deve vir com mentoria obrigatória no primeiro ano.
Chile - Sercotec Capital Semilla e Crece	Fundos concursáveis combinam gestão empresarial, formalização e investimento; o Crece apoia micro e pequenas empresas e cooperativas com plano de trabalho.	Criar editais de subvenção econômica para investimento produtivo estratégico, junto com crédito reembolsável.
OCDE - garantias de crédito	Esquemas de garantia de crédito são ferramenta amplamente usada para facilitar o financiamento de pequenas empresas.	O Pará precisa de fundo garantidor / equalizador; só pedir avalista é condenar o pequeno a ficar de fora.

5 Nome, missão e objetivos

5.1 Nome

Plano de Pequenos Negócios - Crédito, Mercado e Gestão.

5.2 Missão

Fortalecer os pequenos negócios paraenses como principal base de geração de emprego, renda, inclusão

produtiva, arrecadação e desenvolvimento regional, com crédito de agentes habilitados, garantias quando cabíveis, capacitação, assistência e acesso a compradores públicos e privados.

5.3 Objetivos específicos

• Ampliar o acesso a crédito produtivo para MEI, ME, EPP, feirantes, ambulantes autorizados, prestadores de serviço, economia criativa, turismo, alimentação, bioeconomia e empreendedores em rota de formalização.

• Reduzir a mortalidade dos pequenos negócios por meio de acompanhamento técnico e educação financeira aplicada.

• Transformar MEIs viáveis em microempresas empregadoras, sem forçar crescimento artificial.

• Interiorizar o atendimento em todos os municípios com agentes de crédito, Salas do Empreendedor, Jucepa, Sebrae, prefeituras e atendimento digital.

• Usar compras públicas e grandes eventos como mercado para pequenos negócios locais.

• Promover inclusão de mulheres, jovens adultos, comunidades tradicionais, feirantes, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e empreendedores de baixa renda.

• Criar uma trilha de formalização inteligente, sem empurrar CNPJ para quem ainda não tem estrutura mínima.

6 Público-alvo estadual

Grupo	Descrição
MEI	Microempreendedores individuais ativos ou em processo de formalização, respeitadas as ocupações permitidas pela legislação federal.
ME	Microempresas formais com faturamento dentro do limite legal, especialmente comércio, serviços, alimentação, confecção, estética, construção, reparos e economia criativa.
EPP	Empresas de pequeno porte que possam gerar ou preservar empregos, modernizar operação e ampliar mercado.
Feirantes e economia popular	Feirantes, ambulantes autorizados, vendedores de mercados, trabalhadores de feiras itinerantes, batedores de açaí e pequenos vendedores de alimentos.
Prestadores de serviço	Eletricistas, encanadores, pintores, pedreiros, manicures, barbeiros, cabeleireiros, mecânicos, técnicos, entregadores, trabalhadores de eventos e manutenção.
Negócios da bioeconomia	Extrativistas, cooperativas, agroindústrias familiares, pequenos produtores ligados a cadeias sustentáveis, açaí, cacau, pescado, madeira legal, artesanato e produtos regionais.
Informais em rota de formalização	Trabalhadores com atividade produtiva real, ainda sem CNPJ, que precisam de diagnóstico antes da formalização.

7 Arquitetura do plano

A política deve funcionar como uma esteira única, simples e monitorável:

1. Cadastro Estadual dos Pequenos Negócios e da Economia Popular. 2. Diagnóstico rápido do negócio: porte, atividade, faturamento, necessidade, risco e potencial de mercado. 3. Trilha de capacitação obrigatória proporcional ao valor do crédito. 4. Carta de Aptidão / Selo Pequenos Negócios. 5. Crédito Banpará com garantia, equalização e orientação. 6. Acompanhamento pós-crédito por 6 meses até a consolidação, conforme valor. 7. Acesso a mercado: compras públicas, feiras, plataforma digital e rodadas com empresas. 8. Reavaliação e progressão de limite para bons pagadores.

Regra de ouro: quanto menor o negócio, mais simples o processo. Quanto maior o valor do crédito, maior o nível de diagnóstico, comprovação de uso produtivo e acompanhamento. Proporcionalidade é inteligência administrativa.

8 Rede de crédito produtivo e agentes habilitados

O Banpará é o operador de referência proposto para o Pará. Outros agentes habilitados podem participar por produtos e instrumentos próprios. Apoios públicos, garantias e equalização dependem de desenho legal e orçamento. Cada instituição preserva análise de crédito, governança e responsabilidade pelo risco.

8.1 Instrumentos financeiros

Instrumento	Função
Crédito direto Banpará	Operações de microcrédito e capital de giro / investimento, conforme política de crédito do banco.
Fundo Estadual Garantidor	Cobertura parcial de risco para reduzir exigência de avalista e ampliar aprovação responsável.
Equalização de juros	O Estado subsidia parte dos encargos para linhas estratégicas, mediante adimplência e cumprimento das contrapartidas.
Bônus Bom Pagador	Redução final de juros ou rebate parcial para quem paga em dia e comprova aplicação produtiva.
FAMPE / Sebrae	Uso complementar do fundo de aval do Sebrae em linhas para MEI, ME e EPP, especialmente nas operações de maior valor.
Aval solidário opcional	Para pequenos grupos com atividade semelhante, seguindo modelos de microcrédito produtivo orientado, sem substituir análise de capacidade de pagamento.
Subvenção econômica por edital	Apoio não reembolsável para inovação, formalização, feiras, economia criativa e adequação produtiva, em casos estratégicos.

8.2 Linhas de crédito propostas

Os valores abaixo são parâmetros sugeridos para desenho da política. Taxas, prazos finais, garantias e elegibilidade devem ser calibrados pelo Banpará, Governo do Estado e órgãos reguladores.

Linha	Público	Valor sugerido	Finalidade e condição
Crédito para MEI	MEI e informal em rota de formalização	R$ 1 mil a R$ 15 mil	Capital de giro, estoque, ferramentas, máquina de cartão, divulgação, pequenos equipamentos. Curso curto obrigatório e acompanhamento de estruturação.
Crédito para Microempresas	Microempresas	R$ 15 mil a R$ 100 mil	Modernização, capital de giro associado, equipamentos, reforma, contratação, adequação sanitária e digitalização. Plano de uso obrigatório.
Expansão de Pequenos Negócios	EPPs e MEs em expansão	R$ 100 mil a R$ 700 mil	Investimento produtivo, expansão, inovação, energia, veículos utilitários, contratação e interiorização. Preferência para empresas que gerem ou preservem empregos.
Crédito para Feirantes	Feirantes, mercados, ambulantes autorizados	R$ 2 mil a R$ 25 mil	Barracas, tendas, expositores, balanças, caixas térmicas, freezers, adequação sanitária, embalagens, energia e comunicação visual.
Crédito para Serviços	Prestadores de serviço	R$ 2 mil a R$ 30 mil	Ferramentas, equipamentos, EPIs, uniforme, transporte de trabalho, curso técnico, marketing, software de agenda e emissão de nota.
Crédito para Mulheres	Negócios liderados por mulheres	R$ 1 mil a R$ 100 mil	Linha transversal com garantia / equalização reforçada, mentoria e prioridade em expansão, capacitação e rodadas de negócio.
Crédito para Jovens	Jovens adultos de 18 a 29 anos qualificados	R$ 1 mil a R$ 20 mil	Primeiro negócio, serviços, economia digital, eventos, alimentação e tecnologia simples. Obrigatório plano de negócio enxuto e mentoria.
Crédito para Bioeconomia	Batedores de açaí, extrativistas, cooperativas, agroindústrias familiares	R$ 3 mil a R$ 150 mil	Equipamentos, processamento, embalagem, refrigeração, rastreabilidade, sustentabilidade e agregação de valor.

Linha	Público	Valor sugerido	Finalidade e condição
Crédito para Turismo	Hospedagem, alimentação, guias, artesanato, eventos, economia criativa	R$ 5 mil a R$ 200 mil	Legado COP 30, turismo regional, gastronomia paraense, cultura, melhoria de atendimento, acessibilidade e presença digital.
Digitalização de Negócios	MEI, ME e EPP	R$ 2 mil a R$ 50 mil	Computador, celular de trabalho, sistemas de gestão, catálogo digital, e-commerce, meios de pagamento, fotografia de produtos e marketing.
Eficiência Energética	MPEs com custo energético relevante	R$ 20 mil a R$ 500 mil	Energia solar, eficiência energética, refrigeração eficiente e equipamentos de menor consumo, mediante projeto técnico simples.

8.3 Progressão de limites

O plano deve evitar crédito grande para negócio sem histórico.

A regra recomendada é escalar por comportamento:

Faixa	Valor	Critério
Faixa 1 - Entrada	Até R$ 5 mil	Informal produtivo, MEI novo, feirante ou prestador em diagnóstico. Foco em giro pequeno e equipamentos básicos.
Faixa 2 - Consolidação	Até R$ 15 mil	Negócio com atividade comprovada, capacitação concluída e plano de uso.
Faixa 3 - Crescimento	Até R$ 50 mil	MEI maduro ou ME com faturamento recorrente e controle de caixa.
Faixa 4 - Expansão	Até R$ 100 mil	ME que preserva ou gera empregos, com nota fiscal, conta PJ e acompanhamento.
Faixa 5 - Escala produtiva	Até R$ 700 mil	ME / EPP com projeto de investimento, garantias complementares, FAMPE / fundo estadual e metas de resultado.

9 Escola Estadual do Empreendedor Paraense

A capacitação deve ser curta, prática e por segmento. Pequeno empresário não precisa de palestra eterna; precisa sair sabendo calcular preço, separar caixa, vender, emitir nota e cumprir obrigação sem virar refém de burocracia.

Trilha	Conteúdo
Trilha Básica - 4 horas	Formalização, caixa, preço, crédito consciente, obrigações do MEI / ME, uso correto do dinheiro.
Trilha Gestão - 8 horas	Fluxo de caixa, estoque, margem, compras, atendimento, cobrança, nota fiscal e indicadores simples.
Trilha Digital - 6 horas	WhatsApp Business, catálogo, foto de produto, redes sociais, marketplace, meios de pagamento e segurança digital básica.
Trilha Feirante - 6 horas	Higiene, manipulação de alimentos, conservação, exposição, atendimento, precificação, descarte de resíduos e venda por encomenda.
Trilha Serviços - 6 horas	Orçamento, contrato simples, agenda, garantia de serviço, foto de antes / depois, avaliação do cliente e segurança no trabalho.
Trilha Crescimento - 12 horas	Contratação, compras públicas, financiamento maior, gestão tributária, planejamento e expansão regional.

10 Acesso a mercado: onde o pequeno ganha dinheiro

10.1 Compra do Pequeno Paraense

Criar uma política estadual de compras públicas para micro e pequenos negócios, usando o tratamento diferenciado previsto na legislação nacional, com editais simplificados, cotas, lotes regionais, capacitação para fornecedores e pagamento monitorado. Sem comprador, o pequeno negócio vira aluno eterno de curso gratuito. Curso não paga fornecedor.

• Mapear itens que o Estado compra e que pequenos negócios podem fornecer: alimentação, manutenção, uniformes, pequenos reparos, mobiliário simples, serviços locais, eventos, artesanato, produtos regionais e logística leve.

• Criar Cadastro Estadual de Fornecedores Pequenos, integrado a Jucepa, Sebrae, Banpará e compras públicas.

• Preparar editais por lotes regionais para permitir competição real dos pequenos.

• Oferecer capacitação em orçamento, nota fiscal, documentação, proposta e entrega.

• Criar painel público de compras realizadas com MEI, ME e EPP por região.

10.2 Plataforma Compre do Pará e Contrate MEI Pará

• Catálogo estadual de produtos e serviços locais, com busca por município, atividade, certificações e contato.

• Aba Feiras do Pará: dias, locais, feirantes cadastrados, produtos e encomendas por WhatsApp. • Aba Prestadores: eletricistas, pintores, manicures, barbeiros, técnicos, manutenção, eventos e serviços residenciais / comerciais. • Aba Produtos Regionais: açaí, cacau, pescado, artesanato, moda, biojoias, alimentos e economia criativa. • Selo Pequenos Negócios para quem concluiu a trilha e mantém dados atualizados.

10.3 Rodadas de negócio regionais

Realizar rodadas em polos regionais: Belém / Guajará, Marajó, Baixo Amazonas, Tapajós, Carajás, Araguaia, Xingu, Tocantins, Rio Caeté, Rio Capim, Guamá e Lago de Tucuruí. O objetivo é conectar pequenos negócios a compradores públicos, empresas âncoras, turismo, mineração, construção, supermercados, hotéis, restaurantes e eventos.

11 Feiras, mercados e economia popular

A política estadual deve tratar feiras e mercados como equipamentos econômicos, não como problema urbano. Feirante organizado, limpo e financiado vende mais, recolhe melhor, atende melhor e gera renda sem pedir emprego ao Estado.

• Criar Cadastro Estadual de Feirantes e Vendedores Populares, em parceria com municípios.

• Financiar estrutura mínima: barracas, tendas, balanças, caixas térmicas, freezers, iluminação, energia regularizada, comunicação visual e descarte de resíduos.

• Padronizar sem expulsar: organização deve trazer dignidade, não perseguição.

• Capacitar vendedores de alimento em boas práticas, higiene, manipulação e conservação.

• Conectar feiras à plataforma Compre do Pará e a eventos regionais.

• Apoiar feiras itinerantes em bairros, distritos, comunidades rurais e ribeirinhas.

12 Governança estadual

Frente	Responsabilidade
Coordenação política	Governo do Estado, por secretaria de desenvolvimento econômico ou estrutura equivalente.
Operação financeira	Banpará e outros agentes habilitados, com análise e responsabilidades próprias.
Assistência técnica	Sebrae / PA, Senac, Senai, IFPA, universidades, organizações credenciadas e consultores homologados.
Registro e formalização	Jucepa, Redesim, Salas do Empreendedor, prefeituras e Receita / órgãos competentes.
Territorialização Municípios, associações comerciais, sindicatos, cooperativas, entidades	de feirantes e agentes de crédito locais.
Controle e transparência	Controladoria, conselho gestor, painel público de metas, critérios e resultados.

12.1 Comitê Estadual dos Pequenos Negócios

• Banpará.

• Sebrae / PA.

• Jucepa.

• Secretarias estaduais de desenvolvimento econômico, trabalho, assistência, turismo, cultura, agricultura, meio ambiente e fazenda.

• Representantes das Regiões de Integração do Pará.

• Associações comerciais, cooperativas, entidades de feirantes e economia popular.

• Instituições de ensino e qualificação.

• Controladoria e representação da sociedade civil.

13 Metas e indicadores

Prazo	Entrega
Etapa inicial	Instituir o plano, comitê gestor, desenho das linhas, regras do fundo garantidor e piloto em regiões prioritárias.
Estruturação	Implantar cadastro estadual, plataforma inicial, agentes de crédito, trilhas básicas e primeira rodada de crédito.
Expansão inicial	Atender todos os municípios por rede física, digital ou itinerante; publicar primeiro painel de resultados.
Consolidação	Consolidar linhas segmentadas, compras públicas regionais, Crédito para Feirantes e plataforma de prestadores.
Política permanente	Transformar o plano em política permanente de desenvolvimento dos pequenos negócios e economia popular.

Indicadores:

• Empreendedores cadastrados por município e segmento.

• Crédito liberado por linha, região, porte e gênero.

• Taxa de inadimplência por faixa e por modalidade.

• Empregos preservados e gerados pelos beneficiários.

• MEIs formalizados e MEIs migrados para ME quando houver crescimento real.

• Número de negócios com nota fiscal, conta PJ, presença digital e vendas recorrentes.

• Participação de pequenos negócios nas compras públicas estaduais.

• Feiras modernizadas e feirantes financiados / capacitados.

• Aumento médio de faturamento dos negócios acompanhados.

• Percentual de crédito destinado ao interior do estado.

14 Riscos e travas de proteção

Risco	Trava
Uso político do crédito	Critérios públicos, sistema eletrônico, análise do Banpará, comitê de governança, auditoria e painel de transparência.
Inadimplência	Crédito progressivo, educação financeira, acompanhamento, bônus bom pagador, renegociação técnica e limites por CPF / CNPJ.
Burocracia excessiva	Processo proporcional: pouco documento para valores baixos, mais exigência para valores altos.
Crédito sem mercado	Vincular o plano a compras públicas, feiras, plataforma digital e rodadas de negócio.
Capacitação genérica	Trilhas por segmento, com conteúdo prático e curto.
Concentração em Belém	Metas regionais e atendimento por municípios, com caravanas e agentes locais.
Exclusão de informais	Porta de entrada com diagnóstico e formalização assistida, sem exigir CNPJ antes de entender a viabilidade.

15 Referências para a estrutura normativa

Lei Complementar nº 123/2006 — Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm

PLANO 02 · BASES E EVIDÊNCIAS

Referências para o desenho

As fontes apoiam o diagnóstico do Pará e o aprendizado com experiências de crédito, garantias, assistência e acesso a mercado.

16 Fontes e evidências consultadas

Fontes	Uso no plano
Banpará e Sebrae / FAMPE	Linhas locais, microcrédito, capital de giro, garantias e atendimento aos pequenos negócios.
Jucepa, Mapa de Empresas e Sebrae / PA	Dados de empresas, MEIs, abertura de negócios e geração de empregos citados no diagnóstico, com seus respectivos períodos.
Banco do Povo Paulista e Fomento Paraná	Atendimento em parceria com municípios, agentes locais, canais híbridos e crédito orientado.
CrediBahia e Banco do Nordeste / Crediamigo	Progressão de limites, acompanhamento, capilaridade e operação de microcrédito.
SBA Microloan - Estados Unidos	Intermediários comunitários e assistência técnica e gerencial.
Start Up Loans - Reino Unido	Apoio ao plano de negócios, fluxo de caixa e mentoria.
Sercotec - Chile	Subvenção com plano de trabalho, gestão empresarial e investimento.
OCDE - Credit Guarantee Schemes	Referências de esquemas de garantia para financiamento de pequenas e médias empresas.

Aplicação das evidências: experiências externas ajudam a selecionar mecanismos. Sua adoção depende de adequação institucional, custo, risco e avaliação no território atendido.

Dados, condições bancárias e instrumentos de garantia variam ao longo do tempo. Devem ser atualizados antes de cada ciclo de implantação, preservando a data e a metodologia dos números históricos utilizados neste capítulo.

INDUTORES E PARCEIROS SUGERIDOS / P02

Pequenos negócios: gestão, crédito e mercado

A indução combina um articulador próximo do empreendedor, financiadores que analisem o negócio e compradores ou canais capazes de gerar demanda verificável. A participação é voluntária e depende do interesse e da concordância de cada organização sugerida.

Articulação do projeto: O empreendedor mantém a decisão e o risco do negócio. Uma rede de atendimento pode reunir Sebrae, cooperativas, formadores e bancos com metas e responsabilidades próprias.

Função indutora	Candidatos para essa função	Por que mobilizar
Articulação e preparação	Sebrae / Sebrae Pará / Sistema OCB / PA e Sescoop / PA	Sebrae e OCB / Sescoop podem organizar gestão, orientação, cooperação e preparação para crédito e contratos.
Demanda e canais de venda	Grupo Mateus / Mercado Livre	Grupo Mateus e Mercado Livre são candidatos a conectar fornecedores ou vendedores a mercados, com padrões e custos explícitos.
Crédito e acompanhamento	Sicredi / Sicoob / Banpará	Sicredi, Sicoob e Banpará podem avaliar operações aderentes ao perfil, à área de atuação e à capacidade de pagamento.
Competências e ferramentas	Senac Pará / TOTVS / Accenture Brasil	Senac pode formar pessoas; TOTVS e Accenture podem contribuir com sistemas e integração proporcionais à rede e ao negócio.

PARCEIROS SUGERIDOS / P02

Parceiros e papéis propostos

10 organizações e sistemas sugeridos por competência neste projeto. A função proposta distingue execução, apoio técnico, formação, fornecimento e mercado. A base informada indica atuação publicada; sua aplicação ao projeto depende das condições da linha.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E02 · Senac Pará Entidade privada de formação [S004] [S005]	Qualificar gestão, vendas, alimentação, atendimento e presença digital. **Ativo que pode mobilizar:** Formação para serviços, hospitalidade, comércio e atendimento.	**Base informada:** Pará Oferta, vagas e calendário dependem de pactuação e capacidade local.
E07 · Sebrae / Sebrae Pará Instituição privada de apoio empresarial [S116] [S112]	Preparar negócios, organizar caixa e apoiar qualificação para compras e crédito. **Ativo que pode mobilizar:** Gestão, preparação de fornecedores e acesso a mercados e crédito.	**Base informada:** Pará Orientação e garantias não equivalem à aprovação de crédito pelo banco.
E08 · Sistema OCB / PA e Sescoop / PA Instituição privada de apoio cooperativo [S029] [S085] [S188]	Apoiar organização econômica, governança e acesso das cooperativas a negócios. **Ativo que pode mobilizar:** Governança, formação de cooperados e redes de cooperação.	**Base informada:** Pará Cooperativa requer participação real dos membros e regularidade própria.
E09 · Sicredi Sistema cooperativo financeiro [S132] [S083] [S084]	Analisar crédito produtivo e capital de giro com acompanhamento do negócio. **Ativo que pode mobilizar:** Crédito, relacionamento local e conhecimento do associado.	**Base informada:** Pará Disponibilidade por cooperativa, associação, risco e garantias; aprovação individual.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E10 · Sicoob Sistema cooperativo financeiro [S090] [S085] [S086]	Avaliar giro e investimento de pequenos negócios com a cooperativa local. **Ativo que pode mobilizar:** Serviços financeiros e crédito com base cooperativa.	**Base informada:** Pará Produtos variam entre cooperativas; não há limite ou aprovação previamente assegurados.
E11 · Mercado Livre Empresa de grupo internacional [S001]	Preparar pequenos vendedores para catálogo, atendimento, expedição e custos de plataforma. **Ativo que pode mobilizar:** Canal de vendas, tecnologia comercial e logística.	**Base informada:** Brasil Marketplace é canal de venda; não presume compra da produção nem cobertura logística uniforme.
E12 · TOTVS Empresa [S131] [S133]	Digitalizar caixa, estoque, compras e gestão de pequenos negócios com solução proporcional. **Ativo que pode mobilizar:** Gestão empresarial, dados e integração de processos.	**Base informada:** Brasil Dimensionar implantação e suporte; adoção depende do porte e do ganho operacional.
E13 · Grupo Mateus Empresa [S002] [S003]	Qualificar fornecedores e pequenos comerciantes para demandas e padrões de compra. **Ativo que pode mobilizar:** Compras, distribuição, logística e experiência de varejo.	**Base informada:** Pará Contratos de compra dependem de demanda, preço, padrão e negociação; sem preferência presumida.
E54 · Accenture Brasil Consultoria internacional com operação brasileira [S055] [S035] [S056]	Apoiar arquitetura de atendimento e gestão digital de uma rede de pequenos negócios. **Ativo que pode mobilizar:** Arquitetura de dados, integração, gestão de programas e desenho operacional.	**Base informada:** Brasil Consultoria remunerada, com transferência de conhecimento e custos proporcionais; não presume aporte de capital.
E84 · COOPFRAN / Canaã dos Carajás Cooperativa de produção [S178]	Apoiar gestão dos cooperados e compras coletivas com transparência de custos e responsabilidades. **Ativo que pode mobilizar:** Organização local de avicultores e articulação de serviços e insumos.	**Base informada:** Pará Validar operação atual, escala, licenças e capacidade de processamento. Comprador, abate e conservação devem estar definidos.

FONTES E IMPLANTAÇÃO / P02

Financiar e iniciar com responsabilidades

Os instrumentos a seguir correspondem a finalidades e tomadores diferentes. O eixo B apresenta o catálogo M01 a M36, com público, território, acesso e condições. A fonte e o serviço da dívida ou a obrigação de execução devem caber no projeto.

Finalidade	Caminho a estudar	Como aplicar
Giro e investimento local	M06 · Banpará / FAMPE; M07 · Crédito cooperativo	Distinguir empréstimo de garantia complementar. Associação, produto, custo, disponibilidade e análise são próprios de cada agente.
Crédito empresarial	M02 · BNDES por agentes; M20 · FNO Empresarial	Comparar investimento e giro conforme finalidade e porte. FNO tem aplicação na Região Norte.
Negócio turístico	M19 · Fungetur	Utilizar apenas para atividade elegível, com Cadastur e demais condições do agente.
Recebíveis formalizados	M33 · FIDC	Estudar carteira agregada somente com lastro, qualidade de crédito, cobrança e escala que justifiquem os custos da estrutura.

Teste inicial: Organizar um grupo de negócios de uma cadeia ou território, preparar caixa e custos, qualificar a oferta e testar um contrato ou canal de venda antes de ampliar o crédito.

Resultado a medir: Vendas recorrentes, margem, prazo de recebimento, inadimplência, sobrevivência do negócio e permanência nos contratos.

Aplicação em outros estados: O método de atendimento pode ser compartilhado. Bancos, fundos regionais, canais, produtos e custos precisam corresponder ao município e ao mercado de cada estado.

DO PARÁ AO BRASIL · PLANO 02

Pequenos negócios. Mercados e operadores locais.

A trilha diagnóstico, capacitação, crédito responsável, acompanhamento e acesso a mercado pode ser aplicada em outros estados. O agente financeiro e os produtos dependem da estrutura disponível e da viabilidade de cada operação.

O Banpará é a alternativa de operação proposta para o Pará. Em outra unidade da Federação, o desenho deve avaliar instituições financeiras autorizadas, cooperativas de crédito, bancos de desenvolvimento e agências de fomento habilitadas, conforme suas competências e condições de participação.

Dimensão	Como adaptar a outro estado
Público e mercado	Mapear negócios existentes, demanda, compras públicas e cadeias privadas. Ajustar atendimento a comércio, serviços, indústria, economia criativa ou produção local.
Crédito e risco	Calibrar limites, juros, garantias e prazos pela capacidade de pagamento, custo de atendimento e risco da carteira. Os valores propostos para o Pará não são tabela nacional.
Assistência	Organizar parceiros locais, agentes de crédito e canais presenciais ou itinerantes. Oferecer formação proporcional ao negócio e ao valor solicitado.
Recursos públicos	Estimar custo de subsídio, perdas esperadas e exposição das garantias. Instituir limites, critérios de elegibilidade, auditoria e revisão dos benefícios.

Primeiro teste de aplicação

Iniciar em territórios com perfis econômicos diferentes, com grupo acompanhado e linha de base. Verificar se o crédito atende necessidade produtiva, aumenta renda líquida e mantém o risco dentro dos limites aprovados; ajustar a oferta antes de ampliar a carteira.

Negócio

Crédito

Alcance

Sobrevivência, vendas e renda líquida.

Atrasos, perdas e uso produtivo do recurso.

Acesso regional e custo por atendido.

A participação de um banco ou parceiro exige acordo próprio. Fundo garantidor, equalização e compras públicas precisam de desenho jurídico e financeiro compatível com cada estado.

Conexões: 01 · Educação | 05 · Turismo | 06 · Produção Territorial | Eixo B

Bases do modelo: referências de microcrédito, garantias e assistência técnica apresentadas neste capítulo.

PROJETO 03

03

Plano de Regularização Mineral

Aplicação no Pará e adaptação a outros estados



Imagem ilustrativa gerada por inteligência artificial.

IDEIA CENTRAL A regularização precisa de orientação, conformidade e produção com origem verificável.

Linha temática: regularização, rastreabilidade e transparência.

Essência do plano: Quem quer trabalhar dentro da lei precisa ter caminho simples, digital, assistido e transparente.

Plano de Regularização Mineral

Escopo: regularização, cooperativismo, transparência e rastreabilidade da mineração. Direção: segurança jurídica, trilhas de regularização e fluxos de processos.

Critério de implantação: cada atividade deve passar por triagem territorial, identificação do regime aplicável, orientação técnica e verificação de conformidade. A fiscalização e o devido processo acompanham o atendimento.

Nota de uso: este documento é uma proposta técnica de política pública. Ele não substitui parecer jurídico formal da PGE, da ANM, da SEMAS ou de órgão competente. A redação foi construída para evitar conflito de competência com a União e permitir implantação estadual por lei, decreto, normas infralegais e convênios.

Sumário executivo

O Plano de Regularização Mineral é uma política pública estadual multiminério para permitir que pequenos mineradores, cooperativas, associações e empresas locais tenham uma porta real de regularização, sem depender de atravessador, informalidade ou informação escondida.

O plano não libera atividade ilegal e não cria outorga mineral estadual. Ele organiza o caminho: cadastro, consulta territorial, protocolo digital, apoio técnico, licenciamento ambiental, cooperação com a ANM, rastreabilidade da produção, proteção dos trabalhadores, recuperação ambiental e transparência sobre áreas tituladas e ociosas.

A solução precisa ser multiminério. Não pode ficar limitada ao ouro. Deve abranger minerais garimpáveis, minerais de emprego imediato na construção civil, minerais industriais, gemas, cassiterita, tantalita / columbita, quartzo, feldspato, areia, seixo, argila, brita, caulim, calcário e demais substâncias conforme o regime legal aplicável.

O ponto mais sensível é jurídico: a União é titular dos recursos minerais e a ANM decide outorgas minerárias.

O Estado pode atuar nas suas atribuições ambientais e de desenvolvimento, integrar dados, orientar, apoiar cooperativas e encaminhar indícios à ANM. Licenciamento,

fiscalização e exigências de rastreabilidade devem respeitar a competência de cada órgão e o regime aplicável.

Caminho operacional: consulta territorial, protocolo assistido, orientação técnica, produção rastreável, proteção do trabalhador e recuperação ambiental.

1 Diagnóstico e desafios críticos

O projeto responde ao drama social dos pequenos mineradores que vivem na informalidade, sofrem autuações, perdem máquinas e não têm orientação clara para se regularizar. O problema é mais amplo: o Pará precisa de uma política estadual permanente de ordenamento da pequena e média mineração, com foco em legalidade, rastreabilidade, função social da outorga e desenvolvimento local.

O projeto deve enfrentar quatro injustiças ao mesmo tempo:

• o pequeno minerador não consegue acessar a legalidade porque o processo é caro, técnico, disperso e lento;

• muitas áreas ficam presas por títulos, requerimentos ou outorgas sem produção real, travando a economia local;

• a fiscalização aparece depois do dano, mas o Estado não chega antes com orientação, mapa, prazo e apoio técnico;

• a mineração informal invisibiliza trabalhadores, renda, segurança do trabalho, arrecadação e recuperação ambiental.

A política precisa abandonar a lógica de "regularizar no grito" e adotar uma lógica de Estado: dados públicos, tecnologia, controle, incentivos, penalidades, convênios e fluxo administrativo previsível.

2 Princípios orientadores

Princípio	Aplicação prática
Legalizar quem quer se regularizar	O plano deve criar porta de entrada real para quem aceita cadastro, regras, fiscalização, recuperação ambiental e rastreabilidade.
Não legalizar o impossível	Terras Indígenas, unidades de conservação de proteção integral, áreas embargadas impeditivas, APPs críticas e áreas proibidas continuam bloqueadas.
Competência sem invasão federal	O Estado organiza, licencia ambientalmente, apoia e fiscaliza; a ANM decide autorização de pesquisa, concessão de lavra, PLG e demais títulos federais.
Multiminério e multirregime	O plano não é do ouro. Ele deve funcionar por trilhas distintas para PLG, registro de licença, autorização de pesquisa, concessão de lavra, guia de utilização, licenciamento ambiental e registro de extração.
Boa-fé com auditoria	A cooperativa correta recebe facilidades; a cooperativa que omite ou frauda perde o selo e entra em controle reforçado.
Função econômica e social da outorga	Quem possui título e produz legalmente deve ser respeitado. Quem segura área sem produzir, sem arrecadar e sem gerar desenvolvimento deve ser exposto à transparência e questionado pelos órgãos competentes.
Trabalhador visível	A produção precisa gerar lastro de renda, participação cadastrada, segurança, EPI, alojamento, refeitório, sanitário e direitos sociais.

3 Base legal atual: o que já sustenta o projeto

A matriz legal já oferece base suficiente para a maior parte do plano. O que falta é integração operacional e adequação normativa estadual / federal para transformar princípios em processo digital.

Base legal	Como atende ao projeto
Constituição Federal	Recursos minerais pertencem à União; exploração mineral exige regime legal federal; quem explora recursos minerais deve recuperar o meio ambiente degradado. Também há competência comum ambiental entre União, Estados e Municípios. [R1]
Código de Mineração e Decreto nº 9.406/2018	Regem autorização de pesquisa, concessão de lavra, regimes minerários e obrigações dos titulares. [R2][R3]
Lei nº 7.805/1989 - PLG	Cria o regime de Permissão de Lavra Garimpeira e admite cooperativas de garimpeiros. [R4]
Estatuto do Garimpeiro	Disciplina direitos e deveres da categoria garimpeira. [R5]
Lei do Cooperativismo e cooperativas de trabalho	Dão base para organização coletiva, governança e participação dos cooperados. [R6][R7]

Base legal	Como atende ao projeto
Regime especial de minerais de emprego imediato	Permite trilha específica para substâncias como areia, cascalho, argila, rochas e calcário corretivo, conforme regime de licenciamento. [R8]
ANM - SIGMINE, Cadastro Mineiro, SOPLE e Protocolo Digital	Permitem consulta territorial, processos, disponibilidade de áreas e protocolo eletrônico; dados podem abastecer o mapa público. [R10][R11][R12][R13]
Resolução ANM nº 208/2025	Atualizou limites de PLG e lista de substâncias garimpáveis, incluindo minerais além do ouro. Também reforçou combate à especulação e limites para cooperativas. [R14]
Lei Complementar nº 140/2011 e PNMA	Organizam competências ambientais e baseiam licenciamento e fiscalização ambiental. [R15][R16]
SEMAS / PA - IN nº 006/2013 e COEMA nº 183/2024	Base estadual para lavra garimpeira de ouro e para tipologias / competência ambiental local; precisa atualização para fluxo digital e multiminério. [R17][R18]
CERM / SEDEME	Cadastro estadual já existe e deve virar base operacional viva do plano. [R19]
Governo Digital, direitos dos usuários e LGPD	Amparam portal, protocolo digital, prazos, atendimento, transparência e proteção de dados pessoais. [R20][R21][R22]
NR-22 e NR-24	Dão base para exigir segurança, saúde ocupacional, instalações sanitárias e conforto nos locais de trabalho. [R23]
Lei de Crimes Ambientais e Decreto nº 6.514/2008	Base para sanções quando houver extração sem autorização / licença ou em desacordo com a obtida. [R24][R25]

4 Pontos críticos que precisam ser enfrentados

Ponto crítico	Enfrentamento necessário	Prioridade
Conflito de competência com a União	Se o Estado chamar sua etapa preliminar de "licença de pesquisa mineral" ou "licença de lavra", o projeto pode ser questionado. A solução é oferecer triagem cadastral e orientação, sem autorizar pesquisa ou lavr a outorga mineral permanece federal.	Alta a;
Licenciamento ainda fragmentado e muito focado em ouro	A IN SEMAS nº 006/2013 trata da lavra garimpeira de ouro. O plano precisa ser multiminério e por risco, porte e substância.	Alta
Áreas tituladas e ociosas	O Estado não cancela título federal, mas pode publicar mapa de outorgas, prazos, CFEM, licença e produção, provocando a ANM e estimulando parcerias produtivas.	Alta
Cooperativa de fachada	Sem governança, a cooperativa pode virar instrumento para esquentar minério ilegal. Exigir conselho fiscal, responsável técnico, trabalhadores, máquinas e produção rastreada.	Alta
Rastreabilidade fiscal e mineral incompleta	Produção, transporte, comprador, nota fiscal e CFEM precisam conversar. Exige integração com SEFA e ANM.	Alta
Máquinas sem controle	Máquina é o vetor de maior impacto ambiental. Cadastro, QR Code e rastreamento reduzem invasão de áreas proibidas.	Alta
Trabalhadores invisíveis	Sem cadastro e recibo digital, a renda não gera direito, previdência, crédito nem proteção. O projeto precisa amarrar produção a trabalhadores e percentuais.	Média / Alta
Condições de trabalho precárias	Dormitórios, sanitários, refeitórios, água, EPI e emergência devem ser condição para licença, selo e continuidade operacional.	Alta
Boa-fé sem controle vira brecha	O selo de boa-fé deve facilitar processos, mas com auditoria, perda de benefícios e plano de recuperação de conformidade em caso de infração.	Alta
Conectividade e exclusão digital	O aplicativo precisa funcionar offline e ter balcões presenciais e mutirões; senão, tecnologia vira nova barreira.	Média
Proteção de dados	O mapa público deve expor o que é público e de interesse coletivo, mas proteger dados pessoais sensíveis conforme a LGPD.	Média / Alta
Financiamento técnico	Geólogo, engenheiro, contador, licenciamento e recuperação têm custo. Sem fundo ou voucher, o pequeno continuará fora.	Alta

5 Adequações necessárias na legislação estadual

O Pará pode implantar grande parte do plano com lei estadual, decreto, atualização normativa da SEMAS, regra operacional da SEDEME / CERM, integração com SEFA e convênios. Abaixo está a matriz objetiva do que precisa ser criado ou ajustado.

Ajuste estadual	Conteúdo mínimo	Instrumento/ órgão
Lei de regularização mineral	Criar o plano, objetivos, público-alvo, módulos digitais, cadastros, selo de boa-fé, mapa público, fundo, governança e princípios.	Assembleia Legislativa/ Governo
Decreto regulamentador	Detalhar fluxo, prazos, comitê gestor, atendimento, SLA, penalidades administrativas do plano, níveis do selo, procedimentos digitais e integração entre órgãos.	Poder Executivo / Casa Civil
Norma SEMAS multiminério	Atualizar o licenciamento da pequena mineração para abranger substâncias e regimes além do ouro; incluir fotos georreferenciadas, recuperação progressiva, rastreio de máquinas, pendências e auditoria por risco.	SEMAS / COEMA

Ajuste estadual	Conteúdo mínimo	Instrumento/ órgão
Modernização do CERM	Transformar o CERM em prontuário digital vivo: cooperativas, trabalhadores, máquinas, produção, transporte, venda, pendências, histórico e recuperação.	SEDEME
Regra SEFA de integração fiscal	Criar ou adaptar procedimento para nota, guia fiscal / transporte, comprador, valor, CFEM estimada e relatórios de venda.	SEFA
Norma do Selo de Boa-Fé Mineral	Definir critérios, benefícios, perda, suspensão, plano de recuperação de conformidade e recertificação.	Decreto + SEDEME / SEMAS
Regra do Painel de Pendências	Vincular renovação, nova frente, guia, transporte e selo à inexistência de pendências impeditivas.	Decreto + sistemas
Norma de atendimento digital	Protocolo único, prazos obrigatórios de resposta, escalonamento automático e linguagem simples.	Decreto + ouvidoria / órgãos
Fundo / Voucher de Regularização	Custear assistência técnica, georreferenciamento, licenciamento, capacitação, rastreadores, recuperação ambiental e constituição de cooperativas.	Lei estadual + orçamento
Acordo com municípios	Padronizar atendimento local, licenciamento municipal quando cabível e balcões de regularização.	Convênios municipais

6 Adequações necessárias na legislação federal ou em convênios com a União

A parte federal é decisiva porque a outorga mineral é da ANM. Algumas mudanças podem vir por convênio e integração; outras exigem norma da ANM ou alteração legislativa federal.

Ajuste federal / convênio	Por que é necessário	Caminho
Convênio ANM-Pará	Integração com SIGMINE, Cadastro Mineiro, SOPLE, disponibilidade, PLG, autorização de pesquisa, CFEM e protocolo digital. Sem isso, o portal estadual vira vitrine bonita, mas limitada.	Convênio imediato
Transparência de outorgas e ociosidade	Criar painel federal / estadual com titular, substância, prazo, fase, produção, CFEM, licenciamento e inatividade. A ANM mantém competência de decisão.	Convênio + norma ANM
Regra nacional de rastreabilidade multiminério	Exigir origem geográfica, estoque digital, guia de transporte, nota, comprador e CFEM para pequena mineração, não só ouro.	Norma ANM + SEFA / Receita; idealmente lei federal
Cadastro/ rastreamento de máquinas em PLG e pequena mineração	Obrigar cadastro de equipamento, vínculo com título / licença e geofence em áreas regularizadas.	Norma ANM + condicionantes ambientais estaduais
Mecanismo de convivência / parceria entre titular e cooperativa	Detalhar hipóteses em que cooperativas podem atuar em áreas oneradas com autorização expressa do titular, interesse social e compatibilidade técnica.	Norma ANM; possível ajuste federal
Combate à retenção especulativa	Endurecer provas de atividade, relatórios, produção, pesquisa efetiva, CFEM e consequências por inatividade não justificada.	Norma ANM + alteração federal
Prospecção orientativa reconhecida	Reconhecer a etapa estadual como pré-triagem sem efeito de outorga, ajudando a reduzir protocolos errados e informalidade.	Convênio ANM- Pará
Disponibilidade com componente social / local	Avaliar critérios que favoreçam cooperativas locais tecnicamente aptas em áreas devolvidas à carteira pública, respeitando concorrência e legalidade.	Discussão federal
Primeiro adquirente e comprador responsável	Fortalecer obrigação de identificação do comprador, prevenção à lavagem, notas e origem comprovada.	ANM, Receita, BC / COAF; lei federal quando necessário

7 Arquitetura completa do Plano de Regularização Mineral

O plano deve funcionar como um ecossistema integrado, não como uma cartilha. Abaixo estão os módulos permanentes.

Módulo	Função
1. Portal Minerador Legal	Protocolo online, número único, documentos, prazos, exigências, histórico, certidões e atendimento.
2. Aplicativo do Minerador	Consulta por GPS, registro de produção, fotos, máquinas, trabalhadores, pendências, guias, venda e recuperação.
3. Mapa Público de Oportunidades	Áreas livres, disponíveis, pesquisadas, não pesquisadas, proibidas, condicionadas, tituladas e ociosas.
4. Transparência das Outorgas	Titular, prazo, substância, fase, produção, CFEM, licença ambiental e índice de ociosidade.
5. Trilhas Multiminério	PLG, registro de licença, pesquisa / concessão, minerais de construção civil, minerais garimpáveis e demais regimes.
6. Cooperativismo e Selo de Boa-Fé	Governança, autodeclaração, benefícios, perda do selo, denúncia espontânea e plano de conformidade.
7. Produção e Rastreabilidade	GPS, foto, quantidade, trabalhadores, máquinas, estoque, guia, venda, nota, comprador e CFEM.
8. Trabalhador Mineral	Cadastro, função, percentual na produção, recibo digital, renda, capacitação, EPI e segurança.
9. Máquinas e Geofence	Cadastro, rastreador, QR Code, operador, licença vinculada e cerca digital.
10. Ambiente, Recuperação e Pendências	Dormitório, sanitário, refeitório, água, EPI, fotos antes / depois, recuperação e bloqueio por pendência.

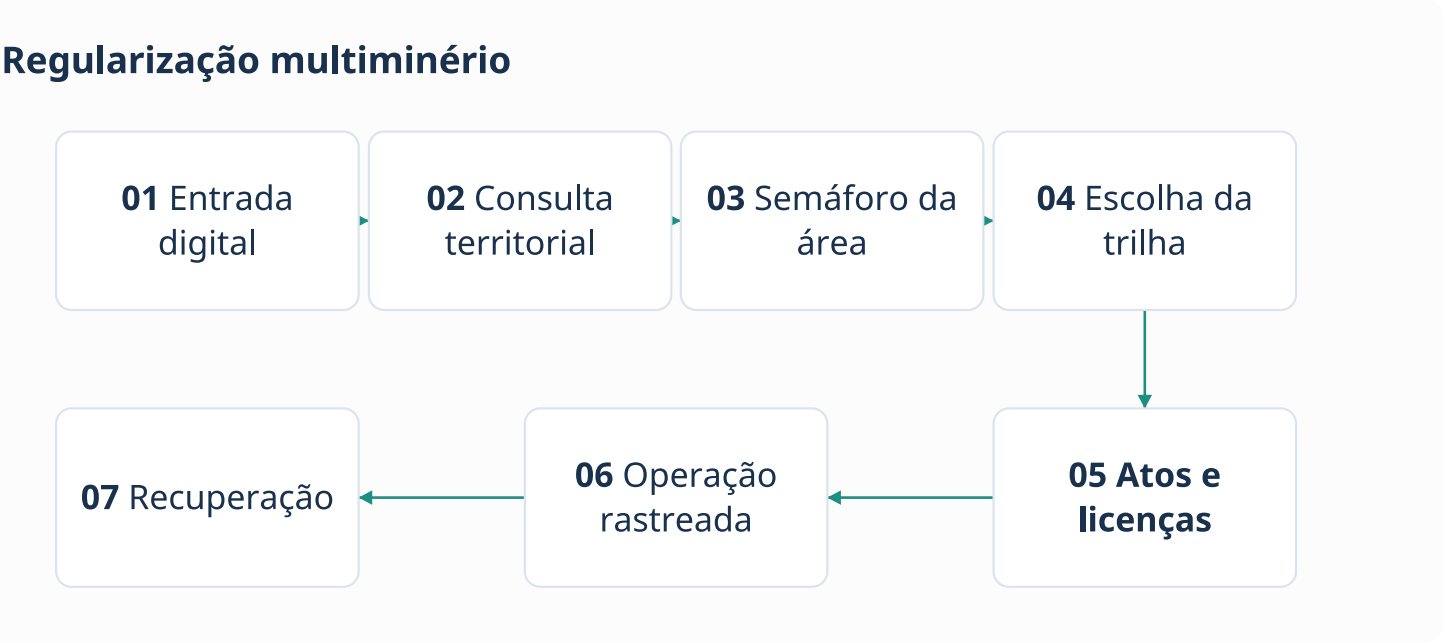
8 Trilhas de regularização por mineral / regime

Trilha	Fluxo proposto
Trilha A - Minerais garimpáveis	Cooperativa ou interessado cadastrado - área apta - licença ambiental - PLG / ANM - produção rastreada - venda formal - recuperação. Deve abranger substâncias garimpáveis reconhecidas pela ANM, não apenas ouro.
Trilha B - Minerais de construção civil e emprego imediato	Área apta - licença local / municipal quando cabível - registro de licença na ANM - licenciamento ambiental - produção e transporte rastreados. Essencial para areia, seixo, cascalho, argila, brita, saibro e calcário corretivo.
Trilha C - Áreas livres e sem pesquisa conhecida	Consulta a dados oficiais - triagem e orientação técnica - requerimento cabível à ANM. A triagem não autoriza pesquisa, lavra ou retirada de material; trabalhos de campo dependem dos atos legalmente exigidos.
Trilha D - Áreas pesquisadas ou em disponibilidade	Mapa público - manifestação de interesse - apoio técnico - participação em SOPLE / ANM ou protocolo cabível - regularização da cooperativa / empresa.
Trilha E - Outorgas ociosas	Verificar fase, prazos, obrigações e justificativas do título; apurar indícios e encaminhar à ANM. Falta de produção ou CFEM, isoladamente, não prova irregularidade.
Trilha F - Empresas e cooperativas locais	Empresas locais podem usar o mesmo sistema de cadastro, máquinas, produção, trabalhadores, venda, pendências e recuperação, com critérios proporcionais ao porte.

9 Fluxogramas dos processos

Os fluxogramas resumem o funcionamento do plano e podem ser usados em apresentações, reuniões com mineradores, órgãos públicos, cooperativas e municípios.

9.1 Fluxo 1 - Regularização multiminério



1. Entrada digital: CPF / CNPJ + cooperativa + mineral.

2. Consulta territorial: SIGMINE + unidades de conservação + Terras Indígenas + APP + embargos + CAR / SIGEF.

3. Semáforo da área:

• Vermelho - área proibida: não regulariza; encaminha alternativa + fiscalização.

• Amarelo - área condicionada: anuência, plano de manejo ou ajuste técnico; se sanada, avança.

• Verde - área potencialmente regularizável: segue para escolha da trilha.

4. Regime cabível: PLG, registro de licença ou pesquisa / concessão; guia de utilização quando admitida.

5. Atos exigidos: obter o ato minerário federal e as licenças ambientais pertinentes antes da atividade.

6. Operação: produção, máquinas, trabalhadores e venda sob as autorizações válidas.

7. Recuperação e encerramento: comprovação técnica e atos do órgão competente.

9.2 Fluxo 2 - Outorgas, ociosidade e oportunidades



1. Bases oficiais: ANM, SIGMINE, SOPLE, CFEM e órgãos ambientais.

2. Mapa informativo: registrar fonte, data e limitações; a consulta não garante disponibilidade da área.

3. Situação do título: verificar fase, prazos, obrigações, atividade exigível e justificativas.

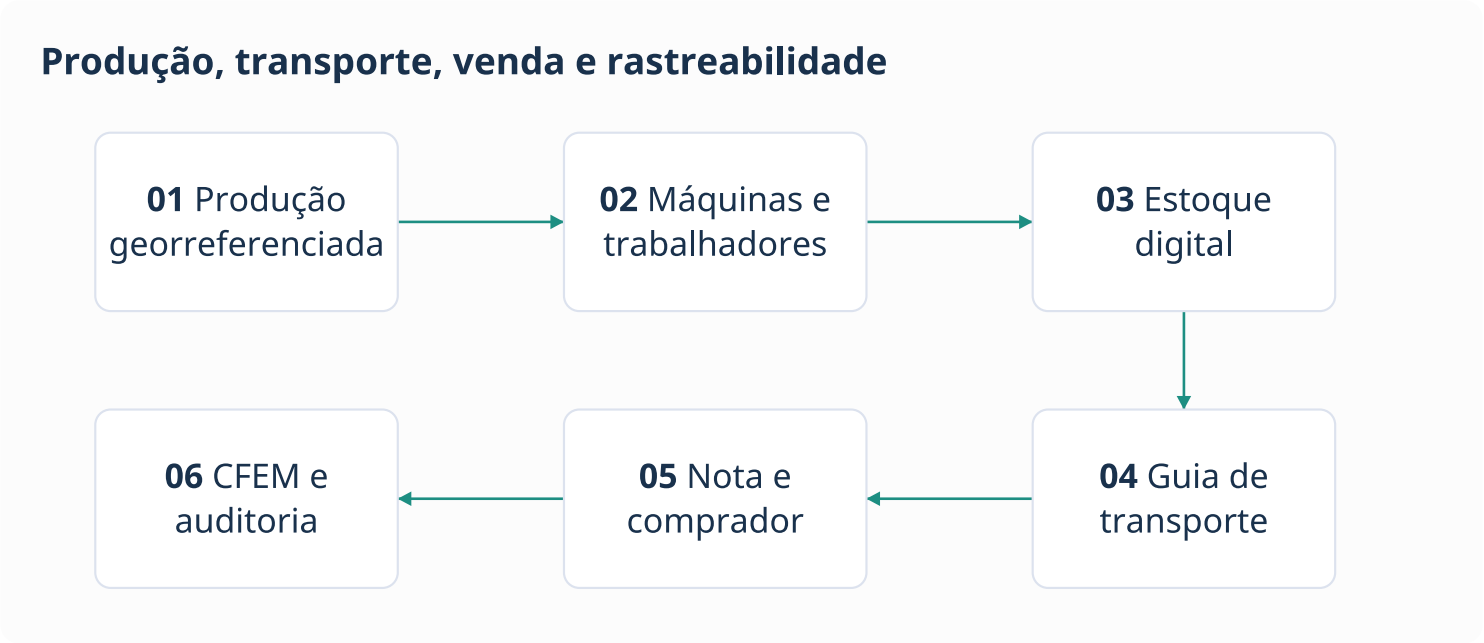
4. Indícios: conferir dados e ouvir o titular; falta de produção ou CFEM não prova irregularidade.

5. Representação: encaminhar elementos fundamentados ao órgão competente.

6. Decisão: a ANM analisa o título, com devido processo.

7. Nova oportunidade: depende de decisão federal ou instrumento legal; parceria não dispensa os atos exigidos.

9.3 Fluxo 3 - Produção, transporte, venda e rastreabilidade



1. Área autorizada / licenciada: polígono e condicionantes no sistema.

2. Cadastros paralelos:

• máquinas cadastradas e rastreadas - QR Code + cerca digital;

• trabalhadores cadastrados - função, percentual e recibo digital.

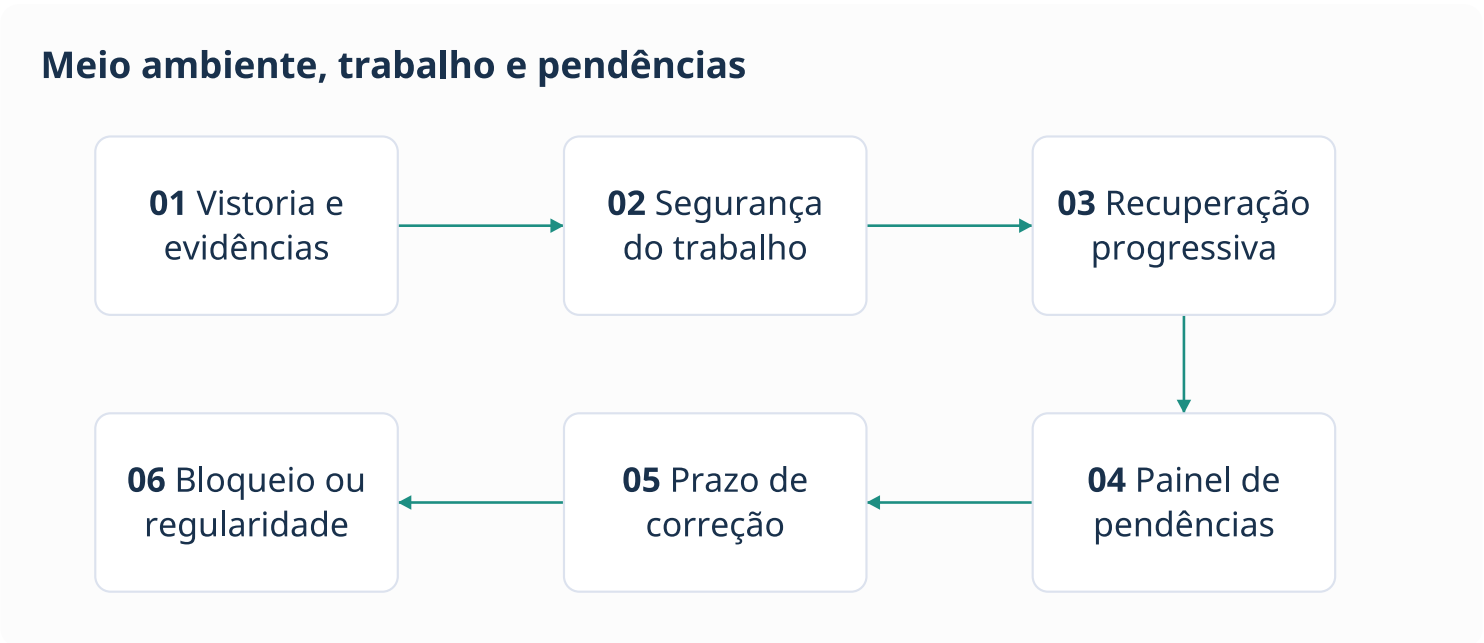
3. Registro da produção: GPS + foto + data + quantidade + mineral.

4. Conferência automática: área, atos vigentes e pendências impeditivas; auditoria valida a origem.

• Se regular: estoque digital da cooperativa / empresa - guia digital de transporte, com QR Code + origem + destino - venda formal, com comprador + nota + valor + CFEM - relatórios e auditoria por risco. •

Se inconsistente: reter o registro para conferência e aplicar as medidas legais cabíveis.

9.4 Fluxo 4 - Meio ambiente, trabalho e pendências



1. Antes da lavra: foto georreferenciada + checklist de trabalho.

2. Condições mínimas: dormitório, sanitário, refeitório, água e EPI.

3. Operação acompanhada: cooperativa valida e registra ocorrências.

4. Após extração: foto final + relatório simplificado.

5. Recuperação progressiva: solo, drenagem, revegetação e resíduos.

6. Validação técnica: responsável técnico + auditoria por risco.

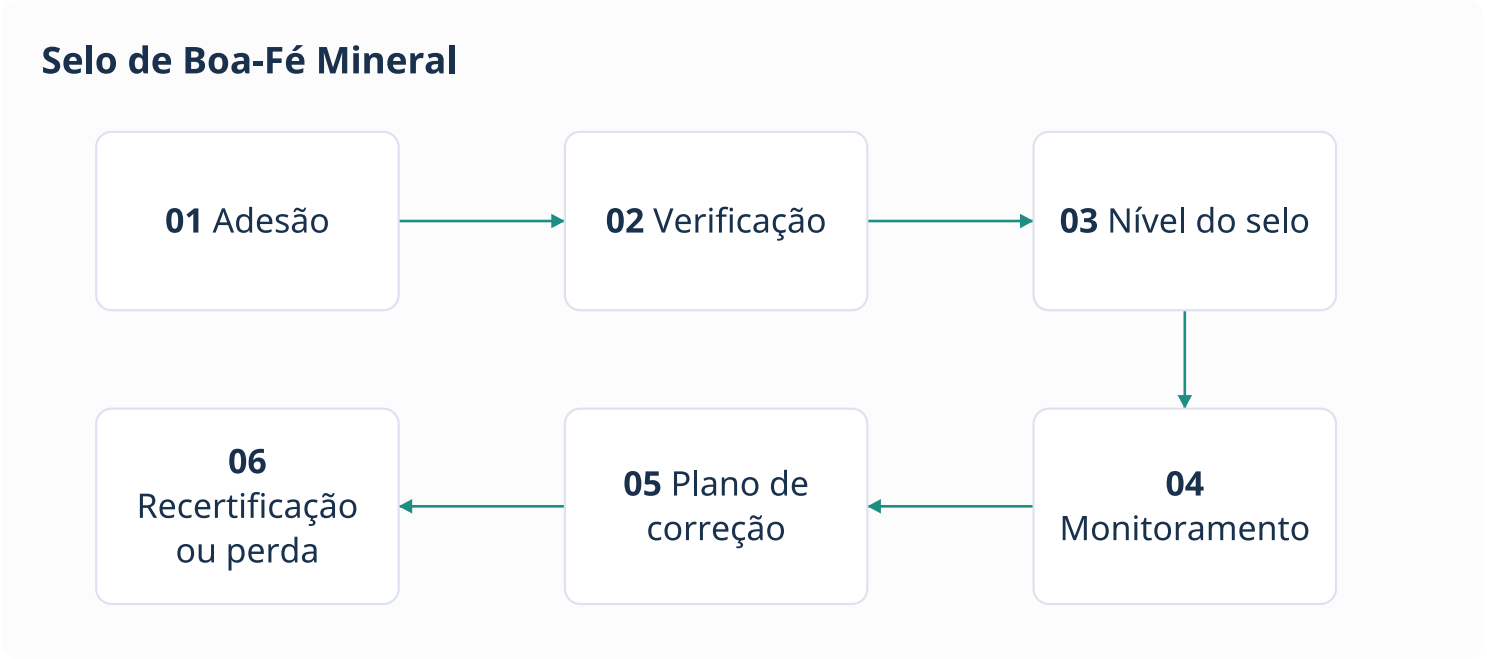
7. Painel de pendências.

8. Há pendência impeditiva?

• Sim: aplicar a restrição cabível, com fundamento, responsável e procedimento de correção.

• Não: o processo pode avançar para a análise competente; não há liberação automática.

9.5 Fluxo 5 - Selo de Boa-Fé Mineral



1. Cooperativa regular: governança + técnico + cooperados + CERM.

2. Recebe Selo de Boa-Fé Mineral.

3. Autodeclara cadastros, produção, fotos e recuperação.

4. Sistema cruza dados: GPS, máquinas, notas, CFEM e pendências.

5. Auditoria por risco.

6. Infração?

• Sem infração: manter o selo e os benefícios enquanto os critérios forem cumpridos.

• Com infração: apurar gravidade, responsabilidade e medidas cabíveis.

• Correção e comunicação espontânea serão avaliadas conforme as regras, sem afastar sanções.

• Suspensão, perda do selo e recertificação dependem de decisão motivada e dos requisitos definidos.

7. Correção: comprovar o cumprimento das medidas e do período de acompanhamento.

8. Recertificação: decisão após nova verificação, sem afastar responsabilidades legais.

9.6 Fluxo 6 - Atendimento digital com prazo para o Estado



1. Dúvida, exigência ou recurso: aberto no aplicativo / portal.
2. Protocolo único: data, assunto, anexos e setor responsável.
3. Prazo de resposta: SLA visível ao usuário.
4. Se não responder: prazo vencido sem resposta - escalonamento automático.
5. Servidor responde: orientação objetiva + base + próximos passos.
6. Resolvido?

• Sim: encerramento com avaliação e histórico preservado.

• Não: reabertura ou recurso, com novo prazo e responsável; retorna ao controle de prazo.

10 Possibilidades de desenvolvimento da proposta

Fase	Objetivo	Entregas
Fase 1 - Desenho jurídico e institucional	Desenho jurídico e técnico	Minuta da lei estadual, decreto, matriz de competências, desenho do portal / aplicativo, convênios prioritários com ANM / SEMAS / SEFA, seleção dos pilotos.
Fase 2 - Experiência regional assistida	Piloto regional	Cadastro de cooperativas, mapa de oportunidades piloto, atendimento digital, mutirões, primeira versão operacional do aplicativo, painel de outorgas e triagem de áreas.
Fase 3 - Operação assistida	Operação assistida	Produção rastreada em pilotos, cadastro de máquinas, trabalhadores, pendências, fotos de recuperação, guias, notas e relatórios.
Fase 4 - Expansão e consolidação	Expansão estadual	Integração com municípios mineradores, módulos multiminério, selo de boa-fé, fundo ativo, dashboard público e relatórios trimestrais.
Fase 5 - Consolidação em diante	Política permanente	Revisão anual, ranking de conformidade, atlas atualizado, recertificação de cooperativas, relatórios de áreas ociosas e certificação de origem.

11 Governança proposta

Criar o Comitê Estadual da Mineração Legal Cooperativa, com câmaras técnicas e participação institucional. A composição deve evitar captura por grandes empresas e, ao mesmo tempo, impedir que cooperativas de fachada dominem a política.

Ator	Função
SEDEME	Coordenação econômica, CERM, mapa de oportunidades, cadastro e política mineral estadual.
SEMAS	Licenciamento, condicionantes ambientais, recuperação, pendências e fiscalização ambiental.
SEFA	Integração fiscal, nota, comprador, transporte, valor de venda e relatórios.
PGE	Segurança jurídica, minutas, convênios e prevenção de conflitos de competência.
ANM	Outorgas minerárias, SIGMINE, Cadastro Mineiro, PLG, disponibilidade, CFEM e protocolo federal.
Municípios	Atendimento local, licenciamento quando cabível, fiscalização complementar e apoio social.
OCB / Sescoop / SEBRAE	Governança cooperativa, capacitação, contabilidade, gestão e formalização.
Universidades / SGB / CETEM	Apoio técnico, geologia, pesquisa, segurança, recuperação e inovação.
MP / Defensoria / Controle	Observação, mediação, direitos sociais e redução de risco jurídico.
Cooperativas e representantes locais	Participação social, validação prática, compromisso de boa-fé e autocontrole.

12 Indicadores de sucesso

• Número de mineradores, trabalhadores e cooperativas cadastrados.

• Número de áreas consultadas, áreas bloqueadas corretamente e áreas potencialmente regularizáveis.

• Quantidade de protocolos assistidos na ANM e licenças ambientais emitidas.

• Produção legal registrada por mineral e por município.

• Guias de transporte, notas fiscais e CFEM vinculadas.

• Máquinas cadastradas e rastreadas.

• Trabalhadores com recibo digital e histórico de renda.

• Frentes de lavra com fotos antes / depois e recuperação validada. •

Conformidade das operações, redução de danos e cumprimento das medidas corretivas.

• Áreas ociosas identificadas, representações encaminhadas e áreas devolvidas à disponibilidade.

• Tempo médio de resposta dos órgãos públicos.

• Cooperativas com selo ativo, suspenso e recuperado.

• Denúncias espontâneas tratadas e infrações tratadas.

13 Matriz de riscos e mitigação

Risco	Nível	Mitigação
Judicialização por conflito com competência federal	Alto	Redigir a lei estadual como apoio, cadastro, licenciamento ambiental, transparência e integração; nunca como outorga mineral estadual.
Plano virar anistia informal	Alto	Deixar claro que área proibida não regulariza e que operar antes da autorização formal continua irregular.
Cooperativas de fachada	Alto	Governança obrigatória, auditoria, beneficiário final, conselho fiscal, produção-trabalhador-máquina vinculados.
Dados incompletos da ANM / SEMAS / SEFA	Médio / Alto	Convênio de dados, atualização periódica, API e painel de qualidade das bases.
Ociosidade sem consequência real	Médio / Alto	Publicar dados, acionar ANM, criar representação formal, estimular parceria e propor mudança federal.
Exclusão digital	Médio	Aplicativo offline, balcões presenciais, mutirões, atendimento por WhatsApp oficial e assistência técnica.
Vazamento de dados pessoais	Médio / Alto	LGPD, perfis de acesso, dados públicos agregados, logs e governança de dados.
Fraude na produção e esquentamento de minério	Alto	GPS, fotos, estoque digital, comprador cadastrado, guia, QR, CFEM, auditoria por risco e bloqueios automáticos.
Falta de dinheiro para estudos técnicos	Alto	Fundo / Voucher de regularização, parcerias com universidades e assistência técnica credenciada.
Resistência de grandes titulares ociosos	Médio / Alto	Transparência, diálogo para parcerias produtivas, representação à ANM e pressão institucional legítima.

14 Referências para a estrutura normativa

Decreto-Lei nº 227/1967 — Código de Mineração. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm

Lei nº 7.805/1989 — Permissão de Lavra Garimpeira. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7805.htm

Lei nº 5.764/1971 — Política Nacional de Cooperativismo. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm

15 Diretrizes de regularização

Regularização: a proposta prevê atendimento às atividades em que a legislação permita mineração, com licenciamento, organização cooperativa quando cabível, produção rastreada, identificação dos trabalhadores, monitoramento de equipamentos, documentação fiscal e recuperação ambiental. Áreas legalmente vedadas permanecem excluídas.

Áreas ociosas: propõe-se dar transparência à situação das outorgas e encaminhar indícios de descumprimento aos órgãos competentes. A análise deve respeitar o regime mineral, o devido processo e as atribuições federais, considerando os efeitos econômicos, ambientais e territoriais de cada caso.

Cooperativas: condicionar o apoio à conformidade, à rastreabilidade e à prestação de contas. Irregularidades devem gerar apuração, revisão dos benefícios e fiscalização, com procedimentos definidos.

16 Agenda de implementação

• Validar a matriz de competências com a PGE para blindar o projeto contra conflito com a competência federal da ANM.

• Criar grupo técnico com SEDEME, SEMAS, SEFA, PGE e representantes das cooperativas para fechar a minuta de lei.

• Abrir negociação institucional com a ANM para convênio de dados, disponibilidade, PLG, CFEM e protocolos assistidos.

• Escolher três pilotos regionais: Baixo Amazonas / Almeirim-Monte Dourado, Tapajós e Xingu / Carajás.

• Desenvolver MVP do portal / aplicativo com três funções iniciais: consulta territorial, protocolo / acompanhamento e painel de pendências.

• Atualizar normas estaduais de licenciamento para refletir o modelo multiminério, digital, por risco e com recuperação progressiva.

• Estruturar fundo / voucher para assistência técnica às cooperativas, porque regularização sem apoio técnico vira porta fechada com nome bonito.

Referências consultadas

R1 · Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

R2 · Decreto-Lei nº 227/1967 - Código de Mineração. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm

R3 · Decreto nº 9.406/2018 - Regulamento do Código de Mineração. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9406.htm

R4 · Lei nº 7.805/1989 - Permissão de Lavra Garimpeira. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7805.htm

R5 · Lei nº 11.685/2008 - Estatuto do Garimpeiro. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11685.htm

R6 · Lei nº 5.764/1971 - Política Nacional de Cooperativismo. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm

R7 · Lei nº 12.690/2012 - Cooperativas de Trabalho. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm

R8 · Lei nº 6.567/1978 - Regime especial para substâncias minerais especificadas. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6567.htm

R9 · Lei nº 13.575/2017 - Criação da ANM. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13575.htm

R10 · ANM - Dados abertos e bases do SIGMINE. **Fonte:** https://www.gov.br/anm/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/bases-de-dados

R11 · ANM - SIGMINE. **Fonte:** https://geo.anm.gov.br/portal/apps/experiencebuilder/experience/?id=02777004998c4c608ae24a15c7f67f13

R12 · ANM - Disponibilidade de Áreas. **Fonte:** https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/disponibilidade-de-areas

R13 · ANM - Protocolo Digital. **Fonte:** https://www.gov.br/anm/pt-br/canais_atendimento/protocolo-digital

R14 · Resolução ANM nº 208/2025 - DOU. **Fonte:** https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-anm-n-208-de-12-de-junho-de-2025-636010779

R15 · Lei Complementar nº 140/2011. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm

R16 · Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm

R17 · SEMAS / PA - Instrução Normativa nº 006/2013. **Fonte:** https://sistemas.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/111

R18 · SEMAS / PA - Resolução COEMA nº 183/2024. **Fonte:** https://sistemas.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/557254

R19 · SEDEME / PA - Portal do Minerador e CERM. **Fonte:** https://www.sedeme.pa.gov.br/portal-do-minerador

R20 · Lei nº 14.129/2021 - Governo Digital. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm

R21 · Lei nº 13.460/2017 - Direitos dos usuários de serviços públicos. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm

R22 · Lei nº 13.709/2018 - LGPD. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

R23 · MTE - Normas Regulamentadoras vigentes: NR-22 e NR-24. **Fonte:** https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs

R24 · Lei nº 9.605/1998 - Crimes Ambientais. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm

R25 · Decreto nº 6.514/2008 - Infrações ambientais administrativas. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm

INDUTORES E PARCEIROS SUGERIDOS / P03

Regularização mineral: organização e base técnica

A função indutora é transformar empreendimentos legalmente elegíveis em projetos com organização, informação técnica, conformidade e origem verificável. A participação é voluntária e depende do interesse e da concordância de cada organização sugerida.

Articulação do projeto: O empreendimento ou a cooperativa organiza seu processo. ANM, órgãos ambientais e demais autoridades mantêm a decisão sobre outorga, licenciamento, fiscalização e competências públicas.

Função indutora	Candidatos para essa função	Por que mobilizar
Organização empresarial e cooperativa	Sebrae / Sebrae Pará / Sistema OCB / PA e Sescoop / PA	Sebrae e OCB / Sescoop podem apoiar gestão, prestação de contas e estruturação de cooperativas elegíveis.
Estudos e alternativas técnicas	SRK Consultores do Brasil	SRK pode avaliar base técnica, viabilidade, riscos e alternativas dentro de um escopo profissional definido.
Ensaios e conformidade	SGS Brasil / Bureau Veritas Brasil	SGS e Bureau Veritas podem contribuir com caracterização, inspeção, amostragem e protocolos de qualidade e origem.
Ambiente, território e dados	Arcadis Brasil / Accenture Brasil	Arcadis pode apoiar estudos ambientais e territoriais; Accenture pode apoiar processos e integração digital, preservadas as atribuições públicas.

PARCEIROS SUGERIDOS / P03

Parceiros e papéis propostos

7 organizações e sistemas sugeridos por competência neste projeto. A função proposta distingue execução, apoio técnico, formação, fornecimento e mercado. A base informada indica atuação publicada; sua aplicação ao projeto depende das condições da linha.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E07 · Sebrae / Sebrae Pará Instituição privada de apoio empresarial [S116] [S112]	Apoiar gestão empresarial de empreendimentos e cooperativas legalmente elegíveis. **Ativo que pode mobilizar:** Gestão, preparação de fornecedores e acesso a mercados e crédito.	**Base informada:** Pará Orientação e garantias não equivalem à aprovação de crédito pelo banco.
E08 · Sistema OCB / PA e Sescoop / PA Instituição privada de apoio cooperativo [S029] [S085] [S188]	Estruturar gestão, prestação de contas e governança de cooperativas minerais elegíveis. **Ativo que pode mobilizar:** Governança, formação de cooperados e redes de cooperação.	**Base informada:** Pará Cooperativa requer participação real dos membros e regularidade própria.
E21 · SGS Brasil Empresa de grupo internacional [S127] [S128]	Apoiar caracterização, controle de qualidade e protocolos de conformidade e origem. **Ativo que pode mobilizar:** Ensaios, qualidade, controle e serviços técnicos especializados.	**Base informada:** Brasil Ensaios e certificações não substituem título minerário nem licença ambiental.
E22 · Bureau Veritas Brasil Empresa de grupo internacional [S126] [S124]	Apoiar sistemas de inspeção, amostragem e controle de conformidade. **Ativo que pode mobilizar:** Inspeção, ensaios, qualidade e verificação de processos.	**Base informada:** Brasil Trabalho técnico sujeito a escopo; regularização depende dos órgãos competentes.
E23 · SRK Consultores do Brasil Consultoria internacional com operação brasileira [S123]	Avaliar base técnica, estudos, riscos e caminho de regularidade de projetos elegíveis. **Ativo que pode mobilizar:** Geologia, engenharia, estudos e avaliação de projetos minerais.	**Base informada:** Brasil Escopo, responsável técnico, dados e orçamento precisam ser contratados; não é financiadora.
E54 · Accenture Brasil Consultoria internacional com operação brasileira [S055] [S035] [S056]	Desenhar integração de processos e dados, preservando competências e padrões públicos. **Ativo que pode mobilizar:** Arquitetura de dados, integração, gestão de programas e desenho operacional.	**Base informada:** Brasil Consultoria remunerada, com transferência de conhecimento e custos proporcionais; não presume aporte de capital.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E55 · Arcadis Brasil Consultoria internacional com operação brasileira [S052] [S051]	Apoiar estudos ambientais e territoriais de projetos elegíveis, conforme escopo especializado. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia, ambiente, água, estudos e gestão de implantação.	**Base informada:** Brasil Projetista / consultoria não é automaticamente financiadora, operadora ou licenciadora.

FONTES E IMPLANTAÇÃO / P03

Financiar e iniciar com responsabilidades

Os instrumentos a seguir correspondem a finalidades e tomadores diferentes. O eixo B apresenta o catálogo M01 a M36, com público, território, acesso e condições. A fonte e o serviço da dívida ou a obrigação de execução devem caber no projeto.

Finalidade	Caminho a estudar	Como aplicar
Estruturação do empreendimento	Recursos próprios e serviços técnicos contratados	Dimensionar os custos de estudos, organização, documentação e recuperação, de acordo com a atividade e com a situação legal.
Competências públicas	Orçamento e instrumentos públicos admitidos	A proposta de apoio técnico descrita no capítulo depende de instituição, orçamento, critérios e regras próprias; não é fundo já disponível.
Crédito eventualmente aplicável	Consulta ao agente e ao catálogo do eixo B	O estudo não validou uma linha específica para toda regularização mineral. Confirmar atividade, finalidade, situação legal e itens antes de apresentar uma operação.

Teste inicial: Selecionar uma carteira de empreendimentos ou cooperativas elegíveis, construir o diagnóstico de pendências e pactuar assistência técnica com responsáveis por cada entrega.

Resultado a medir: Processos completos, pendências resolvidas, origem verificável, cumprimento ambiental e tempo por etapa, sem presumir aprovação do pedido.

Aplicação em outros estados: Adaptar minerais, territórios, mercados e procedimentos estaduais. Preservar competências federais e excluir atividades ou áreas vedadas.

DO PARÁ AO BRASIL · PLANO 03

Regularização mineral. Aplicação onde houver atividade.

O modelo pode apoiar estados com atividades minerais regularizáveis. Sua adoção começa pelo diagnóstico geológico, produtivo, territorial e institucional, preservando as competências federais e ambientais aplicáveis.

O caso paraense propõe atendimento integrado, apoio técnico, rastreabilidade e transparência. Em outros estados, devem ser escolhidas as substâncias e os regimes de aproveitamento efetivamente relevantes, com fluxos próprios para cada situação. A carteira pode incluir agregados da construção, rochas, minerais industriais ou outros bens, conforme a realidade local.

Dimensão	Como adaptar a outro estado
Base territorial	Cruzar dados da ANM, situação fundiária, restrições ambientais e usos do território. Identificar atividades elegíveis e áreas legalmente vedadas.
Competências	Manter outorgas e atos minerários federais nos órgãos competentes. Definir a atuação estadual e municipal conforme a atribuição ambiental e administrativa de cada caso.
Atendimento	Adaptar cadastros, integração fiscal, assistência e canais de acesso aos órgãos locais. O CERM e a SEMAS são referências institucionais do Pará.
Conformidade	Rastrear origem e produção, condições de trabalho e recuperação ambiental. Dimensionar fiscalização e apoio técnico pela escala e pelo risco da atividade.

Primeiro teste de aplicação

Escolher uma cadeia e um território com possibilidade legal de atendimento. Testar triagem, orientação, qualidade dos processos e rastreabilidade com os órgãos envolvidos. Medir conformidade e recuperação, além do tempo de resposta, antes de ampliar o serviço.

Conformidade

Origem

Recuperação

Processos e operações em situação regular.

Produção com rastreabilidade verificável.

Áreas e obrigações ambientais validadas.

A regularização assistida depende da elegibilidade de cada atividade. Estados sem prioridade mineral podem concentrar sua carteira em outros planos, mantendo o método de diagnóstico e seleção.

Conexões: 04 · Transformação Mineral | 06 · Produção Territorial | Eixos A e D

Base federal: Agência Nacional de Mineração, Exploração Mineral e orientações dos regimes de aproveitamento. Consulta editorial: novembro de 2026.

PROJETO 04

04

Plano de Transformação Mineral

Aplicação no Pará e adaptação a outros estados



Imagem ilustrativa gerada por inteligência artificial.

IDEIA CENTRAL A agregação de valor depende de tecnologia, condições de produção e mercado.

Industrialização, tecnologia, minerais críticos e soberania econômica

Essência do plano

“O Pará não pode ser apenas o território de onde o minério sai; precisa ser onde a riqueza se transforma.”

O Plano de Transformação Mineral integra industrialização, tecnologia, minerais críticos e soberania econômica ao Plano de Modernização do Estado do Pará.

Objetivo: ampliar a participação do Pará nas etapas de transformação e nos serviços da cadeia mineral, com fornecedores competitivos, qualificação, inovação e avaliação dos efeitos econômicos e ambientais.

Nota institucional e jurídica

Este documento constitui proposta técnica de política pública. Não substitui parecer jurídico formal da Procuradoria-Geral do Estado, da Agência Nacional de Mineração, da SEMAS, da SEDEME, da SEFA ou de qualquer órgão competente. A redação respeita a competência da União sobre os recursos minerais e sobre as outorgas minerárias e concentra a atuação estadual em desenvolvimento econômico, política industrial, licenciamento ambiental, formação profissional, inovação, transparência, governança, articulação federativa e incentivos condicionados.

O plano deve atuar de forma integrada ao Plano de Regularização Mineral, responsável por regularização, cooperativismo, transparência e rastreabilidade da mineração, e à política nacional de minerais críticos e estratégicos,

e aos estudos de arranjos territoriais de transformação, conforme o marco federal.

Integração dos planos: o Plano de Regularização Mineral organiza a base da legalidade. Transformação Mineral apoia a

industrialização. Um abre caminho para trabalhar certo; o outro, para transformar minério em indústria, renda, conhecimento e poder econômico.

Sumário executivo

O Plano de Transformação Mineral é uma política pública estadual destinada a transformar o Pará em plataforma brasileira de minerais críticos, transformação mineral, inovação tecnológica, formação profissional, fornecedores locais e desenvolvimento regional.

O cenário mundial favorece o Pará. A transição energética, a digitalização da economia, a expansão dos veículos elétricos, a demanda por baterias, a ampliação das redes elétricas, a indústria verde e a segurança de suprimentos elevam a

importância de minerais como cobre, níquel, grafite, lítio, cobalto, manganês, terras raras, bauxita, alumínio, fosfato e outros insumos estratégicos. A Agência Internacional de Energia registrou forte crescimento da demanda por minerais energéticos em 2024 e projeta expansão estrutural para os minerais essenciais à transição energética [R3][R4].

O Banco Mundial estima que a produção de minerais como grafite, lítio e cobalto poderá crescer quase 500% até 2050 para atender às tecnologias de energia limpa e que mais de 3 bilhões de toneladas de minerais e metais serão necessárias para energia eólica, solar e geotérmica e armazenamento de energia em cenário de aquecimento abaixo de 2 °C [R5].

A Lei nº 15.506/2026 instituiu a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e o CIMCE [R6][R18]. O enquadramento e o acesso aos instrumentos exigem regras de execução e análise próprias. Já o PL nº 4.443/2025, com proposta de ZPTMs, segue em tramitação em 01/11/2026: não equivale a uma zona já autorizada [R1].

O Pará precisa aproveitar essa janela histórica. A mineração já movimenta arrecadação, empregos e grandes projetos, mas parte expressiva da cadeia de maior valor ainda se realiza fora do Estado: metalurgia avançada, refino, componentes, equipamentos, serviços especializados, tecnologia, pesquisa e propriedade intelectual. O objetivo é virar a chave: sair do ciclo de minério bruto para a economia mineral inteligente.

O plano propõe 16 eixos de modernização:

política estadual de minerais críticos; ZPTM Carajás; verticalização; mapa estratégico mineral; Escola Técnica da Nova Mineração; centro de tecnologia mineral; fornecedores locais; logística; energia; licenciamento estratégico; economia circular; fertilizantes; fundo de transição mineral; diretrizes territoriais pós-CFEM; transparência e comunicação pública.

Essência: o subsolo é da União, mas a cidade, o trabalhador, o impacto, o futuro e a oportunidade são do Pará.

Resumo direto: o mundo quer os minerais que o Pará tem. Quem vende apenas minério bruto fica com parcela limitada do valor; quem transforma agrega indústria, tecnologia, emprego e autonomia econômica.

Estrutura do plano

1. Contexto estratégico.
2. Diagnóstico do modelo mineral.
3. Visão, objetivos e princípios.
4. Base legal.
5. Arquitetura do plano.
6. Eixos de aplicação.
7. Regiões e projetos.
8. Instrumentos e contrapartidas.
9. Governança e regularização.
10. Implantação.
11. Indicadores e riscos.
12. Minutas normativas.
13. Participação e implementação.
14. Referências consultadas.

1 Contexto estratégico mundial, nacional e paraense

1.1 O novo ciclo mundial dos minerais críticos

O século XXI está criando uma nova corrida por minerais. A disputa não é apenas por reservas, mas por cadeias completas: pesquisa, lavra, beneficiamento, transformação, refino, componentes, logística, reciclagem e certificação de origem.

A transição energética aumentou a centralidade dos minerais usados em veículos elétricos, baterias, turbinas eólicas, painéis solares, redes elétricas, armazenamento de energia, equipamentos industriais e tecnologias digitais. A Agência Internacional de Energia aponta que a demanda por lítio subiu quase 30% em 2024, enquanto níquel, cobalto, grafite e terras raras cresceram de 6% a 8%, puxados por veículos elétricos, baterias, renováveis e redes [R4].

Além da energia limpa, a economia digital amplia a demanda por semicondutores, data centers, infraestrutura de energia, cabos, equipamentos eletrônicos, defesa, telecomunicações e automação industrial. Isso faz com que minerais deixem de ser apenas assunto de geologia e se tornem tema de segurança econômica.

A geopolítica reforça esse movimento. Países e blocos econômicos procuram reduzir dependências concentradas em poucos fornecedores, diversificar cadeias e criar mecanismos de coordenação sobre minerais críticos. A pauta passou a integrar agendas de segurança de suprimento, indústria e soberania [R8].

1.2 O Brasil entrou na pauta

O Brasil reúne produção mineral, conhecimento e oportunidades industriais. A referência nacional vigente é a Lei nº 15.506/2026. Sua aplicação ao plano exige verificar substâncias, projetos, instrumentos e atos de execução pertinentes, com análise técnica e socioambiental [R6][R18].

O enquadramento de substâncias como críticas ou estratégicas deve ser confirmado nos atos federais aplicáveis. Fontes anteriores à nova lei servem de contexto histórico. O PL nº 4.443/2025 é referência da proposta de ZPTMs; sua tramitação e eventual aprovação devem ser acompanhadas separadamente [R1][R9][R18].

1.3 O Pará no centro da oportunidade

O Pará é uma das principais potências minerais do Brasil. O Estado concentra grandes projetos, logística mineral consolidada, portos, ferrovia, experiência operacional, presença de empresas de grande porte e municípios cuja vida econômica está diretamente vinculada ao ciclo mineral.

Essa força ainda não se converteu plenamente em base industrial diversificada. A principal oportunidade é transformar o debate mineral em projeto de modernização econômica: industrializar, formar pessoas, desenvolver fornecedores locais, atrair tecnologia, organizar logística e preparar o pós-minério.

Leitura estratégica: o Pará já participa da etapa de extração. O desafio é avançar nas etapas que pagam melhor: transformação, tecnologia, serviços especializados, componentes, certificação e inovação.

1.4 Marco nacional e arranjos territoriais

O planejamento deve combinar o marco federal vigente com estudos de competitividade, mercado e infraestrutura. A ZPTM Carajás permanece hipótese de arranjo territorial, condicionada à base federal específica e às decisões competentes [R1][R18].

A preparação pode avançar em formação, fornecedores, inovação e pré-viabilidade industrial. Diagnóstico, projetos e governança organizam a demanda sem pressupor incentivos, enquadramentos ou autorizações já concedidos.

2 Diagnóstico do modelo mineral atual

O modelo atual da mineração paraense gera riqueza, mas ainda opera com baixa captura local das etapas industriais mais sofisticadas. A economia mineral tem força, mas a cadeia de valor está incompleta dentro do território estadual.

Modelo atual	Consequência para o Pará	Virada proposta
Extrair e exportar matériaprima	Baixa captura de valor industrial	Transformar e industrializar dentro do Estado
Fornecedores locais pouco integrados	Micro e pequenas empresas ficam fora dos grandes contratos	Plano Fornecedor Paraense Estratégico
Formação técnica insuficiente para indústria 4.0	Empregos qualificados podem ser ocupados por mão de obra de fora	Escola Técnica da Nova Mineração Paraense

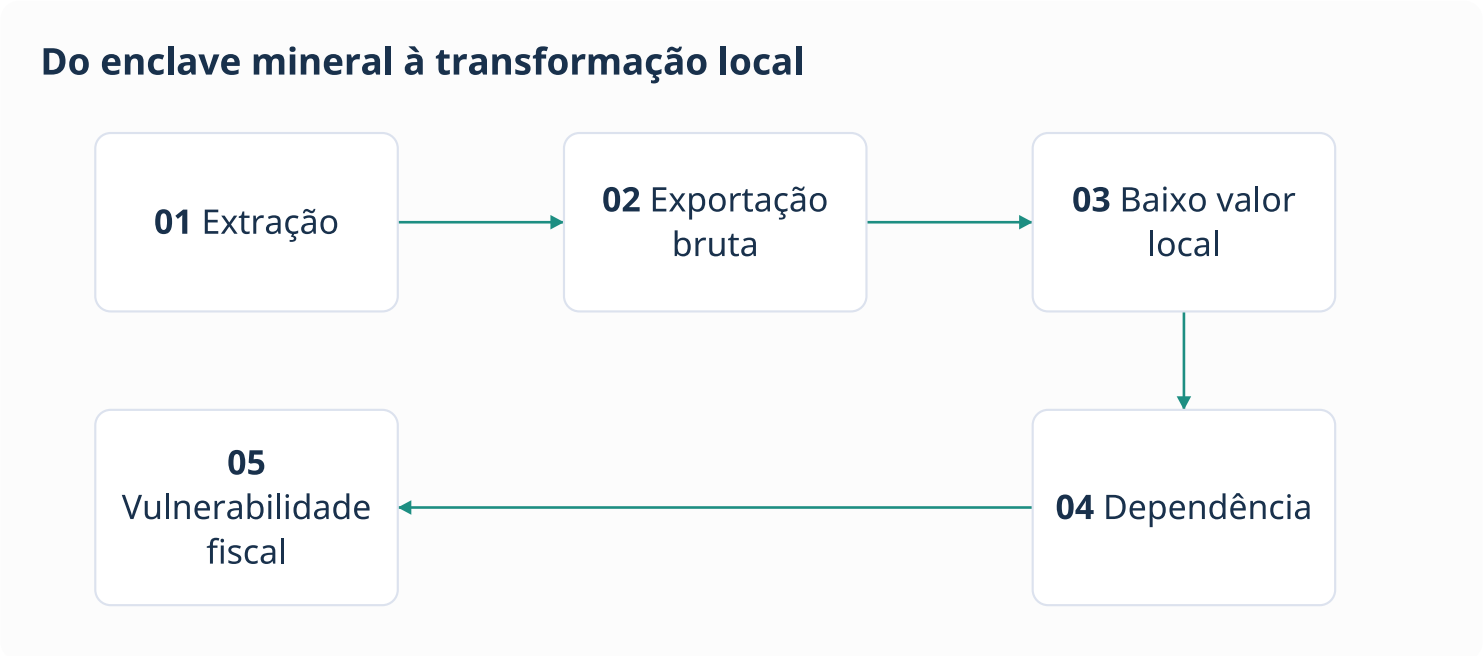
Modelo atual	Consequência para o Pará	Virada proposta
Municípios dependentes da CFEM	Risco fiscal e social no pós-minério	Fundo Pará Futuro Mineral e planos de diversificação
Licenciamento e planejamento fragmentados	Insegurança, lentidão e conflito narrativo	Licenciamento estratégico, digital, transparente e por risco
Rejeitos vistos apenas como passivo	Custo ambiental e perda de oportunidades	Economia circular e reaproveitamento seguro
Informação dispersa	Planejamento no escuro	Mapa Estratégico Mineral do Pará

2.1 Quatro gargalos que travam a modernização

Gargalo	Descrição	Resposta do plano
Estrutural	O Estado participa fortemente da extração, mas menos da transformação e da fabricação de produtos derivados.	ZPTM, incentivos condicionados, atração industrial e política de verticalização.
Humano	A população local ainda não está plenamente preparada para os empregos técnicos da nova economia mineral.	Escola Técnica, bolsas, cursos rápidos, certificação e parcerias com SENAI, IFPA, UFPA e empresas.
Empresarial	Empresas paraenses não acessam plenamente os contratos da cadeia mineral.	Plano Fornecedor Paraense Estratégico, metas de compras locais e transparência.
Do futuro	Municípios mineradores podem ficar dependentes da arrecadação mineral sem construir alternativas econômicas.	Fundo de transição, planos pós-CFEM e carteira de diversificação regional.

2.2 O ciclo que precisa ser substituído

Figura 1 - O ciclo que precisa ser substituído



Ciclo atual: extração - transporte - exportação - baixa transformação local - dependência fiscal e econômica.

Ciclo proposto: pesquisa e dados - extração responsável - beneficiamento - transformação - indústria - fornecedores locais - inovação - economia circular - diversificação regional.

Resultado desejado: minério extraído, beneficiado, transformado, certificado, industrializado e convertido em emprego e conhecimento no Pará.

Minério transformado gera indústria. Indústria gera fornecedores. Fornecedores geram capital humano. É assim que o Pará muda de patamar.

3 Tese, visão, objetivos e princípios

3.1 Tese de desenvolvimento

O Pará deve deixar de ser tratado apenas como território de extração e se afirmar como território de transformação mineral, indústria verde, tecnologia aplicada, emprego qualificado e desenvolvimento regional.

A pauta mineral precisa ser traduzida em linguagem popular: o que está em jogo não é apenas cobre, ferro, bauxita, níquel ou manganês; é emprego para o jovem, contrato para a empresa local, escola técnica, cidade menos dependente da CFEM, estrada melhor, energia para a indústria e futuro para os municípios mineradores.

3.2 Visão de futuro

A visão de longo prazo é consolidar o Pará como polo de transformação mineral, tecnologia aplicada, economia circular, formação profissional e desenvolvimento regional, conforme a viabilidade das cadeias e os resultados dos projetos.

3.3 Objetivo geral

Criar uma política estadual de minerais críticos, estratégicos e transformação mineral para posicionar o Pará como plataforma brasileira de industrialização mineral, inovação tecnológica, formação profissional, fornecedores locais, mineração responsável e preparação para o pós-minério.

3.4 Objetivos específicos

1. Instituir a Política Estadual de Minerais Críticos, Estratégicos e Transformação Mineral do Pará.

2. Defender e estruturar a ZPTM Carajás como projeto prioritário do Estado.

3. Criar o Mapa Estratégico Mineral do Pará, integrado a dados públicos e bases federais.

4. Aumentar a agregação de valor local aos bens minerais produzidos no Estado.

5. Atrair indústrias de beneficiamento, metalurgia, refino, componentes, equipamentos e tecnologia mineral.

6. Desenvolver o plano Fornecedor Paraense Estratégico e integrar empresas locais à cadeia.

7. Estruturar a Escola Técnica da Nova Mineração Paraense para formação profissional.

8. Propor o Centro Paraense de Tecnologia Mineral e Transição Energética.

9. Apoiar economia circular, reaproveitamento seguro de rejeitos e reciclagem.

10. Propor o Fundo Pará Futuro Mineral para inovação, formação, infraestrutura e diversificação econômica.

11. Preparar municípios mineradores para o pós-CFEM com planos regionais de transição econômica.

12. Integrar mineração, energia, logística, meio ambiente, indústria, ciência, tecnologia e educação profissional.

13. Ampliar transparência, rastreabilidade, segurança jurídica e controle social sobre projetos estratégicos.

14. Articular o Pará com ANM, MME, BNDES, FINEP, universidades, municípios e setor produtivo.

3.5 Princípios orientadores

Princípio	Aplicação prática
Riqueza mineral com valor local	A produção mineral deve gerar mais emprego, indústria, conhecimento e renda dentro do Pará.
Verticalização responsável	Incentivos devem priorizar beneficiamento, transformação e agregação de valor.
Sustentabilidade real	Mineração moderna precisa de rastreabilidade, recuperação ambiental e controle técnico.
Formação do paraense	A população local deve ser preparada para os empregos técnicos e industriais.
Fornecedor local forte	Grandes projetos devem desenvolver empresas paraenses, não apenas contratar de fora.
Pós-minério planejado	A riqueza do subsolo deve financiar alternativas econômicas permanentes.
Tecnologia e inovação	O Estado deve sair de extrator para polo de conhecimento.
Transparência e controle social	Dados, metas, contrapartidas e resultados devem ser acompanhados publicamente.
Competência federativa respeitada	O Estado não cria outorga mineral; organiza política industrial, ambiental, tecnológica e de desenvolvimento.

4 Base legal e institucional

O plano deve ser juridicamente desenhado para não invadir competência federal. A Constituição define que os recursos minerais pertencem à União; a ANM cuida das outorgas minerárias. O Estado possui campo amplo para atuar em desenvolvimento econômico, licenciamento ambiental, política industrial, educação profissional, inovação, logística, incentivos, transparência, fiscalização ambiental e articulação federativa.

Base	Como sustenta o plano
Constituição Federal	Define titularidade federal dos recursos minerais, competências ambientais e dever de recuperação do meio ambiente degradado [R10].
Código de Mineração	Rege os regimes minerários, a pesquisa, a lavra, as concessões e as obrigações do titular [R11].
Lei nº 13.575/2017	Cria a ANM, competente pela regulação e fiscalização minerária [R12].
Decreto nº 10.657/2021	Institui a Política Pró-Minerais Estratégicos, relevante para empreendimentos estratégicos e licenciamento [R13].
Lei 15.506/2026	Institui a PNMCE e o CIMCE; aplicação sujeita aos atos e requisitos pertinentes [R18].
Política nacional do MME	Conecta minerais críticos com indústria, energia, sustentabilidade, transição energética e desenvolvimento econômico [R6].
SIGMINE e Cadastro Mineiro	Permitem consulta territorial, processos, substâncias, fases e dados para apoiar o Mapa Estratégico Mineral [R14].
Protocolo Digital da ANM	Permite protocolos e serviços digitais federais e deve ser integrado aos fluxos estaduais de orientação [R15].
Lei de Governo Digital	Ampara portal, atendimento digital, serviços on-line, linguagem simples e simplificação administrativa [R16].
LGPD	Define regras para tratamento de dados pessoais em mapas, cadastros, painéis e sistemas de transparência [R17].
Regularização Mineral	Fornece a base estadual de regularização, rastreabilidade, cooperativismo, trabalhadores, máquinas e transparência.

4.1 O que o Estado pode fazer sem invadir competência federal

• Criar política estadual de minerais críticos e transformação mineral. • Definir prioridades econômicas e industriais do Estado. • Estruturar mapas públicos com base em dados oficiais e transparência ativa. • Licenciar ambientalmente conforme competência estadual e legislação aplicável. • Criar incentivos fiscais e creditícios dentro da legislação estadual. • Exigir contrapartidas de projetos beneficiados por incentivos estaduais. • Criar planos de formação técnica e qualificação profissional.

• Criar fundo estadual de inovação, infraestrutura e transição mineral. • Promover fornecedores locais, certificação, compras e rodadas de negócios. • Firmar convênios com ANM, MME, BNDES, FINEP, universidades e municípios. • Propor ZPTM ao Poder Executivo Federal, nos termos da política nacional.

4.2 O que o Estado não deve fazer

• Não conceder autorização de pesquisa mineral, concessão de lavra, Permissão de Lavra Garimpeira ou outro título federal.

• Não prometer regularização de área proibida ou ambientalmente inviável.

• Não anistiar ilegalidade mineral ou ambiental.

• Não criar benefício sem contrapartida local mensurável.

• Não transformar licenciamento estratégico em porteira aberta.

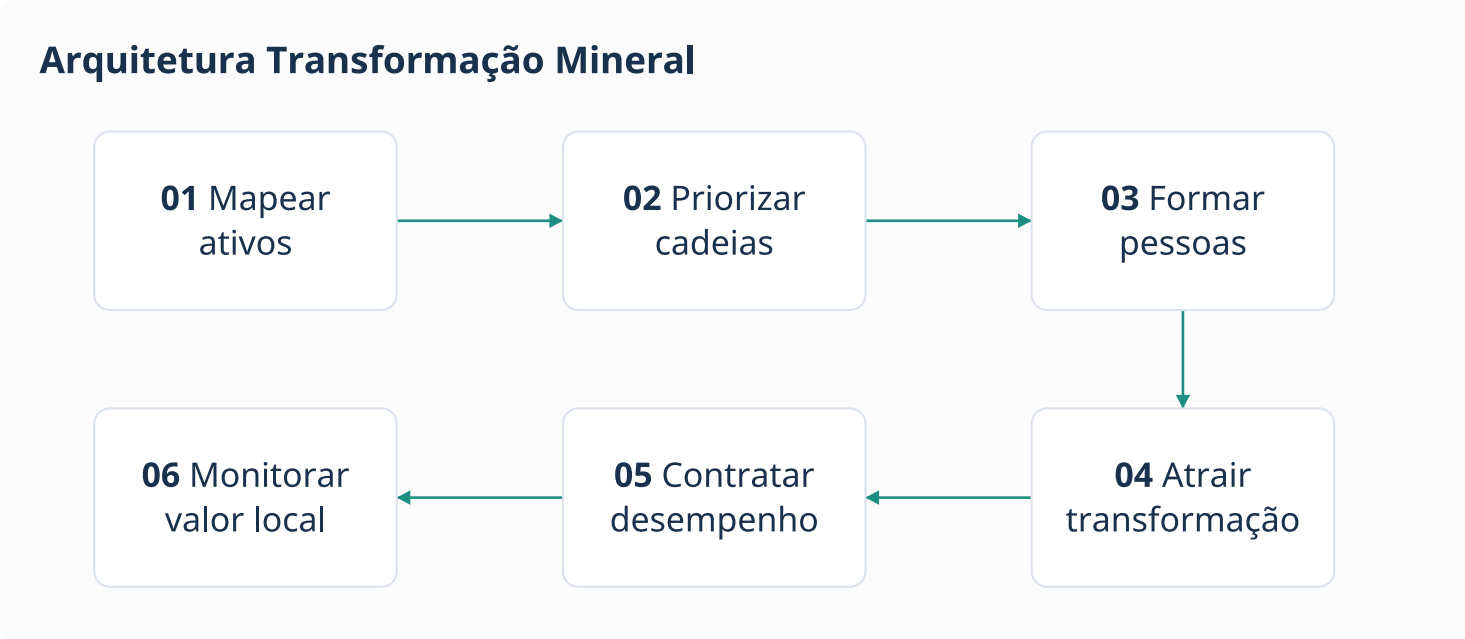
• Não substituir a ANM, a União ou os órgãos ambientais competentes.

5 Arquitetura completa do Plano de Transformação Mineral

O plano deve funcionar como ecossistema de modernização econômica, combinando instrumentos legais, tecnológicos, financeiros, educacionais, industriais, ambientais e federativos.

Componente	Função
1. Política Estadual de Minerais Críticos	Define prioridades, instrumentos, governança, metas e integração com a política nacional.
2. ZPTM Carajás	Prepara uma proposta para Carajás-Marabá, condicionada à base legal e à decisão federal.
3. Mapa Estratégico Mineral do Pará	Integra dados de minerais, áreas, infraestrutura, energia, logística, licenciamento e oportunidades.
4. plano de Verticalização Mineral	Atrai empresas para beneficiamento, metalurgia, componentes, equipamentos, fertilizantes e tecnologia.
5. Fornecedor Paraense Estratégico	Qualifica e insere empresas locais nos contratos da mineração e da indústria mineral.
6. Escola Técnica da Nova Mineração Paraense	Forma mão de obra para manutenção, automação, laboratório, logística, meio ambiente e indústria.
CTM Pará 7.	Centro de tecnologia mineral, reaproveitamento de rejeitos, reciclagem, inovação e transição energética.
8. Logística e Energia para Industrialização	Planeja corredores, distritos, subestações, portos, ferrovias e energia competitiva.
9. Economia Circular Mineral	Transforma rejeitos e resíduos em matéria-prima segura, reduz passivos e cria novas indústrias.
10. Fundo Pará Futuro Mineral	Financia formação, inovação, infraestrutura, diversificação regional e preparação pós-CFEM.
11. Conselho Estadual	Garante governança, controle social, metas, relatórios e articulação federativa.
12. Painel Público de Indicadores	Mostra investimentos, empregos, contrapartidas, compras locais, formação, projetos e metas.

Figura 2 - Fluxo da arquitetura geral



1. Diagnóstico mineral, econômico, logístico e industrial do Estado.

2. Definição das cadeias prioritárias e regiões estratégicas.

3. Estruturação dos instrumentos estaduais e estudos da ZPTM, condicionada ao marco federal.

4. Implantação dos instrumentos operacionais: mapa, portal, escola técnica, fornecedores e centro tecnológico.

5. Atração de investimentos com contrapartidas locais.

6. Monitoramento por indicadores, relatório anual e revisão periódica.

Resultado: mineração mais industrializada, transparente, sustentável e geradora de oportunidades.

6 Eixos estruturantes detalhados

6.1 Eixo 1 - Política Estadual de Minerais Críticos, Estratégicos e Transformação Mineral

Objetivo: criar política estadual permanente para orientar decisões de governo, incentivos, investimentos, formação profissional, inovação e articulação federativa.

Ações principais:

• Elaborar minuta de lei estadual com princípios, objetivos, instrumentos e governança.

• Criar lista estadual indicativa de minerais críticos e estratégicos do Pará.

• Definir cadeias prioritárias por região e potencial de agregação de valor.

• Integrar a política com educação profissional, logística, energia e desenvolvimento regional.

• Prever revisão bienal da lista estadual e do plano de ação.

Entregas: projeto de lei pronto para protocolo; lista preliminar publicada por decreto ou resolução; carteira de cadeias produtivas prioritárias; proposta de ação de longo prazo integrado ao Plano de Modernização; relatório bienal de atualização estratégica.

Indicadores: lei aprovada; lista publicada; número de cadeias priorizadas; relatórios de revisão publicados.

6.2 Eixo 2 - ZPTM Carajás

Objetivo: estruturar a Zona de Processamento de Transformação Mineral de Carajás como projeto-âncora para transformar o sudeste paraense em polo de indústria mineral, metalmecânica, tecnologia e serviços especializados.

Ações principais: criar grupo técnico para delimitar a proposta; articular municípios do corredor Carajás-Marabá e setor produtivo; mapear áreas industriais, energia, logística, água, mão de obra e licenciamento; apresentar proposta formal ao Governo Federal quando a política nacional permitir; criar carteira de empresas-alvo.

Entregas: dossiê técnico da ZPTM; consórcio ou comitê regional de municípios; mapa de áreas aptas e infraes- trutura necessária; proposta formal protocolada; plano de atração industrial com metas e contrapartidas.

Indicadores: proposta protocolada; municípios aderentes; empresas prospectadas; investimentos anunciados; empregos previstos.

6.3 Eixo 3 - Verticalização e agregação de valor

Objetivo: reduzir a dependência da exportação de matéria-prima bruta e ampliar etapas industriais no território paraense.

Ações: criar plano de incentivos condicionados à transformação mineral local; priorizar cadeias de ferro, cobre, níquel, manganês, bauxita, alumínio, calcário, fertilizantes, materiais industriais e equipamentos; definir contrapartida local mínima; criar contratos de desempenho; publicar relatório anual de valor agregado.

Entregas: plano estadual de verticalização mineral; matriz de cadeias prioritárias; modelo de termo de contrapartida; painel de acompanhamento dos incentivos; relatório de agregação de valor por cadeia.

Indicadores: projetos beneficiados; empregos industriais; compras locais; valor agregado estimado; metas cumpridas.

6.4 Eixo 4 - Mapa Estratégico Mineral do Pará

Objetivo: organizar dados territoriais, minerais, econômicos, ambientais, logísticos e industriais para orientar decisões públicas e privadas.

Ações: integrar dados de ANM, SEDEME, SEMAS, SEFA, SGB / CPRM, universidades e municípios; mapear áreas produtivas, disponíveis, tituladas, infraestrutura e restrições; criar painel de transformação, logística e energia; integrar o mapa ao Plano de Regularização Mineral; publicar versão pública protegendo dados sensíveis.

Entregas: atlas mineral estratégico; dashboard público; camadas de infraestrutura industrial, logística e energia; relatórios regionais por polo.

Indicadores: mapa publicado; bases integradas; municípios mapeados; consultas ao painel; relatórios emitidos.

6.5 Eixo 5 - Escola Técnica da Nova Mineração Paraense

Objetivo:

preparar jovens e trabalhadores para empregos da mineração moderna, indústria mineral, automação, manutenção e tecnologia aplicada.

Ações: criar polos de formação em regiões mineradoras e industriais; firmar parcerias com IFPA, SENAI, UEPA, UFPA, empresas e municípios; ofertar cursos de curta duração, técnicos e certificações; criar trilhas para jovens, trabalhadores locais e mulheres; vincular incentivos estaduais a metas de contratação de mão de obra formada no Pará.

Entregas: plano estadual de formação; matriz curricular por cadeia; polos regionais; banco de talentos mineral-industrial; relatório de empregabilidade.

Indicadores: alunos matriculados; certificados; taxa de empregabilidade; empresas parceiras; municípios atendidos.

6.6 Eixo 6 - Centro Paraense de Tecnologia Mineral e Transição Energética

estruturar o CTM Pará, centro proposto de pesquisa aplicada, tecnologia mineral, reciclagem e descarbonização industrial.
Objetivo:

Ações: estruturar rede com universidades, SENAI, EMBRAPII, BNDES, FINEP e empresas; priorizar problemas reais da cadeia paraense; criar laboratórios móveis e unidades regionais; apoiar projetos de baixo carbono, automação, inteligência artificial e rastreabilidade; conectar startups, fornecedores e grandes empresas.

Rede CTM Pará; agenda de pesquisa aplicada; laboratórios regionais ou convênios laboratoriais;

Entregas: editais de inovação mineral; plano de startups e desafios tecnológicos.

Indicadores: projetos de P&D; patentes e protótipos; empresas atendidas; editais lançados; recursos captados.

6.7 Eixo 7 - Fornecedor Paraense Estratégico

Objetivo: inserir micro, pequenas e médias empresas paraenses nas cadeias de suprimento da mineração, transformação mineral e projetos industriais.

Ações: criar cadastro estadual; definir certificação de capacidade técnica, fiscal, trabalhista e ambiental; realizar rodadas de negócios; criar crédito e assistência gerencial; exigir plano de compras locais em projetos incentivados.

Entregas: Portal do Fornecedor Paraense Estratégico; selo de fornecedor certificado; agenda anual de rodadas; linha de crédito ou voucher de certificação; painel público de compras locais.

Indicadores: fornecedores cadastrados e certificados; valor contratado localmente; rodadas realizadas; empresas financiadas.

6.8 Eixo 8 - Logística mineral e corredores de desenvolvimento

Objetivo:

transformar corredores de escoamento mineral em corredores de desenvolvimento industrial, logístico e urbano.

Ações: mapear gargalos rodoviários, ferroviários, portuários, hidroviários e de armazenagem; priorizar Carajás, Marabá, Barcarena, oeste do Pará, Tapajós e Xingu; estruturar terminais intermodais e distritos industriais; articular Novo PAC, BNDES, concessões e PPPs; criar carteira de obras estratégicas.

Entregas: mapa de gargalos e prioridades; carteira estadual de infraestrutura; projetos executivos ou pré- estudos; agenda de financiamento; painel de obras.

Indicadores: obras priorizadas; recursos captados; redução de gargalos; distritos conectados; projetos em execução.

6.9 Eixo 9 - Energia competitiva para industrialização

Objetivo: garantir energia firme, confiável e competitiva para polos de transformação mineral e distritos industriais.

Ações: mapear demanda; planejar subestações, linhas e reforços de rede; avaliar solar, biomassa e soluções híbridas; articular contratos de energia; criar mesa técnica energia-mineração-indústria.

Entregas: plano energético dos polos; carteira de subestações e reforços; estudos de renováveis complementa- res; modelo de negociação para indústrias; mesa técnica permanente.

Indicadores: demanda mapeada; obras energéticas priorizadas; polos atendidos; indústrias atraídas; confiabilidade do fornecimento.

6.10 Eixo 10 - Licenciamento estratégico com segurança ambiental

Objetivo: criar fluxo estadual diferenciado para projetos estratégicos, garantindo previsibilidade, rapidez técnica e proteção ambiental real.

Ações: digitalizar e padronizar o fluxo; criar matriz de risco por porte, substância, localização e impacto; definir prazos e escalonamento; integrar licenciamento, fiscalização, recuperação e transparência; diferenciar o bom empreendedor do reincidente em fraude ou dano.

Entregas: fluxo de licenciamento estratégico; matriz estadual de risco; painel de prazos e pendências; sistema de monitoramento ambiental; regras de suspensão de benefícios.

Indicadores: tempo médio; pendências resolvidas; projetos monitorados; infrações reduzidas; recuperação validada.

6.11 Eixo 11 - Economia circular mineral e reaproveitamento de rejeitos

Objetivo: transformar passivos em oportunidades industriais, reduzindo impacto e criando novas cadeias.

Ações: inventariar rejeitos, resíduos e passivos; financiar pesquisa; estimular reciclagem mineral e sucata tecnológica; criar normas para uso seguro em construção e materiais industriais; inserir economia circular como contrapartida de grandes projetos.

Entregas: inventário estadual; editais de pesquisa; projetos-piloto; normas e protocolos; contrapartidas ambientais e industriais.

Indicadores: rejeitos mapeados; projetos; toneladas reaproveitadas; passivos reduzidos; empresas instaladas.

6.12 Eixo 12 - Fertilizantes, corretivos e segurança alimentar

Objetivo: conectar mineração estratégica à produção rural, agricultura familiar, agronegócio e redução da dependência de insumos importados.

Ações: mapear calcário, fosfato, potássio, remineralizadores e corretivos; apoiar cadeias regionais; integrar SEDEME, agricultura, Emater, produtores e universidades; criar plano de remineralização e correção de solos quando adequado; atrair empresas.

Entregas: mapa de insumos minerais agrícolas; plano de corretivos regionais; pilotos com produtores; relatórios técnicos; carteira de empresas-alvo.

Indicadores: áreas mapeadas; produtores atendidos; projetos implantados; redução de custo logístico; empresas atraídas.

6.13 Eixo 13 - Fundo Pará Futuro Mineral

Objetivo:

converter riqueza mineral em ativos permanentes: gente formada, infraestrutura, inovação, diversificação e cidades preparadas para o pós-minério.

Ações: criar fundo ou mecanismo financeiro com governança clara; definir fontes públicas, federais, privadas e internacionais; priorizar formação, inovação, fornecedores, economia circular e infraestrutura; vincular recursos a metas; publicar relatório financeiro e de impacto.

Entregas: lei do fundo ou mecanismo equivalente; manual de governança e critérios; carteira de projetos financiáveis; chamadas públicas anuais; prestação de contas.

Indicadores: recursos captados; projetos financiados; municípios beneficiados; alunos e empresas apoiados; impacto econômico.

6.14 Eixo 14 - Diretrizes territoriais de transição pós-CFEM

Objetivo:

apoiar municípios mineradores na construção de alternativas econômicas antes da queda de produção, arrecadação ou encerramento de minas.

Ações: criar metodologia estadual; apoiar fundos locais e carteiras de diversificação; priorizar turismo, agroindústria, tecnologia, serviços, formação e infraestrutura urbana; mapear dependência fiscal; estabelecer metas de diversificação.

Entregas: guia estadual do pós-CFEM; diretrizes territoriais-piloto; diagnóstico de dependência; carteira de diversificação; relatório anual de transição.

Indicadores: municípios com plano; fundos locais; projetos de diversificação; dependência fiscal reduzida; investimento fora da mineração.

6.15 Eixo 15 - Transparência, dados e painel público

Objetivo: criar confiança por dados, indicadores, contrapartidas e resultados mensuráveis.

Ações: publicar projetos, incentivos, contrapartidas e metas; integrar compras locais, empregos, cursos, licenciamento e investimentos; publicar relatório anual; permitir controle social; proteger dados conforme LGPD.

Entregas: dashboard; relatório anual; painéis de incentivos, contrapartidas, compras e empregos; política de dados e LGPD.

Indicadores: painéis ativos; indicadores publicados; relatórios anuais; projetos monitorados; acessos públicos.

6.16 Eixo 16 - Informação e cooperação institucional

Objetivo: ampliar o acesso a informações técnicas, organizar a participação dos interessados e apoiar a cooperação entre instituições, empresas, trabalhadores e comunidades.

Ações: disponibilizar materiais técnicos acessíveis; realizar consultas regionais; ouvir empresas, trabalhadores, comunidades e instituições; organizar a cooperação entre órgãos públicos e entidades de conhecimento; publicar informações sobre projetos e resultados.

Entregas: materiais técnicos acessíveis; calendário de consultas; relatórios de contribuições; apresentação institucional; compromissos de cooperação e grupo técnico interinstitucional.

Indicadores: consultas realizadas; municípios participantes; entidades envolvidas; contribuições respondidas; acordos de cooperação e projetos protocolados.

7 Regiões prioritárias e carteira de projetos-âncora

O plano deve evitar concentração em um único território. Carajás é a vitrine mais evidente, mas o Estado precisa organizar polos complementares no oeste, Tapajós, Barcarena, Trombetas, Transamazônica, Xingu, nordeste e sul do Pará.

Região	Vocação principal
Carajás e municípios do sudeste	Ferro, cobre, níquel, manganês, ouro, metalmecânica, serviços industriais e tecnologia mineral.
Marabá e corredor Tocantins- Araguaia	Transformação mineral, metalurgia, siderurgia, logística, distribuição e indústria de equipamentos.
Barcarena e nordeste	Bauxita, alumina, alumínio, porto, indústria eletrointensiva e exportação.
Tapajós	Mineração legal, logística hidroviária, ouro rastreado, fertilizantes e cooperativismo.
Trombetas, Juruti e Oriximiná	Bauxita, logística, compensações, desenvolvimento local e verticalização.

Região	Vocação principal
Altamira, Xingu e Transamazônica	Minerais agrícolas, corretivos, agroindústria, infraestrutura e desenvolvimento regional.
Redenção, Xinguara, Ourilândia, Tucumã e São Félix	Integração com Carajás, cobre, níquel, ouro, pecuária e cadeias de serviços.

7.1 Carteira de projetos-âncora

Projeto	Descrição
ZPTM Carajás	Zona de processamento e transformação mineral articulando produção, indústria, logística, formação e fornecedores.
Mapa Estratégico Mineral do Pará	Atlas digital para orientar investimentos, licenciamento, infraestrutura, formação e oportunidades.
Escola Técnica da Nova Mineração	Rede de formação profissional em polos minerais e industriais.
Fornecedor Paraense Estratégico	Certifica, financia e insere empresas locais nos contratos.
CTM Pará	Tecnologia mineral, rejeitos, reciclagem e inovação aplicada.
Fundo Pará Futuro Mineral	Financia transição, formação, inovação e diversificação regional.
Economia Circular Mineral	Inventário e pilotos de reaproveitamento de rejeitos e resíduos.
Fertilizantes e Corretivos do Pará	Cadeia regional para agricultura, solos e segurança alimentar.
Planos Municipais Pós-CFEM	Planejamento da transição econômica dos municípios mineradores.

7.2 Matriz de oportunidades por cadeia mineral

Cadeia	Oportunidades industriais	Projetos prioritários	Prioridade
Ferro	Pelotização, ligas, metalmecânica, peças, manutenção, equipamentos e siderurgia seletiva.	ZPTM Carajás, Escola Técnica, Fornecedor Paraense e corredor Carajás-Marabá.	Máxima
Cobre	Cabos, componentes elétricos, condutores, equipamentos, ligas e indústria energética.	Distrito de transformação, hub metalmecânico, terminal intermodal e polo de fornecedores.	Máxima
Níquel e manganês	Ligas, baterias, componentes industriais e tecnologias da transição energética.	Energia, fornecedores, formação técnica, P&D e atração especializada.	Alta
Bauxita, alumina e alumínio	Alumínio, reciclagem, componentes, embalagens, estruturas e indústria eletrointensiva.	Polo Alumínio 4.0, Barcarena, energia competitiva, reciclagem e inovação.	Máxima
Ouro	Rastreabilidade, certificação, tecnologia, joalheria e cooperativismo regularizado.	Tapajós Mineral Legal, integração com o Plano de Regularização Mineral e fiscalização inteligente.	Alta
Calcário, fosfato e potássio	Fertilizantes, corretivos, remineralizadores e insumos agrícolas.	Mapeamento de demanda, plano de solos e integração mineração-agroindústria.	Alta
Rejeitos e resíduos	Construção, novos materiais, reciclagem e recuperação ambiental.	Inventário, pesquisa aplicada, protocolos técnicos e pilotos de reaproveitamento.	Média / Alta

8 Instrumentos econômicos, incentivos e contrapartidas

O Estado deve usar incentivos como ferramenta de desenvolvimento, não como benefício sem retorno. Todo apoio público deve vir acompanhado de contrapartida local mensurável.

8.1 Tipos de instrumentos

Instrumento	Uso proposto	Condição mínima
Incentivo fiscal estadual	Atrair indústrias de transformação e fornecedores.	Emprego local, compras locais, instalação no Pará e metas verificáveis.
Crédito e garantias	Financiar fornecedores, certificação, máquinas, inovação e capital de giro.	Regularidade fiscal, plano de crescimento e prestação de contas.
Voucher técnico	Apoiar pequenas empresas em certificação, consultoria, gestão e adequação ambiental.	Inserção em cadeia produtiva e metas de formalização.
Editais de inovação	Financiar tecnologia mineral, reciclagem, rejeitos, automação e rastreabilidade.	Parceria com universidade, centro de pesquisa ou empresa local.
Compras públicas estratégicas	Estimular produtos e serviços locais quando juridicamente possível.	Critérios técnicos, transparência e competitividade.
Infraestrutura compartilhada	Distritos, laboratórios, energia, logística e serviços comuns.	Compartilhamento, metas de uso e retorno público.

8.2 Matriz de contrapartidas obrigatórias

Dimensão	Contrapartidas	Evidência
Emprego	Vagas locais, aprendizagem, contratação de formados no Pará.	Folha, CAGED / eSocial e auditoria.
Formação	Cursos, bolsas, certificações e transferência de conhecimento.	Matrículas, certificados e empregabilidade.
Compras locais	Metas por faixa de valor e desenvolvimento de fornecedores.	Contratos, notas fiscais e painel público.
Tecnologia	P&D, laboratórios, patentes, protótipos e parceria universidade-empresa.	Projetos, relatórios e propriedade intelectual.
Ambiental	Recuperação progressiva, rastreabilidade, redução de emissões e economia circular.	Indicadores e auditorias independentes.
Territorial	Infraestrutura compartilhada, serviços públicos e diversificação.	Projetos entregues, municípios atendidos e impacto.
Transparência	Dados sobre benefício, contrapartidas e resultados.	Relatório anual e painel público.

8.3 Contrato de desempenho

Empresas beneficiadas por incentivos ou priorização estadual devem assinar contrato com metas, prazos, indicadores e consequências pelo descumprimento. Deve haver revisão periódica, suspensão de benefício, devolução proporcional ou perda do selo estratégico em caso grave.

O contrato conterá: identificação do projeto e da cadeia; benefícios concedidos; contrapartidas obrigatórias e facultativas; metas anuais; prazos; auditoria; prestação de contas; cláusulas de suspensão, revisão, devolução e transparência; canal de denúncia e controle social.

9 Governança e integração com a regularização mineral

9.1 Integração entre os dois planos

Regularização Mineral	Transformação Mineral
Regulariza e orienta a mineração.	Industrializa e moderniza a cadeia.
Cadastra mineradores, cooperativas, trabalhadores e máquinas.	Cadastra fornecedores, indústrias, projetos e polos.
Rastreia a produção.	Certifica origem e agregação de valor.
Mapeia oportunidades e outorgas.	Mapeia ativos minerais, logística, energia e indústria.
Combate ilegalidade.	Atrai investimento responsável.
Protege o trabalhador.	Forma o trabalhador qualificado.
Promove recuperação ambiental.	Promove economia circular.
Entrega legalidade.	Entrega futuro econômico.

Síntese: um plano tira a atividade da ilegalidade; o outro tira o Pará da dependência de minério bruto.

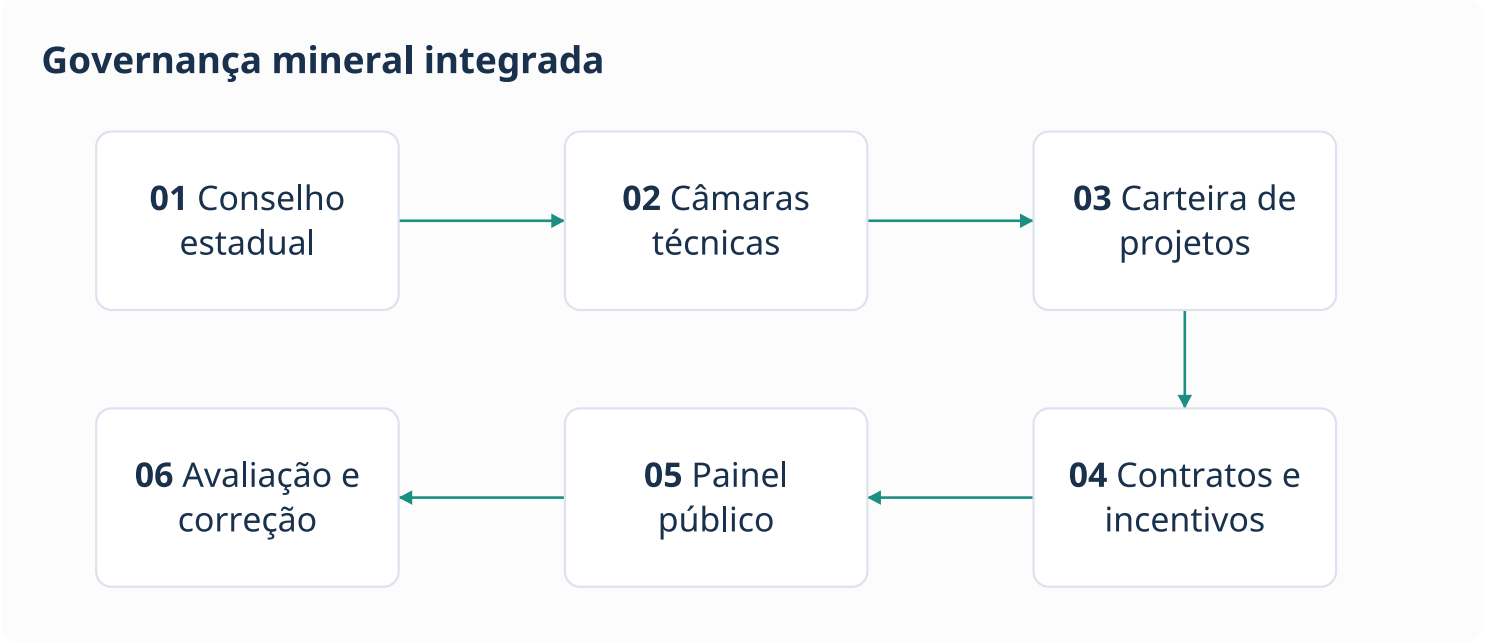
9.2 Conselho Estadual de Minerais Críticos, Estratégicos e Transformação Mineral

Integrante	Responsabilidade
Governo do Estado	Coordenação, integração de políticas, orçamento, incentivos e articulação federal.
SEDEME	Política mineral, mapa, ZPTM, fornecedores e atração de investimentos.
SEMAS	Licenciamento, condicionantes, monitoramento, recuperação e segurança ambiental.
SEFA	Incentivos, arrecadação, notas, integração fiscal e transparência econômica.
PGE	Segurança jurídica, convênios, minutas e prevenção de conflitos de competência.
SECTET / educação profissional	Cursos, escolas técnicas, certificações e banco de talentos.
Municípios mineradores	Planejamento regional, áreas industriais, infraestrutura, pactos e pós-CFEM.
ANM e MME	Integração de dados, outorgas e política nacional, como convidados institucionais.
Universidades e centros	Pesquisa aplicada, inovação, diagnóstico e formação.
Setor produtivo	Investimento, contrapartidas, fornecedores e tecnologia.
Trabalhadores e cooperativas	Participação social, qualificação, segurança e inclusão produtiva.
Controle e sociedade civil	Transparência, acompanhamento e prevenção de abusos.

9.3 Painel público de transparência

O painel mostrará projetos cadastrados; incentivos e fundamento legal; contrapartidas; empregos totais e locais; compras locais por município e cadeia; cursos e alunos; inovação e economia circular; licenciamento; obras relacionadas; e planos pós-CFEM.

Figura 3 - Fluxo de governança



1. Projeto solicita enquadramento.
2. Comitê técnico analisa cadeia, impacto, contrapartidas e aderência.
3. Contrato de desempenho define metas e indicadores.
4. Projeto recebe tratamento adequado: incentivo, apoio, licenciamento estratégico ou articulação federal.
5. Painel público acompanha resultados.
6. Conselho revisa metas, cobra entregas e recomenda ajustes.

Resultado: incentivo público com retorno público.

10 Possibilidades de desenvolvimento da proposta

Frente de desenvolvimento	Foco	Contribuições propostas
Desenho jurídico e institucional	Desenho jurídico e técnico	Minuta de lei, grupo técnico, matriz de competências, diagnóstico e agenda com ANM / MME / BNDES / FINEP e municípios.
Experiência regional assistida	Estruturar instrumentos	Mapa preliminar, proposta ZPTM Carajás, minuta do fundo, escola, cadastro de fornecedores e painel.
Operação assistida	Pilotos regionais	Pilotos Carajás-Marabá, Barcarena e Tapajós; rodadas; cursos; inventário de rejeitos; projetos.
Expansão e consolidação	Expansão estadual	CTM Pará; Conselho e fundo ativos; painel; verticalização; plano energético e logística.
Consolidação dos instrumentos	Consolidação	ZPTM protocolada ou implantada; contratos de desempenho; fornecedores certificados; planos pós-CFEM.
Política permanente	Continuidade	Revisão bienal da lista; relatório anual; ampliação de polos; atualização de metas e carteiras.

10.1 Agenda inicial

Ação	Responsável sugerido	Resultado
Instalar grupo técnico	Coordenação institucional, SEDEME e PGE	Governança inicial.
Validar matriz de competência	PGE	Risco federativo reduzido.
Organizar minuta de lei	Equipe técnica e jurídica	Texto para debate.
Convocar Carajás e Marabá	Coordenação técnica	Pacto pela ZPTM.
Solicitar audiência com MME e ANM	Representação institucional	Agenda federal aberta.
Iniciar mapa preliminar	SEDEME e universidades	Base de decisão.
Mapear cursos urgentes	SECTET, SENAI e IFPA	Trilhas definidas.
Criar primeira fase do fornecedor	SEDEME, SEBRAE e FIEPA	Empresas mobilizadas.
Construir apresentação institucional	Comunicação	Material para prefeitos, empresários e Brasília.
Realizar audiência regional	Assembleia e municípios	Agenda pública lançada.

10.2 Pilotos regionais

Piloto	Justificativa	Entregas iniciais
Carajás-Marabá Maior potência mineral e vitrine	para ZPTM.	Dossiê, fornecedores, cursos, áreas e agenda empresarial.
Barcarena	Base portuária, bauxita, alumina, alumínio e exportação.	Alumínio 4.0, reciclagem, energia e logística.
Tapajós	Integração de legalidade, rastreabilidade e desenvolvimento.	Integração ao Plano de Regularização Mineral e alternativas produtivas.
Trombetas-Juruti-Oriximiná	Bauxita e necessidade de desenvolvimento local.	Fornecedores e compensações permanentes.
Xingu-Transamazônica	Mineração, agroindústria, corretivos e infraestrutura.	Mapa de fertilizantes, solos, logística e cursos.

11 Indicadores, metas, riscos e mitigação

11.1 Indicadores de sucesso

Área	Indicadores
Industrialização	Indústrias atraídas; investimento anunciado e executado; valor agregado; unidades instaladas.
Emprego	Empregos diretos e indiretos; empregos locais; renda média; formados e empregados.
Fornecedores	Empresas cadastradas e certificadas; compras locais; contratos; crédito.
Formação	Cursos; matrículas; certificados; empregabilidade; polos.
Inovação	Projetos de P&D; recursos; protótipos; patentes; startups; parcerias.
Ambiente	Rejeitos reaproveitados; áreas recuperadas; emissões; rastreabilidade; auditorias.
Governança	Relatórios; reuniões; metas; projetos monitorados; transparência.
Pós-minério	Municípios com plano; fundos locais; diversificação; dependência fiscal.
Energia e logística	Obras; capacidade instalada; gargalos; distritos atendidos.
Arrecadação inteligente	Base econômica ampliada; receitas diversificadas; novos setores.

11.2 Resultados potenciais para avaliação

Campo de desenvolvimento	Resultados sugeridos
Estruturação	Lei em debate; grupo técnico; mapa; pacto pela ZPTM; cursos desenhados.
Expansão inicial	Política aprovada ou protocolada; fornecedores lançados; três pilotos; painel; rodada.
Consolidação	Fundo ativo; cinco polos; dossiê ZPTM; editais; 200 fornecedores mapeados.
Política permanente	ZPTM em implantação ou negociação avançada; 1.000 trabalhadores formados; 300 fornecedores cadastrados; 50 certificados; 10 projetos de P&D.
Visão de futuro	Pará reconhecido como polo nacional de transformação, formação, tecnologia, fornecedores e pós-minério.

11.3 Matriz de riscos e mitigação

Risco	Nível	Mitigação
Discurso sem execução	Alto	Metas, fases, responsáveis, orçamento, relatório e painel.
Conflito federal	Alto	Política de desenvolvimento sem criar outorga.
Captura de benefícios	Alto	Incentivos condicionados, desempenho e transparência.
Licenciamento como gargalo ou polêmica	Alto	Fluxo digital, matriz de risco, prazos, monitoramento e proteção.
Falta de mão de obra	Alto	Escola Técnica e contratação local.
Fornecedores sem capacidade	Médio / Alto	Certificação, crédito, SEBRAE, SENAI e rodadas.
Falta de financiamento	Médio / Alto	BNDES, FINEP, fundos federais, organismos e contrapartidas.
Concentração em Carajás	Médio	Polos em Barcarena, Tapajós, Trombetas, Xingu e oeste.
Resistência ambiental	Médio / Alto	Circularidade, rastreabilidade, recuperação, auditoria e comunicação.
Dados sensíveis	Médio	Política de dados, LGPD, perfis e anonimização.
Fundo virar caixa genérico	Alto	Governança, finalidade, indicadores e contas.
Projetos desconectados da população	Alto	Comunicação, audiências, cursos, empregos e fornecedores.

11.4 O que não fazer

• Não vender a ideia como licença para mineração sem regra.
• Não prometer solução estadual para competências federais.
• Não concentrar tudo em uma mineradora ou região.
• Não conceder incentivo sem contrapartida formal.
• Não excluir pequenos empresários.
• Não tratar meio ambiente como detalhe.
• Não criar escola sem conexão com vagas e empresas.
• Não deixar o pós-minério para depois.

12 Referências para a estrutura normativa

Constituição Federal de 1988 — competências e recursos minerais. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Decreto-Lei nº 227/1967 — Código de Mineração. **Fonte:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm

13 Participação e implementação

13.1 Participação e prioridades

Participante	Contribuição e prioridade
Trabalhadores	Qualificação, segurança, formalização e acesso a oportunidades.
Jovens	Formação técnica, estágios e acompanhamento de inserção profissional.
Empresas locais	Capacitação, certificação e integração às cadeias de fornecimento.
Municípios	Planejamento territorial e diversificação da base econômica.
Produtores rurais	Pesquisa e uso adequado de fertilizantes e corretivos regionais.
Comunidades e ambiente	Participação, rastreabilidade, recuperação e respeito às salvaguardas.
Instituições e setor mineral	Cooperação técnica, segurança jurídica, dados e contrapartidas.

13.2 Prioridades de desenvolvimento

- Agregação de valor e diversificação das cadeias minerais.
- Qualificação profissional vinculada à demanda dos projetos.
- Desenvolvimento de fornecedores e compras locais.
- Licenciamento, rastreabilidade e recuperação ambiental.
- Incentivos com metas, contrapartidas e avaliação.
- Inovação, pesquisa aplicada e economia circular.
- Preparação dos municípios para a transição pós-mineração.
- Integração regional de infraestrutura e energia.
- Transparência de custos, benefícios e resultados.

13.3 Síntese econômica

O Plano de Transformação Mineral propõe conectar o potencial mineral às cadeias de transformação, energia, tecnologia, fertilizantes, infraestrutura e serviços especializados, conforme as condições de mercado e as competências institucionais.

A agregação de valor depende de infraestrutura, energia, formação profissional, fornecedores competitivos, segurança jurídica e projetos economicamente viáveis.

A proposta organiza instrumentos de regularização, industrialização, inovação e desenvolvimento regional, com rastreabilidade, licenciamento e acompanhamento dos efeitos econômicos e socioambientais.

Entre as prioridades estão os estudos da ZPTM Carajás, o desenvolvimento de fornecedores locais, a formação profissional, a economia circular, a recuperação ambiental e a diversificação dos municípios mineradores, em cooperação com as instituições competentes.

Resultado esperado: ampliar o valor agregado e as oportunidades locais, com indicadores de emprego, compras, formação, inovação e diversificação econômica.

13.4 Agenda de implementação

1. Validar a matriz de competências com equipe jurídica. 2. Converter a proposta em projeto de lei e decreto regulamentador. 3. Criar apresentação institucional para prefeitos, entidades, universidades e Brasília. 4. Instalar grupo de trabalho intersetorial. 5. Articular audiência com MME, ANM, BNDES e FINEP. 6. Realizar audiência regional em Marabá / Carajás. 7. Lançar a primeira fase do plano Fornecedor Paraense Estratégico.

AGENDA COMPLEMENTAR E BASES TÉCNICAS

Referências para decidir

8. Mapear cursos e pactuar formação. 9. Consolidar o mapa com bases oficiais. 10. Publicar informações sobre projetos e resultados em linguagem simples.

14 Referências consultadas

R1 · Senado. Projeto de Lei nº 4.443/2025 e tramitação.

https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/170309

R2 · Plano de Regularização Mineral. Proposta integrada deste documento.

Consultar o Plano 03 · página 33

R3 · IEA. Global Critical Minerals Outlook 2025.

https://www.iea.org/reports/global-critical-minerals-outlook-2025

R4 · IEA. Síntese executiva do relatório de minerais críticos de 2025.

https://www.iea.org/reports/global-critical-minerals-outlook-2025/executive-summary

R5 · Banco Mundial. Minerals for Climate Action, cenários até 2050.

https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/05/11/mineral-production-to-soar-as-demand-for-clean-energy-increases

R6 · MDIC. PNMCE: marco nacional sancionado em setembro de 2026.

https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2026/setembro/presidente-sanciona-politica-nacional-de-minerais-criticos-e-estrategicos

R7 · ANM. Arrecadação e Compensação Financeira pela Exploração Mineral.

https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/arrecadacao

R8 · G7. Declaração sobre cadeias de minerais críticos, junho de 2026.

https://www.pm.gc.ca/en/news/statements/2026/06/17/g7-leaders-declaration-securing-supply-chains-critical-minerals

R9 · ANM. Minerais críticos e estratégicos: perguntas frequentes.

https://www.gov.br/anm/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/minerais-criticos-e-estrategicos

R10 · Constituição Federal de 1988. Recursos minerais e competências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

R11 · Decreto-Lei nº 227/1967. Código de Mineração.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm

R12 · Lei nº 13.575/2017. Criação e competências da ANM.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13575.htm

R13 · Decreto nº 10.657/2021. Política Pró-Minerais Estratégicos.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10657.htm

R14 · ANM. Sistemas oficiais, consulta mineral e SIGMINE.

https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/acesso-a-sistemas

R15 · ANM. Protocolo Digital e serviços minerários.

https://www.gov.br/anm/pt-br/canais_atendimento/protocolo-digital

R16 · Lei nº 14.129/2021. Governo Digital.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm

R17 · Lei nº 13.709/2018. Proteção de dados pessoais.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

R18 · Lei nº 15.506/2026. PNMCE, CIMCE e instrumentos federais.

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2026/lei-15506-16-setembro-2026-799928-publicacaooriginal-181356-pl.html

As referências anteriores à Lei nº 15.506/2026 são lidas em seu contexto histórico. Instrumentos, atos de execução e condições de acesso devem ser confirmados no enquadramento de cada projeto. Revisão: 01/11/2026.

INDUTORES E PARCEIROS SUGERIDOS / P04

Transformação mineral: demanda e capacidade industrial

A indução parte de demanda industrial demonstrável, tecnologia, condições de produção e contratos capazes de desenvolver fornecedores e transformar recursos em valor local. A participação é voluntária e depende do interesse e da concordância de cada organização sugerida.

Articulação do projeto: Empresas e empreendedores definem o negócio industrial e assumem seus riscos. Poder público e instituições de conhecimento viabilizam suas competências, serviços e instrumentos próprios.

Função indutora	Candidatos para essa função	Por que mobilizar
Demanda e cadeias industriais	Vale / Hydro / Alunorte / Albras / Alcoa / operação Juruti / Mineração Rio do Norte - MRN	Vale, Hydro, Alcoa e MRN são candidatos a articular demandas e oportunidades de fornecedores em suas cadeias e territórios.

Função indutora	Candidatos para essa função	Por que mobilizar
Tecnologia e manutenção	Metso / WEG / CBMM	Metso e WEG podem qualificar tecnologia e serviços; CBMM é referência possível de aprendizado e aplicações, sem presumir jazida ou implantação de nióbio no Pará.
Implantação e serviços especializados	Construcap / HTB Engenharia e Construção / Racional Engenharia / Arcadis Brasil	Construcap, HTB e Racional podem executar obras; Arcadis pode contribuir com infraestrutura e estudos, conforme contratação e especialidade.
Energia e acesso a equipamentos	ENGIE Brasil / Neoenergia / Auren Energia / Casa dos Ventos / Sertrading / Comexport	Geradores e desenvolvedores podem estudar suprimento; tradings podem estruturar importações. A operação depende de demanda, contratos e viabilidade próprios.

PARCEIROS SUGERIDOS / P04

Parceiros e papéis propostos

31 organizações e sistemas sugeridos por competência neste projeto. A função proposta distingue execução, apoio técnico, formação, fornecimento e mercado. A base informada indica atuação publicada; sua aplicação ao projeto depende das condições da linha.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
UFPA Universidade Federal do Pará **C02 · UFPA / Superintendência de Inovação e Desenvolvimento Conhecimento público [S068] [S062]**	Construir pesquisa aplicada e ensaios de tecnologia com indústria e centros especializados. **Ativo que pode mobilizar:** Pesquisa, laboratórios, formação e transferência de conhecimento.	**Base informada:** Pará Escopo, ética de pesquisa, propriedade intelectual e capacidade devem ser pactuados.
SENAI **E01 · SENAI e SESI / Sistema FIEPA Entidade privada de formação [S115] [S119]**	Qualificar manutenção, automação, segurança e fornecedores da cadeia mineral. **Ativo que pode mobilizar:** Formação industrial, laboratórios, metodologia e conexão com empregadores.	**Base informada:** Pará Certificação, público, equipe e orçamento pactuados com as redes responsáveis.
VALE **E14 · Vale Empresa [S095] [S096]**	Conectar fornecedores locais a manutenção, automação, serviços e demandas industriais verificadas. **Ativo que pode mobilizar:** Demanda industrial, gestão de fornecedores, operação e conhecimento mineral.	**Base informada:** Pará Investimentos da empresa não estão reservados ao plano; acesso a ativos e parcerias exige acordo.
Hydro **E15 · Hydro / Alunorte / Albras Empresa de grupo internacional [S097] [S092] [S017]**	Desenvolver fornecedores, formação e projetos viáveis da cadeia de alumínio. **Ativo que pode mobilizar:** Processamento mineral, fornecedores e articulação de cadeias locais.	**Base informada:** Pará Distinguir contratos industriais, projetos comunitários e investimentos; cada frente tem condições próprias.
Alcoa **E16 · Alcoa / operação Juruti Empresa de grupo internacional [S093] [S094]**	Qualificar fornecedores e serviços relacionados à operação mineral. **Ativo que pode mobilizar:** Operação de bauxita, fornecedores e investimento socioambiental.	**Base informada:** Pará Separar orçamento empresarial de recursos da Fundação e avaliar cada instrumento.
MRN Mineração Rio do Norte **E17 · Mineração Rio do Norte - MRN Empresa [S100] [S101]**	Preparar fornecedores para requisitos e demandas verificadas da cadeia mineral. **Ativo que pode mobilizar:** Demanda da cadeia de bauxita e conhecimento de operação amazônica.	**Base informada:** Pará Direitos territoriais, licenças, capacidade de entrega e relação com comunidades são condições essenciais.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E18 · Metso Empresa de grupo internacional [S099] [S098]	Estruturar qualificação e rede de manutenção e reparos com fornecedores locais. **Ativo que pode mobilizar:** Reforma, manutenção, equipamentos e engenharia de processamento mineral.	**Base informada:** Pará Expansão depende de carteira de serviços, contratos, mão de obra e escala.
E19 · WEG Empresa [S122] [S125]	Qualificar integradores e serviços de motores, painéis, automação e manutenção. **Ativo que pode mobilizar:** Eletrificação, motores, automação, eficiência e formação técnica.	**Base informada:** Brasil Projetos e equipamentos devem ser dimensionados por demanda e custo total.
E20 · CBMM Empresa [S103] [S102]	Avaliar cooperação tecnológica e aprendizado de agregação de valor e criação de aplicações. **Ativo que pode mobilizar:** Pesquisa aplicada, engenharia de materiais e desenvolvimento de mercado.	**Base informada:** Brasil Referência tecnológica nacional; não presume jazida, projeto ou intenção de investir no Pará.
E21 · SGS Brasil Empresa de grupo internacional [S127] [S128]	Atender testes e controle de processos e de produtos minerais. **Ativo que pode mobilizar:** Ensaios, qualidade, controle e serviços técnicos especializados.	**Base informada:** Brasil Ensaios e certificações não substituem título minerário nem licença ambiental.
E22 · Bureau Veritas Brasil Empresa de grupo internacional [S126] [S124]	Verificar qualidade e requisitos comerciais de produtos e cadeias minerais. **Ativo que pode mobilizar:** Inspeção, ensaios, qualidade e verificação de processos.	**Base informada:** Brasil Trabalho técnico sujeito a escopo; regularização depende dos órgãos competentes.
E23 · SRK Consultores do Brasil Consultoria internacional com operação brasileira [S123]	Preparar estudos de alternativas e viabilidade para seleção de projetos. **Ativo que pode mobilizar:** Geologia, engenharia, estudos e avaliação de projetos minerais.	**Base informada:** Brasil Escopo, responsável técnico, dados e orçamento precisam ser contratados; não é financiadora.
E33 · Box Print / Ecoprint Empresa [S087] [S088]	Qualificar fornecedores e serviços industriais de apoio e embalagem onde houver demanda. **Ativo que pode mobilizar:** Embalagens, industrialização e integração à cadeia de clientes.	**Base informada:** Pará Cada aplicação exige volume, especificação, logística e viabilidade industrial.
E44 · Votorantim Cimentos Empresa [S018] [S020]	Qualificar serviços e fornecedores de apoio industrial e controle de processos. **Ativo que pode mobilizar:** Cimento, materiais, formação de aplicadores e cadeia de fornecedores.	**Base informada:** Pará Fornecedor de materiais não substitui projeto, construtora ou financiador habitacional.
E55 · Arcadis Brasil Consultoria internacional com operação brasileira [S052] [S051]	Avaliar infraestrutura e condições ambientais de polos industriais. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia, ambiente, água, estudos e gestão de implantação.	**Base informada:** Brasil Projetista / consultoria não é automaticamente financiadora, operadora ou licenciadora.
E57 · Hidrovias do Brasil Empresa [S034] [S033]	Avaliar logística compatível com a cadeia mineral ou industrial e os ativos efetivamente operados. **Ativo que pode mobilizar:** Logística fluvial, terminais, operação multimodal e contratos de transporte.	**Base informada:** Pará Não atribuir à empresa operações vendidas; confirmar carga, rota, capacidade e contratos atuais.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E58 · Equatorial Pará Empresa [S031]	Planejar conexões e adequações da rede para projetos industriais viáveis. **Ativo que pode mobilizar:** Rede, conexão, qualidade do fornecimento e gestão de distribuição.	**Base informada:** Pará Obrigações e investimentos seguem concessão e regulação; não presumir subsídio ou tarifa especial.
E59 · AXIA Energia / operação Tucuruí Empresa [S043] [S044]	Avaliar qualificação e serviços especializados ligados a energia e manutenção. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia, operação de energia e conhecimento técnico regional.	**Base informada:** Pará Geração não implica energia gratuita ou aporte regional disponível; acordos e regras próprios.
E72 · Construcap Empresa [S157] [S158]	Projetar e construir instalações industriais para uma operação e uma demanda definidas. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia, implantação de obras, montagem e coordenação de fornecedores.	**Base informada:** Brasil Construtora não equivale a concessionária ou financiadora. Validar carteira, equipe, garantias e experiência específica.
E73 · HTB Engenharia e Construção Empresa de grupo internacional [S159] [S160]	Implantar instalações industriais e de processamento, integradas aos requisitos do operador. **Ativo que pode mobilizar:** Construção industrial, edificações, gestão de implantação e coordenação técnica.	**Base informada:** Brasil Confirmar experiência no tipo de obra, capacidade de mobilização e garantias. Capital e operação futura são contratações distintas.
E74 · Racional Engenharia Empresa [S161] [S162]	Dimensionar e construir instalações industriais e logísticas conectadas ao projeto produtivo. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia de implantação, análise de viabilidade técnica e gestão de obras complexas.	**Base informada:** Brasil Comparar soluções, custo total e desempenho. Não presumir que executora de obra investirá ou explorará o ativo.
E68 · Sertrading Empresa [S150] [S151]	Interface de apoio: T01 Estruturar a importação de máquinas e insumos para projetos, comparando custo total, prazo e riscos. **Ativo que pode mobilizar:** Processos de importação, coordenação logística e visibilidade operacional.	**Base informada:** Brasil Confirmar modalidade, tributação aplicável, crédito, garantias e responsabilidades. Não presume compra da produção local.
E69 · Comexport Empresa [S152]	Interface de apoio: T01 Comparar soluções de importação para equipamentos e insumos, com custo de implantação e operação completos. **Ativo que pode mobilizar:** Estruturação operacional de importações e integração dos serviços de comércio exterior.	**Base informada:** Brasil Verificar escopo, produto, habilitação, condições financeiras e obrigações. Não tratar trading como investidor industrial ou comprador garantido.
E70 · Santos Brasil / Tecon Vila do Conde Empresa [S153] [S154]	Interface de apoio: T01 Montar fluxo portuário de importação e exportação, incluindo documentação, custos, armazenagem e cadeia de frio quando disponível. **Ativo que pode mobilizar:** Terminal de contêineres, movimentação de cargas e conexão com cadeias logísticas.	**Base informada:** Pará Conferir serviços, frequência de navios, capacidade de frio, especificação da carga e custo até o comprador. Terminal não garante mercado.
E71 · Maersk Brasil Empresa de grupo internacional [S155] [S156]	Interface de apoio: T01 Desenhar a cadeia logística internacional, com transporte, despacho, rastreabilidade e custo porta a porta. **Ativo que pode mobilizar:** Transporte internacional, integração logística, armazenagem e coordenação aduaneira.	**Base informada:** Brasil Confirmar rotas, terminais, contêiner refrigerado, disponibilidade, prazo e seguro para cada produto e origem.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E78 · ENGIE Brasil Empresa de grupo internacional [S168]	Interface de apoio: T03 Estruturar suprimento e avaliar projetos de geração ou soluções energéticas para demanda produtiva identificada. **Ativo que pode mobilizar:** Geração, gestão energética e contratos de suprimento.	**Base informada:** Brasil Separar geração, compra de energia e distribuição. Validar enquadramento, conexão, recurso energético, crédito e contrato.
E79 · Neoenergia Empresa de grupo internacional [S169]	Interface de apoio: T03 Avaliar geração e suprimento compatíveis com recurso, demanda e rede, com seleção do negócio específico do grupo. **Ativo que pode mobilizar:** Desenvolvimento e operação de geração, comercialização e engenharia de infraestrutura elétrica.	**Base informada:** Brasil A companhia informa saída de Teles Pires em 2022. Não atribuir esse ativo atual ao grupo nem presumir novos empreendimentos no Pará.
E80 · Auren Energia Empresa [S170] [S171]	Interface de apoio: T03 Avaliar suprimento e operação de geração, comparando fontes e estruturas contratuais para o empreendimento. **Ativo que pode mobilizar:** Operação de geração renovável, comercialização e soluções de energia.	**Base informada:** Brasil A fonte é escolhida por recurso, rede, licenças e custo. Energia gerada em outro estado pode atender por contrato, conforme regras aplicáveis.
E81 · Casa dos Ventos Empresa [S172] [S173]	Interface de apoio: T03 Estruturar suprimento ou autoprodução para demanda industrial, com geração localizada onde houver viabilidade. **Ativo que pode mobilizar:** Desenvolvimento eólico, estruturação de contratos e parceria com consumidores de energia.	**Base informada:** Brasil Aplicação ao Pará pode ser contratual; não presume parque eólico local. Exigir medição de vento, conexão, uso da terra e licenças.
E82 · Nordex Energy Brasil Empresa de grupo internacional [S174] [S175]	Interface de apoio: T03 Comparar equipamentos e serviços de geração eólica somente depois de demonstrada a viabilidade do sítio. **Ativo que pode mobilizar:** Tecnologia eólica, fabricação, instalação e manutenção de turbinas.	**Base informada:** Brasil Fornecedor de aerogerador não é automaticamente investidor ou operador do parque. Validar vento, rede, assistência e custo de ciclo de vida.
E83 · Voith Hydro Brasil Empresa de grupo internacional [S176] [S177]	Interface de apoio: T03 Estudar modernização, disponibilidade e eficiência de instalações hidrelétricas existentes, conforme decisão do proprietário. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia hidrelétrica, equipamentos, modernização e serviços para instalações existentes.	**Base informada:** Brasil Fornecimento e modernização exigem estudo técnico, requisitos de operação e autorizações. Não supõe nova barragem ou energia subsidiada.

FONTES E IMPLANTAÇÃO / P04

Financiar e iniciar com responsabilidades

Os instrumentos a seguir correspondem a finalidades e tomadores diferentes. O eixo B apresenta o catálogo M01 a M36, com público, território, acesso e condições. A fonte e o serviço da dívida ou a obrigação de execução devem caber no projeto.

Finalidade	Caminho a estudar	Como aplicar
Investimento produtivo	M01 · BNDES Finem; M05 · FNO; M10 · IFC	Confirmar atividade, porte, itens, estrutura e capacidade de pagamento. A instituição e o projeto passam por análise própria.
Capital de participação	M03 · BNDESPAR; M32 · FIP	Sociedade, governança, mandato, participação e saída devem ser compatíveis. BNDESPAR e fundos não são mecanismos equivalentes.

Finalidade	Caminho a estudar	Como aplicar
Tecnologia e inovação	M08 · Finep	Definir o componente de inovação e o instrumento vigente; separar desenvolvimento tecnológico da implantação comercial.
Dívida de mercado	M29 · Debêntures corporativas	Estudar emissor elegível, escala, fluxo de pagamento, custos e investidores. Não requer automaticamente uma oferta inicial de ações.
Infraestrutura e cadeia mineral	M30/M31 · Debêntures e FI-Infra	A Lei 15.506/2026 alterou regras para debêntures da cadeia mineral. Cada instrumento exige enquadramento próprio; verificar também o mandato do fundo e os atos aplicáveis.

Teste inicial: Escolher um gargalo industrial e uma carteira de fornecedores, comprovar demanda e comparar alternativas de tecnologia, localização, energia, logística, investimento e operação.

Resultado a medir: Contratos locais, produtividade, qualidade, valor adicionado, empregos qualificados e custo total da solução.

Aplicação em outros estados: Transferir o método de encadeamento e seleção. Cada estado escolhe sua base mineral ou industrial, infraestrutura, tecnologia e mercado, sem reproduzir automaticamente a cadeia paraense.

DO PARÁ AO BRASIL · PLANO 04

Transformação mineral. Cadeias com viabilidade demonstrada.

Agregar valor exige verificar recurso, mercado, tecnologia, energia, água, logística, pessoas e impactos. A carteira industrial de cada estado deve ser escolhida a partir dessas condições e de alternativas de investimento.

Carajás, Barcarena e os demais polos citados expressam condições do Pará. Em outro estado, as oportunidades podem estar no beneficiamento, na transformação, em equipamentos, manutenção, serviços tecnológicos ou reciclagem. As conexões entre estados também podem formar cadeias complementares de fornecimento, transformação e conhecimento.

Dimensão	Como adaptar a outro estado
Vocação e demanda	Selecionar cadeias com oferta e compradores plausíveis. Comparar a transformação local com outras etapas da cadeia e com atividades de diversificação.
Infraestrutura	Quantificar energia, água, logística, emissões e capacidade de operação. Localizar unidades e polos por competitividade e capacidade ambiental.
Instrumentos	Adequar incentivos, formação e fornecedores ao marco vigente e às competências locais. ZPTM e fundos citados dependem de enquadramento e decisões próprias.
Valor territorial	Prever qualificação, compras competitivas, inovação e transição econômica. Avaliar custos públicos, retorno e contrapartidas verificáveis.

Primeiro teste de aplicação

Preparar estudo de pré-viabilidade de uma cadeia, incluindo cenários de preço, demanda, energia e custo total. Iniciar por fornecedores, formação ou demonstração tecnológica quando essa for a etapa de menor risco e maior aprendizado. Expansão industrial depende de resultado técnico e econômico.

Valor agregado

Encadeamento

Sustentabilidade

Valor efetivamente produzido e investimento executado.

Compras, qualificação e empregos locais.

Custo público, recursos e impactos por unidade.

Não se pressupõe instalar a mesma indústria em todos os estados. A aptidão mineral e a viabilidade definem a aplicação deste plano; outras cadeias produtivas são tratadas no Plano 06.

Conexões: 01 · Educação | 03 · Regularização Mineral | 06 · Produção Territorial | Eixos B e C

Bases: estudos de cadeias, referências minerais e matriz de competências apresentados neste capítulo.

PROJETO 05

05

Plano Integrado de Turismo

Aplicação no Pará e adaptação a outros estados



Imagem ilustrativa gerada por inteligência artificial.

IDEIA CENTRAL Um destino precisa funcionar para o visitante e gerar valor para quem vive no território.

MODERNIZA PARÁ

Estratégia de turismo do Moderniza Pará · revisão editorial: novembro de 2026

14 regiões turísticas na organização estadual adotada pelo plano.

A diversidade do Pará forma uma rede de destinos.

Natureza • Cultura • Fé • Gastronomia • Rios • Economia local

Carajás integra a rede estadual como projeto âncora de diversificação econômica, ciência, cultura, floresta e inovação.

Escala estadual

O turismo do Pará organizado como rede de destinos

O Pará reúne costa atlântica, campos e florestas do Marajó, rios Tapajós, Xingu, Amazonas, Tocantins e Araguaia, praias de água doce, patrimônio urbano, fé, gastronomia, agroflorestas, produção familiar, ciência, cultura e bioeconomia. O Plano Integrado de Turismo transforma essa diversidade em uma rede estadual de destinos.

O plano adota as 14 regiões turísticas instituídas no reordenamento estadual de 2019.

Cada território participa com sua identidade; o Estado oferece padrão, conexão, promoção, inteligência e investimento; os municípios estruturam serviços e ordenamento; comunidades e empresas operam experiências; e o visitante circula mais, permanece mais tempo e deixa mais renda. A composição municipal e a regularidade de municípios, regiões e Instâncias de Governança Regional serão conferidas no SISMAPA antes de editais, convênios, mapas e materiais oficiais.

Princípios da estratégia

• Carajás como laboratório de transição econômica e projeto âncora da região.

• A capacidade econômica atual ajudando a financiar legado acima do solo, por instrumentos juridicamente adequados.

• Turismo, cultura, ciência, bioeconomia e floresta em pé.

• Rigor ambiental, consulta quando aplicável, governança e segurança jurídica.

Escala de atuação

• Política estadual territorialmente equilibrada.

• Apoio à carteira, às metas e ao fortalecimento da governança em cada região, conforme sua situação institucional.

• Rotas convertidas em produtos comercializáveis.

• Financiamento e promoção orientados por maturidade, impacto e capacidade de operação.

O Plano 05 denomina-se Plano Integrado de Turismo. Parque de Carajás é o nome do equipamento regional proposto,

condicionado a estudos de localização, viabilidade, licenciamento e modelagem.

Síntese executiva

14 regiões, quatro circuitos e uma política de desenvolvimento

A arquitetura da rede combina regiões turísticas, circuitos de circulação e frentes de desenvolvimento integradas.

A proposta organiza o turismo como cadeia econômica e política territorial. A beleza é o ponto de partida; o produto turístico exige acesso, segurança, saneamento, conectividade, informação, hospitalidade, preço, reserva, operação e manutenção.

Organização territorial proposta

14 regiões turísticas na organização estadual adotada pela SETUR.

Quatro grandes circuitos de circulação e promoção, com oito frentes integradas de desenvolvimento.

Tese econômica

O turismo deve aumentar permanência, gasto e retenção de renda. O resultado não é contado apenas em visitantes, mas em quanto do dinheiro fica com trabalhadores, produtores, comunidades e empresas do território.

O indicador-síntese será o Índice de Retenção da Renda Turística.

Tese territorial

A política respeita as regiões turísticas e classifica municípios por função: destino, oferta complementar ou apoio. Nem todo município precisa vender a mesma coisa; todos podem participar da cadeia.

Municípios e regiões devem manter suas informações atualizadas no SISMAPA e renovar seus cadastros após um ano da publicação, observando as regras vigentes do

Programa de Regionalização do Turismo.

Objetivos estratégicos

• Distribuir investimentos, fluxos e oportunidades entre as regiões, sem pulverizar recursos em obras sem operação.

• Aumentar permanência média, gasto por visitante, ocupação ao longo do ano e retorno ao destino.

• Integrar turismo à agricultura familiar, bioeconomia, cultura, gastronomia, comércio, eventos, ciência e serviços.

• Converter portas aéreas, rodoviárias e fluviais em conexões reais entre destinos.

• Proteger patrimônio natural e cultural por capacidade de carga, manejo, consentimento e repartição de benefícios.

• Criar governança com metas, responsáveis, prazos, orçamento, manutenção e resultados públicos.

A regionalização segue a Lei Geral do Turismo, atualizada pela Lei nº 14.978/2024, o Plano Nacional de Turismo 2024-2027 e o turísticas, categorização municipal e instâncias de governança.[1][2][14][15]

Programa de Regionalização do Turismo, que trabalham com gestão descentralizada, regiões

Ponto de partida

Potencial existe; o gargalo é transformar potencial em produto

Segundo o Relatório de Gestão da SETUR, o Pará alcançou 1.574.766 turistas em 2025 e, no recorte administrativo do relatório, tinha 95 municípios no Mapa do Turismo.[3]

São fotografias administrativas, não números eternos: o Mapa é dinâmico e indicadores oficiais podem usar cortes diferentes. A primeira tarefa será validar metadados e criar uma linha de base comparável para as 14 regiões. A oportunidade pós-COP30 é converter visibilidade em uma rede permanente, não em um pico concentrado em Belém.

Ativo	Gargalo recorrente	Resposta do plano
Paisagens e cultura	Atrativo sem roteiro, preço, horário, reserva ou operador	Desenvolvimento de produto e comercialização regional
Rios, praias e ilhas	Trapiches, segurança, saneamento, resíduos e informação insuficientes	Pacote mínimo de infraestrutura e operação do visitante
Eventos e fé	Picos de fluxo com pouca extensão de estadia e concentração espacial	Pará 365 e pacotes pré e pós-evento

Ativo	Gargalo recorrente	Resposta do plano
Produção local	Hotéis e restaurantes compram pouco do território ou sem padrão estável	Plano de compras locais, origem e qualificação de fornecedores
Unidades de conservação	Promoção antes do manejo, capacidade ou autorização	Visitação subordinada ao órgão gestor, plano de manejo e monitoramento
Gestão pública	Projetos isolados, orçamento fragmentado e baixa manutenção	Carteira única, IGR ativa, critérios de acesso a recursos e painel público

Marketing sem estrutura transforma oportunidade em reclamação. E o turista divulga as duas coisas.

Modelo de desenvolvimento

Quatro camadas que se conectam

Camada	Função
1. Marca estadual	Turismo Integrado organiza posicionamento, padrão visual, inteligência, promoção e confiança.
2. Quatro circuitos	Agrupam regiões por lógica de circulação, acesso e complementaridade de experiências.
3. Quatorze regiões	Cada região mantém identidade, governança, carteira de produtos e prioridades próprias.
4. Rotas vendáveis	Municípios, comunidades e empresas entregam experiências com preço, horário, reserva, segurança e avaliação.

Regra de maturidade

Todas as regiões entram no planejamento desde a preparação da proposta. O ritmo de investimento varia conforme maturidade, segurança, governança, capacidade de manutenção e possibilidade de venda. Isso evita duas injustiças: abandonar territórios menos estruturados e desperdiçar recursos tratando todos como se estivessem no mesmo estágio.

Estruturar

- Inventário e diagnóstico.
- Governança e plano.
- Infraestrutura básica.
- Qualificação e formalização.

Escalar

- Produto testado.
- Operadores e reservas.
- Promoção segmentada.
- Investimento e monitoramento.

> Nenhuma região será excluída; nenhuma obra será priorizada apenas por pressão política. Critério público é o antídoto para o mapa do turismo virar mapa de promessa.

Estrutura de aplicação

Quatro frentes para transformar turismo em desenvolvimento

1 Território e conectividade

- Acessos aéreos, rodoviários e fluviais.
- Terminais, orlas, trapiches e pontos de apoio.
- Saneamento, resíduos, energia e internet.
- Sinalização, acessibilidade e segurança.
- Integração com planos diretores, uso do solo e mobilidade.

2 Produto, identidade e mercado

• Rotas com narrativa, preço, horário e reserva.

• Natureza, cultura, fé, gastronomia e eventos.

• Pacotes de 3, 5, 7 e 10 dias.

• Calendário Pará 365.

• Promoção por segmento e mercado emissor.

3 Pessoas e economia local

• Formação, hospitalidade, idiomas e gestão.

• Compras de produtores e negócios do território.

• Turismo rural e de base comunitária.

• Crédito, formalização, Cadastur e assistência.

• Participação de jovens, mulheres e comunidades.

4 Governança, sustentabilidade e dados

• IGRs e conselhos municipais ativos.

• Capacidade de carga e manejo.

• Observatório e painel público.

• Carteira de investimentos e manutenção.

• Avaliação econômica, social, cultural e ambiental.

Turismo não substitui as demais matrizes. Ele conecta mineração, agricultura, floresta, cultura, comércio, ciência e serviços - e ajuda a verticalizar valor dentro do Pará.

Carteira de execução

Oito frentes integradas

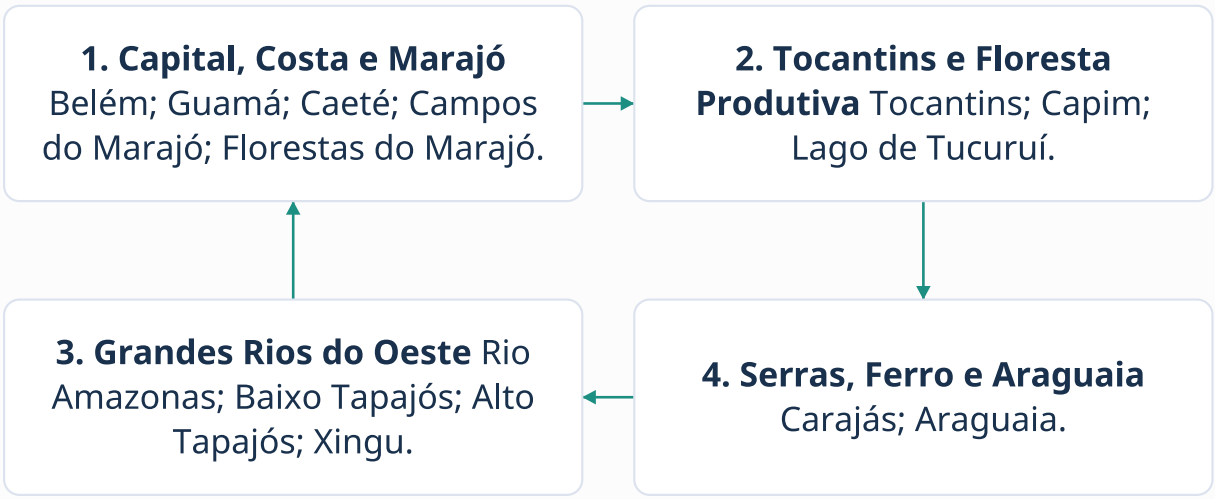
Frente	Entrega
01 - Rede das 14 Regiões	Planos, governança, carteira de produtos, classificação funcional dos municípios e apoio técnico contínuo.
02 - Circuitos que Conectam	Quatro circuitos estaduais e rotas intermunicipais comercializáveis, conectadas às portas de entrada.
03 - Infraestrutura do Visitante	Acessos, terminais, orlas, trapiches, saneamento, sinalização, conectividade, segurança e acessibilidade.
04 - Gente que Recebe	Formação de gestores, guias, condutores, trabalhadores, empreendedores e jovens para hospitalidade e gestão.
05 - Negócios do Território	Compras locais, turismo rural, cooperativas, agricultura familiar, artesanato, gastronomia e bioeconomia.
06 - Natureza e Cultura Vivas	Visitação responsável, patrimônio, capacidade de carga, consulta, protagonismo e repartição de benefícios.
07 - Pará 365	Marca, calendário, conteúdo, eventos, campanhas, passaporte digital, reservas e promoção segmentada.
08 - Observatório e Investimento	Dados, projetos, crédito, concessões, monitoramento, manutenção, transparência e avaliação de impacto.

As oito frentes não criam oito estruturas burocráticas. Elas funcionam como uma única unidade executiva, com responsáveis, entregas, indicadores e orçamento conectados.

Arquitetura territorial

Quatro circuitos de circulação

Quatro circuitos de circulação e suas regiões Diagrama de rede territorial; não substitui mapa cartográfico nem delimitação administrativa.



Circuito	Regiões	Vocação integrada
1 - Capital, Costa e Marajó	Belém; Amazônia Atlântica Guamá; Amazônia Atlântica Caeté; Campos do Marajó; Florestas do Marajó	Fé, patrimônio, gastronomia, ilhas, praias, manguezais, campos, floresta e cultura
2 - Tocantins e Floresta Produtiva	Tocantins; Capim; Lago de Tucuruí	Açaí, miriti, agrofloresta, cultura ribeirinha, lago, energia, pesca e produção
3 - Grandes Rios do Oeste	Rio Amazonas; Baixo Tapajós; Alto Tapajós; Xingu	Praias de água doce, serras, arqueologia, cacau, floresta, aventura e grandes rios
4 - Serras, Ferro e Araguaia	Carajás; Araguaia	Geoturismo, ciência, legado mineral, biodiversidade, praias fluviais, pesca e produção

Circuito não apaga identidade regional. Ele resolve a pergunta do visitante: como entrar, por onde circular e quantos dias ficar?

Portfólio estadual

As 14 regiões e suas promessas de valor

Região	Rota proposta	Vocação central
Belém	Porta Amazônica: fé, gastronomia, patrimônio e ilhas	Círio e patrimônio religioso com acolhimento e rotas de fé; Ver-o- Peso, mercados, gastronomia e cozinha amazônica; centro histórico, museus, teatros, arquitetura e memória urbana.
Amazônia Atlântica Guamá	Manguezais, carimbó, pesca e praias da costa amazônica	Carimbó, festivais, mestres e circuitos de música e dança; manguezais, observação de aves, canoagem e educação ambiental; praias, ilhas e vilas pesqueiras com receptivo organizado.
Amazônia Atlântica Caeté	Costa do Caeté: praias, Marujada, manguezais e sabores	Praias oceânicas, esportes, lazer familiar e turismo de sol; Marujada, patrimônio, religiosidade e cultura bragantina; manguezais, observação de fauna e roteiros interpretativos.
Capim	Floresta produtiva: cacau, agrofloresta, imigração e bioeconomia	Sistemas agroflorestais, cacau, açaí, pimenta e frutas amazônicas; memória da imigração e intercâmbio cultural; fazendas demonstrativas, agroindústrias e degustações.
Araguaia	Verão do Araguaia: praias, pesca, natureza e produção	Praias fluviais e calendário do verão amazônico; pesca esportiva responsável e experiências de rio; esportes náuticos, trilhas, ciclismo e aventura.
Carajás	Legado de ferro, futuro verde	Floresta Nacional de Carajás e visitação conduzida conforme o ICMBio; geoturismo, biodiversidade, cavernas e ciência com acesso controlado; turismo industrial e técnico da mineração quando autorizado.
Tocantins	Açaí, miriti, ilhas e cultura das águas	Açaí, miriti, pescado, farinha e gastronomia ribeirinha; ilhas, furos, passeios fluviais e comunidades; samba de cacete, carnaval, festividades e cultura popular.
Alto Tapajós	Aventura, floresta, corredeiras e grandes paisagens	Parque Nacional da Amazônia, trilhas e educação ambiental; corredeiras, rios e canoagem em trechos tecnicamente habilitados; pesca esportiva, observação de fauna e expedições.
Lago de Tucuruí	Lago Vivo: ilhas, náutica, pescado, energia e lazer	Ilhas, praias, passeios, lazer familiar e contemplação; pesca esportiva e gastronomia do pescado; esportes náuticos, travessias, vela, canoagem e eventos.
Baixo Tapajós	Praias de água doce, floresta, cultura e saberes	Alter do Chão, praias de água doce e calendário das águas; Floresta Nacional do Tapajós e visitação comunitária autorizada; rios Tapajós e Arapiuns, comunidades e experiências fluviais.

Região	Rota proposta	Vocação central
Campos do Marajó	Campos, búfalos, cerâmica, praias e ancestralidade	Fazendas, campos naturais, búfalos e cavalgadas responsáveis; praias, rios, manguezais e observação de fauna; cerâmica marajoara, museus, arqueologia e memória.
Florestas do Marajó	Rios, floresta, comunidades e Amazônia profunda	Rios, furos, floresta, observação de fauna e expedições; turismo de base comunitária desenhado e operado localmente; açaí, pesca, farinha, madeira naval legal e produção tradicional.
Xingu	Rio, cacau, diversidade cultural e conhecimento	Rio Xingu, paisagens, ilhas e experiências fluviais; rota do cacau, chocolate, agricultura familiar e agrofloresta; turismo científico, educação e memória das transformações territoriais.
Rio Amazonas	Arqueologia, serras, história e grandes águas	Parque Estadual de Monte Alegre, serras e arte rupestre sob manejo; Óbidos, patrimônio histórico, estreito do Amazonas e cultura; Oriximiná, rio Trombetas, natureza e comunidades.

A lista segue as 14 regiões adotadas pela SETUR no reordenamento estadual. Como o cadastro federal tem renovação anual, a composição municipal de cada região deve ser conferida no SISMAPA antes da execução de editais, convênios ou materiais oficiais.[1][2]

Nota de validação para os 14 perfis: as referências territoriais, experiências, produtos e carteiras de investimento constituem base inicial para validação com inventários, Instâncias de Governança Regional, municípios, operadores, comunidades e órgãos gestores. A composição municipal e a regularidade institucional devem ser conferidas no SISMAPA. Nenhum perfil substitui licenciamento, autorização, consulta ou decisão das comunidades e povos envolvidos.

Região 01 de 14 - Belém

Porta Amazônica: fé, gastronomia, patrimônio e ilhas

Transformar a capital em porta de entrada que distribui fluxo para o Estado, alonga a estadia e converte eventos, negócios e fé em viagens multirregionais.

Referências territoriais: Belém, área metropolitana, Mosqueiro, Icoaraci, Outeiro, Cotijuba e ilhas do entorno.

Portfólio de experiências

• Círio e patrimônio religioso com acolhimento e rotas de fé.

• Ver-o-Peso, mercados, gastronomia e cozinha amazônica.

• Centro histórico, museus, teatros, arquitetura e memória urbana.

• Ilhas, rios, praias e experiências fluviais de curta duração.

• Eventos, congressos e extensão de viagens de negócios.

• Economia criativa, design, música, moda e artesanato.

Papel na rede estadual

Distribuir fluxos a partir das principais portas aéreas, rodoviárias e fluviais, convertendo viagens de fé, eventos e negócios em permanência na capital e conexão comercial com Marajó, Costa, Tocantins e oeste do Estado.

Primeira carteira de investimentos

• Central estadual de informação turística integrada a aeroportos, terminal hidroviário e rodoviária.

• Sinalização inteligente, acessibilidade, segurança, banheiros e conectividade nos corredores de visitação.

• Bureau de eventos com pacotes pré e pós-evento para Marajó, Costa, Tocantins e Tapajós.

• Plano de gestão de fluxo para Círio e grandes eventos, com compras locais e distribuição territorial.

Produtos comercializáveis: 24 horas: sabores e patrimônio. 3 dias: capital, ilhas e cultura. 5 a 7 dias: Belém combinada com Marajó, costa atlântica ou Tocantins.

Cadeias beneficiadas: pescadores, feirantes, cozinheiras, barqueiros, guias, artistas, artesãos, transportadores, hotéis, restaurantes, produtoras e tecnologia.

Salvaguarda central: evitar concentração do investimento apenas na vitrine central. O legado precisa alcançar bairros, ilhas, trabalhadores e fornecedores locais.

Região 02 de 14 - Amazônia Atlântica Guamá

Manguezais, carimbó, pesca e praias da costa amazônica

Organizar destinos costeiros e rurais próximos à capital como circuito de fim de semana, cultura viva e natureza, reduzindo viagens isoladas e ampliando permanência.

Referências territoriais: Castanhal, Curuçá, Marapanim, Maracanã, Vigia, Colares, São Caetano de Odivelas e entorno, conforme composição vigente do Mapa.

Portfólio de experiências

• Carimbó, festivais, mestres e circuitos de música e dança.

• Manguezais, observação de aves, canoagem e educação ambiental.

• Praias, ilhas e vilas pesqueiras com receptivo organizado.

• Pesca artesanal, mariscos e gastronomia costeira.

• Memória ferroviária e eixos históricos de circulação.

• Turismo rural, farinha, frutas, pequenas agroindústrias e artesanato.

Papel na rede estadual

Formar o corredor costeiro de curta distância ligado à capital, reunindo cultura viva, manguezais, pesca, praias e produção rural em produtos de fim de semana e circuitos combinados com Belém e Caeté.

Primeira carteira de investimentos

• Trapiches, rampas, banheiros, resíduos, iluminação e segurança em pontos de embarque. • Roteiro costeiro com horários, preços, condutores, calendário e venda digital. • plano de qualificação para barqueiros, guias, cozinhas e hospedagem familiar. • Plano de capacidade e manejo para ilhas, manguezais e praias sensíveis.

Produtos comercializáveis: 2 dias: carimbó e praia. 4 dias: costa, manguezal e gastronomia. Integração direta com Belém e Caeté.

Cadeias beneficiadas: pescadores, marisqueiras, barqueiros, grupos culturais, agricultores, pousadas, restaurantes, transportes e comércio.

Salvaguarda central: manguezal não é cenário descartável. A visitação deve financiar conservação, saneamento e renda comunitária.

Região 03 de 14 - Amazônia Atlântica Caeté

Costa do Caeté: praias, Marujada, manguezais e sabores

Consolidar a costa nordeste como destino integrado, com calendário anual, produtos além do verão e melhor conexão entre litoral, cultura e produção local.

Referências territoriais: Bragança, Salinópolis, Augusto Corrêa, Tracuateua e municípios próximos, conforme cadastro regional atualizado.

Portfólio de experiências

• Praias oceânicas, esportes, lazer familiar e turismo de sol.

• Marujada, patrimônio, religiosidade e cultura bragantina.

• Manguezais, observação de fauna e roteiros interpretativos.

• Peixes, caranguejo, mariscos e gastronomia da costa.

• Rotas históricas, memória da antiga ferrovia e mercados.

• Eventos esportivos, culturais e gastronômicos fora da alta estação.

Papel na rede estadual

Consolidar a continuidade da costa amazônica, combinando verão, Marujada, patrimônio, manguezais e gastronomia e criando motivos de viagem fora da alta estação.

Primeira carteira de investimentos

• Ordenamento de praias, mobilidade, estacionamento, banheiros e gestão de resíduos.

• Sinalização e conexão Belém-Bragança-Salinas com paradas e produtos intermediários.

• Calendário de baixa estação e centro de comercialização de experiências.

• Fiscalização, salvamento, segurança aquática e comunicação de risco.

Produtos comercializáveis: 3 dias: praia e gastronomia. 5 dias: Bragança, manguezal, cultura e litoral. Circuito conjunto com Guamá e Belém.

Cadeias beneficiadas: restaurantes, hotéis, vendedores, pescadores, marisqueiras, guias, artistas, transporte e pequenos produtores.

Salvaguarda central: obra de orla sem saneamento e manejo apenas muda o endereço do problema. Infraes- trutura e manutenção devem nascer juntas.

Região 04 de 14 - Capim

Floresta produtiva: cacau, agrofloresta, imigração e bioeconomia

Transformar produção sustentável, diversidade cultural e paisagens rurais em turismo de experiência, negócios e conhecimento.

Referências territoriais: Tomé-Açu, Paragominas, São Miguel do Guamá, Dom Eliseu, Concórdia do Pará e entorno, sujeitos ao Mapa vigente.

Portfólio de experiências

• Sistemas agroflorestais, cacau, açaí, pimenta e frutas amazônicas.

• Memória da imigração e intercâmbio cultural.

• Fazendas demonstrativas, agroindústrias e degustações.

• Bioeconomia, inovação rural e visitas técnicas.

• Rios, áreas verdes, cicloturismo e experiências de natureza.

• Feiras, festivais de produtos e gastronomia de origem.

Papel na rede estadual

Conectar agrofloresta, produção, imigração, bioeconomia e conhecimento, oferecendo experiências rurais, visitas técnicas e produtos de origem articulados ao circuito Tocantins e Floresta Produtiva.

Primeira carteira de investimentos

• Protocolo estadual de turismo rural e cadastro simplificado dentro das regras nacionais.

• Rotas seguras entre propriedades, centros urbanos e unidades produtivas.

• Capacitação em recepção, segurança alimentar, narrativa e venda direta.

• Selo de origem e vitrine regional para produtos transformados.

Produtos comercializáveis: 2 dias: sabores e agrofloresta. 4 dias: produção, inovação e cultura. Roteiros técnicos para escolas, empresas e universidades.

Cadeias beneficiadas: agricultores familiares, cooperativas, agroindústrias, restaurantes, transportadores, técnicos, pesquisadores e hospedagem rural.

Salvaguarda central: a propriedade produtiva precisa receber com segurança, sem romantizar trabalho rural nem expor processos sem autorização.

Região 05 de 14 - Araguaia

Verão do Araguaia: praias, pesca, natureza e produção

Converter a forte temporada de praias fluviais em economia anual, integrando eventos, pesca, gastronomia, esporte e turismo rural.

Referências territoriais: Conceição do Araguaia, Redenção, Santana do Araguaia, Rio Maria e municípios conectados, conforme a composição anual.

Portfólio de experiências

• Praias fluviais e calendário do verão amazônico.

• Pesca esportiva responsável e experiências de rio.

• Esportes náuticos, trilhas, ciclismo e aventura.

• Fazendas, produção rural, cavalgadas e gastronomia.

• Cultura regional, música, festas e artesanato.

• Serra dos Martírios / Andorinhas em conexão com Carajás, sob regras de visitação.

Papel na rede estadual

Transformar a sazonalidade das praias fluviais em calendário anual e funcionar como extensão de natureza, rio e produção no circuito integrado com Carajás.

Primeira carteira de investimentos

• Ordenamento sazonal de praias com saneamento, salvamento e resíduos.

• Terminais, rampas, segurança náutica e cadastro de embarcações e operadores.

• Calendário anual para reduzir dependência de poucas semanas.

• Pacotes aéreos e rodoviários conectados a Carajás e polos regionais.

Produtos comercializáveis: 3 dias: verão, praia e gastronomia. 5 dias: rio, pesca e produção rural. 7 dias: Araguaia e Carajás.

Cadeias beneficiadas: barqueiros, pescadores, guias, eventos, hotéis, restaurantes, produtores rurais, artesãos e transportadores.

Salvaguarda central: pesca esportiva exige regra, monitoramento e respeito ao período de defeso; turismo de aventura exige protocolo e resposta a emergências.

Região 06 de 14 - Carajás

Legado de ferro, futuro verde

Usar a força mineral atual para financiar diversificação, posicionando floresta, geologia, ciência, cultura e inovação como nova camada econômica regional.

Referências territoriais: Parauapebas, Canaã dos Carajás, Marabá, São Geraldo do Araguaia, Eldorado do Carajás, Água Azul do Norte e entorno, conforme o Mapa vigente.

Portfólio de experiências

• Floresta Nacional de Carajás e visitação conduzida conforme o ICMBio.

• Geoturismo, biodiversidade, cavernas e ciência com acesso controlado.

• Turismo industrial e técnico da mineração quando autorizado.

• Parque temático e centro de experiências em área juridicamente compatível.

• Eventos sobre transição econômica, bioeconomia e mineração.

• Integração com Araguaia, Marabá, Lago de Tucuruí e aeroportos.

Papel na rede estadual

Atuar como laboratório de diversificação e legado mineral, conectando floresta, geologia, ciência, cidades e inovação a Araguaia, Marabá, Lago de Tucuruí e às portas aéreas regionais.

Primeira carteira de investimentos

• Plano de legado mineral com governança, orçamento e controle.

• Centro de recepção, interpretação e venda de roteiros já autorizados.

• Estudos de viabilidade, localização e licenciamento do equipamento âncora.

• Qualificação e escala para cooperativas, guias, hotelaria, gastronomia e economia criativa.

Produtos comercializáveis: 3 dias: floresta, ciência e cidade. 5 dias: Carajás e Marabá. 7 dias: Carajás, Araguaia ou Lago de Tucuruí.

Cadeias beneficiadas: guias, cooperativas, ciência, hotéis, restaurantes, transporte, eventos, artistas, produtores e negócios de bioeconomia.

Salvaguarda central: não prometer intervenção dentro de unidade de conservação. Toda visitação depende do plano de manejo, órgãos gestores e capacidade de carga.

Região 07 de 14 - Tocantins

Açaí, miriti, ilhas e cultura das águas

Conectar cultura ribeirinha, produção, patrimônio e transporte fluvial numa rota de alto valor simbólico e ampla distribuição de renda.

Referências territoriais: Abaetetuba, Cametá, Barcarena, Igarapé-Miri e municípios do eixo Tocantins, conforme composição vigente.

Portfólio de experiências

• Açaí, miriti, pescado, farinha e gastronomia ribeirinha.

• Ilhas, furos, passeios fluviais e comunidades.

• Samba de cacete, carnaval, festividades e cultura popular.

• Patrimônio histórico de Cametá e cidades das águas.

• Estaleiros artesanais, embarcações e saberes de navegação.

• Turismo industrial e portuário controlado em Barcarena, quando viável.

Papel na rede estadual

Organizar a cadeia das águas, do açaí, do miriti e da cultura ribeirinha, conectando ilhas, cidades e produção ao Lago de Tucuruí e à porta de entrada de Belém.

Primeira carteira de investimentos

• Rede segura de trapiches, rampas, banheiros e informação turística. • Rota do Açaí e do Miriti com visitas, degustação, lojas e rastreabilidade. • Integração de horários fluviais, transporte terrestre e venda de pacotes. • plano de formalização e microcrédito para negócios das ilhas.

Produtos comercializáveis: 2 dias: miriti e sabores. 4 dias: Cametá, ilhas e cultura. 6 dias: Tocantins e Lago de Tucuruí.

Cadeias beneficiadas: produtores de açaí, artesãos, barqueiros, mestres culturais, cozinheiras, estaleiros, pousadas e comércio.

Salvaguarda central: a rota deve respeitar o tempo e a vida das comunidades; visita não pode virar invasão nem transformar cultura em figurino.

Região 08 de 14 - Alto Tapajós

Aventura, floresta, corredeiras e grandes paisagens

Estruturar um destino de aventura e natureza com segurança, conservação e forte protagonismo de operadores locais.

Referências territoriais: Itaituba, Jacareacanga e municípios do alto curso, segundo o cadastro regional atualizado.

Portfólio de experiências

• Parque Nacional da Amazônia, trilhas e educação ambiental.

• Corredeiras, rios e canoagem em trechos tecnicamente habilitados.

• Pesca esportiva, observação de fauna e expedições.

• História regional, garimpo, logística e transformação territorial.

• Turismo científico e expedições de biodiversidade.

• Experiências indígenas ou tradicionais somente por iniciativa e consentimento dos povos.

Papel na rede estadual

Liderar os produtos de aventura segura, expedição e natureza do alto curso, conectando Itaituba e operadores locais ao Baixo Tapajós e ao Rio Amazonas.

Primeira carteira de investimentos

• Protocolos de resgate, comunicação, navegação e seguro para aventura.

• Centro regional de informações, condutores e comercialização em Itaituba.

• Acessos, sinalização, pontos de apoio e manutenção.

• Planejamento de capacidade, resíduos e fiscalização nos atrativos sensíveis.

Produtos comercializáveis: 4 dias: parque, rio e cidade. 7 dias: expedição de natureza. Integração com Baixo Tapajós e Rio Amazonas.

Cadeias beneficiadas: condutores, barqueiros, hospedagem, alimentação, transporte, pesquisadores, produtores e serviços de apoio.

Salvaguarda central: destino remoto precisa vender segurança antes de vender adrenalina. Sem plano de emergência, não existe produto responsável.

Região 09 de 14 - Lago de Tucuruí

Lago Vivo: ilhas, náutica, pescado, energia e lazer

Transformar o grande lago em circuito náutico organizado, conectado a cidades, ilhas, pesca, ciência e turismo técnico.

Referências territoriais: Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento, Jacundá, Itupiranga e municípios do entorno, conforme o Mapa vigente.

Portfólio de experiências

• Ilhas, praias, passeios, lazer familiar e contemplação.

• Pesca esportiva e gastronomia do pescado.

• Esportes náuticos, travessias, vela, canoagem e eventos.

• Turismo técnico de energia e interpretação da transformação do território.

• Comunidades, memória, cultura e produção local.

• Rotas combinadas com Tocantins, Marabá e Carajás.

Papel na rede estadual

Estruturar o sistema náutico do lago e integrar lazer, pescado, energia, ciência e comunidades aos eixos Tocantins, Marabá e Carajás.

Primeira carteira de investimentos

• Plano de ordenamento náutico, balizamento, salvamento e previsão meteorológica.

• Rede de marinas leves, rampas, pontos de apoio e coleta de resíduos.

• Calendário de eventos e torneios com regras ambientais.

• Sistema único de operadores, reservas, preços e avaliação.

Produtos comercializáveis: 3 dias: lago, ilhas e pescado. 5 dias: náutica, energia e comunidades. 7 dias: Lago, Tocantins e Carajás.

Cadeias beneficiadas: pescadores, barqueiros, oficinas, estaleiros, restaurantes, pousadas, guias, eventos e produtores.

Salvaguarda central: lago grande não perdoa improviso. Segurança, comunicação e manutenção precisam estar no orçamento permanente.

Região 10 de 14 - Baixo Tapajós

Praias de água doce, floresta, cultura e saberes

Consolidar um destino já reconhecido, distribuindo benefícios para além dos pontos saturados e conectando comunidades, floresta e cultura.

Referências territoriais: Santarém, Belterra, Mojuí dos Campos e destinos conectados, conforme a composição regional vigente.

Portfólio de experiências

• Alter do Chão, praias de água doce e calendário das águas.

• Floresta Nacional do Tapajós e visitação comunitária autorizada.

• Rios Tapajós e Arapiuns, comunidades e experiências fluviais.

• Çairé, cultura, música, cerâmica e patrimônio.

• Gastronomia, peixes, mandioca, frutas e cozinha de território.

• Cruzeiros, eventos, ciência, bem-estar e turismo regenerativo.

Papel na rede estadual

Distribuir os fluxos de um destino já reconhecido, reduzindo pressão sobre pontos saturados e ampliando a venda de floresta, comunidades, cultura e grandes rios no oeste.

Primeira carteira de investimentos

• Gestão de capacidade, mobilidade e resíduos em áreas de maior pressão.

• Distribuição de roteiros e renda para comunidades e atrativos menos concentrados.

• Qualidade de terminais, transporte, informação multilíngue e reservas.

• Conexão comercial com Rio Amazonas, Alto Tapajós e Xingu.

Produtos comercializáveis: 3 dias: Santarém e Alter. 5 dias: praias, floresta e comunidades. 8 a 10 dias: grande circuito do oeste.

Cadeias beneficiadas: comunidades, guias, barqueiros, artesãos, ceramistas, pescadores, hotéis, restaurantes, agências e produtores.

Salvaguarda central: sucesso sem capacidade de carga degrada o destino. Crescer exige dispersar fluxo, monitorar impacto e remunerar quem conserva.

Região 11 de 14 - Campos do Marajó

Campos, búfalos, cerâmica, praias e ancestralidade

Fortalecer o Marajó dos campos como destino de natureza, cultura e gastronomia, com melhor acesso, permanência e protagonismo marajoara.

Referências territoriais: Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e municípios dos campos, conforme o Mapa atualizado.

Portfólio de experiências

• Fazendas, campos naturais, búfalos e cavalgadas responsáveis.

• Praias, rios, manguezais e observação de fauna.

• Cerâmica marajoara, museus, arqueologia e memória.

• Queijo, pescado, carne de búfalo e cozinha marajoara.

• Carimbó, festividades, música, artes e modos de vida.

• Cicloturismo, fotografia, bem-estar e experiências de baixa densidade.

Papel na rede estadual

Ser a principal conexão entre Belém e a experiência marajoara de campos, praias, fazendas, cerâmica, ancestralidade e gastronomia, ampliando permanência e renda local.

Primeira carteira de investimentos

• Confiabilidade do transporte fluvial e integração com terminais e hospedagem.

• Saneamento, resíduos, drenagem e manutenção em destinos prioritários.

• Rota da cerâmica, do queijo e das fazendas com regras de origem.

• Centro de reservas e calendário integrado com Belém e Florestas do Marajó.

Produtos comercializáveis: 3 dias: Soure e Salvaterra. 5 dias: campos, praias e cultura. 7 dias: Campos e Florestas do Marajó.

Cadeias beneficiadas: fazendas, produtores, ceramistas, artistas, barqueiros, guias, pousadas, restaurantes e transportadores.

Salvaguarda central: a identidade marajoara pertence aos marajoaras. A política deve combater apropriação indevida e garantir renda no território.

Região 12 de 14 - Florestas do Marajó

Rios, floresta, comunidades e Amazônia profunda

Estruturar experiências de pequena escala e alto valor, respeitando distâncias, ecossistemas e modos de vida do Marajó florestal.

Referências territoriais: Breves, Portel, Melgaço, Muaná, Bagre, Gurupá e entorno, conforme composição anual do Mapa.

Portfólio de experiências

• Rios, furos, floresta, observação de fauna e expedições.

• Turismo de base comunitária desenhado e operado localmente.

• Açaí, pesca, farinha, madeira naval legal e produção tradicional.

• História, arqueologia, memória e patrimônio cultural.

• Festivais, artesanato, música e gastronomia.

• Pesquisa, educação ambiental e intercâmbio de conhecimento.

Papel na rede estadual

Receber turismo de baixa densidade e expedições comunitárias de alto valor, com operação compatível com as distâncias, a infraestrutura disponível e os modos de vida do Marajó florestal.

Primeira carteira de investimentos

• Transporte seguro, comunicação, pontos de apoio e resposta a emergências.

• Pequenos centros de visitantes e hospedagem comunitária qualificada.

• Planos locais de resíduos, água, energia e conectividade.

• Fundo de apoio a negócios comunitários e promoção de baixa densidade.

Produtos comercializáveis: 5 a 7 dias: expedição fluvial e comunidades. Integração seletiva com Campos do Marajó e Belém.

Cadeias beneficiadas: barqueiros, comunidades, pescadores, produtores de açaí, artesãos, cozinheiras, guias e hospedagem familiar.

Salvaguarda central: não levar turismo de massa para onde o serviço público ainda não chegou. Primeiro estrutura, pactua e protege; depois promove.

Região 13 de 14 - Xingu

Rio, cacau, diversidade cultural e conhecimento

Conectar o grande rio, a produção de cacau, a biodiversidade e a memória da transformação regional em experiências responsáveis.

Referências territoriais: Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Medicilândia e municípios conectados, conforme a composição vigente.

Portfólio de experiências

• Rio Xingu, paisagens, ilhas e experiências fluviais.

• Rota do cacau, chocolate, agricultura familiar e agrofloresta.

• Turismo científico, educação e memória das transformações territoriais.

• Pesca, praias sazonais, trilhas e natureza.

• Gastronomia, feiras, cultura urbana e produção artística.

• Experiências indígenas somente sob governança e decisão dos povos.

Papel na rede estadual

Conectar rio, cacau, agrofloresta, ciência e memória territorial, criando produtos responsáveis que dialoguem com o Tapajós, o Amazonas e as portas de entrada de Altamira.

Primeira carteira de investimentos

• Rota do cacau com visitas seguras, degustação, lojas e padrão de qualidade.

• Informação e receptivo integrados aos aeroportos e terminais.

• Ordenamento de praias e segurança fluvial.

• Centro de interpretação do Xingu com ciência, memória e múltiplas vozes.

Produtos comercializáveis: 3 dias: Altamira e rio. 5 dias: Xingu e cacau. 8 dias: Xingu, Baixo Tapajós e Rio Amazonas.

Cadeias beneficiadas: cacauicultores, chocolateiros, barqueiros, guias, pesquisadores, hotéis, restaurantes, artistas e transportadores.

Salvaguarda central: narrativas de grandes obras e povos tradicionais exigem pluralidade, consentimento e compromisso com direitos, não marketing unilateral.

Região 14 de 14 - Rio Amazonas

Arqueologia, serras, história e grandes águas

Dar escala e conexão a um território de enorme valor paisagístico e arqueológico, articulando rios, serras, cidades históricas e comunidades.

Referências territoriais: Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Almeirim e destinos do eixo amazônico, conforme o cadastro vigente.

Portfólio de experiências

• Parque Estadual de Monte Alegre, serras e arte rupestre sob manejo.

• Óbidos, patrimônio histórico, estreito do Amazonas e cultura.

• Oriximiná, rio Trombetas, natureza e comunidades.

• Almeirim, Monte Dourado, Jari, cachoeiras e memória produtiva.

• Cruzeiros, expedições, pesca, observação de fauna e fotografia.

• Quilombos e comunidades somente com governança local e repartição de benefícios.

Papel na rede estadual

Fechar o circuito dos Grandes Rios do Oeste com arqueologia, serras, patrimônio, comunidades e expedições pelo Amazonas e Trombetas, em conexão comercial com o Baixo Tapajós.

Primeira carteira de investimentos

• Portos de escala, recepção, sinalização e comercialização para cruzeiros e expedições.

• Planos de visitação e conservação para sítios arqueológicos e áreas sensíveis.

• Conectividade aérea e fluvial, informação de horários e resposta a emergências.

• Roteiros integrados com Baixo Tapajós e fronteira amazônica.

Produtos comercializáveis: 4 dias: história, serras e rio. 7 a 10 dias: expedição do Amazonas combinada com Tapajós.

Cadeias beneficiadas: guias, barqueiros, comunidades, artesãos, pescadores, hotéis, restaurantes, pesquisa- dores e comércio.

Salvaguarda central: patrimônio arqueológico não é lembrança para levar. Visitação precisa de controle, interpretação e proteção contra saque e vandalismo.

Produtos transversais

Rotas que atravessam fronteiras administrativas

O turista compra experiências, não organogramas. Além dos quatro circuitos, o Estado precisa trabalhar linhas de produto que conectem diferentes regiões e mercados.

Linha de produto	Regiões conectadas	Proposta de valor
Praias de Água Doce	Baixo Tapajós, Araguaia, Lago de Tucuruí, Xingu e Rio Amazonas	Temporadas diferentes permitem calendário ampliado, com segurança e saneamento como padrão.
Açaí, Cacau e Sabores	Tocantins, Capim, Xingu, Marajó, Belém e Tapajós	Visitas produtivas, degustação, gastronomia, agroindústrias, feiras e venda de produtos do Pará.
Fé e Cultura Viva	Belém e festas regionais em todo o Estado	Círio como porta para calendários de fé, música, dança, patrimônio e hospitalidade comunitária.
Ciência, Minério e Energia	Carajás, Lago de Tucuruí, Xingu e Tocantins	Visitas técnicas autorizadas, centros interpretativos, congressos e educação sobre escolhas territoriais.
Floresta e Comunidades	Marajó, Tapajós, Xingu, Rio Amazonas e Carajás	Baixa densidade, protagonismo local, manejo, pesquisa e repartição transparente de benefícios.
Costa Amazônica	Belém, Guamá, Caeté e Marajó	Praias, ilhas, manguezais, pesca, gastronomia, patrimônio e roteiros fluviais e terrestres integrados.

Uma boa rota faz o visitante dizer: “já que estou aqui, vou ficar mais dois dias”. Esses dois dias são emprego, venda e renda.

Comercialização

Pacotes, calendário e extensão de permanência

O plano deve padronizar a engenharia de produtos, não o conteúdo cultural. Cada roteiro terá público, duração, preço indicativo, operador, janela climática, acessibilidade, risco, capacidade, política de cancelamento e canais de venda.

Formato	Função	Exemplo de combinação
3 dias	Porta de entrada e experiência concentrada	Belém e ilhas; Santarém e Alter; Carajás e floresta; Tucuruí e lago.
5 dias	Uma região completa ou duas complementares	Campos do Marajó; Caeté e Guamá; Xingu e cacau; Araguaia e praias.
7 dias	Circuito regional	Belém e Marajó; Tocantins e Tucuruí; Carajás e Araguaia; Rio Amazonas e Tapajós.
10 dias	Viagem de alto valor e múltiplas regiões	Grandes Rios do Oeste; Capital, Costa e Marajó; natureza, cultura e produção combinadas.

Pará 365

• Calendário único de praias, rios, colheitas, festivais, fé, gastronomia, esporte, ciência e negócios.

• Campanhas por temporada e segmento, com venda antecipada e distribuição entre regiões.

• Extensão de viagens corporativas: todo congresso ou visita técnica deve oferecer roteiros antes e depois do evento.

• Política de baixa estação: incentivos de promoção condicionados a preços transparentes, operação real e qualidade.

• Passaporte Pará com recompensas por visitar mais de uma região, comprar local e avaliar serviços.

Calendário não é agenda de palco. Precisa informar data, capacidade, transporte, hospedagem, segurança, responsável e canal de compra.

Padrão de entrega

Infraestrutura mínima do visitante

Não basta ter rio bonito. É preciso receber bem. Todo atrativo prioritário deve ser avaliado por um padrão mínimo, ajustado à escala e ao ecossistema.

Chegada

• Acesso sinalizado.

• Ponto seguro de embarque e desembarque.

• Informação de horários e preços.

• Acessibilidade possível e claramente informada.

Uso

• Banheiros e água.

• Sombra e descanso.

• Orientação e interpretação.

• Conectividade ou solução de comunicação.

Segurança

• Primeiros socorros.

• Plano de emergência.

• Salvamento e segurança náutica quando aplicável.

• Registro de incidentes.

Ambiente

• Resíduos e efluentes.

• Capacidade de carga.

• Proteção de margens e habitats.

• Monitoramento de impacto.

Operação

• Responsável identificado.

• Rotina de limpeza e manutenção.

• Orçamento recorrente.

• Indicadores e avaliação do usuário.

Comercialização

• Operador e contato.

• Preço e reserva.

• Política de cancelamento.

• Informação multilíngue e acessível.

Toda obra financiada pelo plano deverá apresentar plano de operação e manutenção. Inauguração sem manutenção é fotografia cara.

Renda no território

Turismo como ponte entre matrizes econômicas

Matriz	Conexão turística	Valor que deve ficar no Pará
Agricultura familiar	Visitas, degustação, refeições, feiras e hospedagem rural	Venda direta, contratos com hotéis e transformação de produtos
Açaí, cacau e extrativismo	Rotas de origem, agroflorestas, culinária e bioeconomia	Marca, rastreabilidade, chocolate, polpas, óleos e cosméticos locais
Mineração e energia	Turismo técnico, ciência, museus e centros interpretativos	Eventos, serviços, educação e fundos de legado territorial
Pesca e rios	Passeios, pesca responsável, gastronomia e eventos náuticos	Renda de barqueiros, pescadores, estaleiros, guias e restaurantes
Cultura e fé	Festas, música, dança, artes, patrimônio e peregrinação	Direitos, cachês, artesanato, costura, alimentação e produção cultural
Ciência e fármacos	Congressos, visitas técnicas, jardins, laboratórios e educação	Pesquisa, serviços especializados, produtos regularizados e inovação

Instrumentos

• plano de compras locais para hotelaria, alimentação, eventos e equipamentos turísticos. • Vitrine física e digital de produtos do território, com origem, regularidade sanitária e logística. • Assistência para formalização, Cadastur, precificação, meios de pagamento, qualidade e crédito. • Rotas rurais alinhadas às regras de cadastro do produtor rural e agricultor familiar no Cadastur.[4] • Metas de retenção de renda e participação local nos contratos, quando juridicamente possível.

O Pará não deve vender apenas paisagem. Precisa vender produto, conhecimento, cultura e transformação feitos aqui.

Gente que recebe

Qualidade começa nas pessoas

A hospitalidade não pode depender de improviso. O plano cria trilhas de formação por função e por região, combinando escola técnica, prática supervisionada e avaliação do visitante.

Público	Conteúdo da formação
Gestores públicos	Planejamento, projetos, convênios, dados, governança, contratos, manutenção e comunicação de risco.
Guias e condutores	Interpretação, primeiros socorros, biodiversidade, patrimônio, acessibilidade, idiomas e emergência.
Barqueiros e transporte	Segurança, atendimento, rotas, manutenção, navegação, informação e proteção ambiental.
Hospedagem e alimentação	Recepção, reservas, limpeza, segurança alimentar, compras locais, precificação e reputação digital.
Comunidades e produtores	Desenho da experiência, consentimento, governança, preço, venda, direitos e repartição de benefícios.
Jovens	Idiomas, tecnologia, conteúdo, fotografia, guiança, eventos, manutenção e empreendedorismo.

Selo Pará Bem Receber

Certificação por evidência, com critérios de atendimento, acessibilidade, segurança, sustentabilidade, informação, compras locais e resposta a reclamações. O selo terá auditoria e prazo; não será adesivo eterno.

Natureza e cultura vivas

Conservar, consentir e repartir benefícios

A expansão do turismo não pode produzir dano ambiental, deslocamento social ou apropriação cultural. A política estadual deve estabelecer salvaguardas obrigatórias antes de promoção e investimento.

Tema	Salvaguarda
Unidades de conservação	Plano de manejo, órgão gestor, zoneamento, autorização, capacidade, condução, monitoramento e recursos para conservação.
Povos indígenas e demais povos abrangidos pela Convenção nº 169 da OIT	Consulta livre, prévia e informada quando aplicável; protagonismo; consentimento para imagem e conhecimento; remuneração e governança própria.[5]
Comunidades tradicionais	Desenho comunitário da experiência, contratos compreensíveis, direito de recusa, proteção de dados e repartição transparente.
Patrimônio cultural e arqueológico	Inventário, proteção, interpretação, controle de acesso, combate a saque, vandalismo e uso comercial indevido.
Clima e sazonalidade	Planos de adaptação, calor, chuva, cheia, seca, erosão, incêndio, eventos extremos, comunicação e cancelamento seguro.
Crianças e grupos vulneráveis	Protocolos de proteção, prevenção de exploração, acessibilidade, não discriminação e canais de denúncia.

A Lei estadual nº 9.773/2022 institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária e inclui, entre suas diretrizes, o fomento e o apoio ao estabelecimento de trilhas de longo curso, oferecendo base para protagonismo e repartição equitativa de benefícios.[18]

Cultura não é decoração turística. É patrimônio vivo, com dono, voz, direito e memória.

Transformação digital

Passaporte Pará e inteligência de dados

A plataforma estadual não deve competir com agências e operadores. Sua função é organizar informação confiável, conectar oferta, permitir reserva ou redirecionamento, medir desempenho e dar visibilidade a negócios regularizados.

Experiência do visitante

• Rotas e pacotes por tempo, interesse, acessibilidade e orçamento.

• Agenda Pará 365 e alertas climáticos.

• Mapas, horários, preços, contatos e reservas.

• Passaporte, benefícios e avaliação.

• Português, inglês, espanhol e recursos acessíveis.

Inteligência de gestão

• Fluxo, permanência, gasto e distribuição regional.

• Satisfação do turista e do morador.

• Incidentes, capacidade e pressão ambiental.

• Desempenho de produtos e prestadores.

• Compras locais, emprego, renda e investimento.

Princípios de dados

• Coletar apenas o necessário, com finalidade, segurança, transparência e conformidade com a LGPD.

• Integrar bases públicas sem criar cadastro paralelo desnecessário; usar Cadastur e SISMAPA como referências oficiais.

• Publicar painel agregado por região, preservando dados pessoais e informações comerciais sensíveis.

• Permitir auditoria de indicadores, metodologia e contratos de tecnologia.

• Manter alternativa presencial e de baixa conectividade para não excluir comunidades e visitantes.

Sem dados, o turismo vira torcida. Com dados, vira política de resultado.

Governança multinível

Quem faz o quê

Nível	Responsabilidades
Estado	Padrões, grandes acessos, coordenação intersetorial, marca, dados, financiamento, promoção e carteira estadual.
Regiões / IGRs	Integrar municípios, validar identidade, organizar produtos, calendário, operadores, projetos e monitoramento regional.
Municípios	Serviços urbanos, ordenamento, planos, licenciamento local, manutenção, segurança, saneamento, conselhos e orçamento.
Comunidades e empresas	Criar e operar experiências, contratar localmente, cumprir padrões, gerir riscos e fornecer dados de desempenho.
Universidades e escolas	Pesquisa, inventário, formação, inovação, capacidade de carga, memória e avaliação independente.
Órgãos ambientais e culturais	Autorizar, orientar, fiscalizar e proteger unidades, patrimônio, biodiversidade e direitos culturais.

Critério de acesso a recursos

Governança ativa; projeto técnico; alinhamento regional; operação e manutenção; segurança; acessibilidade; salvaguardas; participação local; indicadores; contrapartida compatível; transparência. A Portaria MTur nº 1/2026, alterada pela Portaria nº 5/2026, reforça a necessidade de IGR ativa, planejamento regional e compromisso municipal.[2][19]

Sincronia territorial

Da comunidade ao Estado: planos que conversam

O turismo fracassa quando o plano promove uma praia que o plano diretor ocupa sem saneamento, quando a mobilidade não chega ao terminal ou quando o orçamento constrói sem prever manutenção. A política precisa sincronizar comunidade, município, região e Estado por vocação e capacidade.

Instrumento	Ajuste necessário	Resultado
Plano diretor e uso do solo	Zonear orlas, centros, áreas rurais, paisagens, corredores e zonas de pressão turística	Proteção da identidade e segurança para investir
Saneamento e resíduos	Priorizar destinos e temporadas com carga adicional de visitantes	Qualidade ambiental e reputação do destino
Mobilidade e logística	Conectar aeroportos, portos, rodoviárias, cidades e atrativos com horários e informação	Menos tempo perdido e maior circulação regional
Habitação e território	Monitorar pressão imobiliária, aluguel, deslocamento de moradores e regularização	Turismo que melhora a vida local, sem expulsar quem mora
Planos de manejo	Alinhar visitação a zoneamento, capacidade, monitoramento e recursos do órgão gestor	Conservação financiada e experiência segura
Plano regional	Definir função de cada município, produtos, conexões, projetos e metas	Cooperação em vez de competição improdutiva

Aptidão sem ordenamento vira conflito. Ordenamento sem projeto vira papel. O plano conecta os dois.

Financiamento

Uma carteira, várias fontes e nenhuma promessa automática

A modelagem financeira deve combinar orçamento público, crédito, cooperação e investimento privado. Cada fonte financia o que sua regra permite; nenhuma receita deve ser prometida sem lei, orçamento, contrato e governança.

Fonte ou instrumento	Uso potencial	Condição essencial
Orçamentos estadual e municipais	Planejamento, obras públicas, qualificação, promoção, dados e manutenção	Prioridade por carteira, projeto e resultado
Transferências e planos do MTur	Infraestrutura, regionalização, promoção e políticas públicas	Mapa, IGR, plano, requisitos e disponibilidade
Novo Fungetur	Capital fixo, obras, bens e capital de giro para prestadores elegíveis.[6]	Cadastur, agente financeiro e análise de crédito
FNO / Banco da Amazônia	Turismo sustentável, serviços, inovação e empreendimentos verdes.[7]	Enquadramento, projeto e capacidade de pagamento
BNDES / Fundo Clima e fundos socioambientais	Mobilidade verde, eficiência, parques, restauração e projetos estruturantes.[8]	Elegibilidade, escala, impacto e estrutura financeira
Concessões, PPPs e permissões	Equipamentos, serviços, operação, manutenção e módulos comerciais.[9][10]	Estudos, licitação, riscos, metas, fiscalização e interesse público
Receitas públicas e aportes privados juridicamente vinculados a estratégias de legado mineral	Diversificação e infraestrutura nos territórios mineradores	Instrumento identificado, lei, orçamento, limites de uso, controle e nenhuma compensação ou destinação automática de CFEM
Cooperação e patrocínio	Pesquisa, cultura, formação, eventos e inovação	Editais, integridade, contrapartidas e independência pública

A carteira estadual terá projetos classificados em: preparação; estruturação; investimento; concessão; crédito privado; operação e manutenção. Misturar essas etapas é a forma mais rápida de confundir anúncio com entrega.

Possibilidades de desenvolvimento do turismo

Estruturação condicionada à maturidade das propostas

Frente de desenvolvimento	Contribuições propostas
Base e governança	Unidade executiva e conselho; linha de base e inventários; verificação, regularização e fortalecimento das Instâncias de Governança Regional correspondentes às regiões adotadas, conforme o SISMAPA; critérios e carteira inicial; primeiros projetos rápidos.
Estruturação	Planos das 14 regiões; Pará 365 e plataforma; qualificação e formalização; sinalização e infraestrutura leve; ao menos dois roteiros testados por região.
Investimento e escala	Obras prioritárias; crédito e negócios locais; centros e terminais; campanhas nacionais; concessões e parcerias viáveis.
Consolidação	Promoção internacional seletiva; expansão de rotas; certificação e reputação; avaliação de impacto; revisão de metas e próxima carteira.

Condições institucionais a avaliar

• Decreto ou ato de governança do plano e definição de responsáveis. • Painel público inicial com regiões, projetos, estágio, prazo e responsável. • Chamada técnica para atualização de inventários e planos regionais. • Diagnóstico de 20 gargalos críticos de acesso, segurança, saneamento e operação. • Seleção de projetos rápidos em todos os quatro circuitos, sem concentrar tudo em uma região. • Agenda com bancos, MTur, setor privado, universidades, IGRs e comunidades.

Prazo, responsável e resultado público. Sem isso, rota turística vira só um nome bonito no papel.

Resultados

Painel de indicadores

As metas econômicas dependem de diagnóstico, linha de base e avaliação da capacidade institucional. Sua definição deverá considerar as particularidades de cada região e os recursos disponíveis.

Dimensão	Indicadores	Referência para desenvolvimento
Economia	Retenção de renda, gasto médio, empregos, empresas, compras locais e investimento privado	Linha de base validada e metas adequadas a cada região
Mercado	Visitantes, permanência, ocupação, sazonalidade, pacotes vendidos, retorno e reputação	Painel de acompanhamento dos indicadores
Território	Distribuição do fluxo, municípios conectados, acessibilidade e confiabilidade dos acessos	Planos e carteiras adequados às 14 regiões
Produto	Experiências vendáveis, operadores, reservas, cancelamentos e satisfação	Roteiros testados e validados conforme o potencial de cada região
Social e cultural	Renda comunitária, participação de jovens e mulheres, direitos e satisfação do morador	Contratos e dados por projeto
Ambiental	Capacidade, resíduos, água, emissões, incidentes e áreas protegidas	Nenhuma promoção massiva sem manejo nas áreas sensíveis
Governança	IGRs ativas, reuniões, orçamento, manutenção, prazos, auditoria e transparência	Prestação pública de contas e revisão das decisões

Indicador central: quanto do gasto do visitante permaneceu no território e melhorou a vida de quem mora ali?

Projeto âncora

Carajás - legado de ferro, futuro verde

Carajás é o projeto âncora da Região Turística Carajás e laboratório de diversificação, conectado ao restante do Estado.

O minério ainda tem força. O erro seria esperar a força acabar para só então construir a economia do futuro.

Diretriz econômica

• A região ainda tem janela mineral e investimentos relevantes.

• O risco não é a mineração; é depender apenas dela.

• Parte da capacidade atual deve financiar diversificação e legado.

• Vale e outras empresas podem ser parceiras, não donas da estratégia.

Compromissos de modelagem

• A modelagem distingue potencial geológico, recurso e reserva declarada.

• Qualquer uso de receitas públicas ou aporte privado terá instrumento próprio; não haverá desconto ou destinação automática de CFEM.

• A localização será escolhida somente após estudos multicritério, sem pressupor implantação dentro de unidade de conservação.

• A visitação será subordinada a manejo, licenciamento, capacidade de carga e decisão do órgão gestor.

A Vale anunciou R$ 70 bilhões no Programa Novo Carajás entre 2025 e 2030, reforçando a tese de que a transição deve ser planejada enquanto há força econômica.[11]

O Plano de Manejo da Floresta Nacional de Carajás prevê estruturar visitação e novos roteiros de ecoturismo e educação ambiental; a visitação hoje ocorre por programação com entidade autorizada pelo ICMBio.[12][13]

Isso oferece base real, mas exige cooperação institucional - não atalho.

Projeto-âncora: Carajás - legado de ferro, futuro verde

Os quinze módulos abaixo integram o Plano Integrado de Turismo. A implantação é modular e depende de demanda, viabilidade, compatibilidade ambiental, licenciamento, consulta quando aplicável e modelo operacional.

Turismo, bioeconomia, cultura e legado

Essência do plano

“O minério ainda tem força; a cidade inteligente usa a riqueza de hoje para financiar o futuro.”

Projeto estruturante com integração regional, Rota das Águas e da Floresta, Marabá como porta estratégica e modelagem de legado mineral para Parauapebas, Marabá e Sudeste do Pará.

Tese central: Carajás ainda tem uma janela mineral relevante. Essa força deve ser usada para financiar e organizar a economia do futuro. O Parque de Carajás é a âncora de turismo, cultura, bioeconomia e identidade amazônica. A Rota das Águas e da Floresta amplia o projeto para Marabá, municípios ribeirinhos e eixos Tocantins, Itacaiúnas, Tucuruí, Araguaia e Xingu. A Vale pode ser parceira estratégica do legado, mas a modelagem deve observar licitação, governança pública, compliance, controle externo e regras ambientais.

5 Visão estratégica

O projeto organiza a estratégia regional do Parque de Carajás, incorporando a mineração como janela de riqueza, Marabá como porta da Rota das Águas, infraestrutura turística nos municípios ribeirinhos, fomento ao investimento privado e modelagem de legado mineral.

Ponto	Diretriz institucional
Janela mineral	Usar a força atual para financiar a transição econômica.
Potencial geológico	Distinguir potencial, recurso e reserva oficialmente declarada.
CFEM	Planejar aplicação estratégica de receitas e contrapartidas juridicamente possíveis, sem desconto automático.
Marabá	Hub logístico e porta da Rota das Águas, com aeroporto, comércio e serviços regionais.
Municípios ribeirinhos	Pacote mínimo de infraestrutura e fomento privado.
Flona e povos originários	Condicionar intervenções a área compatível, plano de manejo, licenciamento, consulta e anuências.

6 Síntese executiva

• O Parque de Carajás é projeto estruturante para transformar força mineral em legado econômico permanente.

• A proposta reconhece investimentos, expansões e potencial geológico, usando a janela para diversificar a economia.

• O projeto combina parque temático ecológico, experiências sensoriais, cultura indígena com protagonismo, hotelaria, gastronomia, eventos, bioeconomia, mercado criativo e turismo de natureza.

• A Rota das Águas e da Floresta conecta Parauapebas, Marabá e municípios dos eixos Tocantins, Itacaiúnas, Tucuruí, Araguaia e Xingu.

• O objetivo é criar matriz econômica de turismo, cultura, ciência, serviços, inovação, pequenos negócios e floresta em pé.

7 Contexto estratégico: da dependência mineral à nova matriz

7.1 A janela mineral de Carajás

Parauapebas e Carajás construíram sua força econômica a partir da mineração. O ciclo gerou emprego, arrecadação, infraestrutura, cadeias produtivas e reconhecimento nacional. Carajás ainda tem janela mineral relevante; existem investimentos, expansão e potencial geológico expressivo. A estratégia correta é usar essa força para preparar o futuro.

Deve-se evitar afirmar que há “reservas não publicadas”. Nem todo potencial geológico se converte em reserva pública declarada. Reserva depende de estudo, viabilidade econômica, fatores técnicos, licenciamento, mercado e critérios formais de divulgação.

Diretriz econômica: utilizar as oportunidades atuais da atividade mineral para apoiar a diversificação produtiva, com projetos viáveis, fontes definidas e acompanhamento de resultados.

7.2 O risco não é a mineração; é a dependência

• Oscilações de preço, mudanças tecnológicas, produção ou decisões empresariais afetam emprego, comércio, arrecadação e serviços.

• Nenhum setor local substitui a mineração no curto prazo; a diversificação deve ser planejada enquanto há capacidade financeira.

• A nova matriz combina turismo, bioeconomia, cultura, eventos, ciência, gastronomia, educação ambiental, economia criativa e integração regional.

8 O Parque de Carajás

Será parque temático, ecológico, cultural, sensorial e tecnológico, com padrão internacional e identidade amazônica. A referência é a qualidade de execução dos grandes parques internacionais; a alma é Carajás.

• Narrativa própria: minério, floresta, rios, povos, ciência e futuro.

• Cinema 6D, Museu do Som, trilhas sensoriais, borboletário, canoagem e teleférico panorâmico.

• Cultura indígena com protagonismo, respeito e consulta livre, prévia e informada.

• Hotelaria, gastronomia, spa da floresta e mercado criativo para elevar permanência e gasto médio.

• Centro de inovação em bioeconomia.

• Integração com a Rota das Águas e da Floresta.

Condição:

implantação compatível com plano de manejo, licenciamento, anuências e legislação, usando soluções de baixo impacto, logística controlada e monitoramento permanente.

9 Módulo 1 - Portal monumental e praça de entrada

Objetivo: transformar a chegada em experiência simbólica, sensorial e funcional.

Arquitetura: pórtico inspirado em raízes, cipós, troncos e na Serra dos Carajás, sem copiar símbolos culturais protegidos; aço, pedra local, madeira certificada e iluminação eficiente; letreiro “Parque de Carajás - Legado de Ferro, Futuro Verde”.

Interatividade: totens em português, inglês e espanhol; sons, aromas e narrativa de boas-vindas; estação para fotografias, esculturas e QR Codes educativos.

Operação: embarque e desembarque seguro para vans, ônibus, pessoas com deficiência e famílias; informações em português, inglês, espanhol e Libras; equipe treinada, pulseiras digitais, mapas e aplicativo; estacionamento externo, controle de acesso e recarga elétrica.

10 Módulo 2 - Trilhas sensorializadas e esculturas realistas

Objetivo: criar trilhas educativas e emocionais nas quais a floresta seja personagem.

• Trilhas dos Sons da Floresta, Animais Invisíveis, Plantas que Falam e Rastros.

• Passarelas suspensas, descanso, acessibilidade, rotas curtas e longas e segurança.

• Pavimentação ecológica, drenagem, capacidade por horário, monitoramento e condução autorizada.

• Esculturas de onça-pintada, araras, tamanduá, preguiça, jacaré, anta e fauna regional.

• Sensores podem ativar sons reais dos animais.

• Placas com nome popular, científico, função ecológica e QR Code.

• Aplicativo com missão ranger mirim, quiz, realidade aumentada e conteúdo escolar.

• Conteúdos narrados por especialistas e comunidades autorizadas.

11 Módulo 3 - Experiências imersivas e sensoriais

Objetivo: oferecer alto impacto emocional, educativo e tecnológico, inclusive a quem não percorre longas trilhas.

Âncoras: Cinema Sensorial 6D; Museu do Som da Floresta; Observatório do Céu da Amazônia; Núcleo de Ciência Viva e Realidade Expandida.

Complementos: borboletário amazônico e viveiros somente com manejo técnico, autorização e finalidade educativa; canoagem em águas calmas e licenciadas; parede de escalada inspirada na serra; Trilha do Silêncio Profundo; Fogueira de Histórias com controle de público e regras éticas de imagem. Atividades de aventura terão operador habilitado, seguro, plano de emergência, comunicação e rota de resgate.

12 Módulo 4 - Cultura indígena e saberes tradicionais

Objetivo: integrar povos originários e comunidades tradicionais com respeito, protagonismo, autonomia e renda.

Princípios: consulta livre, prévia e informada; participação na concepção, operação e receitas; proibição de folclorização.

Centro Cultural Indígena Vivo: maloca, artesanato, pintura corporal, culinária, conversas, apresentações e vendas, conduzidas pelos próprios povos ou representantes autorizados, com regras de fotografia, filmagem, remuneração, propriedade intelectual e uso comercial.

Educação intercultural: materiais para escolas, biblioteca oral, registro autorizado, universidades e mecanismo de desenvolvimento cultural indígena vinculado às receitas.

13 Módulo 5 - Hotelaria, gastronomia e bem-estar

Objetivo: ampliar permanência e transformar o parque em destino de vários dias.

Hospedagem: hotel integrado à paisagem, chalés, pousadas e turismo de experiência, dimensionados de forma modular pela demanda e pela capacidade ambiental; design biofílico, energia limpa, gestão de água, efluentes e resíduos, captação de chuva quando viável, compras locais e pacotes parque + hotel + gastronomia + rota.

Gastronomia: selo Sabores da Floresta; ingredientes regionais; agricultura familiar; pratos amazônicos; opções inclusivas; produtos certificados; capacitação com Senac, Sebrae, IFPA e entidades locais.

Bem-estar: spa com óleos amazônicos, banho de floresta, massagens, chás, contemplação e Trilha do Silêncio Profundo.

14 Módulo 6 - Centro de eventos, ciência e posicionamento

Objetivo:

posicionar Parauapebas como palco de ideias sobre mineração, floresta, transição econômica, bioeconomia, clima, turismo e sustentabilidade.

Estrutura: auditório para 300 a 500 pessoas, salas multiuso, imprensa, podcast, transmissão híbrida, acessibilidade, tradução, Libras e audiovisual.

Programação: congressos, seminários, fóruns ambientais, eventos empresariais, encontros científicos, festivais culturais e lançamentos, em calendário anual integrado.

Resultado: ativação de hotelaria, alimentação, transporte, comunicação, cultura, universidades e empresas; reposicionamento da cidade.

15 Módulo 7 - Logística interna sustentável e turismo sobre rodas

Objetivo: circulação limpa, silenciosa e segura e atração de motoclubes, trilheiros, overlanders e motorhomes.

• Restringir circulação comum de veículos a combustão no perímetro sensível.

• Usar carrinhos elétricos, bicicletas, e-bikes, trilhas a pé, recarga solar e estacionamentos externos.

• Aplicativo com rotas, tempos, acessibilidade, descanso e emergência.

• Área externa para motorhomes, trailers, motoclubes e trilheiros, com energia, água, banheiros, estação de descarte, redário, recepção e mapa regional.

• Calendário: Encontro de Motoclubes da Amazônia, Festival Vida Sobre Rodas e Rota das Águas.

• Indicadores de mobilidade: emissões, ruído, segurança, tempo de espera, acessibilidade e satisfação do visitante.

16 Módulo 8 - Integração com aeroportos, zoológico e cidade

Parauapebas - Aeroporto de Carajás: porta principal do parque e da serra; recepção turística, transfer, guias, aplicativo, mapas, pacotes e hotéis; campanha “Parauapebas, porta da floresta”.

Marabá - Aeroporto João Corrêa da Rocha: porta da Rota das Águas e dos eixos Tocantins e Itacaiúnas; recepção, pacotes, transporte para rios, orlas e comunidades; hub logístico, comercial e turístico.

Cidade: requalificar zoológico com foco educativo, resgate e reabilitação; integrar mercado, gastronomia, feiras, comércio, hotéis, orla e eventos; sinalização bilíngue e capacitação de taxistas, motoristas, recepcionistas, guias e comerciantes.

Princípio de porta de entrada: a experiência começa no aeroporto e continua nos hotéis, mercados, orlas, restaurantes, comércio e equipamentos educativos da cidade.

acessibilidade e a venda de pacotes devem seguir padrão regional.

17 Módulo 9 - Rota das Águas e da Floresta

Objetivo: conectar floresta, rios, cultura e municípios.

• Une o parque aos rios Tocantins, Itacaiúnas, Araguaia e Xingu.

• Parauapebas e Marabá são portas complementares.

• Vende a região como destino integrado.

• Oferece praias de água doce, barco, pesca esportiva, canoagem, gastronomia, festivais, comunidades e eventos.

• Pacotes de quatro a sete dias e calendário das florestas, águas doces e cultura amazônica.

• Aumenta permanência, gasto por visitante, ocupação e renda distribuída.

18 Módulo 10 - Eixos regionais da Rota das Águas

Carajás e entorno

Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Água Azul do Norte e entorno. Produtos: parque, serra, floresta, mineração responsável, turismo técnico, gastronomia, eventos e cultura.

Marabá,Tocantins e Itacaiúnas

Marabá como porta aérea, rodoviária, ferroviária, comercial e turística. Produtos: encontro dos rios, barco, gastronomia ribeirinha, pesca, cultura urbana regional, eventos e municípios do entorno.

Tucuruí

Lago, turismo náutico, praias de água doce, pesca, esportes aquáticos, lazer familiar e eventos; orlas organizadas, segurança náutica, guias e hospedagem.

Araguaia

Conceição do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Xinguara e municípios conectados: praias, cultura ribeirinha, pesca, verão amazônico, gastronomia e eventos.

Xingu

São Félix do Xingu e municípios conectados: rio, natureza, produção local, comunidades tradicionais, experiência e identidade amazônica.

19 Módulo 11 - Infraestrutura turística nos municípios ribeirinhos

Pacote mínimo: píer seguro, rampa, espera, guarda-corpo, iluminação, banheiros, água potável, lixo, sinalização, internet, informação, primeiros socorros, segurança, fiscalização e ordenamento; espaços para alimentação, artesanato, estacionamento, transporte fluvial e receptivo.

Gestão ambiental: capacidade máxima, resíduos, banheiros ecológicos, educação e proteção das margens; licenciamento simplificado responsável para pequenos negócios.

Prioridade social: incluir comunidades como operadoras, fornecedoras e beneficiárias; capacitar e formalizar barqueiros, cozinheiras, guias, artesãos, pousadeiros e produtores.

20 Módulo 12 - Fomento ao investimento privado

Poder público: infraestrutura básica, segurança jurídica, licenciamento claro, capacitação, promoção, editais, concessões, permissões, PPPs, crédito, feiras e qualificação.

Setor privado: pousadas, restaurantes, agências, barcos, transporte, lojas, eventos, ecoturismo, pesca, canoagem e experiências; prioridade a empreendedores locais, cooperativas, comunidades, mulheres, jovens e famílias.

Parceiros: Sebrae, Senac, IFPA, universidades, bancos de desenvolvimento, fomento, associações e operadores; selo “Rota das Águas - Atendimento Preparado”.

21 Módulo 13 - Governança regional

Consórcio ou comitê intermunicipal: prefeituras, turismo, cultura, setor privado, comunidades, operadores, Sebrae, Senac, IFPA, universidades e entidades; marca, calendário, roteiros, padrões, capacitação, promoção e investimentos.

Plataforma única: parque, aeroportos, hotéis, guias, barcos, restaurantes, eventos, pacotes e avaliações; dados de visitação, satisfação, gasto médio, fluxo e desempenho.

Rotina: reunião mensal, painel de indicadores, relatório semestral e prestação de contas. A rota deve funcionar como produto real, com preço, calendário, reserva, logística e atendimento.

Desempenho: a plataforma deve acompanhar visitação, satisfação, gasto médio, distribuição territorial do fluxo, incidentes, compras locais, conservação e desempenho dos prestadores, com proteção de dados pessoais e informações comerciais sensíveis.

22 Módulo 14 - Vale, concessão, CFEM e legado

CFEM

A CFEM é compensação financeira regulada. Não cabe desconto automático ou renúncia unilateral. A formulação correta é estruturar fundo ou plano de aplicação estratégica de parte das receitas para diversificação econômica, turismo, infraestrutura e legado regional, conforme lei, orçamento, controle externo e governança.

Participação possível daVale

A Vale pode ser parceira estratégica, investidora institucional, participante de procedimento de manifestação de interesse, estruturadora, apoiadora de fundo ou operadora em modelo competitivo, se permitido. A participação deve observar licitação, compliance, transparência, governança pública, metas, auditoria e reversão de ativos. A empresa é âncora potencial de legado, não dona do futuro da cidade.

Concessões e subconcessões

O parque pode adotar concessão, PPP, permissão de uso, subconcessões e parcerias por módulo. Hotelaria, restaurantes, lojas, transporte, eventos, trilhas, mercado criativo e experiências podem ter operadores distintos. Critérios de inclusão de empresas locais, comunidades, indígenas e pequenos empreendedores devem constar dos editais quando juridicamente possível.

23 Módulo 15 - Centro de inovação em bioeconomia e mercado criativo

Bioeconomia: laboratório de ideias, coworking verde, minilaboratório, showroom e espaço maker; cosméticos naturais, alimentos, óleos, fibras, resinas, pigmentos, cadeias não madeireiras e rastreabilidade; parcerias com IFPA, UFPA, Embrapa, Sebrae, Senai e empresas.

Mercado criativo: biojoias, cerâmica, moda, artesanato, produtos naturais, gastronomia, arte indígena e produção local; curadoria por edital, rodízio e prioridade para comunidades, mulheres, jovens e cooperativas; loja física e virtual.

24 Modelagem integrada do projeto âncora

24.1 Localização

Um estudo multicritério comparará áreas urbanas, periurbanas e áreas compatíveis com planos de manejo, considerando acesso, água, energia, riscos, biodiversidade, paisagem, custo, logística, resgate e capacidade de operação. O nome Parque de Carajás não pressupõe implantação dentro da Floresta Nacional de Carajás.

24.2 Governança

O comitê público incluirá municípios, ICMBio e demais órgãos competentes, comunidades, operadores, instituições científicas, controle e setor privado. Estudos, decisões, contratos, metas, indicadores e prestações de contas serão públicos, respeitadas as hipóteses legais de sigilo.

24.3 Receitas e manutenção

Ingressos, concessões, eventos, estacionamento, hotelaria, alimentação, patrocínios e varejo podem compor o modelo econômico. A destinação deverá assegurar conservação, operação, manutenção, qualificação e desenvolvimento local. Nenhum equipamento de maior capital será contratado sem responsável operacional, fonte recorrente de manutenção e estimativa transparente de demanda.

24.4 Implantação progressiva

O projeto começa por produtos existentes e autorizados, receptivo, qualificação, eventos, mercado criativo, rotas e infraestrutura leve. Equipamentos de maior capital entram somente após demanda e viabilidade comprovadas. Um teleférico panorâmico permanece como hipótese de estudo, condicionada à viabilidade ambiental, fundiária, técnica, econômica, paisagística, operacional e de resgate e à comparação com alternativas de menor impacto.

25 Frentes de desenvolvimento da proposta

Frente de desenvolvimento	Contribuições propostas
Estudos, governança e modelagem	Grupo técnico; áreas compatíveis; diálogo ambiental; PMI / viabilidade; atrativos e municípios; plano de legado mineral com instrumentos e fontes juridicamente identificados.
Pilotos e organização regional	Governança da rota; guias; marca; recepção em aeroportos; polos de informação; mercado criativo; roteiros-piloto.
Infraestrutura e módulos-âncora	Portal, trilhas, sinalização, infraestrutura ribeirinha, aplicativo, eventos, hotelaria inicial e experiências.
Expansão e consolidação	Módulos premium, teleférico se viável, centro de bioeconomia, calendário regional e Rota das Águas completa.

O desenvolvimento do Plano Integrado de Turismo e de seus equipamentos propostos depende de estudos, demanda, fontes de recursos e capacidade de operação. Módulos intensivos em capital exigem análise própria de viabilidade e sustentabilidade.

Qualquer decisão de obra pressupõe estudos, licenças, contratação, fonte de manutenção e capacidade operacional compatíveis com o projeto.

26 Indicadores de sucesso

Eixo	Indicadores
Visitação	Visitantes, permanência, retorno e avaliação.
Economia	Gasto médio, empregos diretos e indiretos e negócios locais.
Rota	Municípios, pacotes, eventos e fluxo por eixo.
Infraestrutura	Pontos ribeirinhos, guias, serviços e sinalização.
Ambiente	Capacidade de carga, resíduos, monitoramento e áreas protegidas.
Cultura	Comunidades participantes, receitas, autorizações e proteção de saberes.
Governança	Reuniões, metas, contas, auditorias e transparência.

27 Critérios de avaliação do projeto âncora

- Produtos testados com visitantes e operadores.
- Demanda, custos e fontes de operação demonstrados.
- Licenças, segurança e capacidade de visitação verificadas.
- Participação e benefícios locais acompanhados.
- Indicadores de renda, conservação e satisfação publicados.
- Ampliação condicionada à avaliação de cada módulo.

28 Condições técnicas, jurídicas e institucionais

Tema	Compromisso público
Potencial, recurso e reserva mineral	Há potencial geológico expressivo; somente será denominado recurso ou reserva quando houver declaração formal compatível com os critérios aplicáveis.
Aporte privado e CFEM	Participação e aportes privados serão formalizados por instrumentos próprios, sem desconto, abatimento ou compensação automática sobre a CFEM.
Floresta e sustentabilidade	A floresta é ativo permanente se preservada, manejada com responsabilidade e integrada a uma economia sustentável.
Localização do parque	A implantação depende de área compatível, estudo multicritério, plano de manejo quando aplicável, licenciamento e anuências.
Cultura indígena	Toda participação cultural observará consulta quando aplicável, protagonismo, remuneração, autonomia e proteção de imagem, conhecimentos e saberes.

29 Conclusão institucional

O Parque de Carajás, integrado à Rota das Águas e da Floresta, deixa de ser apenas equipamento turístico e passa a ser estratégia regional de futuro. Reconhece a importância da mineração e enfrenta a dependência econômica. O caminho não é negar o ciclo mineral; é usar sua força para criar nova matriz.

Parauapebas pode liderar o parque e a experiência da floresta. Marabá pode liderar a porta estratégica das águas. Municípios ribeirinhos podem receber infraestrutura, capacitação e fomento. A Vale pode participar de pacto de legado. O setor privado pode converter visão em emprego e renda.

Com planejamento, governança, respeito ambiental e modelagem jurídica correta, Carajás pode combinar ferro, floresta, rios, cultura, ciência e futuro.

30 Fontes e bases utilizadas

• plano Parque de Carajás - Legado de Ferro, Futuro Verde: concepção técnica institucional. • Vale. Informações públicas do Programa Novo Carajás e previsão de investimentos até 2030. • Ministério de Minas e Energia. Informações públicas sobre o Programa Novo Carajás e produção de ferro e cobre. • Aena Brasil. Informações institucionais e técnicas dos aeroportos de Marabá e Carajás / Parauapebas. • CRIRSCO. Definições internacionais para resultados de exploração, recursos e reservas minerais. • Normas de licenciamento ambiental, consulta livre, prévia e informada e governança pública aplicáveis à modelagem.

Gestão de riscos

O que pode dar errado - e como evitar

Risco	Sinal de alerta	Resposta
Concentração territorial	Recursos e promoção presos a um único polo	Carteira por quatro circuitos, critérios e painel de distribuição
Obra sem operação	Projeto não define responsável, receita e manutenção	Plano de operação e manutenção obrigatório antes da contratação
Promoção prematura	Atrativo viraliza sem segurança, saneamento ou capacidade	Selo de prontidão antes de campanhas massivas
Apropriação cultural	Imagem e saber usados sem decisão dos detentores	Consentimento, contrato, remuneração e proteção de direitos
Turismo de massa em área frágil	Resíduos, erosão, conflito, fauna perturbada e perda de qualidade	Capacidade, reserva, preço de manejo e fiscalização
Captura por grandes operadores	Renda sai do território e pequenos viram figurantes	Compras locais, acesso a crédito, curadoria e indicador de retenção
Rota de papel	Não há preço, horário, reserva, operador ou venda	Teste piloto com cliente real antes do lançamento
Dados frágeis	Metas sem linha de base e números não auditáveis	Metodologia pública, observatório e revisão semestral

Turismo sem método vende expectativa. Turismo com método entrega experiência, renda e conservação.

Conclusão

O Pará inteiro como destino

O Pará reúne vários mundos dentro do mesmo Estado. A política conecta as vocações regionais para que cada território transforme identidade, natureza, cultura e produção em oportunidade.

Belém pode distribuir fluxos. A costa pode combinar praia, manguezal e cultura. Marajó pode unir campos, floresta, água e ancestralidade. Tocantins pode transformar açaí, miriti e vida ribeirinha em experiências. Capim e Xingu podem conectar agrofloresta e cacau. Tapajós e Amazonas podem liderar grandes rios, praias e expedições. Tucuruí pode estruturar o turismo do lago. Araguaia pode ampliar seu verão. Carajás pode usar a força mineral para construir um legado de floresta, ciência, cultura e inovação.

A riqueza turística do Pará não está em um único lugar. Está na capacidade de conectar lugares, pessoas, produtos e histórias.

Integração territorial

A integração entre identidade territorial, natureza, cultura, produção e qualificação pode apoiar novas oportunidades turísticas. A proposta é conectar essas condições em rotas operacionais, com responsáveis, prazos, requisitos de qualidade e indicadores de desenvolvimento local.

Síntese

14 regiões turísticas. Muitas Amazônias. Um só destino.

Compromisso

Turismo que preserva, conecta e deixa renda no território.

Base técnica

Fontes oficiais e referências

1. SETUR Pará. Relatório de Gestão 2021 - reordenamento para 14 regiões turísticas: Belém, Amazônia Atlântica Guamá, Amazônia Atlântica Caeté, Capim, Araguaia, Carajás, Tocantins, Alto Tapajós, Lago de Tucuruí, Baixo Tapajós, Campos do Marajó, Florestas do Marajó, Xingu e Rio Amazonas. Acessar o relatório. 2. Ministério do Turismo. Portaria MTur nº 1, de 30 de janeiro de 2026 - Mapa do Turismo e categorização municipal. Acessar a portaria. 3. SETUR Pará. Relatório de Gestão 2025 - registro de 1.574.766 turistas e fotografia de 95 municípios no Mapa do Turismo no recorte do relatório. Acessar o relatório. 4. Ministério do Turismo. Portaria MTur nº 25, de 3 de setembro de 2025 - cadastro de produtor rural e agricultor familiar no Cadastur. Acessar a portaria. 5. Presidência da República. Decreto nº 10.088/2019 - consolida atos normativos relativos a convenções e recomendações da OIT, incluindo a Convenção nº 169. Acessar o decreto. 6. Ministério do Turismo. Novo Fungetur - linhas para capital fixo, obras, bens e capital de giro a prestadores elegíveis. Acessar a página oficial. 7. Banco da Amazônia. Fungetur, FNO Amazônia Empresarial e linhas verdes e de inovação. Acessar a página oficial. 8. BNDES. Fundo Clima, Fundo Socioambiental e Programa Florestas Crédito. Acessar a página oficial.

Regionalização do Turismo,

9. Presidência da República. Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Acessar a lei.

10. Presidência da República. Lei nº 11.079/2004 - normas gerais para parcerias público-privadas. Acessar a lei.

11. Vale. Programa Novo Carajás - anúncio de R$ 70 bilhões de investimentos entre 2025 e 2030. Acessar o anúncio.

12. ICMBio. Plano de Manejo da Floresta Nacional de Carajás, volume II - estruturação da visitação, ecoturismo e educação ambiental. Acessar o plano.

13. ICMBio. Informações sobre visitação na Floresta Nacional de Carajás. Acessar a página oficial.

14. Presidência da República. Lei nº 11.771/2008, atualizada pela Lei nº 14.978/2024 - Política Nacional e Lei Geral do Turismo. Acessar a lei.

15. Presidência da República. Decreto nº 12.136/2024 - Plano Nacional de Turismo 2024-2027. Acessar o decreto.

16. Presidência da República. Decreto nº 13.015/2026 - Sistema Nacional de Trilhas, relevante para a estruturação de redes de trilhas no Estado. Acessar o decreto.

17. Ideflor-Bio. Parque Estadual Serra dos Martírios / Andorinhas - atividades de visitação autorizadas e regras de acesso. Acessar a página oficial.

18. Pará. Lei estadual nº 9.773/2022 - Política Estadual de Turismo de Base Comunitária; o artigo 4º, inciso XI, determina fomentar e apoiar o estabelecimento de trilhas de longo curso. Acessar a lei.

19. Ministério do Turismo. Portaria MTur nº 5, de 18 de fevereiro de 2026 - alteração da Portaria MTur nº 1/2026.

Acessar a portaria.

Consulta realizada em 4 de agosto de 2026. As composições do Mapa do Turismo, regras de financiamento, linhas de crédito, autorizações ambientais e condições operacionais são dinâmicas e devem ser confirmadas na fase de execução. Este documento é uma proposta estratégica; não substitui estudos de viabilidade, licenciamento, consulta, projetos executivos, análise jurídica ou decisão orçamentária.

INDUTORES E PARCEIROS SUGERIDOS / P05

Turismo: operadores, experiências e circulação de renda

A indução reúne operadores adequados a cada tipo de atrativo, meios de hospedagem, pequenos negócios, receptivos, formação e canais de comercialização. A participação é voluntária e depende do interesse e da concordância de cada organização sugerida.

Articulação do projeto: O destino precisa de governança territorial e de operadores responsáveis por suas atividades. A gestão ambiental, os direitos territoriais e a seleção pública permanecem nas autoridades e instituições competentes.

Função indutora	Candidatos para essa função	Por que mobilizar
Visitação em parques naturais	Urbia Parques / Grupo Cataratas / Parquetur	Urbia, Grupo Cataratas e Parquetur podem estudar serviços de visitação e atrativos compatíveis com área, demanda e regras de uso.
Paisagem, lazer e entretenimento	Grupo Iter / Parque Bondinho Pão de Açúcar / Aviva / Rio Quente / Hot Park / Grupo Dreams	Grupo Iter, Aviva e Grupo Dreams têm competências distintas para atrações panorâmicas, lazer e entretenimento temático.
Tecnologia para atrações	WhiteWater / Doppelmayr Brasil	WhiteWater e Doppelmayr são candidatos a fornecer sistemas e equipamentos; o projeto precisa de operador, manutenção e capital próprios.

Função indutora	Candidatos para essa função	Por que mobilizar
Hospitalidade e comercialização	Accor e seus hotéis / franqueados / CVC Corp / LATAM Airlines Brasil / Vivalá	Accor, CVC, LATAM e Vivalá podem estudar funções de hospedagem, canais, conexões e receptivo, conforme demanda e modelo comercial.
Capacidade local e acessos	Senac Pará / Sebrae / Sebrae Pará / Instituto Federal do Pará - IFPA / Egis Brasil	Senac, Sebrae e IFPA podem formar e qualificar a oferta; Egis e operadores de corredores podem apoiar interfaces de infraestrutura.

PARCEIROS SUGERIDOS / P05

Parceiros e papéis propostos

22 organizações e sistemas sugeridos por competência neste projeto. A função proposta distingue execução, apoio técnico, formação, fornecimento e mercado. A base informada indica atuação publicada; sua aplicação ao projeto depende das condições da linha.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
C01 · Instituto Federal do Pará - IFPA Conhecimento público [S059] [S064] [S063]	Apoiar formação em turismo, hospitalidade e idiomas. **Ativo que pode mobilizar:** Ensino profissional, extensão, laboratórios e presença territorial.	**Base informada:** Pará Oferta depende de capacidade institucional, planejamento e instrumentos de cooperação.
E02 · Senac Pará Entidade privada de formação [S004] [S005]	Preparar receptivos, guias, gastronomia e pequenos meios de hospedagem. **Ativo que pode mobilizar:** Formação para serviços, hospitalidade, comércio e atendimento.	**Base informada:** Pará Oferta, vagas e calendário dependem de pactuação e capacidade local.
E07 · Sebrae / Sebrae Pará Instituição privada de apoio empresarial [S116] [S112]	Qualificar negócios turísticos, precificação, operação e canais de venda. **Ativo que pode mobilizar:** Gestão, preparação de fornecedores e acesso a mercados e crédito.	**Base informada:** Pará Orientação e garantias não equivalem à aprovação de crédito pelo banco.
E14 · Vale Empresa [S095] [S096]	Avaliar cooperação em visitação técnica autorizada e projetos de legado territorial. **Ativo que pode mobilizar:** Demanda industrial, gestão de fornecedores, operação e conhecimento mineral.	**Base informada:** Pará Investimentos da empresa não estão reservados ao plano; acesso a ativos e parcerias exige acordo.
E24 · Accor e seus hotéis / franqueados Empresa de grupo internacional [S006] [S007]	Avaliar gestão ou franquia em polos viáveis e desenvolver padrões e fornecedores hoteleiros. **Ativo que pode mobilizar:** Gestão hoteleira, padrões, distribuição e desenvolvimento de operações.	**Base informada:** Pará Gestora / franqueadora não é necessariamente proprietária ou financiadora do imóvel.
E25 · CVC Corp Empresa [S129] [S130]	Testar pacotes e canais de venda com receptivos e experiências locais habilitados. **Ativo que pode mobilizar:** Comercialização turística e conexão com agências e operadores.	**Base informada:** Brasil Pacote exige produto pronto, preço, segurança e operação; distribuição não financia equipamentos automaticamente.
E26 · LATAM Airlines Brasil Empresa de grupo internacional [S011]	Avaliar conexões e cooperação comercial para roteiros com demanda demonstrada. **Ativo que pode mobilizar:** Conectividade aérea, distribuição e integração comercial de destinos.	**Base informada:** Pará Rotas, frequência e tarifas dependem de decisão comercial e condições operacionais.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E27 · Localiza Empresa [S009] [S010]	Conectar locação e frota a polos e receptivos com uso e manutenção planejados. **Ativo que pode mobilizar:** Gestão de frota, locação e serviços de mobilidade.	**Base informada:** Pará Oferta por cidade e escala a validar; não substitui transporte público ou fluvial.
E28 · Vivalá Empresa de impacto [S008]	Codesenhar roteiros comunitários, remunerar prestadores locais e testar operação e demanda. **Ativo que pode mobilizar:** Operação de experiências, relacionamento comunitário e comercialização.	**Base informada:** Brasil Aplicação em cada comunidade exige decisão local, participação e repartição de benefícios.
E31 · COOPATRANS / Cacauway Cooperativa de produção [S104] [S108] [S109]	Avaliar visitas produtivas e experiências de origem ligadas ao cacau, se autorizadas e viáveis. **Ativo que pode mobilizar:** Transformação de cacau, marca, varejo e experiência cooperativa.	**Base informada:** Pará Novas rotas, capacidade e parcerias precisam de estudo e decisão da cooperativa.
E56 · Egis Brasil Consultoria internacional com operação brasileira [S032]	Preparar acessos, mobilidade e infraestrutura de destinos conforme demanda. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia, planejamento, mobilidade e gestão de infraestrutura.	**Base informada:** Pará Definir responsável técnico, escopo, independência e transferência de conhecimento.
E60 · Urbia Parques Empresa [S134] [S135]	Avaliar operação de serviços de visitação em parques naturais e urbanos com demanda e escopo de concessão definidos. **Ativo que pode mobilizar:** Operação de parques, manutenção, experiência do visitante e receitas acessórias.	**Base informada:** Brasil Verificar plano de manejo, área elegível, acesso público, comunidades, capacidade de carga e processo de seleção.
E61 · Grupo Cataratas Empresa [S136] [S137]	Estudar um atrativo âncora ligado a paisagem, educação e rede turística regional, com viabilidade operacional. **Ativo que pode mobilizar:** Gestão de atrativos, bilheteria, receptivo, alimentação, lojas e experiência turística.	**Base informada:** Brasil Ativos compartilhados com Urbia não são capital independente em duplicidade. Confirmar portfólio e interesse no projeto.
E62 · Parquetur Empresa [S138] [S139]	Modelar serviços de visitação, acessos e atividades de natureza em área legalmente elegível. **Ativo que pode mobilizar:** Uso público, trilhas, educação ambiental e operação de serviços de visitação.	**Base informada:** Brasil Concessão de serviços não transfere a gestão ambiental da unidade. Viabilidade e regras locais precisam ser comprovadas.
E63 · Grupo Iter / Parque Bondinho Pão de Açúcar Empresa [S140] [S141]	Avaliar operação de parque panorâmico e mobilidade turística, inclusive no estudo do Parque de Carajás. **Ativo que pode mobilizar:** Operação de atrativos de paisagem, teleférico turístico e comercialização de experiências.	**Base informada:** Brasil Teleférico exige demanda, trajeto viável, licenças, resgate, manutenção e integração com o turismo local.
E64 · Aviva / Rio Quente / Hot Park Empresa [S142] [S143]	Estudar um complexo de lazer e hospedagem ou parque aquático dimensionado pela demanda regional. **Ativo que pode mobilizar:** Parque aquático, hospitalidade, operação de alimentos e comercialização integrada.	**Base informada:** Brasil Experiência em águas termais não comprova recurso termal no Pará. Validar água, energia, saneamento, segurança e sazonalidade.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
DREAMS ENTERTAINMENT GROUP	Avaliar atrações familiares e culturais em áreas urbanas ou turísticas apropriadas,	**Base informada:** Brasil Separar entretenimento temático de parque

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E65 · Grupo Dreams Empresa [S144] [S145]	ligadas à identidade regional. **Ativo que pode mobilizar:** Conteúdo temático, operação de atrações, bilheteria e produtos para circuitos turísticos.	natural. Confirmar licenças de conteúdo, demanda, manutenção e modelo comercial.
E66 · WhiteWater Fornecedor internacional com projetos no Brasil [S146] [S147]	Dimensionar atrações aquáticas, requisitos técnicos e custo de manutenção para um operador turístico definido. **Ativo que pode mobilizar:** Projeto e equipamentos de atrações aquáticas, engenharia e suporte ao empreendimento.	**Base informada:** Brasil, por fornecimento a projetos É fornecedora de tecnologia, não operadora ou investidora automaticamente. Validar importação, assistência e peças no Brasil.
E67 · Doppelmayr Brasil Empresa de grupo internacional [S148] [S149]	Avaliar traçado, capacidade, equipamentos e manutenção de um teleférico turístico com operador definido. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia de transporte por cabos, fornecimento de sistemas e suporte técnico.	**Base informada:** Brasil Fornecimento não confirma investimento nem operação turística. Exigir estudo de demanda, geotecnia, resgate e custo de ciclo de vida.
E75 · Motiva Rodovias Empresa [S163]	Interface de apoio: T02 Avaliar concessão ou parceria rodoviária com demanda, investimentos, tarifas e obrigações de serviço demonstrados. **Ativo que pode mobilizar:** Gestão de concessões, conservação, atendimento ao usuário e segurança viária.	**Base informada:** Brasil Candidatura depende de seleção e edital. Confirmar estrutura atual e interesse em novos contratos; não pressupor operação no Pará.
E76 · EcoRodovias Empresa de grupo internacional [S164] [S165]	Interface de apoio: T02 Comparar modelagem e operação de corredores rodoviários com obrigações de manutenção e desempenho. **Ativo que pode mobilizar:** Operação e conservação de rodovias, investimentos contratuais e gestão de tráfego.	**Base informada:** Brasil Confirmar trecho, demanda, licenças, acesso de comunidades e condições de seleção. Portfólio existente não é compromisso de investimento novo.
E77 · Via Brasil BR-163 Empresa concessionária [S166] [S167]	Interface de apoio: T02 Articular segurança, acessos e interfaces logísticas do corredor, nos limites das obrigações da concessão. **Ativo que pode mobilizar:** Operação de corredor rodoviário ligado ao Arco Norte e interface com logística regional.	**Base informada:** Pará e Mato Grosso A ANTT anunciou processo competitivo de transferência de controle para 12/11/2026. Atualizar controlador, contrato e interlocução após o certame.

FONTES E IMPLANTAÇÃO / P05

Financiar e iniciar com responsabilidades

Os instrumentos a seguir correspondem a finalidades e tomadores diferentes. O eixo B apresenta o catálogo M01 a M36, com público, território, acesso e condições. A fonte e o serviço da dívida ou a obrigação de execução devem caber no projeto.

Finalidade	Caminho a estudar	Como aplicar
Pequenos negócios turísticos	M19 · Fungetur; M20 · FNO Empresarial	Pousadas, restaurantes e balneários precisam de atividade elegível, licenças, demanda e análise. Fungetur exige Cadastur.
Turismo da agricultura familiar	M13 · Pronaf Agroindústria	Confirmar beneficiário, CAF, finalidade e itens. Estar em área rural, sozinho, não comprova enquadramento.
Infraestrutura do destino	M17 · FINISA; M27 · Fomento MTur	Separar investimento público de instalações privadas e demonstrar aderência, titularidade, manutenção e capacidade financeira.

Finalidade	Caminho a estudar	Como aplicar
Conservação e comunidades	M18 · Fundo Amazônia	Somente componentes e proponentes elegíveis, com contribuição aos objetivos florestais. Localização amazônica não basta.
Empreendimentos de escala adequada	M29/M32 · Dívida e participação; M35/M36 · CRI / FII	Distinguir empresa operadora, imóvel, direitos e recebíveis. Estruturas dependem de lastro, escala e análise profissional.
Aplicação fora do Pará	M23 · FNE; M24 · FCO; M25 · BRDE	Usar a fonte regional correspondente. Essas referências não são linhas disponíveis para financiar um negócio paraense.

Teste inicial: Testar um circuito com atrativo, gastronomia, pousadas e receptivo. Organizar acesso, segurança, água, saneamento, horários, preço e canais antes de ampliar a promoção.

Resultado a medir: Origem dos visitantes, permanência, gasto, ocupação, retorno, compras locais, segurança e conservação.

A04 • Circuitos de pousadas, restaurantes, balneários e turismo rural

Responsável e decisão	Arranjo proposto
Poder público	Planejar acessos, saneamento, segurança, sinalização, ordenamento e calendário integrado do destino.
Empresa, cooperativa e família	Empresários operam hospedagem, gastronomia e lazer. Produtores fornecem alimentos e experiências rurais. Receptivos comercializam os roteiros.
Fontes e comercialização	Negócios turísticos: M19, M20, M06 e M07. Turismo rural de beneficiário familiar elegível: M13. Empreendimentos de escala adequada podem estudar dívida (M29), participação (M32) e estruturas imobiliárias (M35/M36), respeitando o objeto de cada uma.
Condição e indicadores	Confirmar demanda, licenças e segurança de água e banho. Fungetur exige enquadramento e Cadastur. Pronaf rural exige beneficiário familiar elegível. Medir: Origem dos visitantes, permanência, gasto, ocupação, retorno, compras locais e empregos.

A05 • Turismo de natureza e cadeias comunitárias da floresta

Responsável e decisão	Arranjo proposto
Poder público	Definir regras da área, consulta e participação das comunidades, conservação, acesso e serviços públicos competentes.
Empresa, cooperativa e família	Organizações locais conduzem experiências e negócios compatíveis. Operadores e formadores apoiam qualidade, comercialização e formação sob responsabilidades definidas.
Fontes e comercialização	Conservação e projeto coletivo elegível: M18. Serviços comerciais: M19 e M20, com custos e responsabilidades próprios.
Condição e indicadores	Proponente e projeto precisam cumprir critérios do fundo. Separar componentes de conservação dos investimentos comerciais e seus custos. Medir: Renda comunitária, compras locais, conservação, capacidade de visitação, segurança e qualidade do serviço.

Do visitante local ao mercado internacional

Demanda	Oferta a organizar	Preparação e comercialização
Local	Lazer de um dia, gastronomia, feiras e experiências próximas.	Acesso, banheiro, segurança, preço e horário claros, venda digital simples e água adequada. Canal: Moradores, escolas, empresas e comunicação local.
Regional	Roteiros de fim de semana com hospedagem e experiências complementares.	Integração entre municípios, calendário, transporte e padrão de atendimento. Canal: Receptivos, excursões e venda conjunta dos negócios.
Nacional	Circuitos estruturados com identidade paraense e serviços reserváveis.	Conectividade, qualidade consistente, informação confiável e capacidade de atendimento. Canal: Operadoras, agências e plataformas nacionais.
Internacional	Experiências amazônicas compatíveis com conservação e capacidade local.	Idiomas, conectividade, meios de pagamento, assistência, seguros e comercialização especializada. Canal: Operadores receptivos e parceiros comerciais internacionais.

Aplicação em outros estados: Adaptar os produtos à paisagem, à cultura, ao acesso e à capacidade de cada estado. Manter a lógica de rede entre atrativos, negócios e produtores locais.

DO PARÁ AO BRASIL · PLANO 05

Turismo com identidade. Redes de destinos de cada estado.

O modelo de rede conecta produto turístico, acesso, operação, pessoas, conservação e renda local. A identidade dos destinos e a experiência oferecida ao visitante são construídas no próprio território.

As 14 regiões, os quatro circuitos e o projeto de Carajás compõem a aplicação paraense. Outro estado deve trabalhar com sua regionalização vigente e sua oferta real: natureza, patrimônio, cultura, fé, gastronomia, negócios, ciência ou outras experiências com demanda e capacidade de operação.

Dimensão	Como adaptar a outro estado
Territórios e rotas	Definir regiões, funções dos municípios e conexões conforme o mapa local. Rotas entre estados podem ser pactuadas quando fizerem sentido para o visitante e para a operação.
Produto e mercado	Testar experiência, preço, reserva, acesso e público. Ajustar calendário, sazonalidade, duração e canais de comercialização ao destino.
Pessoas e ambiente	Construir participação e repartição de benefícios com comunidades e operadores. Definir manejo, capacidade de visitação, segurança e proteção cultural.
Investimento	Priorizar gargalos que impeçam a operação de produtos viáveis. Projetos âncora dependem de demanda, licenças, operador e manutenção.

Primeiro teste de aplicação

Selecionar uma rota com oferta existente e governança ativa. Comercializar em pequena escala, acompanhar uma temporada completa e ouvir visitantes, moradores e prestadores. Avaliar renda retida e pressão sobre serviços antes de ampliar promoção e infraestrutura.

Experiência

Renda local

Capacidade

Permanência, satisfação e retorno.

Gasto retido, compras e trabalho no território.

Sazonalidade, incidentes e pressão ambiental.

Carajás é uma hipótese de projeto âncora do Pará. Em outro estado, o investimento deve nascer da identidade e da viabilidade locais; a reprodução de equipamentos não define o sucesso da rede.

Conexões: 02 · Pequenos Negócios | 06 · Produção Territorial | 07 · Cidades | Eixos A e C

Bases nacionais e territoriais: regionalização do turismo, Cadastur, SISMAPA e referências citadas no capítulo.

PROJETO 06

06

Plano de Produção Territorial

Aplicação no Pará e adaptação a outros estados



Imagem ilustrativa gerada por inteligência artificial.

IDEIA CENTRAL A produção parte da aptidão local e se organiza para atender um mercado viável.

PLANO 06 · DESENHO NO PARÁ

Produção Territorial

Aptidões locais convertidas em projetos com mercado, assistência, organização e condições de execução.

O plano conecta zoneamento, territórios funcionais, empresas, cooperativas, ciência, financiamento e contratos. Cada projeto precisa de responsáveis, custos, prazos, indicadores e salvaguardas.

Percurso do capítulo

Parte	Função na leitura
I · Preparar · seções 1 a 8	Diagnóstico, lógica de intervenção, requisitos, fases e riscos.
II · Aprender · seções 9 e 10	Referências históricas e lições de mecanismos em contextos específicos.
III · Aplicar · seções 11 a 26	Governança, seleção de projetos, zonas territoriais, contratos, financiamento e indicadores.
Anexos e adaptação	Ficha de projeto, controles e fontes. A adaptação a outros estados encerra o capítulo.

Parte I • Arquitetura e condições de execução

O diagnóstico do Pará combina ativos produtivos, turismo, logística e mineração. O desafio é escolher encadeamentos locais que melhorem produtividade, renda líquida e inclusão. Os painéis e as referências territoriais orientam essa seleção; a delimitação operacional exige dados e cartografia oficiais.

Figura 1 · Base territorial de referência: 12 Regiões de Integração

Araguaia Baixo Amazonas Carajás Guajará

Guamá Lago de Tucuruí Marajó Rio Caeté

Rio Capim Tapajós Tocantins Xingu

Esquema de referência, sem representação cartográfica. As zonas produtivas podem articular cadeias, bacias e corredores conforme validação técnica e territorial.

Figura 2 - Painel visual de diagnóstico: produção agrícola, receita turística, portos do Norte e mineração demonstram a escala produtiva e a necessidade de converter ativos em encadeamento e renda.

Painel de ativos e conversão produtiva



1 Arquitetura estratégica

O Plano de Produção Territorial enfrenta problemas reais - concentração de oportunidades, baixa autonomia econômica municipal, gargalos logísticos e baixa agregação local - por meio de zoneamento, projetos por território, empresas-âncora e cooperativas, pesquisa aplicada, financiamento híbrido e metas públicas.

A execução opera por uma carteira priorizada de projetos, e não por uma lista genérica de intenções. Cada projeto precisa de pré-viabilidade, orçamento, arranjos jurídicos, metas por ZDT, governança de conflitos e financiamento definido.

O Plano de Produção Territorial deve operar como funil: mapa e dados - seleção - estudo - contrato - execução - KPI público - escala ou encerramento.

O investimento precisa de assistência técnica para elevar a produtividade.

2 Lógica causal do plano

Lógica causal da Produção Territorial



Problema: concentração e baixa autonomia.

Cadeia causal: aptidões territoriais - projetos com dono, custo e prazo - empresas-âncora e cooperativas com mercado - infraestrutura, ATER, educação e crédito - produtividade - emprego e renda.

Régua de controle: linha de base - KPIs públicos - auditoria - correção de rota - escala do que funciona.

Figura 3 - Lógica causal do plano: diagnóstico e zoneamento conduzem a carteira, contratos, execução e impacto.

- “Mapa antes do dinheiro”: sem zoneamento de aptidão, gargalos e riscos, o incentivo vira chute caro.

• “Grande puxa pequeno”: somente com contrato-padrão, ATER, transparência de preço, mediação e metas de inclusão.

• Equity público minoritário pode ser útil, mas exige governança societária, critérios de entrada e saída, desinvestimento e blindagem política.

• Turismo é vetor de emprego e renda, mas exige saneamento, segurança, qualificação, capacidade de carga e calendário comercial.

• KPIs precisam virar contratos de desempenho: baseline, meta, responsável, fonte, periodicidade e consequência.

3 Fundamentos estratégicos

• Visão territorial por aptidões, corredores e ZDTs.

• Encadeamento entre mineração, agro, bioeconomia, logística, turismo e fornecedores.

• Integração de empresas, cooperativas, produtores, crédito, ATER e pesquisa.

• Piloto Guajará / Barcarena com infraestrutura, porto, indústria, universidades e ZPE.

• Compras locais, KPIs, auditoria, controle social e gates.

• Ciência, universidades, IFs e Embrapa no centro da produtividade.

4 Condições críticas de execução

• Carteira ampla: selecionar poucos projetos com dono, custo, prazo, licenças, mercado, risco e retorno social.

• Governança: definir poderes, composição, quórum, conflito de interesse e rotina.

• Financiamento: definir fontes, veículo, tese, desinvestimento e tratamento fiscal.

• Salvaguardas: regularização fundiária, consulta, CAR / PRA, rastreabilidade e licenciamento são condições.

• Capacidade: trabalhar em sprints menores e entregáveis verificáveis.

• KPIs: criar linha de base por município e ZDT.

• Compras locais: credenciamento, qualificação, preço, pagamento, qualidade e disputas.

• Turismo: concessões, infraestrutura, promoção, governança e indicadores de qualidade.

5 Matriz de requisitos técnicos

Eixo	Diretriz do plano	Requisito de execução
Diagnóstico territorial	Concentração, urbanização, logística e potencial orientam a seleção.	Validar números, georreferenciar e separar dado estadual por ZDT.
ZDTs	Cada ZDT funciona como unidade territorial de execução.	Definir população, corredor, cadeias, governança, risco e capacidade.
Carteira	A carteira prioriza projetos com impacto e viabilidade demonstráveis.	Fichas com CAPEX / OPEX, licenças, demanda, comprador, dono, risco e KPI.
Âncoras e cooperativas	A integração produtiva liga escala, base local, assistência e mercado.	Contratos-padrão, conciliação, qualidade e transparência.
Financiamento Capital híbrido combina recursos	públicos, crédito e investimento.	Veículo, governança, elegibilidade, teto público e saída.
Ciência, ATER e formação	Conhecimento aplicado sustenta produtividade, qualidade e redução de perdas.	Trilhas, laboratórios e metas de produtividade e perdas.
Turismo	Turismo integra emprego, identidade territorial e economia local.	Saneamento, segurança, destino, carga, concessões e trade.
KPIs	Indicadores vinculam linha de base, meta, responsável e consequência.	Baseline, metas, fonte, responsável e consequência contratual.
Piloto	Guajará / Barcarena concentra condições para testar a integração territorial.	Selecionar de três a cinco projetos e provar integração local.

6 Testes de realidade antes de executar

1. Caixa: fonte, teto de exposição pública, contrapartida e desembolso por marco?

2. Estrada: produção chega ao comprador com custo e tempo competitivos?

3. Produtor: renda líquida cresce após custos, dívida, transporte e risco?

4. Investidor: há segurança jurídica, licença, demanda, energia, mão de obra e governança?

5. Socioambiental: há regularidade fundiária, licenciamento, consulta e rastreabilidade?

6. Município: prefeitura consegue licenciar, fiscalizar, manter serviços e governar?

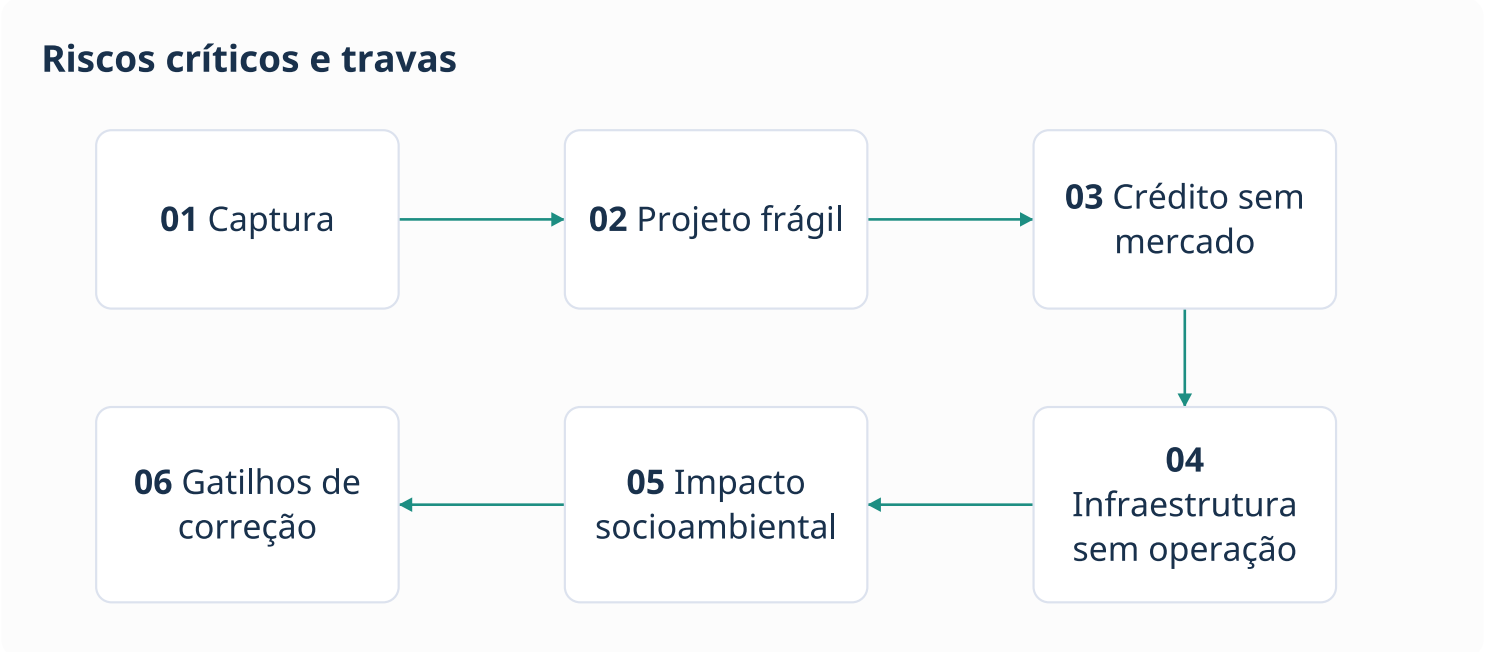
7. Continuidade: o projeto sobrevive à troca de governo, secretário ou prefeito?

7 Fases de implantação e entregas

Horizonte	Prioridade de implantação	Entrega
Etapa inicial	Instalar governança, base de dados, critérios e piloto.	Decreto, PMO, base, critérios, três a cinco projetos e painel.
Expansão inicial	Preparar pré-viabilidade, formação, chamadas e arquitetura financeira.	Estudos, contratos, acordos com IFs / universidades / Embrapa e fundo / garantias.
Primeiras entregas	Contratar projetos de escopo controlado e operação verificável.	Fornecedores, laboratórios, formação, crédito, frio e turismo piloto.
Escala territorial	Expandir somente mecanismos comprovados pelo piloto e pelos KPIs.	Expansão para Tocantins / Baixo Tocantins, Nordeste, Xingu, Tapajós, Marajó e Carajás.
Política permanente	Institucionalizar a rede, reciclar capital e sustentar contratos.	Reciclagem de capital, cadeias consolidadas, diversificação e contratos longos.

8 Principais riscos e salvaguardas

Figura 4 - Riscos e travas



- Captura por grandes grupos - compras locais, teto de benefício, auditoria e gate.
- Projeto sem demanda - carta de intenção do comprador e pré-viabilidade.
- Crédito que não chega ao pequeno - crédito assistido, garantias e cooperativas.
- Conflito territorial - triagem fundiária, consulta, regularização e rastreabilidade.

• Baixa produtividade - ATER vinculada a metas.

• Enclave mineral ou industrial - fornecedores locais, fundo de diversificação e formação técnica.

Risco	Impacto	Salvaguarda
Captura econômica	Incentivo vira privilégio sem encadeamento.	Metas contratuais, publicação, auditoria e suspensão.
Projeto sem demanda	Obra parada e crédito inadimplente.	Pré-viabilidade e carta de intenção de compradores.
Conflito fundiário / socioambiental	Judicialização, atraso e dano social.	Triagem, consulta, regularização e rastreabilidade.
Dependência do produtor	Relação desigual com integrador.	Contrato-padrão, conciliação, assistência jurídica e transparência.
Falta de ATER	Produtividade não cresce.	ATER financiada, equipe, agenda e metas.
Financiamento sem governança	Capital mal alocado.	Comitê independente, limites, auditoria e desembolso por gate.
Turismo predatório ou sazonal	Degradação, baixa renda e ociosidade.	Gestão de destino, saneamento, capacidade de carga e calendário.
Descontinuidade política	Interrupção e perda de confiança.	Lei, carteira pública, contratos plurianuais e painel.

PARTE II - REFERÊNCIAS HISTÓRICAS E LIÇÕES APLICÁVEIS

Os casos são evidências de mecanismos que funcionam sob condições específicas: coordenação territorial, infra- estrutura, formação, mercado, governança local, pesquisa aplicada e controle de captura. Devem ser adaptados ao Pará.

Figura 5 - Benchmarking histórico: TVA, zonas econômicas especiais e clusters, Embrapa e integração agroindustrial, FELDA, OVOP, LEADER / CLLD, PNAE e Carajás como enclave.

9 Benchmarking resumido

Referência	Mecanismo	Aplicação territorial	Alerta
Tennessee Valley Authority - EUA	Autoridade regional criada em 1933, infraestrutura e desenvolvimento integrado.	Coordenação por território funcional e carteira plurianual.	Autoridade não pode virar estrutura distante ou pouco controlada [H1][H2].
Zonas econômicas e clusters - China	Infraestrutura, empresas, serviços, fornecedores e exportação.	Barcarena / ZPE como plataforma de encadeamento.	Excesso de obra e subsídio sem demanda pode fracassar [H3].
Embrapa e P&D agrícola - Brasil	Pesquisa descentralizada e adaptação ao bioma.	Laboratórios, ATER e inovação por ZDT.	Tecnologia sem extensão não chega à base [H4].
Integração agroindustrial	Insumos, assistência, padrões, compra e contratos.	Âncoras, cooperativas, ATER e mercado.	Monocultura, dependência e poder desigual exigem salvaguardas [H5][H6][H7].
FELDA - Malásia	Desenvolvimento de área, reassentamento, agricultura, infraestrutura e crédito.	Integração territorial com produtor, logística e finanças.	Contexto histórico específico; não replicar concentração ou impactos [H8][H9].
OVOP - Japão	Um território, um produto com identidade, qualidade e mercado.	Produtos locais, marca territorial e turismo.	Sem logística e mercado, identidade não basta [H10].
LEADER / CLLD - União Europeia	Grupos locais público-privados desenham e selecionam projetos.	Conselhos Territoriais e oficinas locais.	Custos administrativos e lentidão exigem rito simples [H11].
PNAE - Brasil	Compra pública cria demanda para agricultura familiar.	Compras institucionais e chamadas transparentes.	Exige padrão, inspeção, logística e pagamento em dia [H12].
Carajás como enclave	Mineração gera receita e atividade, mas pode não diversificar.	Fornecedores, fundo pós-mineração e diversificação.	Royalties sem governança não garantem desenvolvimento [H13].

10 Lições transversais

• Desenvolvimento territorial não nasce de obra isolada; infraestrutura, mercado, capital humano e governança devem caminhar juntos.

• A unidade de execução deve ser menor que o Estado e maior que o município: bacia, corredor, região funcional ou ZDT.

• Empresa-âncora ajuda quando cria fornecedores, transfere tecnologia e compra localmente; como enclave, concentra renda e conflito.

• Pesquisa aplicada funciona próxima dos biomas, produtores e gargalos reais.

• Compras públicas e privadas criam demanda estável se houver padronização, inspeção, qualidade, logística e pagamento.

• Participação local precisa de rito simples, calendário fixo e poder claro.

• O melhor piloto prova o mecanismo em pequena escala, com metas visíveis e correção rápida.

PARTE III - ESTRUTURA DE APLICAÇÃO

11 Ideia central

Esta parte converte as condições de execução em instrumentos: governança, delimitação territorial, seleção de projetos, contratos, capital, assistência e acompanhamento. A carteira deve combinar aptidão, demanda e inclusão, com responsabilidades e custos definidos.

A unidade de execução são as Zonas de Desenvolvimento Territorial. Cada ZDT terá carteira estruturada, formação, assistência técnica, financiamento e compromissos de compras locais, formalização, renda, rastreabilidade e proteção territorial.

12 Objetivos estratégicos

• Aumentar agregação de valor em açaí, mandioca, cacau, dendê, pescado, bubalinos, grãos, mineração, bioeconomia, turismo e serviços avançados.

• Reduzir gargalos logísticos e perdas pós-colheita com infraestrutura vinculada a cadeias reais.

• Fortalecer produtores, cooperativas, MEIs e MPMEs por contratos, ATER, crédito, certificação, compras e qualificação.

• Criar empregos formais e elevar renda, especialmente para jovens e mulheres.

• Usar ciência, educação técnica e inovação como motores de produtividade sustentável.

• Reduzir enclaves por desenvolvimento de fornecedores e fundos de diversificação.

• Proteger ambiente, comunidades e segurança jurídica por rastreabilidade, regularização, consulta e metas ESG auditáveis.

13 Princípios operacionais

• Mapa antes do incentivo: zoneamento técnico, triagem fundiária / ambiental e mercado.

• Cadeia antes da obra: toda obra vinculada a demanda e operador.

• Inclusão antes do subsídio: compras locais, pequenos, qualificação e metas sociais.

• ATER antes da cobrança: assistência, insumos e crédito antes de exigir produtividade.

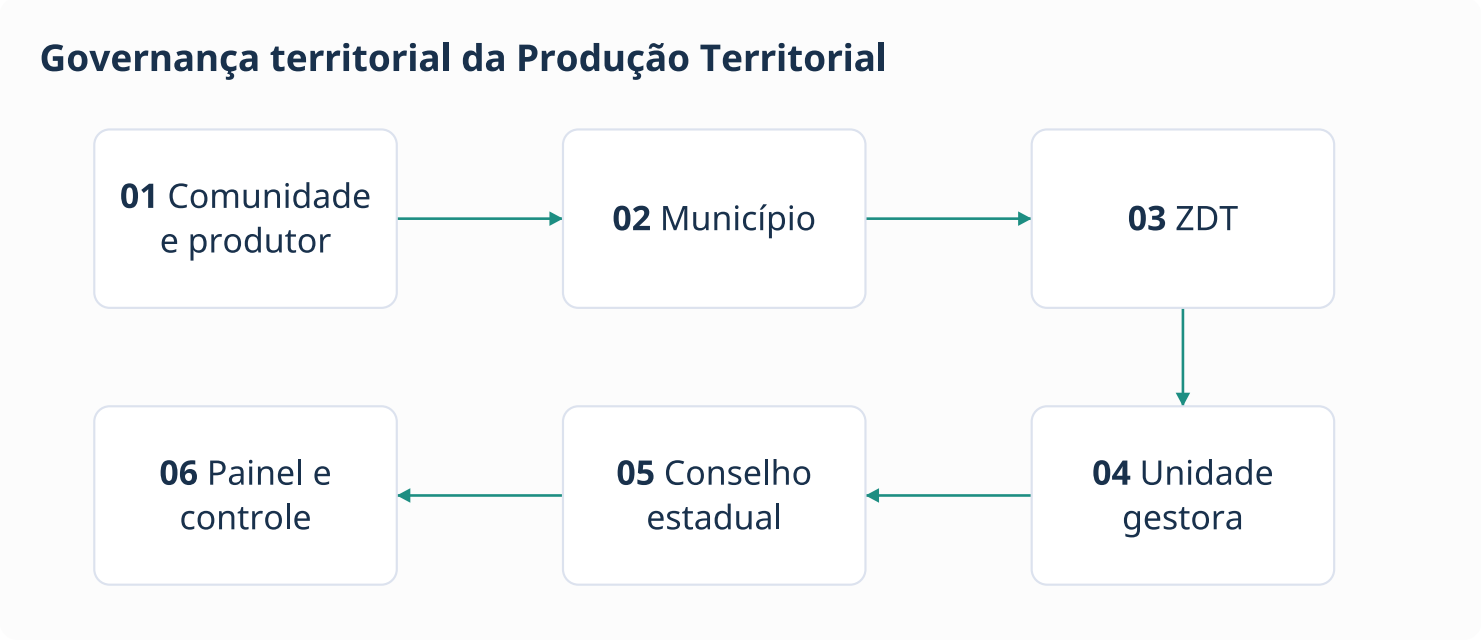
• Contrato antes da promessa: preço, qualidade, prazo, assistência e solução de conflito.

• Transparência antes da foto: carteira, incentivos, contrapartidas, KPIs e desembolsos públicos.

• Piloto pequeno, régua grande: escalar apenas o que entrega.

14 Arquitetura institucional

Figura 6 - Governança



Comitê Estadual + PMO - Conselhos Territoriais por ZDT - SPVs / projetos - empresas-âncora, cooperativas, produtores, assistência técnica, infraestrutura, crédito e formação.

Instância	Função	Composição / modelo
Comitê Estadual	Diretrizes, ZDTs, carteira, orçamento e metas.	Executivo, Casa Civil, desenvolvimento, agricultura, ambiente, infraestrutura, educação, turismo, finanças, planejamento e controle.
PMO - Escritório de Projetos	Planejamento, estudos, indicadores, contratos e contas.	Equipe técnica de projetos, finanças, engenharia, socioambiental, jurídico e dados.

Instância	Função	Composição / modelo
Conselho Territorial	Valida diagnóstico, acompanha carteira e media conflitos.	Municípios, cooperativas, produtores, empresas, IFs, universidades, comunidades e sociedade.
Facility de Estruturação	Financia estudos de préviabilidade.	Recursos estaduais, federais, bancos, fundos climáticos e cooperação.
Veículo de coinvestimento	Equity minoritário ou garantias em projetos elegíveis.	Fundo, holding, FIP, fundo garantidor ou combinação, com saída planejada.
Painel Público de KPIs	Publica carteira, metas, desembolsos, contrapartidas e alertas.	Dados abertos, auditoria independente e linguagem simples.

PLANO 06 · FIGURAS 7 E 8

15 Seleção, execução e escala

Método de execução: da seleção à decisão de escala, com requisitos de avanço e avaliação da carteira.

Diagnóstico e território 01 Reunir dados de produção, logística, pessoas, ambiente, direitos territoriais, serviços e mercado. Delimitar a unidade funcional.

Chamada e triagem 02 Receber propostas e aplicar critérios públicos de aderência, legalidade, demanda, inclusão, risco e capacidade de execução.

Pré-viabilidade 03 Estimar investimento, custeio, receita, beneficiários, emprego, licenças, riscos e fontes. Identificar operador e compradores.

Contrato e financiamento 04 Escolher o instrumento adequado, definir contrapartidas, responsabilidades e desembolso condicionado a marcos verificáveis.

Implantação e operação 05 Executar com assistência, formação e infraestrutura previstas. Acompanhar qualidade, prazos, riscos e condições de trabalho.

Avaliação e decisão 06 Comparar com a linha de base, verificar renda e inclusão, corrigir a rota e decidir por ampliação, redesenho ou encerramento.

Condição para financiar: demanda demonstrável, responsável, caminho de licenciamento, contrapartida, custo e regra de acompanhamento definidos.

16 Critérios de seleção

Critério	Pergunta de corte
Mercado	Existe comprador, demanda, rota comercial ou substituição de importação / atravessamento?
Inclusão	Quantos produtores, famílias, cooperativas, MEIs / MPMEs, jovens e mulheres entram?
Valor agregado	Processa, certifica, rastreia, diferencia, industrializa ou melhora preço?
Logística	Rodovia, armazenagem, energia, internet, frio e saneamento são compatíveis?
Legalidade	Há conformidade fundiária, licenciamento, CAR / PRA, consulta e rastreabilidade?
Execução	Existe operador, equipe, governança, manutenção e responsabilidade?
Coinvestimento Há contrapartida privada, cooperativa ou municipal e retorno público?	
Produtividade	Inclui ATER, tecnologia, laboratório, capacitação e metas?
Transparência	Investimento, incentivo, beneficiários, compras e metas serão públicos?

17 Zonas de Desenvolvimento Territorial - carteira integrada

Figura 9 - Sete ZDTs propostas por cadeias e corredores. Esses recortes funcionais não substituem as 12 Regiões de Integração do Pará.

ZDT	Cadeias / ativos	Projetos prioritários	Salvaguardas
01 - Guajará/ Barcarena	Logística, ZPE, indústria, fornecedores, bioativos, turismo e serviços.	Fornecedores, qualidade / certificação, frio, formação industrial, turismo e crédito.	Saneamento, transparência e controle ambiental.
02 - Tocantins / Baixo Tocantins	Açaí, mandioca, dendê, agroindústria, pescado e logística fluvial.	Parques agroindustriais, packing houses, frio, ATER e turismo.	Rastreabilidade, regularização e inclusão.
03 - Tapajós / BR-163	Corredor logístico, grãos, turismo, floresta, bioeconomia e mineração.	Serviços logísticos, manutenção, turismo, governança local e fornecedores.	Sensibilidade socioambiental e expansão condicionada.
04 - Xingu/ Transamazônica	Cacau, agrofloresta, bioeconomia e produção territorial.	Centros de beneficiamento, marca, ATER e rastreabilidade.	Territórios e comunidades tradicionais.
05 - Carajás	Mineração, metalmecânica, fornecedores, manutenção, tecnologia e diversificação.	Fornecedor local, parque metalmecânico, fundo pós-CFEM, formação e turismo técnico.	Evitar enclave e dependência mineral.
06 - Marajó	Bubalinos, queijo, pescado, turismo e bioeconomia.	Frio, certificação, turismo, formação e logística insular.	Fragilidade ambiental e acesso.
07 - Nordeste Paraense	Pescado, mariscos, mandioca, frutas, turismo, agroindústria e artesanato.	Frio, processamento, APLs, rotas turísticas e compras institucionais.	Gestão costeira e inclusão comunitária.

18 Piloto Guajará / Barcarena: escopo enxuto

Projeto	Finalidade	Resultados esperados
Fornecedores locais	Qualificar MPMEs e cooperativas para ZPE, indústrias, porto, turismo e governo.	Empresas qualificadas, contratos, emprego e compras.
Qualidade, rastreabilidade e certificação	Apoiar alimentos, bioativos, açaí, mandioca, pescado e fornecedores industriais.	Produtos certificados, menos rejeição e acesso a mercado.
Hub do frio e logística	Reduzir perdas e conectar produção a Belém, Barcarena, Marajó e exportação.	Câmaras frias, rotas, packing, contratos e perdas menores.
Formação técnica industrial e logística	Formar em manutenção, elétrica, automação, qualidade, logística e segurança.	Concluintes empregados, certificados e produtividade.
Turismo, gastronomia e eventos	Integrar Belém, Barcarena, ilhas e Marajó.	Produtos turísticos, ocupação, ticket e formalização.
Crédito assistido	Financiar adequação com ATER / consultoria e gates.	Menor inadimplência, vendas e formalização.

19 Integração produtiva com proteção ao pequeno

• Contrato-padrão com preço, volume, prazo, qualidade, assistência, pagamento, reajuste e solução de conflito.

• Preço por qualidade e produtividade com critérios auditáveis.

• ATER contínua, com visitas, adoção tecnológica e redução de perdas.

• Comissão Territorial de Integração e Conciliação.

• Metas de compras locais por faixa de valor agregado.

• Dados de custos e desempenho compartilhados, preservando confidencialidade.

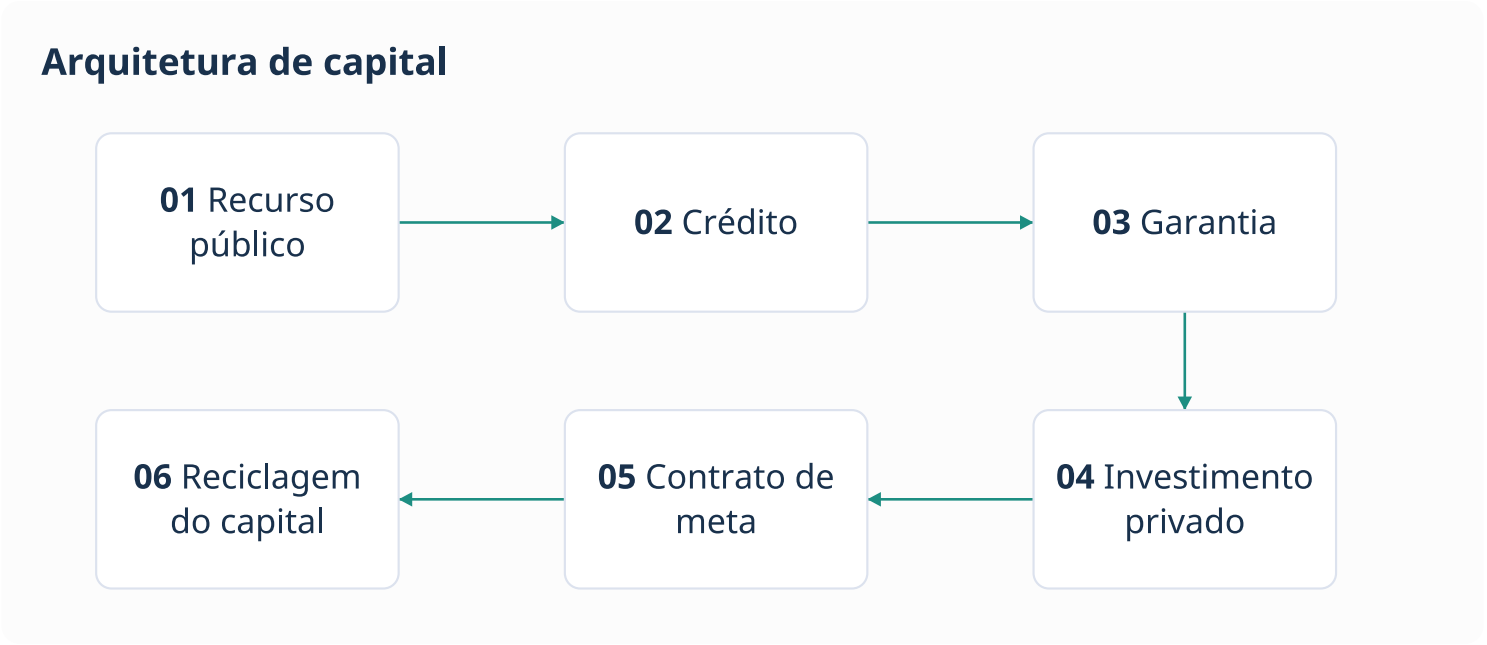
• Assistência jurídica e gerencial a cooperativas e associações.

• Plano de saída para diversificar comprador ou produto.

Regra: sem contrapartida, incentivo é apenas dinheiro para quem já tinha força.

20 Financiamento: arquitetura de capital

Figura 10 - Capital com meta



Equity público minoritário + capital privado + crédito da base + garantias - SPV / projeto bancável - remuneração por desempenho - reciclagem de capital.

Camada	Instrumento	Condição
Estruturação	Facility de estudos e projetos	EVTEA, jurídico, ambiental, engenharia, mercado e contrato.
Base produtiva	Crédito assistido e garantias	ATER, compras-âncora e metas.
Projetos-âncoraSPVs,	PPPs, concessões, fundos ou coinvestimento	Governança, operador, metas, manutenção e prestação de contas.
Risco público	Fundo garantidor e tranche de desempenho	Limite de exposição e liberação por marco.
Equity público	Participação minoritária temporária	Desinvestimento quando o projeto amadurecer.
Clima e ESG	Fundos climáticos, restauração e PSA	Métrica confiável, adicionalidade e prestação de contas.
Reciclagem	Retorno financeiro e royalties de projeto	Reinvestir em novos projetos territoriais.

21 Ciência, ATER e formação

Cada ZDT terá Pacto de Produtividade com ensino, pesquisa, extensão e setor produtivo, definindo cursos, laboratórios, metas, ATER, inovação e perdas.

• Trilhas por ZDT: logística e manutenção em Guajará / Barcarena; agroindústria no Baixo Tocantins; turismo e gestão ambiental no Tapajós; agrofloresta e cacau no Xingu; metalmecânica em Carajás; alimentos e turismo no Marajó e Nordeste.

• Laboratórios de qualidade para alimentos, pescado, lácteos, bioativos, madeira legal, rastreabilidade e turismo.

• ATER medida por produtores, frequência, adoção, produtividade, renda líquida e perdas.

• Editais rápidos de inovação para gargalos concretos.

• Formação empreendedora em custos, preço, negociação, cooperativismo, compras, marketing e finanças.

22 Turismo como indústria territorial

Turismo é carteira produtiva, combinando hotelaria, alimentação, transporte, cultura, natureza, eventos, guias, artesanato, tecnologia, segurança e saneamento.

• Rotas: Belém-Barcarena-Marajó; Tapajós; Xingu; Nordeste Litorâneo; Carajás técnico / geoturístico.

• Concessões e PPPs para parques, orlas, visitantes e equipamentos, com manutenção e inclusão.

• Qualificar guias, pousadas, restaurantes, transporte, atendimento, idiomas, segurança alimentar e gestão digital.

• Medir visitantes, ocupação, ticket, emprego, satisfação, sazonalidade e impacto.

• Conectar turismo a açaí, farinha, cacau, queijo do Marajó, pescado, artesanato, gastronomia e festivais.

23 Salvaguardas socioambientais e territoriais

• Triagem fundiária e ambiental antes da carteira executiva.

• Exclusão de projeto ligado a desmatamento ilegal, conflito não tratado ou violação trabalhista grave.

• Rastreabilidade progressiva em exportáveis, alimentos, madeira, cacau, açaí, pescado e pecuária.

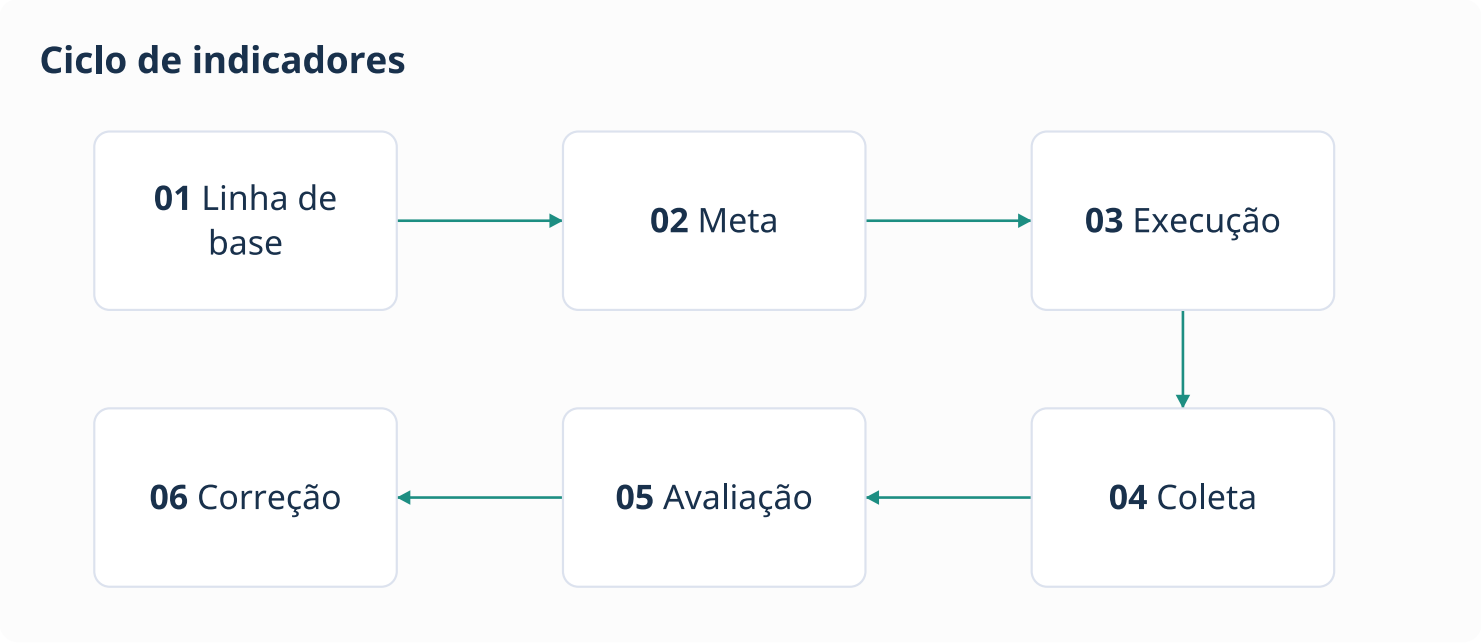
• Integração com CAR / PRA, regularização, licenciamento, ZEE e diretrizes territoriais.

• Consulta e participação de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais.

• Metas de recuperação, baixa emissão, saneamento e perdas.

24 KPIs e painel público

Figura 11 - Ciclo



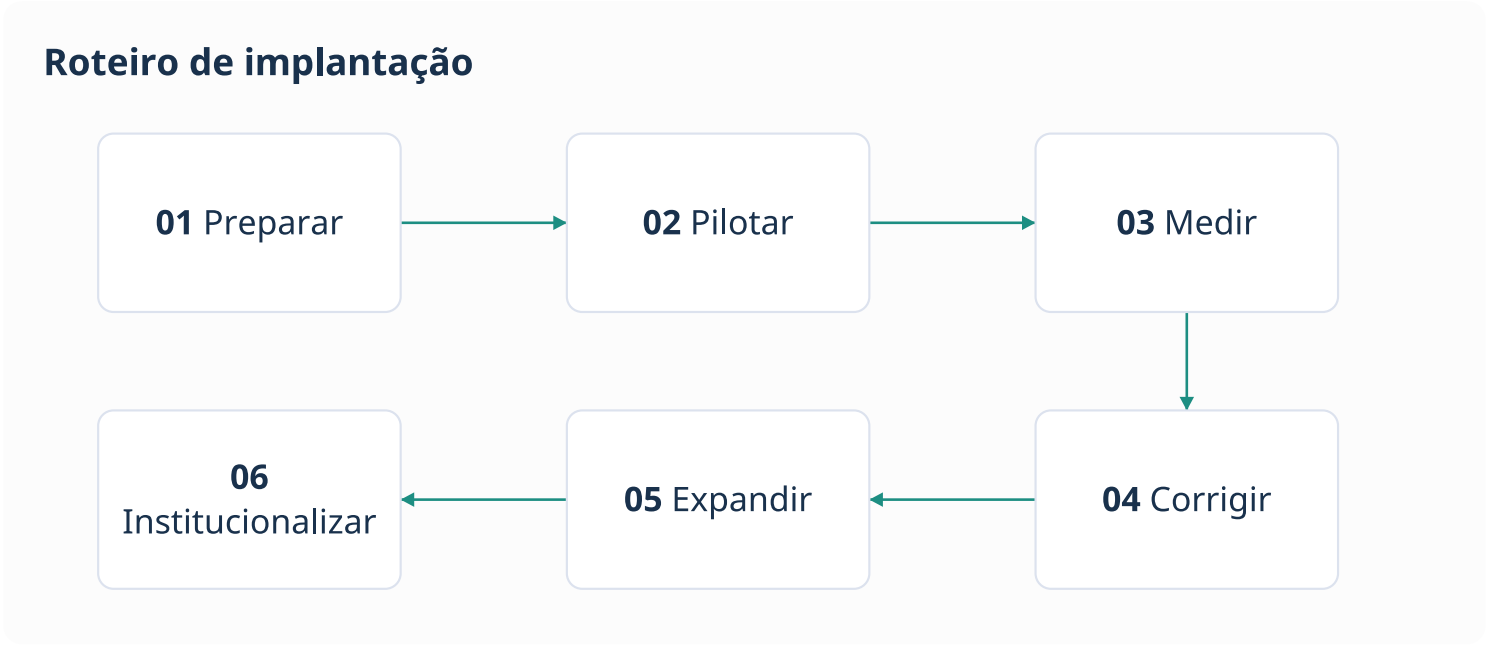
Linha de base - meta - execução - coleta - painel público - correção - escala. Incentivo e desembolso dependem de dado verificável.

Dimensão	KPIs	Fonte	Frequência
Emprego e renda	Empregos, formalização, renda média, participação de jovens e mulheres.	RAIS / CAGED, eSocial, pesquisas e projetos.	Trimestral/ semestral
Produtividade	Produção, perdas, qualidade, adoção técnica e renda líquida.	ATER, cooperativas, empresas e institutos.	Safra / trimestre
Inclusão	Famílias, cooperativas, MPMEs, compras locais e contratos.	PMO, notas e contratos.	Trimestral
Infraestrutura Capacidade,	conexão, uso, serviço e custo logístico.	Secretarias, operadores e concessões.	Trimestral
Financiamento Crédito,	garantia, equity, inadimplência e capital reciclado.	Bancos, fundo e PMO.	Mensal/ trimestral

Dimensão	KPIs	Fonte	Frequência
Turismo	Visitantes, ocupação, ticket, empregos e satisfação.	SETUR, hotéis, plataformas e pesquisas.	Mensal / sazonal
ESG	Rastreabilidade, regularidade, CAR / PRA, emissões e áreas recuperadas.	SEMAS, auditorias e painéis.	Trimestral / anual

25 Método de desenvolvimento e validação

Figura 12 - Começar pequeno, escalar forte



O método relaciona preparação, experiências iniciais, avaliação e possível ampliação. A escala depende de evidências sobre custos, inclusão, renda líquida, transparência e capacidade de operação.

Possíveis encaminhamentos	Evidência a avaliar
Ato de criação, PMO e regimento.	Comitê e PMO instalados.
Base inicial, critérios, matriz de riscos e seleção de 3-5 pilotos.	Carteira piloto publicada.
Chamamentos, acordos com ensino / pesquisa e painel.	Pactos assinados e dashboard no ar.
Pré-viabilidade, contratos-padrão, finanças e ATER / formação.	Projetos prontos para contratação.
Contratos, crédito, capacitação, fornecedores e infraestrutura leve.	Beneficiários, compras e resultados iniciais.
Execução, auditoria, revisão e expansão a 1-2 ZDTs.	Relatório de impacto e decisão de escala.
Rede estadual de ZDTs, fundos e clusters.	Projetos maduros e carteira expandida.
Reciclagem de capital e consolidação.	Portfólio sustentável e menor dependência.

26 Condições mínimas para sair do papel

- PMO único com autoridade técnica.
- Carteira inicial de no máximo 3-5 projetos em Guajará / Barcarena.
- Ficha bancável obrigatória.
- Painel público desde o começo.
- Contrato-padrão de integração e compras locais.
- ATER e formação como orçamento obrigatório.
- Salvaguarda fundiária e ambiental antes do recurso.

• Financiamento por marcos de desempenho.

• Auditoria anual e avaliação trimestral.

• Institucionalização normativa e integração ao PPA e ao orçamento.

ANEXO I - Ficha de projeto bancável

Campo	Conteúdo obrigatório
1. Nome	Título curto, ZDT e cadeia.
2. Problema	Gargalo de logística, qualidade, mercado, sanidade, formação, energia, turismo etc.
3. Beneficiários	Produtores, cooperativas, MPMEs, jovens, mulheres e comunidades.
4. Proponente e operador	Quem propõe, opera, mantém e responde.
5. Mercado / comprador	Demanda, comprador, rota, preço, concorrência e requisitos.
6. Escopo físico	Obra, equipamento, serviço, tecnologia, capacitação, ATER e licença.
7. CAPEX / OPEX	Investimento inicial, custo anual, manutenção e fonte.
8. Modelo jurídico	SPV, convênio, concessão, PPP, contrato privado, cooperação ou fundo.
9. Inclusão local	Compras, fornecedores, famílias, ATER, formalização e renda.
10. Risco socioambiental	Fundiário, licenciamento, CAR / PRA, comunidades, rastreabilidade e mitigação.
11. Indicadores	Baseline, meta, fonte, frequência e responsável.
12. Condições de desenvolvimento	Dependências técnicas, institucionais, territoriais e financeiras que precisam ser avaliadas antes de qualquer decisão de implantação.
13. Gate	Condição para liberar, escalar, redesenhar ou encerrar.

ANEXO II - Checklist anticaptura

• O benefício público foi publicado com valor, prazo, justificativa e contrapartidas?

• Há meta mínima de compras locais e fornecedores?

• Há meta de produtores / cooperativas integrados?

• A remuneração do produtor é transparente e auditável?

• Existe canal de reclamação e conciliação?

• O incentivo é liberado por desempenho?

• Há conflito de interesse no comitê ou conselho?

• A auditoria terá acesso a contratos e dados?

• Há transferência de tecnologia e capacitação?

• Existe alternativa se a âncora desistir ou descumprir?

ANEXO III - Fontes de financiamento possíveis

Fonte / instrumento	Uso provável
BNDES / BNDESPAR e bancos públicos	Crédito, garantias, equity minoritário, estruturação e inovação.
Banco da Amazônia / FNO	Crédito regional, produtores, cooperativas, agroindústria e MPMEs.
Cooperativas de crédito	Capilaridade, educação financeira e crédito assistido.
Fundos estaduais / municipais	Contrapartida, garantias, estudos e diversificação.
CFEM e receitas setoriais	Diversificação pós-mineração e fornecedores, nos limites legais.
PPPs e concessões	Turismo, logística, parques, centros de visitantes e infraestrutura.
Debêntures incentivadas	Projetos de infraestrutura elegíveis.
Fundos climáticos / ESG	Rastreabilidade, restauração, bioeconomia, baixo carbono e saneamento.
Compras públicas e privadas	Demanda institucional para agricultura familiar, cooperativas e MPMEs.

Referências selecionadas

Contexto do Pará

• D1 - FAPESPA. Relatório do PIB do Pará 2023.

• D2 - MDIC. Decreto de criação da Zona de Processamento de Exportação de Barcarena.

• D3 - Ministério de Portos e Aeroportos. Informações sobre o Porto de Vila do Conde.

Benchmarking histórico e técnico

• H1 - National Archives. Tennessee Valley Authority Act (1933). • H2 - TVA. Our History. • H3 - World Bank. How Do Special Economic Zones and Industrial Clusters Drive China's Rapid Development? • H4 - Akerman et al. Embrapa and Brazil's Agricultural Revolution. • H5 - Embrapa. Sistema Integrado de Produção de Frango de Corte em Pequenas Propriedades Rurais. • H6 - Embrapa. Estruturas de governança e mecanismos de coordenação na suinocultura brasileira. • H7 - CNA. CADEC Brasil.

• H8 - FAO. Social Progress Through Land Development: Lessons from Malaysia's FELDA. • H9 - World Bank. Agricultural Transformation and Inclusive Growth: The Malaysian Experience. • H10 - JICA. OVOP: One Village, One Product Movement. • H11 - European Court of Auditors. EU's LEADER approach for rural development. • H12 - FNDE. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. • H13 - IPEA. Royalties minerais e promoção do desenvolvimento socioeconômico: Projeto Carajás em Parauapebas.

INDUTORES E PARCEIROS SUGERIDOS / P06

Produção territorial: produtores, indústria e compradores

A indução mais consistente combina organização local, assistência continuada, processamento e compradores. Cada cadeia deve responder à aptidão do território e a um mercado verificável. A participação é voluntária e depende do interesse e da concordância de cada organização sugerida.

Articulação do projeto: Produtores e cooperativas participam das decisões e da distribuição dos resultados. Compradores, prestadores e financiadores assumem obrigações contratuais. A destinação e a regularização da terra mantêm seus procedimentos públicos.

Função indutora	Candidatos para essa função	Por que mobilizar
Organização produtiva no Pará	CAMTA - Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu / COFRUTA / COOPATRANS / Cacauway / COOPFRAN / Canaã dos Carajás	CAMTA, COFRUTA, Coopatrans / Cacauway e COOPFRAN são candidatos a articular aprendizado e cadeias compatíveis com sua atuação.
Tecnologia, assistência e sucessão	Embrapa Amazônia Oriental / Senar Pará / Sistema Faepa / Federação das Casas Familiares Rurais do Pará / Instituto Federal do Pará - IFPA	Embrapa, Senar, Casas Familiares Rurais e IFPA podem conectar manejo, formação, renda e continuidade dos estudos.
Demanda e agregação de valor	Grupo Mateus / Natura / Cargill Brasil / Barry Callebaut / Sicao / Dengo Chocolates / Petruz	Varejo e indústrias podem estudar compras e padrões para alimentos, cacau, açaí e bioingredientes, com preço, volume e pagamento definidos.
Projetos e integração de cadeias	Belterra Agroflorestal / Copacol / Agropalma / JBS / operações no Brasil	Belterra, Copacol, Agropalma e JBS possuem competências próprias. O encaixe exige cadeia, espécie, área, sanidade e modelo adequados.
Intercooperação e formação	COOTAP / Terra Livre Agroecológica / COOPAN / Nova Santa Rita / COOPERCUC / UNFECAFARB / rede de Casas Familiares Rurais	COOTAP, COOPAN, COOPERCUC e a rede nacional de CFRs são referências de métodos; sua inclusão não pressupõe unidade ou compra confirmada no Pará.

PARCEIROS SUGERIDOS / P06

Parceiros e papéis propostos

47 organizações e sistemas sugeridos por competência neste projeto. A função proposta distingue execução, apoio técnico, formação, fornecimento e mercado. A base informada indica atuação publicada; sua aplicação ao projeto depende das condições da linha.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
C01 · Instituto Federal do Pará - IFPA Conhecimento público [S059] [S064] [S063]	Conectar ensino e extensão aos gargalos das cadeias selecionadas. **Ativo que pode mobilizar:** Ensino profissional, extensão, laboratórios e presença territorial.	**Base informada:** Pará Oferta depende de capacidade institucional, planejamento e instrumentos de cooperação.
C02 · UFPA / Superintendência de Inovação e Desenvolvimento Conhecimento público [S068] [S062]	Apoiar desenvolvimento e validação de tecnologias para cadeias locais. **Ativo que pode mobilizar:** Pesquisa, laboratórios, formação e transferência de conhecimento.	**Base informada:** Pará Escopo, ética de pesquisa, propriedade intelectual e capacidade devem ser pactuados.
C03 · Embrapa Amazônia Oriental Conhecimento público [S060] [S061]	Validar tecnologias, materiais, manejo e soluções adequadas a clima, solo, água e mercado. **Ativo que pode mobilizar:** Pesquisa agropecuária e florestal, validação e transferência tecnológica.	**Base informada:** Pará Distinguir pesquisa de assistência contínua; execução requer equipes locais e parceiros de extensão.
E01 · SENAI e SESI / Sistema FIEPA Entidade privada de formação [S115] [S119]	Apoiar produtividade, processamento e formação conforme as cadeias escolhidas. **Ativo que pode mobilizar:** Formação industrial, laboratórios, metodologia e conexão com empregadores.	**Base informada:** Pará Certificação, público, equipe e orçamento pactuados com as redes responsáveis.
E03 · Senar Pará / Sistema Faepa Entidade privada de formação [S065] [S066]	Acompanhar manejo, custos, produtividade e renda líquida de produtores. **Ativo que pode mobilizar:** Assistência continuada e gestão econômica da propriedade.	**Base informada:** Pará Assistência deve ter frequência, equipe e indicadores de resultado definidos.
E07 · Sebrae / Sebrae Pará Instituição privada de apoio empresarial [S116] [S112]	Desenvolver fornecedores e gestão de pequenos negócios nas cadeias. **Ativo que pode mobilizar:** Gestão, preparação de fornecedores e acesso a mercados e crédito.	**Base informada:** Pará Orientação e garantias não equivalem à aprovação de crédito pelo banco.
E08 · Sistema OCB / PA e Sescoop / PA Instituição privada de apoio cooperativo [S029] [S085] [S188]	Apoiar cooperativas de produção, contratos e intercooperação. **Ativo que pode mobilizar:** Governança, formação de cooperados e redes de cooperação.	**Base informada:** Pará Cooperativa requer participação real dos membros e regularidade própria.
E09 · Sicredi Sistema cooperativo financeiro [S132] [S083] [S084]	Avaliar operações de produtores e cooperativas dentro da área e dos produtos disponíveis. **Ativo que pode mobilizar:** Crédito, relacionamento local e conhecimento do associado.	**Base informada:** Pará Disponibilidade por cooperativa, associação, risco e garantias; aprovação individual.
E10 · Sicoob Sistema cooperativo financeiro [S090] [S085] [S086]	Estruturar financiamento compatível com a atividade e a capacidade de pagamento. **Ativo que pode mobilizar:** Serviços financeiros e crédito com base cooperativa.	**Base informada:** Pará Produtos variam entre cooperativas; não há limite ou aprovação previamente assegurados.
E11 · Mercado Livre Empresa de grupo internacional [S001]	Testar venda de produtos industrializados aptos ao comércio eletrônico e à logística disponível. **Ativo que pode mobilizar:** Canal de vendas, tecnologia comercial e logística.	**Base informada:** Brasil Marketplace é canal de venda; não presume compra da produção nem cobertura logística uniforme.

| Organização sugerida e capacidade pesquisada | Contribuição possível | Condições para eventual adesão |

	Integrar custos, produção, rastreabilidade e comercialização em agroindústrias e	**Base informada:** Brasil Dimensionar implantação e suporte; adoção

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E12 · TOTVS Empresa [S131] [S133]	cooperativas. **Ativo que pode mobilizar:** Gestão empresarial, dados e integração de processos.	depende do porte e do ganho operacional.
E13 · Grupo Mateus Empresa [S002] [S003]	Testar fornecimento de alimentos regionais com qualidade, volume e pagamento definidos. **Ativo que pode mobilizar:** Compras, distribuição, logística e experiência de varejo.	**Base informada:** Pará Contratos de compra dependem de demanda, preço, padrão e negociação; sem preferência presumida.
E14 · Vale Empresa [S095] [S096]	Desenvolver fornecedores e oportunidades de diversificação ligadas à demanda real. **Ativo que pode mobilizar:** Demanda industrial, gestão de fornecedores, operação e conhecimento mineral.	**Base informada:** Pará Investimentos da empresa não estão reservados ao plano; acesso a ativos e parcerias exige acordo.
E15 · Hydro / Alunorte / Albras Empresa de grupo internacional [S097] [S092] [S017]	Conectar negócios comunitários, restauração e cadeias locais ao corredor produtivo. **Ativo que pode mobilizar:** Processamento mineral, fornecedores e articulação de cadeias locais.	**Base informada:** Pará Distinguir contratos industriais, projetos comunitários e investimentos; cada frente tem condições próprias.
E16 · Alcoa / operação Juruti Empresa de grupo internacional [S093] [S094]	Apoiar viveiros, recuperação e reciclagem com negócios e organizações do território. **Ativo que pode mobilizar:** Operação de bauxita, fornecedores e investimento socioambiental.	**Base informada:** Pará Separar orçamento empresarial de recursos da Fundação e avaliar cada instrumento.
E17 · Mineração Rio do Norte - MRN Empresa [S100] [S101]	Conectar serviços e produção locais a contratos e à diversificação territorial. **Ativo que pode mobilizar:** Demanda da cadeia de bauxita e conhecimento de operação amazônica.	**Base informada:** Pará Direitos territoriais, licenças, capacidade de entrega e relação com comunidades são condições essenciais.
E19 · WEG Empresa [S122] [S125]	Projetar eficiência energética e automação de agroindústrias e cadeia de frio. **Ativo que pode mobilizar:** Eletrificação, motores, automação, eficiência e formação técnica.	**Base informada:** Brasil Projetos e equipamentos devem ser dimensionados por demanda e custo total.
E29 · CAMTA - Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu Cooperativa de produção [S110] [S106]	Cooperar em sistemas agroflorestais, qualidade, beneficiamento e gestão de cadeias de frutas e cacau. **Ativo que pode mobilizar:** Organização cooperativa, sistemas produtivos, processamento e mercado.	**Base informada:** Pará Transferência técnica e novos negócios dependem de acordo; capacidade da cooperativa deve ser respeitada.
E30 · COFRUTA Cooperativa de produção [S107] [S111] [S105]	Apoiar qualidade, rastreabilidade e intercooperação em cadeias de frutas amazônicas. **Ativo que pode mobilizar:** Beneficiamento de frutas, organização da base e acesso a mercado.	**Base informada:** Pará Ampliação de compras ou unidades depende de volume, frio, regularidade e capital.
E31 · COOPATRANS / Cacauway Cooperativa de produção [S104] [S108] [S109]	Compartilhar aprendizado de industrialização e testar produtos e mercados de maior valor. **Ativo que pode mobilizar:** Transformação de cacau, marca, varejo e experiência cooperativa.	**Base informada:** Pará Novas rotas, capacidade e parcerias precisam de estudo e decisão da cooperativa.
E32 · Natura Empresa de origem brasileira [S027] [S025]	Desenvolver cadeias de bioingredientes, qualidade, rastreabilidade e processamento com fornecedores locais. **Ativo que pode mobilizar:** Demanda por bioingredientes, desenvolvimento de produtos e cadeia industrial.	**Base informada:** Pará Produtos, espécies, direitos e volumes dependem de contratos e requisitos; sem compra garantida.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E33 · Box Print / Ecoprint Empresa [S087] [S088]	Desenvolver embalagens adequadas a alimentos, cosméticos e produtos regionais. **Ativo que pode mobilizar:** Embalagens, industrialização e integração à cadeia de clientes.	**Base informada:** Pará Cada aplicação exige volume, especificação, logística e viabilidade industrial.
E34 · Cargill Brasil Empresa de grupo internacional [S024]	Avaliar contratos de compra, qualidade, rastreabilidade e assistência na cadeia do cacau. **Ativo que pode mobilizar:** Compra, padrões de qualidade, assistência de cadeia e mercado internacional.	**Base informada:** Pará Compra e apoio dependem de conformidade, qualidade, preço e demanda contratada.
E35 · Barry Callebaut / Sicao Empresa de grupo internacional [S023] [S026]	Avaliar compra qualificada de cacau e transferência de padrões de qualidade e processamento. **Ativo que pode mobilizar:** Processamento, especificações, mercado e conhecimento de cacau e chocolate.	**Base informada:** Brasil e cadeia de fornecimento paraense Não pressupor instalação de fábrica no Pará; projeto depende de escala, mercado e decisão empresarial.
E36 · Dengo Chocolates Empresa [S012]	Testar lotes de qualidade, rastreabilidade e contratos que valorizem a origem e o produtor. **Ativo que pode mobilizar:** Mercado de chocolate de origem, qualidade e valorização do cacau.	**Base informada:** Brasil e cadeia de fornecimento paraense Prêmio de qualidade e volumes dependem de critérios e acordo comercial, sem preço garantido.
E37 · Belterra Agroflorestal Empresa [S077]	Estruturar restauração produtiva com produtores, assistência e comercialização pactuadas. **Ativo que pode mobilizar:** Implantação e manejo, capital de projeto, assistência e articulação de compradores.	**Base informada:** Pará Financiamento aprovado refere-se a projeto próprio; contratos de terra e divisão de resultados precisam ser avaliados.
E38 · Copacol Cooperativa de produção [S013] [S015]	Avaliar intercâmbio técnico de gestão e processamento de pescado, com adaptação às espécies e à legislação locais. **Ativo que pode mobilizar:** Gestão de integração, sanidade, processamento e mercado de pescado.	**Base informada:** Brasil - referência localizada no Paraná Não é compradora confirmada de pescado paraense; integração atual é territorialmente delimitada.
E39 · Agropalma Empresa [S014] [S016]	Avaliar integração produtiva, serviços e qualificação na cadeia de palma em áreas aptas. **Ativo que pode mobilizar:** Processamento, padrões, logística e organização de fornecimento.	**Base informada:** Pará Exigir verificação fundiária, ambiental e trabalhista e condições equilibradas ao produtor.
E40 · JBS / operações no Brasil Empresa de origem brasileira [S053] [S054]	Apoiar cadeias pecuárias elegíveis, rastreabilidade e qualificação de fornecedores e serviços. **Ativo que pode mobilizar:** Mercado, processamento, padrões sanitários e rastreabilidade.	**Base informada:** Pará Verificar fornecedores diretos e indiretos, origem, direitos e regularidade; avaliar concentração de compradores.
E41 · Petruz Empresa [S042] [S041]	Testar contratos de fornecimento e processamento de açaí e frutas, com qualidade e logística definidas. **Ativo que pode mobilizar:** Processamento, cadeia de frio, qualidade e exportação de frutas.	**Base informada:** Pará Volumes, preço, frio e origem legal devem ser comprovados; não presumir capacidade de compra adicional.
E56 · Egis Brasil Consultoria internacional com operação brasileira [S032]	Estudar logística e serviços compartilhados para carteiras produtivas. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia, planejamento, mobilidade e gestão de infraestrutura.	**Base informada:** Pará Definir responsável técnico, escopo, independência e transferência de conhecimento.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E57 · Hidrovias do Brasil Empresa [S034] [S033]	Estruturar escoamento de cargas e serviços logísticos onde volume e rotas forem viáveis. **Ativo que pode mobilizar:** Logística fluvial, terminais, operação multimodal e contratos de transporte.	**Base informada:** Pará Não atribuir à empresa operações vendidas; confirmar carga, rota, capacidade e contratos atuais.
E58 · Equatorial Pará Empresa [S031]	Compatibilizar energia de produção, frio e serviços com a rede disponível. **Ativo que pode mobilizar:** Rede, conexão, qualidade do fornecimento e gestão de distribuição.	**Base informada:** Pará Obrigações e investimentos seguem concessão e regulação; não presumir subsídio ou tarifa especial.
E59 · AXIA Energia / operação Tucuruí Empresa [S043] [S044]	Avaliar cooperação técnica e oportunidades de fornecedores no território da operação. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia, operação de energia e conhecimento técnico regional.	**Base informada:** Pará Geração não implica energia gratuita ou aporte regional disponível; acordos e regras próprios.
E70 · Santos Brasil / Tecon Vila do Conde Empresa [S153] [S154]	Avaliar escoamento de produtos agroindustriais compatíveis com contêineres, escala e requisitos sanitários. **Ativo que pode mobilizar:** Terminal de contêineres, movimentação de cargas e conexão com cadeias logísticas.	**Base informada:** Pará Conferir serviços, frequência de navios, capacidade de frio, especificação da carga e custo até o comprador. Terminal não garante mercado.
E71 · Maersk Brasil Empresa de grupo internacional [S155] [S156]	Avaliar logística internacional e requisitos de conservação dos produtos de cooperativas e agroindústrias. **Ativo que pode mobilizar:** Transporte internacional, integração logística, armazenagem e coordenação aduaneira.	**Base informada:** Brasil Confirmar rotas, terminais, contêiner refrigerado, disponibilidade, prazo e seguro para cada produto e origem.
E84 · COOPFRAN / Canaã dos Carajás Cooperativa de produção [S178]	Organizar uma cadeia de avicultura com planejamento de produção, insumos, sanidade e compradores contratados. **Ativo que pode mobilizar:** Organização local de avicultores e articulação de serviços e insumos.	**Base informada:** Pará Validar operação atual, escala, licenças e capacidade de processamento. Comprador, abate e conservação devem estar definidos.
E85 · COOTAP / Terra Livre Agroecológica Cooperativa de produção [S179] [S180]	Compartilhar experiência de organização de assentados, planejamento e comercialização, adaptando a cadeia ao território. **Ativo que pode mobilizar:** Governança cooperativa, organização produtiva, qualidade e comercialização.	**Base informada:** Rio Grande do Sul; referência de cooperação Cooperação técnica depende de interesse e acordo. Não transplantar a cadeia do arroz gaúcho nem tratar a cooperativa como órgão de destinação de terras.
E86 · COOPAN / Nova Santa Rita Cooperativa de produção [S180] [S181]	Compartilhar práticas de produção coletiva, gestão de agroindústria e organização econômica de assentados. **Ativo que pode mobilizar:** Produção coletiva, agroindústria, armazenagem e organização de famílias assentadas.	**Base informada:** Rio Grande do Sul; referência de cooperação Transferência do método exige acordo e adequação cultural, produtiva e econômica. Unidade produtiva ou investimento no Pará não estão confirmados.
E87 · COOPERCUC Cooperativa de produção [S182] [S183]	Apoiar intercâmbio sobre agregação de valor, assistência e organização de produtores, conforme o produto local. **Ativo que pode mobilizar:** Agroindústria de frutas, assistência técnica e organização econômica de famílias.	**Base informada:** Bahia; referência de cooperação A experiência do semiárido é referência de método. Espécies, água, mercado e formação precisam de adaptação ao estado e à comunidade.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E88 · UNFECAFARB / rede de Casas Familiares Rurais Instituição privada de formação [S184]	Vincular sucessão rural e gestão da unidade familiar a formação técnica e oportunidades no território. **Ativo que pode mobilizar:** Rede de formação, metodologia de alternância e articulação entre escola, família e território.	**Base informada:** Brasil Oferta, reconhecimento, etapa de ensino, financiamento e equipe precisam ser pactuados com escolas e sistemas de ensino.
E89 · Federação das Casas Familiares Rurais do Pará Instituição privada de formação [S185] [S186] [S187]	Conectar cooperativas, escolas e assistência técnica em uma trajetória de sucessão e desenvolvimento rural. **Ativo que pode mobilizar:** Articulação das Casas Familiares Rurais, formação de educadores e construção curricular territorial.	**Base informada:** Pará Confirmar unidade escolar, credenciamento, vagas, transporte, permanência e custeio antes de prometer atendimento.
E68 · Sertrading Empresa [S150] [S151]	Interface de apoio: T01 Estruturar a importação de máquinas e insumos para projetos, comparando custo total, prazo e riscos. **Ativo que pode mobilizar:** Processos de importação, coordenação logística e visibilidade operacional.	**Base informada:** Brasil Confirmar modalidade, tributação aplicável, crédito, garantias e responsabilidades. Não presume compra da produção local.
E69 · Comexport Empresa [S152]	Interface de apoio: T01 Comparar soluções de importação para equipamentos e insumos, com custo de implantação e operação completos. **Ativo que pode mobilizar:** Estruturação operacional de importações e integração dos serviços de comércio exterior.	**Base informada:** Brasil Verificar escopo, produto, habilitação, condições financeiras e obrigações. Não tratar trading como investidor industrial ou comprador garantido.
E75 · Motiva Rodovias Empresa [S163]	Interface de apoio: T02 Avaliar concessão ou parceria rodoviária com demanda, investimentos, tarifas e obrigações de serviço demonstrados. **Ativo que pode mobilizar:** Gestão de concessões, conservação, atendimento ao usuário e segurança viária.	**Base informada:** Brasil Candidatura depende de seleção e edital. Confirmar estrutura atual e interesse em novos contratos; não pressupor operação no Pará.
E76 · EcoRodovias Empresa de grupo internacional [S164] [S165]	Interface de apoio: T02 Comparar modelagem e operação de corredores rodoviários com obrigações de manutenção e desempenho. **Ativo que pode mobilizar:** Operação e conservação de rodovias, investimentos contratuais e gestão de tráfego.	**Base informada:** Brasil Confirmar trecho, demanda, licenças, acesso de comunidades e condições de seleção. Portfólio existente não é compromisso de investimento novo.
E77 · Via Brasil BR-163 Empresa concessionária [S166] [S167]	Interface de apoio: T02 Articular segurança, acessos e interfaces logísticas do corredor, nos limites das obrigações da concessão. **Ativo que pode mobilizar:** Operação de corredor rodoviário ligado ao Arco Norte e interface com logística regional.	**Base informada:** Pará e Mato Grosso A ANTT anunciou processo competitivo de transferência de controle para 12/11/2026. Atualizar controlador, contrato e interlocução após o certame.

FONTES E IMPLANTAÇÃO / P06

Financiar e iniciar com responsabilidades

Os instrumentos a seguir correspondem a finalidades e tomadores diferentes. O eixo B apresenta o catálogo M01 a M36, com público, território, acesso e condições. A fonte e o serviço da dívida ou a obrigação de execução devem caber no projeto.

Finalidade	Caminho a estudar	Como aplicar
Famílias e produção rural	M11/M12 · BB Pronaf; M21 · FNO Rural / Pronaf	Combinar custeio e investimento com perfil, CAF quando exigido, assistência, documentação e ciclo de caixa.

Finalidade	Caminho a estudar	Como aplicar
Agroindústria familiar	M13 · Pronaf Agroindústria	Confirmar composição dos cooperados, origem da produção, projeto e condições da modalidade.
Floresta e recuperação produtiva	M18 · Fundo Amazônia	Estruturar resultados florestais e produção sustentável com proponente elegível e capacidade de execução.
Cinturões verdes e comercialização	M26 · Fomento AUP; M28 · PAA / PNAE	Distinguir apoio orçamentário de receita de venda. O edital AUP de 2026 citado no estudo já encerrou inscrições.
Cadeias e recebíveis de escala adequada	M33 · FIDC; M34 · CRA; M32 · FIP	Recebíveis exigem lastro e cobrança; participação exige veículo e governança. Não pressupor captação individual por cada família.

Teste inicial: Escolher uma cadeia por aptidão e demanda, organizar oferta e custos, pactuar assistência e testar entrega, qualidade e pagamento com compradores identificados.

Resultado a medir: Renda líquida familiar, produtividade, perdas, margem, contratos recorrentes, participação dos cooperados e continuidade dos estudos.

A01 • Mercados municipais e feiras de produtores

Responsável e decisão	Arranjo proposto
Poder público	Definir área, projeto, água, saneamento, acessibilidade, fiscalização e regras de ocupação. Orçar manutenção e selecionar a gestão conforme o modelo.
Empresa, cooperativa e família	Produtores e comerciantes organizam oferta, padrões, horários e venda. Cooperativa ou operador pode gerir serviços sob contrato e regras transparentes.
Fontes e comercialização	Obra pública: M17 e, com função turística admitida, M27. Negócios e equipamentos privados: M20, M06 e M07.
Condição e indicadores	Medir demanda e oferta antes da obra. Confirmar enquadramento do investimento público. Apoio turístico só quando a função turística for demonstrada. Medir: Ocupação dos espaços, produtores atendidos, vendas, perdas, preços, conservação e custo de manutenção.

A02 • Cinturões verdes e abastecimento das cidades

Responsável e decisão	Arranjo proposto
Poder público	Mapear terra regular e apta, água, acessos e assistência. Articular escolas e equipamentos de alimentação e proteger áreas ambientalmente sensíveis.
Empresa, cooperativa e família	Famílias e cooperativas planejam hortaliças, frutas e outras atividades adequadas. Firmar entregas com feiras, varejo, restaurantes e compradores públicos.
Fontes e comercialização	Investimento e custeio rural: M11, M12 e M21. Fomento AUP: M26, conforme proponente. Receita de vendas públicas: M28.
Condição e indicadores	Verificar solo, água, situação territorial, enquadramento do produtor e demanda semanal. Pronaf não atende automaticamente toda iniciativa urbana. Medir: Volume vendido, renda líquida, perdas, regularidade, qualidade da água e participação nas compras da cidade.

A03 • Cooperativas, agroindústria e sucessão rural

Responsável e decisão	Arranjo proposto
Poder público	Manter competências fundiárias, educação e serviços. Apoiar licenciamento, assistência, escolas rurais e conexão com mercados.
Empresa, cooperativa e família	Cooperativa organiza produção, compras, processamento e venda. Parceiros compartilham gestão e tecnologia. Escola e famílias pactuam a formação dos filhos.
Fontes e comercialização	Investimento produtivo: M12, M13 e M21. Componente florestal elegível: M18. Comercialização: M28. Em cadeias com escala e lastro verificado, estudar recebíveis por FIDC (M33) ou CRA (M34), com estrutura profissional.
Condição e indicadores	Governança, oferta, inspeção sanitária, caixa e comprador precisam sustentar a unidade. Fundo Amazônia somente para componentes aderentes a seus objetivos. Medir: Renda por família, volume processado, margem, participação dos cooperados e continuidade dos estudos.

Aplicação em outros estados: Compartilhar método e intercooperação. Selecionar produtos, espécies, tecnologias e compradores de acordo com clima, solo, água, cultura e mercados de cada estado.

DO PARÁ AO BRASIL · PLANO 06

Produção territorial. Aptidões, contratos e renda local.

O método conecta aptidão territorial, ciência, assistência, infraestrutura, organização produtiva e compradores. A carteira de cadeias e a delimitação dos territórios são definidas por diagnóstico de cada estado.

Açaí, cacau, pescado, bioeconomia e os corredores paraenses são exemplos da aplicação de origem. Em outra região, o diagnóstico pode indicar cadeias agroalimentares, manufatura, serviços, economia do mar ou atividades criativas. Essas possibilidades são hipóteses a validar, sem atribuir vocações fixas aos estados.

Dimensão	Como adaptar a outro estado
Aptidão e recursos	Avaliar solo, clima, água, conhecimento, infraestrutura, ambiente e direitos territoriais. Selecionar atividades compatíveis com a disponibilidade e os limites locais.
Território funcional	Delimitar bacias, corredores, regiões produtivas ou áreas metropolitanas conforme cadeias e serviços. As 12 Regiões de Integração são referência do Pará.
Organização e mercado	Escolher cooperativas, empresas e outros arranjos por capacidade e demanda. Prever contratos equilibrados, qualidade, pagamento e alternativas de compradores.
Conhecimento e capital	Mobilizar pesquisa, extensão, formação e financiamento locais. Dimensionar assistência contínua, contrapartidas e exposição pública antes da contratação.

Primeiro teste de aplicação

Iniciar com uma cadeia e poucos projetos que tenham compradores e operadores identificados. Registrar custo de produção, perdas, renda líquida, assistência e condições de trabalho. Avaliar os ganhos distribuídos entre os participantes e os efeitos territoriais antes de abrir novas zonas.

Produtividade

Inclusão

Mercado

Qualidade, perdas e produção por recurso utilizado.

Renda líquida e participação de pequenos negócios.

Contratos cumpridos e diversificação de compradores.

A unidade territorial e os produtos mudam com o diagnóstico. A participação de um estado pode se concentrar em cadeias prioritárias e em cooperação interestadual, conforme sua capacidade de execução.

Conexões: 01 · Educação | 02 · Pequenos Negócios | 04 · Indústria | 05 · Turismo | Eixos A, B e C

Bases: referências históricas e técnicas deste capítulo, tratadas como aprendizado de mecanismos em contextos específicos.

PROJETO 07

07

Plano de Habitação e Cidades Integradas

Aplicação no Pará e adaptação a outros estados



Imagem ilustrativa gerada por inteligência artificial.

IDEIA CENTRAL A moradia precisa estar integrada à infraestrutura, aos serviços e à vida das famílias.

Casa, saneamento, cidade e presença do Estado

Essência do plano

A moradia deve estar integrada à infraestrutura, aos serviços e ao planejamento urbano.

Sumário executivo

O Plano de Habitação e Cidades Integradas propõe organizar uma atuação contínua em habitação, infraestrutura e desenvolvimento urbano. As prioridades são mapear os municípios, identificar o déficit habitacional e de serviços, pactuar responsabilidades, estruturar projetos executivos e buscar fontes compatíveis com os custos de implantação e manutenção.

O eixo central é o Mapa 144, um diagnóstico georreferenciado das cidades paraenses, incluindo áreas urbanas, distritos, comunidades ribeirinhas, ilhas, assentamentos precários, áreas de risco e necessidades de saneamento, drenagem, pavimentação, equipamentos públicos e regularização fundiária. Esse diagnóstico deve orientar uma carteira de projetos com critérios de prioridade e viabilidade.

A proposta reconhece que casa sem cidade não resolve. Moradia digna precisa vir junto com água, esgoto, drenagem, iluminação, mobilidade, escola, saúde, assistência social, internet e segurança territorial. O Estado atua como coordenador; os municípios entram com diagnóstico local, cadastro, terrenos, licenciamento e manutenção; o Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, participa com planos e recursos; a Caixa Econômica Federal atua como agente financeiro e operador das contratações; e a secretaria estadual responsável pela habitação organiza a fila de prioridades e garante continuidade.

O plano também amplia o acesso à primeira moradia e reconhece as especificidades da agricultura familiar, das comunidades tradicionais, das chácaras produtivas e das áreas rurais e periurbanas. Combina produção habitacional, melhoria de imóveis existentes, regularização urbana e rural, assistência técnica, tarifas e custos de acesso reduzidos quando juridicamente cabíveis, parcelamento compatível com a renda e instrumentos de crédito orientado.

O objetivo é reduzir o déficit habitacional, qualificar assentamentos, melhorar moradias existentes e integrar as intervenções ao planejamento de saneamento e à Microrregião de Águas e Esgoto do Pará - MRAE, com critérios técnicos e transparência.

1 Apresentação

A proposta trata a moradia como parte do desenvolvimento urbano e da proteção das famílias. Recomenda-se uma coordenação estadual com capacidade técnica e presença territorial para organizar necessidades, projetos, contratação e manutenção, em cooperação com municípios e instituições responsáveis.

As necessidades incluem déficit quantitativo de moradias, inadequação dos domicílios, ocupações em áreas de risco, falta de saneamento, capacidade limitada de elaboração de projetos, dificuldades fundiárias e bairros sem infraestrutura. As soluções devem respeitar as condições urbanas, rurais, ribeirinhas e periurbanas do Pará.

Antes de incluir uma intervenção na carteira, recomenda-se mapear o problema, verificar a viabilidade fundiária e assegurar a integração com infraestrutura e serviços. As responsabilidades devem ser pactuadas com municípios, União, Caixa Econômica Federal, concessionárias, órgãos ambientais, Defesa Civil e comunidades.

A execução deve seguir critérios públicos, banco de projetos e planejamento plurianual, com recursos, licenciamento, contratação, fiscalização e manutenção definidos.

O plano não se restringe à produção de conjuntos habitacionais.

Ele oferece caminhos adequados a diferentes situações familiares e territoriais: primeira moradia urbana; moradia rural vinculada à agricultura familiar; melhoria habitacional; autoconstrução assistida; urbanização de assentamentos; reassentamento

seguro; regularização fundiária; aquisição de lotes urbanizados; e adequação de chácaras produtivas e moradias periurbanas, sempre com infraestrutura, segurança jurídica e sustentabilidade financeira.

2 Diagnóstico estratégico do Pará

O Pará é um estado continental, com população estimada pelo IBGE em 8.711.196 pessoas em 2025, território de 1.245.831,512 km² e baixa densidade demográfica quando comparado a estados mais urbanizados. Essa escala territorial muda tudo: logística, custo de obra, acesso por rios, presença de comunidades isoladas e diferenças entre metrópole, ilha, várzea, estrada, cidade média e sede municipal pequena.

O estado reúne 144 municípios e 12 Regiões de Integração, divisão utilizada para planejamento regional. Um plano estadual sério precisa usar essa malha territorial como base de execução: Guajará, Marajó, Baixo Amazonas, Tapajós, Xingu, Carajás, Araguaia, Tocantins, Guamá, Rio Caeté, Rio Capim e Lago de Tucuruí não têm o mesmo padrão de moradia, custo de infraestrutura nem dinâmica econômica.

No campo habitacional, levantamento da Fundação João Pinheiro, em parceria com o Ministério das Cidades, reportado em 2025, apontou que o déficit habitacional do Pará passou de 357.625 domicílios em 2022 para 326.749 em 2023. A redução é positiva, mas o volume restante ainda é enorme e exige planejamento estadual, não ações avulsas.

No saneamento, o desafio é ainda mais duro. O Novo Marco Legal do Saneamento estabelece metas de universalização até 2033, com 99% da população atendida com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto. O Pará tem base institucional recente para avançar: a Lei Complementar Estadual nº 171/2023

instituiu a MRAE, com estrutura de governança regionalizada. O plano habitacional precisa conversar com esse marco; construir moradia fora do planejamento de água e esgoto é fabricar problema novo com dinheiro público.

2.1 O problema não é só falta de casa

O déficit habitacional precisa ser tratado em três camadas:

• Déficit quantitativo: famílias sem moradia adequada, em coabitação forçada, em domicílios improvisados ou com aluguel que consome parcela excessiva da renda.

• Inadequação habitacional: casas existentes sem banheiro adequado, ventilação, acessibilidade, segurança construtiva, instalações elétricas seguras, cobertura adequada ou regularidade fundiária.

• Déficit de cidade: bairros sem água, esgoto, drenagem, pavimentação, iluminação, coleta de resíduos, transporte, equipamentos públicos e presença regular do Estado.

A política habitacional estadual deve atacar as três camadas ao mesmo tempo. Se o governo construir casa sem infraestrutura, entrega parede e telhado, mas não entrega dignidade. Se levar saneamento sem regularizar e urbanizar, parte da população continua invisível. Se regularizar sem infraestrutura, dá papel, mas não muda a vida.

2.2 A especificidade amazônica

O Pará exige soluções adequadas à Amazônia: habitação ribeirinha, comunidades em ilhas, áreas de várzea, palafitas, baixadas, municípios com acesso fluvial, comunidades tradicionais, territórios quilombolas, áreas periurbanas em expansão e cidades pressionadas por mineração, agropecuária, obras de infraestrutura e migração. Um modelo único de moradia não atende esse território.

A política deve incorporar tipologias construtivas apropriadas, logística regional, padrões de elevação contra alagamento quando tecnicamente cabíveis, saneamento descentralizado onde a rede convencional não for viável, energia e conectividade, além de soluções de drenagem e manejo de águas pluviais. No Pará, bairros completos precisam funcionar no asfalto, no rio e na estrada vicinal.

2.3 Principais gargalos a enfrentar

• Baixa disponibilidade de diagnóstico municipal atualizado e comparável entre os 144 municípios. • Falta de projetos executivos prontos para acessar rapidamente programas federais. • Fragmentação entre habitação, saneamento, obras, planejamento, assistência social, Defesa Civil e regularização fundiária. • Expansão de ocupações precárias em áreas frágeis, alagáveis ou de risco. • Dependência excessiva de planos pontuais, sem carteira permanente de obras.

• Dificuldade de compatibilizar política habitacional com o planejamento de universalização do saneamento.

• Fragilidade na manutenção pós-obra e na gestão territorial dos bairros atendidos.

• Barreiras de entrada para famílias que buscam a primeira moradia, como renda irregular, ausência de documentação, custos cartorários, entrada elevada e baixa oferta de crédito acessível.

• Inadequação de modelos urbanos convencionais para agricultores familiares, comunidades tradicionais e famílias residentes em chácaras ou áreas rurais e periurbanas.

3 Fundamentação: moradia, saneamento e cidade como política de Estado

A Constituição Federal reconhece a moradia como direito social e orienta a política urbana à função social da cidade e ao bem-estar dos habitantes. O Estatuto da Cidade organiza instrumentos de planejamento urbano, uso do solo, regularização e gestão democrática. A política habitacional, portanto, não é favor: é dever público com método, orçamento e continuidade.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS estruturam a cooperação federativa para atendimento da população de baixa renda. A Lei nº 14.620/2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, reforça a necessidade de moradia integrada à infraestrutura, sustentabilidade, redução de vulnerabilidade e prevenção de riscos.

A Lei nº 13.465/2017 trata de regularização rural e urbana. A Reurb-S atende núcleos com características urbanas, inclusive nas hipóteses legais em área cadastrada como rural; a unidade produtiva rural segue seu regime fundiário. A Lei nº 11.888/2008 assegura assistência técnica gratuita para habitação de interesse social. Reforma, urbanização, saneamento e titulação exigem caminhos próprios.

No saneamento, a Lei nº 14.026/2020 atualizou o marco legal e estabeleceu metas nacionais de universalização. No Pará, a MRAE, criada pela Lei Complementar Estadual nº 171/2023, permite coordenação regionalizada dos serviços de água e esgoto. Habitação, cidade e saneamento devem caminhar juntos: a obra de casa precisa saber quando a rede chega, e a rede precisa saber onde as famílias moram.

4 Objetivo central e princípios do plano

4.1 Objetivo central

Instituir uma política estadual permanente para mapear, planejar, financiar e executar ações integradas de habitação, saneamento, infraestrutura urbana, regularização fundiária e redução de riscos nos 144 municípios do Pará, em cooperação com municípios, Governo Federal, Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e demais órgãos públicos e privados responsáveis por serviços essenciais.

4.2 Princípios

• Mapa antes da obra: decisão baseada em diagnóstico georreferenciado, não em palpite político.

• Casa com cidade: produção habitacional sempre vinculada a infraestrutura, saneamento e equipamentos públicos.

• Primeira moradia acessível: portas de entrada compatíveis com renda familiar, trabalho informal ou sazonal e diferentes formas de composição de renda, com assistência documental e financeira.

• Prevenção de risco: retirar famílias de áreas de alto risco e reduzir vulnerabilidade climática antes que a tragédia cobre a conta.

• Federalismo ativo: Estado coordenando, municípios executando responsabilidades locais e União financiando planos estratégicos. • Amazônia como referência: tipologias e soluções adaptadas às realidades ribeirinha, insular, rural, urbana e periurbana do Pará. • Segurança jurídica da posse: regularização fundiária articulada a cadastro, infraestrutura, prevenção de conflitos e proteção socioambiental. • Capacidade de pagamento respeitada: subsídios, tarifas reduzidas, parcelamento e crédito devem ser calibrados para não transformar a moradia em causa de superendividamento. • Transparência radical: painel público com metas, contratos, obras, entregas, indicadores e justificativa de prioridades. • Continuidade: carteira permanente de projetos para contratar todos os anos, mesmo quando mudar o governo ou o secretário.

4.3 Diretriz de gestão

O plano assume uma diretriz simples: o Estado não pode esperar o problema explodir para aparecer com caminhão, lona e nota oficial. Deve chegar antes com planejamento, projeto, saneamento, habitação e presença institucional. É mais barato prevenir do que remendar, e é mais digno governar do que reagir.

5 Arquitetura do plano: Mapa 144, Pacto Federativo e Carteira de Obras

A arquitetura do plano tem três engrenagens. A primeira é o Mapa 144, que produz o diagnóstico estadual. A segunda é o Pacto Federativo da Moradia e Cidade, que define responsabilidades entre Estado, municípios, União, Caixa e demais agentes. A terceira é a Carteira Estadual de Obras e Projetos, que transforma diagnóstico em contratação, execução e entrega.

5.1 Mapa 144: diagnóstico integral de todos os municípios

O Mapa 144 será o cadastro territorial integrado das necessidades de moradia e cidade no Pará. Deverá cruzar bases nacionais e estaduais com levantamento de campo, validação municipal e escuta comunitária. O resultado será um retrato público do déficit por município, bairro, comunidade e tipo de intervenção necessária.

Camada do Mapa 144	O que deve levantar	Produto para gestão
Habitação	Déficit quantitativo, coabitação, aluguel excessivo, domicílios improvisados, precariedade construtiva, necessidade de reforma e acessibilidade.	Plano territorial de atendimento habitacional e carteira de unidades, lotes, melhorias e reassentamentos.
Infraestrutura urbana	Água, esgoto, drenagem, pavimentação, iluminação, coleta de resíduos, conectividade, transporte e equipamentos públicos.	Mapa de bairros incompletos e prioridades de infraestrutura por território.
Risco e clima	Áreas alagáveis, erosão, encostas, margens de rios, palafitas críticas, histórico de desastres e vulnerabilidade climática.	Plano de redução de risco, contenção, drenagem, urbanização ou reassentamento.
Fundiário e urbano	Situação da posse, áreas públicas, vazios urbanos, ZEIS, glebas aptas, ocupações consolidadas e passivos jurídicos.	Banco estadual de terras, matriz de regularização e seleção de áreas aptas para projetos.
SocioeconômicaCadÚnico, renda, famílias chefiadas por	mulheres, idosos, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais, crianças e juventude.	Critérios de priorização social e desenho de modalidades de atendimento.
Produção rural e periurbana	Agricultura familiar, residência vinculada à unidade produtiva, chácaras, acesso viário e fluvial, energia, água, saneamento descentralizado e conectividade.	Carteira de moradia rural e periurbana, com tipologias e fontes adequadas ao território.

Camada do Mapa 144	O que deve levantar	Produto para gestão
Projetos e capacidade local	Planos diretores, PLHIS, PMSB, projetos existentes, licenças, obras paradas e capacidade técnica municipal.	Plano de apoio técnico por município e fila de projetos a estruturar.

5.2 Pacto Federativo da Moradia e Cidade

Cada município deverá aderir ao plano por termo de cooperação. O termo não será peça decorativa: definirá contrapartidas, prazos, dados obrigatórios, responsabilidades de manutenção e compromissos para habilitação em programas federais.

Ator	Responsabilidade principal
Governo do Estado	Coordenar o plano, criar a metodologia, operar a plataforma, financiar contrapartidas estratégicas, estruturar projetos, apoiar regularização, articular secretarias e priorizar obras.
Municípios	Fornecer cadastro local, indicar áreas, atualizar instrumentos urbanísticos, agilizar licenciamento, apoiar levantamento de campo, manter infraestrutura local e alimentar o painel de dados.
Ministério das Cidades	Viabilizar enquadramento no MCMV, FNHIS, Novo PAC, saneamento, periferias, mobilidade, urbanização e demais linhas federais.
Caixa Econômica Federal	Analisar propostas, operar contratações, financiar, acompanhar desembolsos e orientar a preparação documental dos projetos.
MRAE, regulação e prestadores de saneamento	Compatibilizar intervenções habitacionais com planejamento de água e esgoto, contratos, metas de universalização e investimentos regionais.
Cartórios, órgãos fundiários e ambientais	Apoiar regularização, titulação, licenciamento e segurança documental, dentro das respectivas competências.
Comunidades e controle social	Validar diagnóstico, acompanhar prioridades, fiscalizar entregas e informar problemas de manutenção pós-obra.

5.3 Carteira Estadual de Obras e Projetos

O Mapa 144 deverá gerar uma carteira única de projetos, organizada por modalidade, maturidade e fonte de financiamento. A carteira será dividida em:

• Projetos prontos para contratar: terreno, titularidade, licença, projeto básico ou executivo, orçamento e enquadramento federal.

• Projetos em estruturação rápida: áreas definidas e pré-projeto, com pendências documentais ou complementares.

• Projetos estruturantes: urbanização complexa, reassentamentos, drenagem, saneamento e regularização de grande porte.

• Ações de resposta prioritária: risco alto, insalubridade grave, melhoria habitacional urgente e obras de prevenção de desastre.

• Projetos de primeira moradia: empreendimentos, lotes urbanizados e aquisição assistida voltados a famílias sem imóvel próprio, com desenho financeiro compatível com a renda.

• Projetos rurais e periurbanos: moradia para agricultura familiar, comunidades tradicionais e chácaras produtivas, com solução de água, energia, saneamento, mobilidade e conectividade apropriada ao território.

A carteira deve manter projetos, documentação fundiária e licenças em preparação contínua, respeitando os critérios de cada fonte. Essa organização pode reduzir o tempo de resposta às oportunidades de financiamento.

6 Eixos de aplicação

Eixo	Descrição	Entregas principais
Eixo 1 - Mapa 144 e inteligência territorial	Diagnóstico georreferenciado das necessidades habitacionais, urbanas, sanitárias e fundiárias dos 144 municípios.	Plataforma pública, ranking técnico de prioridades, atlas estadual, banco de dados municipal e relatórios regionais.
Eixo 2 - Produção habitacional contínua e primeira moradia	Contratação anual de unidades, lotes urbanizados, requalificação de imóveis, MCMV urbano, MCMV rural e modalidades adequadas à Amazônia.	Unidades contratadas e entregues por ano, com infraestrutura e serviços no entorno; linhas de primeira moradia e modalidades rurais.
Eixo 3 - Urbanização de assentamentos precários	Intervenções em baixadas, palafitas críticas, periferias, áreas consolidadas e bairros sem infraestrutura.	Água, esgoto, drenagem, ruas, iluminação, contenção, equipamentos e regularização.
Eixo 4 - Melhoria habitacional e assistência técnica	Reforma segura, banheiro, cobertura, ventilação, instalações, acessibilidade e assistência técnica gratuita.	Plano estadual de ATHIS, mutirões de melhoria e reforma com controle técnico.
Eixo 5 - Regularização fundiária e banco de terras	Reurb-S, titulação, ZEIS, aquisição ou cessão de áreas e indução de vazios urbanos para habitação social.	Títulos, matrículas, áreas aptas, cadastro fundiário e segurança jurídica.
Eixo 6 - Saneamento, drenagem e resiliência climática	Integração com MRAE, PMSB, contratos, metas do marco do saneamento, drenagem urbana e prevenção de risco.	Planejamento integrado de saneamento e habitação, obras de drenagem e reassentamento de áreas de alto risco.
Eixo 7 - Estado presente no bairro	Pós-ocupação, equipamentos públicos, assistência social, cultura, esporte, saúde, educação e segurança territorial.	Bairros completos com serviços e manutenção, não conjuntos abandonados.

6.1 Eixo 1 - Mapa 144 e inteligência territorial

O Estado criará uma sala de situação permanente com dados da Fundação João Pinheiro, IBGE, CadÚnico, SINISA / SNIS, Defesa Civil, cartórios, prefeituras, bases ambientais, MRAE, Caixa, concessionárias e órgãos estaduais. A função é enxergar onde o déficit está, qual intervenção resolve e quanto custa.

O diagnóstico será atualizado anualmente. A primeira rodada deve cobrir todos os municípios no primeiro ciclo anual de implantação; depois, cada município terá atualização ordinária e revisão quando houver desastre, grande obra,

crescimento acelerado ou mudança relevante de demanda habitacional.

6.2 Eixo 2 - Produção habitacional contínua e primeira moradia

A produção habitacional será anual, previsível e conectada às linhas federais. O Estado deve montar propostas para MCMV-FAR, MCMV Rural, MCMV Entidades, FGTS, contrapartidas estaduais e outras fontes. A prioridade será a população de menor renda, famílias em risco, mulheres chefes de família, idosos, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e famílias em áreas afetadas por obras públicas ou desastres.

O padrão de entrega deve ser bairro completo. Cada empreendimento precisa nascer com plano de infraestru- tura e serviços: água, esgoto, drenagem, energia, iluminação, mobilidade, coleta de resíduos, internet, escola, saúde, assistência social e áreas de convivência. Casa isolada em vazio distante não é política social; é mudança de endereço com boleto de transporte.

6.2.1 Primeira Moradia Pará

A linha Primeira Moradia Pará atenderá famílias que não possuam imóvel próprio e enfrentem barreiras para acessar financiamento convencional. O atendimento poderá combinar subsídio, garantia, entrada assistida, parcelamento, aquisição de unidade pronta, produção em empreendimento, lote urbanizado e autoconstrução assistida.

O desenho deve contemplar trabalhadores formais, informais, autônomos, sazonais, pescadores, agricultores familiares e microempreendedores. A análise de capacidade de pagamento deve aceitar documentação compatível com cada realidade, sem dispensar controles de renda, prevenção a fraude e critérios públicos de prioridade.

6.2.2 Agricultura familiar e moradia rural

A moradia rural deve estar articulada à permanência produtiva da família no território. Além da unidade habitacional, o projeto deve prever acesso a água segura, saneamento descentralizado, energia, conectividade, armazenamento, acesso viário ou fluvial e assistência técnica. Quando couber, o atendimento será integrado a políticas de crédito rural, regularização fundiária, assistência técnica e extensão rural.

6.2.3 Chácaras produtivas e áreas periurbanas

Chácaras e unidades periurbanas somente poderão integrar o plano quando houver uso residencial comprovado ou vinculação produtiva familiar, situação fundiária passível de regularização, compatibilidade ambiental e viabilidade de infraestrutura. O plano não financiará loteamentos irregulares, expansão urbana especulativa nem ocupação de áreas protegidas ou de alto risco.

6.3 Eixo 3 - Urbanização de assentamentos precários

Muitas famílias já vivem em territórios consolidados. Nesses casos, a solução mais inteligente é urbanizar, sanear, regularizar e reduzir risco, mantendo vínculos comunitários e acesso a trabalho e serviços. Reassentamento deve ser usado quando o risco for alto, incontornável ou quando a obra pública exigir remoção com alternativa digna.

- Urbanização com redes de água, esgoto, drenagem, pavimentação, iluminação e acessibilidade.
- Requalificação de palafitas e baixadas quando tecnicamente possível, com segurança e saneamento.
- Reassentamento próximo ao território de origem sempre que viável.
- Plano de pós-obra para limpeza, manutenção, segurança, equipamentos públicos e gestão comunitária.

6.4 Eixo 4 - Melhoria habitacional e assistência técnica

Nem toda família precisa de unidade nova. Muitas precisam de banheiro, telhado, instalação elétrica segura, acessibilidade, ventilação, piso, ampliação correta ou regularização da obra. A assistência técnica pública e gratuita, prevista na Lei nº 11.888/2008, deve virar plano estadual de escala, com arquitetos, engenheiros, universidades, entidades, prefeituras e equipes regionais.

Esse eixo é decisivo porque gera impacto rápido. Reforma bem feita evita acidente, melhora a saúde, reduz gasto com doença e dá dignidade sem esperar anos por um conjunto habitacional.

6.5 Eixo 5 - Regularização fundiária e banco de terras

A regularização fundiária deve ser tratada como política urbana e territorial, não apenas entrega de papel. O plano deve identificar áreas consolidadas aptas à Reurb-S, criar banco estadual de terras, apoiar municípios na criação ou atualização de ZEIS e priorizar terrenos bem localizados para habitação social.

O banco de terras deverá reunir áreas públicas estaduais, municipais e federais, imóveis subutilizados, glebas passíveis de aquisição, áreas de contrapartida e vazios urbanos estratégicos. A meta é reduzir o custo da terra e evitar que a moradia popular seja empurrada para longe de emprego e serviço.

Para moradias rurais, chácaras produtivas e áreas periurbanas, a regularização observará o regime jurídico aplicável, o cadastro rural ou urbano pertinente, as restrições ambientais, a função social da propriedade e a prevenção de parcelamentos clandestinos.

6.6 Eixo 6 - Saneamento, drenagem e resiliência climática

O Pará já possui estrutura de regionalização do saneamento pela MRAE. O plano estadual de moradia deve funcionar como ponte entre habitação e saneamento: onde houver projeto habitacional, precisa haver solução de água, esgoto, drenagem e resíduos; onde houver expansão de rede, deve haver plano de regularização e urbanização dos territórios atendidos.

A integração com o marco do saneamento exige planejamento claro até 2033. O plano habitacional deve ter metas compatíveis com esse prazo, especialmente em municípios e bairros onde a ausência de saneamento é causa direta de doença, gasto público e degradação ambiental.

6.7 Eixo 7 - Estado presente no bairro

A entrega não termina na chave. O Estado precisa acompanhar pós-ocupação, equipamentos públicos, assistência social, segurança, juventude, cultura, esporte, saúde, educação e manutenção urbana. Bairro sem Estado vira território de abandono; e abandono sempre encontra dono.

Cada território atendido deverá ter plano de pós-ocupação por período compatível com a consolidação do empreendimento, preferencialmente não inferior a 24 meses, com articulação entre governo estadual, prefeitura, moradores, concessionárias e serviços públicos.

7 Modelo de organização e governança da política

A implantação deve definir governança por ato competente, com as autorizações legais e orçamentárias necessárias. Uma Unidade Gestora do Plano - UGP pode articular a secretaria de habitação e os demais responsáveis. A

UGP deverá coordenar dados, convênios, projetos, contratos, prazos e painel público.

7.1 Ações prioritárias iniciais: organizar a máquina

Frente de desenvolvimento	Ações-chave	Entregas
Organização institucional	Instituir o plano por decreto; criar a UGP; formar comitê intersetorial; abrir sala de situação; definir metodologia do Mapa 144.	Decreto publicado; governança definida; plano de trabalho inicial; calendário de adesão municipal.
Pactuação federativa	Convocar os 144 municípios; assinar termos de adesão; consolidar bases de dados; definir indicadores; pactuar cooperação com Ministério das Cidades, Caixa e MRAE.	Termo-padrão; ambiente estadual de dados; matriz de responsabilidades; agenda federativa.
Carteira inicial	Selecionar territórios-piloto por critérios técnicos; iniciar levantamentos de campo; identificar projetos prontos; fazer a primeira publicação do painel.	Primeira lista de prioridades; carteira inicial de projetos; painel no ar; planejamento regional.

7.2 Diagnóstico e preparação de projetos

• Concluir diagnóstico preliminar dos 144 municípios. • Publicar o Atlas Estadual de Moradia e Infraestrutura Urbana por Região de Integração. • Formalizar a carteira estadual de projetos com classificação de maturidade. • Protocolar propostas nos ciclos do MCMV, Novo PAC, FNHIS, FGTS e demais fontes. • Lançar plano estadual de ATHIS e melhoria habitacional em territórios prioritários. • Iniciar Reurb-S em áreas-piloto e criar o banco estadual de terras. • Compatibilizar o planejamento habitacional com o planejamento de saneamento e drenagem. • Estruturar as linhas Primeira Moradia Pará e Moradia Rural e Periurbana, com regras públicas de acesso, capacidade de pagamento e proteção contra fraude.

7.3 Ampliação condicionada à capacidade de execução

• Contratar anualmente unidades habitacionais, melhorias, urbanização e regularização, com metas por região.

• Executar obras integradas em territórios com alto déficit, risco e ausência de saneamento.

• Priorizar o reassentamento de famílias em risco alto, com solução próxima e infraestrutura completa.

• Ampliar a carteira de projetos executivos para evitar interrupção de contratações.

• Publicar relatórios trimestrais de execução física e financeira.

• Revisar prioridades anualmente, com base em dados e controle social.

• Expandir as linhas de primeira moradia, agricultura familiar e chácaras produtivas conforme resultados, inadimplência, demanda e capacidade orçamentária.

7.4 Possibilidades de desenvolvimento de longo prazo

Foco estratégico	Resultado esperado
Implantação do plano, Mapa 144, pactuação municipal, projetos prontos e primeiras contratações.	Estado com diagnóstico, plataforma, governança e carteira inicial de obras.
Escala de produção habitacional, melhoria, urbanização, Reurb e obras integradas nos territórios prioritários.	Redução mensurável do déficit, aumento de projetos contratados e avanço nos bairros incompletos.
Alinhamento forte às metas do Marco do Saneamento, com habitação integrada à universalização de água e esgoto.	Mais territórios saneados, urbanizados e regularizados, com foco em municípios e bairros atrasados.
Ataque ao déficit residual, manutenção, revisão da política e consolidação do sistema permanente.	Plano transformado em rotina de Estado, com atualização anual e carteira contínua.

8 Financiamento e instrumentos

O plano deve combinar orçamento estadual,

Financiamento não pode depender de uma fonte só. contrapartidas municipais, recursos federais, fundos habitacionais, operações com FGTS, linhas da Caixa, Novo PAC, FNHIS / SNHIS, MCMV e instrumentos urbanísticos. A boa política é aquela que chega ao edital com projeto, licença e contrapartida prontos.

8.1 Matriz de fontes

Fonte ou instrumento	Uso prioritário
Orçamento estadual - PPA, LDO e LOA	Contrapartidas, projetos executivos, ATHIS, regularização, banco de terras, subsídios focalizados, fundo garantidor e obras complementares.
Ministério das Cidades e MCMV	Produção de unidades urbanas, rurais e por entidades; FAR, FDS, FGTS e modalidades compatíveis com renda e território.
Caixa Econômica Federal	Operação financeira, análise de propostas, financiamento, acompanhamento de contratação e desembolso.
FNHIS e SNHIS	Habitação de interesse social, urbanização e fortalecimento da política local de habitação.
Novo PAC e programas federais urbanos	Saneamento, urbanização, drenagem, contenção, mobilidade, equipamentos e obras estruturantes.
Municípios	Terrenos, cadastro, licenças, isenções, manutenção, apoio técnico local e execução compartilhada.
Instrumentos urbanísticos	ZEIS, direito de preempção, outorga, operações urbanas, parcelamento ou edificação compulsórios e indução de vazios urbanos.
Contratos e regulação de saneamento	Compatibilização de metas, investimentos, obras de rede e atendimento aos territórios habitacionais prioritários.
Crédito e garantias	Financiamento da primeira moradia, lotes urbanizados, autoconstrução assistida e melhoria habitacional, com risco compartilhado e critérios de capacidade de pagamento.
Cooperação e fundos climáticos	Drenagem, adaptação, reassentamento, soluções de baixo carbono e infraestrutura resiliente.

8.2 Banco de projetos: o seguro contra a perda de recursos

O Estado deve financiar projeto executivo mesmo antes da obra. Projeto é barato perto do custo de perder edital federal por falta de documento. A carteira estadual deve ter projetos em diferentes níveis de maturidade, com lista pública de pendências: titularidade, licenciamento, orçamento, sondagem, drenagem, rede de água e esgoto, acesso viário e equipamentos.

8.3 Contrapartidas inteligentes

A contrapartida estadual não deve ser pulverizada. Deve funcionar como alavanca para destravar recursos maiores. A prioridade é financiar terrenos bem localizados, projetos executivos, infraestrutura complementar, regularização e intervenções que aumentem a pontuação dos projetos junto ao Ministério das Cidades e à Caixa.

8.4 Tarifas reduzidas, parcelamento e acesso ao crédito

O plano articulará medidas para reduzir o custo de entrada e permanência na moradia, dentro das competências de cada ente e das exigências legais:

• subsídio estadual focalizado para entrada, documentação ou infraestrutura, condicionado à renda e à ausência de imóvel próprio;

• negociação de condições financeiras e garantias com agentes operadores, sem impor obrigação fora da competência estadual;

• fundo garantidor ou mecanismo equivalente para famílias com renda variável, observada a legislação fiscal e financeira;

• parcelamento compatível com a renda familiar e tratamento diferenciado para agricultura familiar e trabalho sazonal;

• redução ou isenção de custos cartorários, tributários, de licenciamento e de ligação de serviços quando autorizada por lei, regulação ou convênio;

• tarifa social de água, energia e outros serviços para famílias elegíveis, com cadastro, atualização e controle;

• crédito orientado para reforma, melhoria, autoconstrução assistida e saneamento domiciliar;

• renegociação preventiva e acompanhamento social para reduzir inadimplência e evitar perda da moradia.

> Nenhum mecanismo será apresentado como gratuidade universal. Benefícios deverão ter base legal, público- alvo, fonte orçamentária, prazo, critérios de revisão e transparência.

9 Governança, transparência e controle social

A governança precisa ser enxuta, mas com autoridade. O plano deve ter coordenação estadual, comitê intersetorial e núcleos regionais.

política que depende de saneamento, planejamento, obras, assistência social, meio ambiente, Defesa Civil, regularização, saúde, educação e segurança.

Instância	Composição	Função
Unidade Gestora do plano - UGP	Secretaria estadual responsável pela habitação, com equipe técnica de planejamento, engenharia, urbanismo, dados, jurídico e finanças.	Operar o plano; gerir carteira, prazos, convênios e painel público; articular Caixa e Ministério das Cidades.
Comitê Intersetorial Estadual	Habitação, Cidades ou Obras, Planejamento, Fazenda, Saneamento, Meio Ambiente, Defesa Civil, Assistência Social, Educação, Saúde, Segurança e Regularização.	Tomar decisões integradas, eliminar travas e alinhar obras com políticas públicas.
Núcleos Regionais	Equipes por Região de Integração, com apoio de prefeituras e órgãos locais.	Realizar diagnóstico, acompanhar obras, validar dados e apoiar municípios.
Fórum Estado-Municípios	Prefeituras, consórcios, associações municipalistas, MRAE e órgãos federais.	Pactuar metas, resolver gargalos e avaliar resultados.
Controle social	Conselhos, comunidades, entidades, universidades, movimentos de moradia e órgãos de controle.	Acompanhar prioridades, fiscalizar entregas e validar relatórios territoriais.

9.1 Regra de ouro: prioridade técnica, não lista de gabinete

A metodologia de priorização deve ser pública e fundamentada em critérios técnicos. A sociedade precisa conhecer as razões da seleção dos territórios, as fontes de financiamento e as entregas previstas em cada intervenção.

A proposta de pontuação pode considerar: risco de vida, déficit habitacional, ausência de saneamento, vulnerabilidade social, impacto territorial, viabilidade técnica, disponibilidade de área e prontidão do projeto. Viabilidade acelera; necessidade define prioridade.

9.2 Governança de cadastro e proteção de dados

O cadastro habitacional deverá ter base legal, finalidade pública definida, controle de acesso, trilha de auditoria, atualização periódica e mecanismos de contestação. Dados pessoais não serão publicados no painel; a transparência ocorrerá de forma agregada. Compartilhamentos entre órgãos serão formalizados, limitados ao necessário e sujeitos à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

10 Indicadores, metas e painel público

O painel público deve informar o que foi mapeado, contratado, iniciado, entregue, pago e mantido. A finalidade é permitir o acompanhamento dos projetos, dos recursos e dos resultados pela sociedade.

Dimensão	Indicadores mínimos
Mapeamento	Municípios aderidos; municípios mapeados; comunidades cadastradas; áreas de risco identificadas; relatórios regionais publicados.
Habitação	Unidades contratadas, iniciadas e entregues; famílias reassentadas; lotes urbanizados; unidades rurais; unidades adaptadas.
Primeira moradia e crédito	Famílias habilitadas; contratos firmados; subsídio médio; valor de entrada; comprometimento de renda; inadimplência; famílias sem imóvel próprio atendidas.
Agricultura familiar e chácaras	Unidades rurais e periurbanas atendidas; regularização concluída; soluções de água, energia, saneamento e conectividade instaladas.
Melhoria habitacional	Domicílios reformados; banheiros construídos; ligações elétricas regularizadas; obras com assistência técnica; famílias atendidas por ATHIS.
Urbanização	Assentamentos urbanizados; ruas drenadas ou pavimentadas; iluminação implantada; equipamentos entregues; áreas de convivência.
Saneamento	Domicílios com água; domicílios com coleta ou tratamento de esgoto; soluções descentralizadas; avanço por município e território.
Fundiário	Títulos entregues; áreas regularizadas; ZEIS criadas ou atualizadas; áreas incorporadas ao banco de terras.
Risco e resiliência	Famílias retiradas de risco alto; obras de contenção ou drenagem; áreas de risco mitigadas; ocorrências reduzidas.
Gestão	Projetos executivos concluídos; recursos captados; contratos ativos; execução financeira; tempo médio de aprovação na Caixa.

10.1 Condições de desenvolvimento da proposta

• Mobilização e orientação dos municípios interessados em participar da proposta.

• Termo de adesão e metodologia padronizada, sujeitos à pactuação com os municípios.

• Diagnóstico preliminar dos municípios para orientar prioridades e capacidade de atendimento.

• Carteira estadual de projetos com critérios de atualização e acompanhamento.

• Proposta integrada de habitação, saneamento e cidades, compatível com diagnóstico e recursos disponíveis.

• Painel público para acompanhar obras, recursos, contratos e indicadores quando houver implantação.

• Regulamento das linhas Primeira Moradia Pará e Moradia Rural e Periurbana publicado com critérios de elegibilidade, subsídio, parcelamento, documentação, integridade e monitoramento.

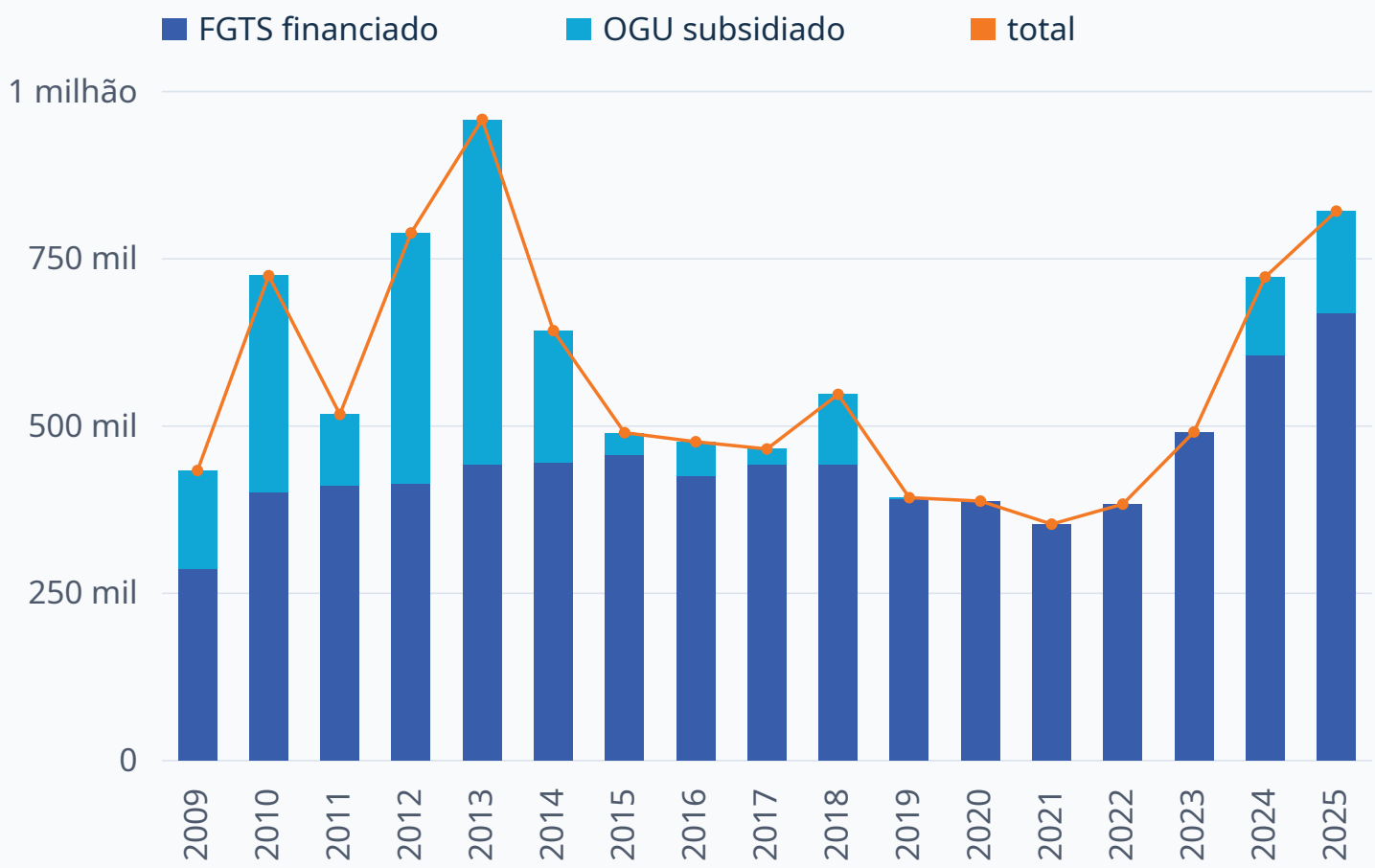
As metas de unidades, melhorias, reassentamentos e urbanizações devem ser definidas após o Mapa 144, com base em diagnóstico e orçamento. A etapa inicial organiza a capacidade de elaborar, contratar e acompanhar projetos. As metas anuais devem ser objetivas, regionalizadas e compatíveis com as fontes disponíveis.

11 Evidências e continuidade da gestão

A série histórica de contratações habitacionais indica a importância da continuidade e da previsibilidade. Uma carteira estável permite organizar projetos, capacidade produtiva e atendimento às famílias. Interrupções podem ampliar a inadequação habitacional, a exposição a riscos e os custos sociais e fiscais.

Figura 1 - Moradias populares contratadas por ano no Brasil, 2009-2025. A série anual combina as unidades financiadas pelo FGTS e as subsidiadas pelo Orçamento Geral da União, preservando a leitura de cada componente e do total. **Fonte:** Ministério das Cidades, bases abertas do Minha Casa, Minha Vida, arquivos de dados sintéticos com referência em 30 de junho e 24 de julho de 2026; consulta e consolidação em 4 de agosto de 2026.

Moradias contratadas por ano no Brasil - MCMV, 2009-2025



Fonte: Ministério das Cidades, bases abertas MCMV Subsidiado e MCMV Financiado; referências de 30/06/2026 e 24/07/2026. Consolidação: 04/08/2026. Unidades habitacionais contratadas; valores anuais arredondados apenas na escala visual.

Para o Pará, recomenda-se capacidade permanente de planejamento e preparação de projetos, terrenos e licenças. A organização prévia melhora as condições de acesso às fontes de financiamento, conforme seus critérios e limites.

A abordagem preventiva reúne investimentos em saneamento, drenagem, infraestrutura e resiliência. Sua avaliação deve considerar custos de implantação e manutenção, efeitos sobre a saúde e redução de perdas e de gastos emergenciais.

12 Diretrizes e aplicação do plano

12.1 Diretrizes prioritárias

- Integrar habitação, saneamento, infraestrutura e serviços.
- Orientar prioridades pelo Mapa 144 e por critérios públicos.
- Preparar projetos, terrenos e licenças com antecedência.
- Avaliar fontes de financiamento e contrapartidas.
- Reduzir exposição a riscos e inadequação habitacional.
- Manter carteira e capacidade técnica permanentes.
- Respeitar a renda das famílias no crédito e no parcelamento.
- Adaptar soluções às realidades urbanas, rurais e periurbanas.
- Publicar custos, contratos, andamento e resultados.

12.2 Aplicação territorial

O Mapa 144 propõe reunir informações sobre habitação, saneamento, infraestrutura e áreas de risco em todos os municípios. O diagnóstico por bairro e comunidade deve orientar a seleção das intervenções e a preparação dos projetos.

A partir do diagnóstico, propõe-se pactuar uma carteira de projetos com municípios, Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e demais instituições. A preparação deve integrar terrenos, estudos, licenças, regularização, fontes e prioridades. Cada empreendimento deve prever água, esgoto, drenagem, iluminação, mobilidade e acesso a serviços essenciais.

O plano também propõe mecanismos de acesso à primeira moradia, atendimento às famílias da agricultura familiar e soluções adequadas para áreas produtivas e periurbanas. Custos de acesso, parcelamento, crédito, assistência técnica e regularização devem observar a legislação e a capacidade de pagamento.

A aplicação territorial deve combinar critérios de prioridade, planejamento e informação pública. As famílias e os municípios precisam ter acesso ao andamento das demandas, aos requisitos de atendimento e às entregas previstas.

13 Conclusão

A proposta reúne diagnóstico dos municípios, cooperação institucional, preparação de projetos, busca de recursos, integração com saneamento e infraestrutura e publicação de resultados. A execução deve considerar a capacidade técnica, financeira e operacional dos responsáveis.

A secretaria responsável pela habitação deve ser o centro de comando desse processo, mas não pode atuar sozinha. Moradia digna depende de cidade completa. Cidade completa depende de saneamento, drenagem, regularização, equipamentos públicos, mobilidade, segurança e manutenção. É uma política de convergência.

O método proposto prioriza prevenção, planejamento e continuidade. A avaliação deve considerar a qualidade das moradias, o acesso aos serviços, a redução de riscos, os custos e a manutenção das intervenções ao longo do tempo.

14 Matriz de riscos e respostas

Risco	Consequência	Resposta e controle
Cadastro desatualizado ou duplicado	Prioridade distorcida, fraude e exclusão indevida.	Identificação única, cruzamento de bases, validação municipal e comunitária, auditoria e canal de contestação.
Terreno sem segurança jurídica	Atraso, perda de recurso e litígio.	Due diligence fundiária, ambiental e urbanística antes da inclusão como projeto pronto.
Obra sem saneamento ou equipamento público	Bairro incompleto e aumento de custo social.	Gate obrigatório de infraestrutura, planejamento integrado e responsabilidade de operação e manutenção definida.
Baixa capacidade municipal	Projetos não contratados e dados ruins.	Núcleos regionais, assistência técnica, modelos padronizados e apoio à elaboração de projetos.
Aumento de custos e dificuldade logística	Paralisação ou redução de escopo.	Orçamento regionalizado, contingência, compras planejadas, soluções locais e gestão de riscos contratuais.
Inadimplência em linhas financiadas	Perda da moradia e desequilíbrio do plano.	Análise responsável, subsídio focalizado, parcelamento, educação financeira, renegociação preventiva e fundo garantidor quando viável.
Uso especulativo de chácaras ou lotes	Desvio de finalidade e expansão irregular.	Elegibilidade, residência ou produção comprovada, cláusulas de destinação, fiscalização e sanções.
Abandono pósocupação	Degradação de equipamentos e perda de qualidade urbana.	Plano de pós-ocupação, pactuação de manutenção, indicadores e responsabilização contratual.
Exposição de dados pessoais	Dano aos titulares e sanções legais.	Governança de dados, acesso mínimo necessário, logs, anonimização e resposta a incidentes.

Referências

• AGÊNCIA PARÁ. Divisão do Estado em Regiões de Integração auxilia no planejamento de ações governamentais. Belém: Agência Pará, 2022. Disponível em: https:// agenciapara.com.br/. Acesso em: 25 abr. 2026.

• BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

• BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

• BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

• BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura assistência técnica pública e gratuita para habitação de interesse social. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

• BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre regularização fundiária rural e urbana. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

• BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

• BRASIL. Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

• BRASIL. Ministério das Cidades. Déficit habitacional no Brasil recua pelo segundo ano consecutivo e atinge o menor patamar da história. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/. Acesso em: 25 abr. 2026.

• BRASIL. Ministério das Cidades. MCMV-FAR 2025. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2025. Disponível em:

https://www.gov.br/cidades/.Acessoem:25abr.2026.

• BRASIL. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2026. Disponível em: https:// www.gov.br/cidades/. Acesso em: 25 abr. 2026.

• CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. CAIXA inicia operação das novas condições do Minha Casa, Minha Vida. Brasília, DF: Caixa Notícias, 2026. Disponível em: https:// caixanoticias.caixa.gov.br/. Acesso em: 25 abr. 2026.

• FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil. Belo Horizonte: FJP, 2025. Disponível em: https: //fjp.mg.gov.br / deficit-habitacional-no-brasil/. Acesso em: 25 abr. 2026.

• INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pará: Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ pa.html. Acesso em: 25 abr. 2026.

• O LIBERAL. Pará registra queda de 8,6% no déficit habitacional, aponta levantamento da FJP. Belém: O Liberal,

2025. Disponível em: https://www.oliberal.com/. Acesso em: 25 abr. 2026.

• PARÁ. Lei Complementar nº 171, de 21 de dezembro de 2023. Institui a Microrregião de Águas e Esgoto do Pará - MRAE e sua estrutura de governança. Belém: Governo do Estado do Pará, 2023.

• PARÁ. Procuradoria-Geral do Estado. Legislação da Microrregião de Águas e Esgoto do Pará. Belém: PGE / PA,

2026. Disponível em: https://www.pge.pa.gov.br/. Acesso em: 25 abr. 2026.

Apêndice A - Roteiro-padrão do diagnóstico municipal

O roteiro abaixo serve como checklist mínimo para que cada município seja mapeado de forma comparável. A secretaria estadual poderá detalhar formulários, geocodificação, responsáveis e prazos por ato administrativo.

Bloco	Perguntas mínimas
1. Cadastro habitacional	Quantas famílias estão cadastradas? Quais estão no CadÚnico? Qual a renda, composição familiar, número de idosos, pessoas com deficiência, crianças, mulheres chefes de família e trabalhadores rurais?
2. Déficit quantitativo	Há coabitação forçada? Domicílios improvisados? Famílias em aluguel excessivo? Famílias sem moradia permanente?
3. Inadequação habitacional	Quais casas precisam de banheiro, cobertura, piso, ventilação, acessibilidade, instalação elétrica ou hidráulica segura, ampliação ou reforma estrutural?
4. Assentamentos precários	Quais bairros ou comunidades têm ocupação informal, palafitas, baixadas, vias sem acesso, ausência de rede, iluminação ou coleta regular?
5. Risco e clima	Há áreas sujeitas a alagamento, erosão, deslizamento, solapamento de margem, incêndio ou insalubridade grave? Qual o histórico de desastre?

Bloco	Perguntas mínimas
6. Saneamento e drenagem	Qual a cobertura de água, esgoto, soluções individuais, drenagem, resíduos e pontos críticos de alagamento? Qual o planejamento da MRAE ou do prestador?
7. Terra e regularização	Há áreas públicas aptas? Há ZEIS? Há imóveis subutilizados? Há pendência de matrícula? Quais áreas são regularizáveis por Reurb-S?
8. Equipamentos e serviços	Há escola, creche, UBS, CRAS, transporte, praça, esporte, cultura, internet, segurança e iluminação próximos aos territórios prioritários?
9. Projetos existentes	O município possui projeto básico, executivo, orçamento, licenças, estudo ambiental, levantamento topográfico, sondagem e titularidade?
10. Primeira moradia e crédito	Quantas famílias sem imóvel próprio têm capacidade parcial de pagamento? Quais barreiras documentais e financeiras impedem o acesso?
11. Agricultura familiar e chácaras	A moradia está vinculada à produção ou à residência permanente? Há acesso, regularidade fundiária, compatibilidade ambiental, água, energia, saneamento e conectividade?
12. Manutenção	Quem manterá ruas, drenagem, iluminação, equipamentos, áreas verdes e redes locais depois da entrega? Qual o orçamento municipal previsto?

Resultado obrigatório: cada município deverá receber uma ficha-síntese com diagnóstico, mapa, prioridades, fontes possíveis, pendências e planejamento de curto, médio e longo prazo.

Apêndice B - Minuta deTermo de Adesão Municipal

Cláusula 1 - Objeto. Adesão do município ao Plano de Habitação e Cidades Integradas e compromisso de participação no Mapa 144, na carteira de projetos e no painel público.

Cláusula 2 - Obrigações do Estado. Disponibilizar metodologia, plataforma, assistência técnica, apoio à estruturação de projetos, articulação federativa e critérios públicos de priorização.

Cláusula 3 - Obrigações do município. Fornecer dados atualizados; designar responsável técnico; indicar áreas com documentação; agilizar atos sob sua competência; realizar escuta local; atualizar instrumentos urbanísticos; e assumir manutenção expressamente pactuada.

Cláusula 4 - Proteção de dados. Definir finalidades, bases legais, responsabilidades, segurança, prazos de retenção e procedimento de atendimento aos titulares, em conformidade com a LGPD.

Cláusula 5 - Integridade e transparência. Prever declaração de conflitos de interesse, trilha de decisões, publicação de dados agregados, auditoria e comunicação de irregularidades.

Cláusula 6 - Metas e indicadores. Vincular cada entrega a prazo, fonte, responsável, indicador, critério de aceite e rotina de atualização.

Cláusula 7 - Vigência e revisão. Estabelecer vigência, revisão anual, hipóteses de suspensão e plano de continuidade das ações em curso.

Apêndice C - Ficha-padrão de projeto habitacional

Campo obrigatório	Conteúdo mínimo
Problema e público	Demanda, território, perfil socioeconômico e critério de prioridade.
Modalidade	Unidade nova, primeira moradia, rural, chácara produtiva, melhoria, urbanização, reassentamento ou regularização.
Competência e responsável	Órgão líder, parceiros, responsabilidades e instância decisória.
Terreno e licenciamento	Titularidade, uso do solo, situação ambiental, licenças e riscos jurídicos.
Projeto	Estágio de maturidade, solução técnica, acessibilidade, tipologia amazônica e critérios de qualidade.
Infraestrutura	Água, esgoto, drenagem, energia, resíduos, mobilidade, conectividade e equipamentos.
CAPEX e OPEX	Investimento, custo de operação e manutenção, premissas e contingência.
Fonte e contrapartida	Recursos estaduais, municipais, federais, financeiros ou urbanísticos.
Marcos de desenvolvimento	Marcos de projeto, contratação, obra, entrega e pós-ocupação.
Indicadores	Metas físicas, financeiras, de prazo, qualidade, satisfação e manutenção.
Riscos	Matriz de probabilidade, impacto, resposta, responsável e gatilho de escalada.
Critério de aceite	Documentos, testes, vistorias, participação dos beneficiários e evidência de entrega.

INDUTORES E PARCEIROS SUGERIDOS / P07

Moradia e cidades: produção, infraestrutura e financiamento

A indução exige demanda habitacional organizada, terreno regular, infraestrutura e fonte compatível com a família, a obra e a operação dos serviços. A participação é voluntária e depende do interesse e da concordância de cada organização sugerida.

Articulação do projeto: O planejamento urbano e habitacional cabe às instituições competentes. Empresas executam ou operam os contratos; financiadores e famílias passam pelas condições da modalidade escolhida.

Função indutora	Candidatos para essa função	Por que mobilizar
Produção e implantação	MRV / MRV&Co / ATAN Engenharia / Construcap / HTB Engenharia e Construção / Racional Engenharia	MRV, ATAN, Construcap, HTB e Racional podem estudar empreendimentos ou executar obras aderentes à experiência, ao território e à contratação.
Estrutura financeira habitacional	Caixa Econômica Federal	CAIXA é candidata a analisar produção de moradias, financiamento familiar e modalidades rurais, cada uma com rito e público próprios.
Serviços urbanos essenciais	Aegea / Águas do Pará / Equatorial Pará	Aegea / Águas do Pará e Equatorial podem compatibilizar expansão e atendimento com concessões, redes e obrigações aplicáveis.
Materiais e engenharia	Votorantim Cimentos / Tigre / Arcadis Brasil / Egis Brasil	Votorantim Cimentos e Tigre podem fornecer soluções; Arcadis e Egis podem apoiar engenharia, drenagem, saneamento e gestão de projetos.

Parceiros e papéis propostos

11 organizações e sistemas sugeridos por competência neste projeto. A função proposta distingue execução, apoio técnico, formação, fornecimento e mercado. A base informada indica atuação publicada; sua aplicação ao projeto depende das condições da linha.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E42 · MRV / MRV&Co Empresa [S078] [S079]	Avaliar empreendimentos urbanos onde terreno, demanda, infraestrutura e financiamento forem viáveis. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia de escala, execução e desenvolvimento imobiliário.	**Base informada:** Brasil Atuação nacional não confirma projeto no Pará; solução urbana deve respeitar demanda e renda locais.
E43 · ATAN Engenharia Empresa [S019]	Avaliar projetos habitacionais com terreno regular, infraestrutura e custeio de serviços pactuados. **Ativo que pode mobilizar:** Conhecimento construtivo local e experiência em habitação.	**Base informada:** Pará Capacidade, carteira, habilitação e interesse atuais precisam de avaliação por contratação.
E44 · Votorantim Cimentos Empresa [S018] [S020]	Avaliar suprimento e soluções construtivas compatíveis com custos e logística locais. **Ativo que pode mobilizar:** Cimento, materiais, formação de aplicadores e cadeia de fornecedores.	**Base informada:** Pará Fornecedor de materiais não substitui projeto, construtora ou financiador habitacional.
E45 · Tigre Empresa [S021] [S022]	Dimensionar soluções de água e esgoto para tipologias e escalas locais, incluindo opções modulares. **Ativo que pode mobilizar:** Soluções hídricas, equipamentos e conhecimento de instalação.	**Base informada:** Brasil Operação, manutenção e desempenho precisam estar no projeto; tecnologia escolhida por alternativas.
E46 · Aegea / Águas do Pará Empresa [S030] [S028]	Compatibilizar expansão urbana e projetos habitacionais com redes, metas e obrigações de saneamento. **Ativo que pode mobilizar:** Operação, investimento e gestão de serviços de saneamento.	**Base informada:** Pará Atuação vinculada a contratos e regulação; confirmar município, escopo, metas e interfaces com a Cosanpa.
E55 · Arcadis Brasil Consultoria internacional com operação brasileira [S052] [S051]	Preparar saneamento, drenagem, resiliência e gestão de projetos urbanos. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia, ambiente, água, estudos e gestão de implantação.	**Base informada:** Brasil Projetista / consultoria não é automaticamente financiadora, operadora ou licenciadora.
E56 · Egis Brasil Consultoria internacional com operação brasileira [S032]	Preparar projetos de infraestrutura urbana e interfaces de saneamento e mobilidade. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia, planejamento, mobilidade e gestão de infraestrutura.	**Base informada:** Pará Definir responsável técnico, escopo, independência e transferência de conhecimento.
E58 · Equatorial Pará Empresa [S031]	Integrar planejamento urbano e novas ligações ao atendimento regulado. **Ativo que pode mobilizar:** Rede, conexão, qualidade do fornecimento e gestão de distribuição.	**Base informada:** Pará Obrigações e investimentos seguem concessão e regulação; não presumir subsídio ou tarifa especial.
E72 · Construcap Empresa [S157] [S158]	Implantar edificações e infraestrutura urbana conforme projeto e contratação próprios. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia, implantação de obras, montagem e coordenação de fornecedores.	**Base informada:** Brasil Construtora não equivale a concessionária ou financiadora. Validar carteira, equipe, garantias e experiência específica.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E73 · HTB Engenharia e Construção Empresa de grupo internacional [S159] [S160]	Construir edificações e equipamentos urbanos com desempenho e manutenção previstos. **Ativo que pode mobilizar:** Construção industrial, edificações, gestão de implantação e coordenação técnica.	**Base informada:** Brasil Confirmar experiência no tipo de obra, capacidade de mobilização e garantias. Capital e operação futura são contratações distintas.
E74 · Racional Engenharia Empresa [S161] [S162]	Avaliar edificações e infraestrutura de apoio à cidade e aos serviços. **Ativo que pode mobilizar:** Engenharia de implantação, análise de viabilidade técnica e gestão de obras complexas.	**Base informada:** Brasil Comparar soluções, custo total e desempenho. Não presumir que executora de obra investirá ou explorará o ativo.

FONTES E IMPLANTAÇÃO / P07

Financiar e iniciar com responsabilidades

Os instrumentos a seguir correspondem a finalidades e tomadores diferentes. O eixo B apresenta o catálogo M01 a M36, com público, território, acesso e condições. A fonte e o serviço da dívida ou a obrigação de execução devem caber no projeto.

Finalidade	Caminho a estudar	Como aplicar
Empresa construtora	M09 · CAIXA: apoio à produção	Analisar empreendimento, terreno, demanda, execução e estrutura da empresa.
Família e moradia urbana	M15 · Linha habitacional financiada	Renda, imóvel, capacidade de pagamento e descontos admitidos têm análise própria.
Moradia rural	M16 · Minha Casa, Minha Vida Rural	Preparar demanda e proposta pela entidade admitida. Habilitação, seleção e subsídio seguem a modalidade vigente.
Infraestrutura e serviços	M17 · FINISA	Confirmar enquadramento da obra e do tomador, capacidade financeira, manutenção e requisitos fiscais.
Ativos e créditos imobiliários elegíveis	M35 · CRI; M36 · FII	Estudar lastro, direitos, uso e fluxo de pagamento, com securitizadora ou gestor. Não substitui automaticamente uma modalidade habitacional social.

Teste inicial: Organizar uma carteira com demanda, terreno, serviços, projeto e custo total. Confrontar solução construtiva, financiamento e despesas futuras das famílias e do poder público.

Resultado a medir: Moradias entregues e ocupadas, acesso a serviços, custo total, manutenção e adequação às necessidades das famílias.

A06 • Moradia integrada ao trabalho e aos serviços

Responsável e decisão	Arranjo proposto
Poder público	Organizar demanda, infraestrutura, acesso a serviços e regularidade territorial. Entidade habilitada conduz a proposta coletiva rural quando cabível.
Empresa, cooperativa e família	Construtoras e fornecedores executam projetos aprovados. Famílias participam da definição e da contratação segundo a modalidade habitacional.
Fontes e comercialização	Produção de moradias: M09. Financiamento familiar: M15. Modalidade rural subsidiada: M16. Infraestrutura: M17. Créditos e ativos imobiliários elegíveis podem ser estudados com CRI ou FII (M35/M36), com análise específica.
Condição e indicadores	Separar crédito à produção, financiamento familiar e subsídio. Confirmar seleção e oferta atuais; lote e infraestrutura precisam atender às exigências. Medir: Moradias entregues e ocupadas, acesso a serviços, custo total e adequação às necessidades das famílias.

Aplicação em outros estados: Adaptar tipologias, materiais, clima, renda e padrões urbanos. A oferta de cada agente e as condições territoriais devem ser verificadas no estado receptor.

DO PARÁ AO BRASIL · PLANO 07

Moradia e cidades. Soluções para cada forma de viver.

O núcleo compartilhável é o diagnóstico integrado de habitação, infraestrutura, serviços, riscos e capacidade de manutenção. As soluções construtivas, a prioridade e o custo dependem da realidade de cada lugar.

O Mapa 144 se refere aos municípios paraenses considerados no plano. Para outro estado, propõe-se um Diagnóstico Territorial de Habitação e Cidades, abrangendo sua malha municipal, distritos e comunidades, sem transportar a quantidade ou a distribuição territorial do Pará.

Dimensão	Como adaptar a outro estado
Necessidades	Medir déficit e inadequação habitacional, saneamento, risco e acesso a serviços. Distinguir carências metropolitanas, urbanas, rurais e de comunidades específicas.
Solução e clima	Comparar produção de moradias, melhoria, urbanização e regularização. Adaptar materiais, conforto, acessibilidade, drenagem e resiliência ao contexto.
Terra e serviços	Validar situação fundiária, uso do solo e localização. Pactuar água, esgoto, mobilidade, saúde, educação e operação com os responsáveis.
Custos e fontes	Estimar custos regionais de obra e manutenção, capacidade de pagamento e elegibilidade às fontes disponíveis. Ajustar contrapartidas e marcos de desenvolvimento municipal.

Primeiro teste de aplicação

Escolher territórios com necessidades e capacidades distintas. Completar diagnóstico, estudo de alternativas e preparação dos projetos antes de contratar. Acompanhar ocupação, serviços em funcionamento, riscos, satisfação e custo de manutenção após a entrega.

Moradia

Cidade

Permanência

Redução de déficit e de inadequação.

Serviços acessíveis e infraestrutura operando.

Custo para a família, manutenção e redução de riscos.

A meta nacional de aplicação é melhorar condições de vida com soluções adequadas. O número de unidades, a tipologia e os benefícios financeiros são definidos por estudos e regras de cada operação.

Conexões: 01 · Educação | 05 · Turismo | 08 · Saúde | Eixos A, B, C e D

Bases: diagnóstico habitacional e urbano, marco das cidades e instrumentos de financiamento referenciados neste capítulo.

PROJETO 08

08

Projeto Saúde Digital Integrada

Aplicação no Pará e adaptação a outros estados



Imagem ilustrativa gerada por inteligência artificial.

IDEIA CENTRAL Informação compartilhada e coordenação da rede devem melhorar o acesso e o cuidado.

Saúde, tecnologia, acesso e cuidado em tempo real

Essência do projeto

A tecnologia não substitui a saúde pública. Ela organiza a saúde pública.

Objetivo central

O Pará precisa sair de um modelo fragmentado, lento e pouco transparente para uma rede estadual de saúde integrada, rastreável e orientada por resultados. A proposta reorganiza a saúde desde a base do território até a alta complexidade, com entrada simples para o cidadão, registro longitudinal interoperável, fila única com prioridade clínica, comando em tempo real, telemedicina ao longo de toda a jornada, integração diagnóstica e farmacêutica, avaliação do usuário e pagamento por entrega comprovada.

O atendimento presencial permanece como direito e canal permanente. Aplicativo e WhatsApp ampliam acesso, mas não criam um segundo SUS, não substituem as unidades físicas nem podem excluir quem não tem conectividade, aparelho, letramento digital ou condições de usar canais remotos.

Cinco regras de ferro

1. O atendimento presencial continua garantido.
2. A entrega exige registro; contingências têm regularização auditável.
3. O faturamento exige integração ou rito de contingência contratualmente previsto.
4. Quem precisa mais anda na frente, com prioridade clínica e prazo de atendimento rastreável.
5. O cidadão avalia cada etapa do atendimento, gerando inteligência gerencial em tempo real.

Eixos estruturantes

Eixo	Conteúdo	Resultado pretendido
Território e prevenção	Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias integrados ao sistema.	Busca ativa, vigilância e redução de agravamentos evitáveis.
Acesso e navegação	Entrada por aplicativo, WhatsApp ou presencial, sempre no mesmo sistema.	Mais acesso sem criar dois SUS.
Prontuário e interoperabilidade	Registro longitudinal interoperável conectado à RNDS, com exames e histórico compartilhados.	Menos repetição e mais segurança clínica.
Fila, regulação e leitos	Fila única, prazo rastreável, central de leitos e gestão clínica dinâmica.	Mais transparência e melhor uso da capacidade hospitalar.
Telemedicina e especialistas	Teleorientação, teleassistência e segunda opinião ao longo da jornada.	Mais escala, menos deslocamento e mais acesso ao interior.
Rede diagnóstica e farmacêutica	Integração de laboratórios, clínicas, equipamentos e farmácias credenciadas.	Mais agilidade, menor investimento inicial e tratamento completo.
Inteligência artificial, avaliação e desempenho	Previsão de demanda, alertas, painéis e avaliação do cidadão.	Gestão em tempo real e correção rápida de gargalos.

1 Problema público e justificativa

A saúde estadual convive com um conjunto de problemas que se reforçam mutuamente: filas pouco transparentes, sistemas que não conversam entre si, repetição de exames, deslocamentos desnecessários, baixa visibilidade sobre leitos e excesso de gestão por crise. O cidadão sofre com demora, desencontro de informação e sensação permanente de desorganização.

O problema central não é apenas orçamentário. É também um problema de desenho operacional. Quando a rede funciona como ilhas, o gestor perde visão do todo, o prestador trabalha sem integração, o profissional toma decisão sem histórico completo e o paciente recomeça do zero a cada porta de entrada.

Por isso, a proposta não se limita a informatizar etapas isoladas. Ela redesenha a lógica da rede estadual para que o sistema opere com uma única coluna vertebral digital, uma regulação única e critérios uniformes de execução. O objetivo é transformar a saúde em um sistema que acompanha o caso do começo ao fim, produz dado confiável e permite correção rápida de gargalos.

Tese do projeto

A integração deve permitir que a informação acompanhe o cidadão entre os pontos da rede. Registro longitudinal, regulação pactuada, teleassistência e gestão contratual precisam funcionar como partes de uma mesma linha de cuidado.

Principais dores que o projeto enfrenta

- Fila invisível para exames, consultas, cirurgias e leitos.
- Repetição de exames e reencaminhamentos por falta de histórico acessível.
- Superlotação de urgência por porta errada de entrada.
- Baixa resolutividade do interior e necessidade excessiva de deslocamento.
- Capacidade ociosa em parte da rede e falta de capacidade em outra.
- Baixa visibilidade gerencial sobre desempenho, fraude, satisfação do usuário e custo por paciente resolvido.
- Sistemas com identificadores, formatos e regras diferentes, que impedem continuidade clínica.
- Risco de exclusão digital de idosos, pessoas com deficiência, populações rurais, ribeirinhas e cidadãos sem conectividade.

2 Visão de futuro e princípios de desenho

A visão de futuro é simples: construir uma rede em que o cidadão possa entrar por qualquer canal, mas seja atendido por uma única lógica assistencial e gerencial. A saúde passa a começar na casa do cidadão, ganhar força no território e chegar à alta complexidade com continuidade clínica, rastreabilidade e capacidade de gestão em tempo real.

Princípios que orientam o desenho do sistema

• Universalidade com inclusão: o digital facilita, mas o atendimento presencial permanece garantido.

• Território primeiro: a atenção básica, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias são a base da coordenação do cuidado.

• Registro longitudinal: toda interação relevante gera informação no mesmo histórico clínico, ainda que diferentes sistemas participem da rede.

• Interoperabilidade por padrão: integração baseada em APIs, identificadores consistentes, terminologias clínicas e regras públicas de troca de dados.

• Prioridade clínica: quem tem risco anda na frente; quem pode esperar entra em prazo claro e rastreável.

• Belém concentra inteligência, não paciente: o centro estadual opera comando, regulação e leitos, sem transformar a capital em destino obrigatório de toda demanda.

• Pagamento por evidência: recurso público remunera capacidade e entrega comprovada, com glosa quando não há registro ou conformidade.

• Privacidade e segurança desde o desenho: acesso mínimo necessário, finalidade definida, registro de consultas, prevenção e resposta a incidentes.

• Continuidade em contingência: indisponibilidade de internet ou sistema não pode interromper cuidado urgente; a operação local deve sincronizar os registros posteriormente.

Princípio do projeto

Uma saúde pública que começa no território, integra toda a rede, escuta o cidadão em tempo real e usa tecnologia para entregar atendimento com mais rapidez, transparência e resultado.

Arquitetura resumida do sistema

Camada	Componentes	Função
Acesso do cidadão	Meu SUS Digital, WhatsApp da Saúde e atendimento presencial.	Abrir o pedido, orientar, acompanhar agenda e comunicar o cidadão.
Operação assistencial	Triagem por protocolo, atenção básica, urgência, teleorientação, teleassistência e internação.	Levar o caso ao ponto certo da rede, com prioridade clínica e continuidade do cuidado.
Integração de dados	Registro longitudinal interoperável conectado à RNDS, barramento de interoperabilidade, repositório de exames e identificação CNS ou CPF.	Registrar, compartilhar e recuperar informação clínica de forma segura e rastreável.
Gestão e regulação	Fila única, central de leitos, sala de situação, painéis D-1 e avaliação do cidadão.	Tomar decisão diária com dado, não com improviso.
Rede credenciada	Laboratórios, imagem, hospitais, farmácias e especialistas remotos.	Ampliar capacidade com integração obrigatória, evidência de entrega e pagamento auditável.
Governança de dados	Conselho, encarregado, segurança, auditoria, catálogo, qualidade e regras de compartilhamento.	Proteger direitos, elevar a confiabilidade e definir responsabilidades sobre os dados.

3 Modelo assistencial ponta a ponta

3.1 Território, prevenção e vigilância em saúde

O sistema precisa começar no lugar certo: no território. O fortalecimento dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e dos Agentes de Combate às Endemias - ACE é eixo estruturante, e não acessório. Esses profissionais conhecem famílias, condições de moradia, vulnerabilidades e sinais precoces de agravamento. Com tecnologia na mão e acesso integrado ao sistema, deixam de registrar apenas produção e passam a alimentar inteligência assistencial.

Na prática, isso significa apoiar visitas, busca ativa, acompanhamento de condições crônicas, vigilância de áreas de risco, campanhas territoriais e identificação precoce de agravamento. O que hoje muitas vezes fica disperso em cadernos, planilhas e memória local passa a entrar no prontuário e nos painéis da gestão.

3.2 Portas de entrada integradas

O cidadão pode iniciar sua jornada pelo aplicativo oficial, pelo WhatsApp da Saúde ou presencialmente em unidades da rede. O desenho do sistema impede a criação de dois SUS: os canais variam, mas o fluxo é um só. O digital organiza, orienta e acompanha; o presencial garante inclusão e resposta para quem não tem conectividade ou habilidade digital.

Etapa	Fluxo
1. Necessidade	O cidadão relata sintoma, dúvida, exame, receita ou pedido de ajuda.
2. Entrada	Aplicativo, WhatsApp da Saúde, telefone institucional ou atendimento presencial.
3. Triagem	Protocolo inicial, sinais de alarme e direcionamento para o ponto correto.
4. Desfecho	Resolução local, fila única, leito, encaminhamento ou acompanhamento.

3.2.1 Garantia dos canais presenciais

Cada município deverá manter pontos presenciais de apoio em unidades de saúde ou equipamentos públicos definidos, com profissionais aptos a registrar solicitações, atualizar dados, consultar agendamentos e orientar o cidadão no mesmo sistema usado pelos canais digitais. Nenhum usuário perderá prioridade por escolher o atendimento presencial.

O modelo deverá prever acessibilidade, linguagem simples, atendimento a acompanhantes e representantes legais, apoio a povos indígenas, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência, além de contingência em papel ou operação local segura quando houver indisponibilidade tecnológica. O registro deverá ser incorporado ao sistema assim que a conexão for restabelecida.

3.3 Primeiros socorros e navegação clínica

A telemedicina pode ser usada desde os primeiros momentos. Isso inclui orientação inicial para a família em casa, apoio a primeiros cuidados, avaliação rápida do risco, definição da porta correta de entrada e suporte à equipe da ponta quando há dúvida clínica. O objetivo não é consultar por consultar, mas ganhar tempo, evitar deslocamento desnecessário e reduzir porta errada.

Resultado esperado

O cidadão entra por qualquer canal, mas não fica perdido. O sistema orienta, registra, acompanha e leva o caso ao nível certo da rede, desde a casa até a alta complexidade.

4 Infraestrutura digital, dados e interoperabilidade

4.1 Registro longitudinal interoperável conectado à RNDS

O registro longitudinal interoperável conectado à RNDS é o sistema nervoso da proposta. Toda informação clínica relevante - queixa, hipótese diagnóstica, conduta, prescrição, encaminhamento, exames, laudos, alta e seguimento - precisa ficar registrada no mesmo ambiente lógico de dados, ainda que diferentes sistemas operacionais participem da rede.

Esse modelo exige um barramento de interoperabilidade para conectar sistemas municipais, estaduais, hospitalares e prestadores credenciados. Também exige identificação única por CNS e CPF, regras de correspondência para evitar duplicidade e um repositório de exames capaz de armazenar pedidos, resultados, imagens e histórico de repetição.

A expressão registro longitudinal interoperável não significa um único software para todos. Significa uma visão clínica longitudinal e coerente, formada por sistemas integrados, dados padronizados, regras de atualização, identificação confiável do cidadão e responsabilização por cada registro.

4.2 Integração com a RNDS e visibilidade para o cidadão

O projeto deve se conectar à Rede Nacional de Dados em Saúde - RNDS, permitindo continuidade nacional e visibilidade ao cidadão pelo Meu SUS Digital. O WhatsApp atua como porta conversacional e canal de comunicação; o histórico e os documentos clínicos ficam no ambiente oficial de saúde do cidadão.

4.3 Segurança da informação e trilha de auditoria

Todo acesso precisa ser rastreável. Perfis de acesso por função, logs completos, justificativa de consulta a dado sensível, criptografia, autenticação forte e gestão de incidentes são parte do desenho. A lógica de proteção de dados não pode travar o cuidado, mas deve garantir mínimo necessário, transparência e responsabilização.

4.4 Governança de dados e LGPD

A governança de dados deverá definir, de forma expressa:

• controlador, operadores, encarregado e responsabilidades por domínio de informação;

• finalidades e bases legais de cada tratamento, inclusive tutela da saúde e execução de política pública;

• inventário de dados, catálogo, classificação, qualidade, origem e tempo de retenção;

• regras de acesso por perfil, contexto assistencial e necessidade de conhecimento;

• procedimento para correção de cadastro, contestação, acesso do titular e registro de representantes;

• compartilhamento com municípios, União e prestadores, formalizado por instrumentos jurídicos e técnicos;

• avaliação de impacto à proteção de dados para operações de maior risco;

• plano de resposta a incidentes, comunicação, continuidade e recuperação;

• anonimização ou agregação para transparência, pesquisa e análise gerencial quando aplicável;

• auditoria periódica de acessos indevidos, exportações, alterações e consultas fora do contexto assistencial.

O consentimento será usado apenas quando for a base legal adequada. O cuidado e a execução da política pública não podem depender de autorizações genéricas ou enganosas. O cidadão deverá receber informação clara sobre usos, compartilhamentos, direitos e canais de atendimento.

4.5 Padrões de interoperabilidade e qualidade

O barramento estadual deverá adotar padrões de interoperabilidade reconhecidos no SUS e compatíveis com a RNDS, contratos de API versionados, terminologias clínicas padronizadas e identificadores consistentes. Cada integração terá responsável, ambiente de homologação, testes de conformidade, monitoramento de disponibilidade, regras de qualidade e plano de descontinuação segura.

Dados críticos deverão passar por validação de completude, consistência, tempestividade e duplicidade. Erros não podem ser apenas registrados: precisam gerar fila de correção, responsável e prazo.

Regra operacional central

Sem registro digital completo, não existe entrega reconhecida pelo sistema. O registro deixa de ser burocracia e passa a ser condição de segurança clínica, rastreabilidade e pagamento. Em situação de urgência ou contingência, o cuidado não será negado; o registro será regularizado por procedimento auditável assim que possível.

5 Regulação estadual, fila única, leitos e gestão clínica dinâmica

5.1 Fila única com prioridade clínica e prazo rastreável

A regulação estadual unifica filas por especialidade, exame, cirurgia e leito. Cada pedido entra com prioridade clínica, protocolo, status e prazo. Com isso, o Estado passa a enxergar onde a fila cresce, quanto tempo cada item já esperou, quais prestadores estão cumprindo prazo e onde é preciso agir com reforço ou redistribuição de demanda.

5.2 Central de leitos em tempo real

Leito não pode ser gerenciado por telefone e planilha. A central de leitos precisa registrar disponibilidade, bloqueios, critérios de ocupação, previsão de saída, necessidade de transferência e status assistencial. Isso reduz tempo de espera, melhora o fluxo hospitalar e fortalece a autoridade regulatória do Estado.

5.3 Evolução clínica dinâmica do paciente internado

A gestão hospitalar não pode ser estática. O sistema precisa integrar exames periódicos, evolução clínica, parâmetros assistenciais e critérios de alta dos pacientes internados. Um paciente que está crítico hoje pode estabilizar amanhã e caminhar para alta segura; outro que parecia bem pode piorar rapidamente e exigir prioridade máxima. Quando a regulação enxerga essa evolução em tempo real, o giro de leitos melhora e a resposta à emergência ganha precisão.

Esse eixo transforma a central de leitos em mecanismo de inteligência clínica de fluxo. Em vez de ver apenas leito ocupado ou livre, o sistema passa a ver probabilidade de alta, necessidade de intensificação do cuidado, risco de agravamento e urgência real de transferência.

Princípio de decisão

Tempo, na saúde, é eficiência; muitas vezes, é vida salva. Por isso, leitos devem ser gerenciados por ocupação, evolução clínica e prioridade real.

5.4 Sala de situação e rotina D-1

A sala de situação consolida fila por serviço, tempo porta-UBS, tempo porta-UPA, ocupação de leitos, produção D-1, glosas, satisfação do cidadão e alertas operacionais. Governo e secretaria deixam de cobrar apenas na crise e passam a conduzir a rede por rotina.

6 Telemedicina e teleassistência em rede

6.1 Uso transversal ao longo de toda a jornada

A telemedicina não deve ser tratada apenas como consulta remota pontual. No desenho proposto, pode atuar desde o primeiro contato do cidadão com o sistema - inclusive com orientação inicial em casa e apoio a primeiros cuidados - até a triagem, a atenção básica, a urgência, a segunda opinião hospitalar, o acompanhamento pós-alta e o acesso a especialidades.

Isso significa que a telemedicina se torna ferramenta transversal de cuidado e de organização da rede. Ela orienta mais cedo, qualifica a decisão local, evita deslocamento desnecessário e leva suporte especializado para onde a presença física permanente é economicamente difícil.

6.2 Teleassistência em camadas

O modelo recomendado é de teleassistência clínica em rede: equipe local na ponta, médico base remoto para organizar o caso e especialista remoto acionado por gatilho quando houver sinais de alarme, dúvida diagnóstica relevante, risco de internação, falha de resolução ou necessidade de conduta especializada.

6.3 Escala, produtividade e redução de custo

Em um estado com grandes distâncias, muitos profissionais qualificados não querem ou não conseguem se deslocar regularmente para municípios distantes. Quando o sistema depende apenas da presença física, o custo sobe com viagem, diária, logística e tempo improdutivo de deslocamento. A telemedicina muda essa equação: aproveita melhor o tempo dos especialistas, inclusive janelas ociosas, sem tirar o profissional de seu ponto principal de atuação.

Com isso, o Estado amplia cobertura, reduz custo logístico, leva conhecimento onde hoje ele não chega e aumenta a produtividade clínica. Em vez de deslocar o profissional o tempo todo, o sistema desloca o conhecimento.

6.4 Limites assistenciais e segurança

Telemedicina não substitui o exame físico necessário. Os protocolos devem prever sinais de alarme, encaminhamento presencial, identificação e responsabilidade profissional, consentimento livre e esclarecido do paciente ou representante, privacidade e registro no prontuário, conforme as normas aplicáveis. O canal remoto não pode atrasar urgências nem restringir o atendimento presencial.

Diretriz assistencial

A telemedicina não entra só no fim do processo. Ela pode entrar no começo, no meio e no acompanhamento, ajudando a orientar, decidir, tratar, escalar especialistas e salvar tempo.

7 Rede diagnóstica integrada: laboratórios, clínicas e equipamentos

7.1 Capacidade instalada vista como rede

A proposta prevê integrar laboratórios, clínicas e serviços especializados - públicos e credenciados - em uma base única de disponibilidade operacional. O sistema precisa saber quem tem equipamento, que tipo de exame cada unidade realiza, quais horários estão livres, onde existe ociosidade, qual é o tempo de resposta, onde há laudo represado e qual unidade pode absorver a demanda com mais rapidez.

7.2 Base de disponibilidade e ociosidade

Quando a regulação enxerga toda a capacidade instalada da rede, deixa de depender apenas da oferta própria isolada. A tecnologia passa a transformar estrutura ociosa em atendimento real. Isso reduz a necessidade de investimento inicial elevado em novos equipamentos, evita duplicação de estruturas e diminui a pressão por contratação fixa de equipes altamente especializadas em cada município.

7.3 Gestão de exames e laudos

O pedido do exame, a autorização, a execução, o laudo e o armazenamento do resultado devem ocorrer no mesmo fluxo digital. Isso reduz perda de pedido, melhora previsibilidade, evita repetição desnecessária e permite que o histórico diagnóstico acompanhe o paciente em toda a rede.

Princípio econômico-operacional

Não faz sentido investir primeiro para depois descobrir que já havia capacidade ociosa. A tecnologia precisa integrar toda a rede para transformar estrutura parada em atendimento real.

8 Assistência farmacêutica integrada e farmácias credenciadas

8.1 Receituário eletrônico

O atendimento não se completa na consulta. Ele se completa quando o tratamento chega à mão do paciente. Por isso, a assistência farmacêutica precisa entrar no mesmo ecossistema digital, com prescrição eletrônica emitida dentro do prontuário e regras claras de autorização.

8.2 Farmácias credenciadas e ressarcimento auditável

A dispensação por farmácia privada depende de credenciamento e de instrumento que defina medicamentos, beneficiários, documentação, valores e fonte de ressarcimento. A receita válida e a entrega registrada integram a conferência. O Farmácia Popular tem regras próprias; fornecer um medicamento pelo SUS não gera, por si só, direito de reembolso em qualquer farmácia.

Esse modelo amplia capilaridade de acesso, reduz papel, melhora controle de estoque e facilita o tratamento, especialmente para pacientes crônicos ou de difícil deslocamento. Consulta, prescrição, autorização, dispensação e controle passam a fazer parte do mesmo fluxo digital.

Resultado esperado

Menos burocracia para o cidadão, mais pontos de acesso ao medicamento, mais controle para o Estado e menor risco de ruptura entre consulta e tratamento.

9 Inteligência artificial, painéis digitais e avaliação do cidadão

9.1 Inteligência artificial como apoio operacional

A inteligência artificial deve ser usada como apoio à triagem, à organização das filas, à previsão de demanda, à detecção de gargalos, à classificação de risco operacional e à geração de alertas para situações que exigem resposta mais rápida. Ela não substitui o médico nem o profissional de saúde: apoia a tomada de decisão e ajuda o sistema a funcionar melhor.

Modelos de maior impacto deverão ter finalidade definida, validação clínica, monitoramento de desempenho, revisão humana, registro de versão, avaliação de vieses, possibilidade de contestação e plano de suspensão. Nenhuma decisão clínica crítica ou negativa de acesso será tomada exclusivamente por processamento automatizado.

9.2 Painéis digitais de avaliação do usuário

Durante todo o percurso, o cidadão passa a avaliar o atendimento em cada etapa com um gesto simples: carinha feliz, neutra ou triste. Essa captura pode ocorrer em totens, tablets, links digitais ou interfaces do próprio aplicativo e do WhatsApp. A simplicidade é parte do desenho: sem formulário longo, sem atrito e com informação útil para a gestão.

O resultado é um painel em tempo real capaz de mostrar onde o atendimento funciona bem, onde o problema é humano, onde a comunicação falha, onde a fila desorganiza a experiência e onde é preciso agir rápido. O sistema passa a ouvir, em dado estruturado, quem realmente usa a rede.

A avaliação também poderá ser coletada presencialmente, por profissional ou equipamento acessível, sem vincular a resposta à continuidade do cuidado e sem expor o cidadão perante a equipe avaliada.

9.3 Transparência ativa

Além do painel interno D-1 para gestão, o projeto prevê transparência pública agregada, sem dados pessoais, para fortalecer confiança, reduzir judicialização por falta de informação e permitir acompanhamento social da execução.

Diretriz operacional

Gestão de verdade escuta o cidadão com dado e com ação.

10 Rede credenciada, contratos, auditoria e pagamento por desempenho

10.1 Integração obrigatória da rede credenciada

Laboratórios, serviços de imagem, hospitais privados e demais prestadores regulados precisam alimentar o mesmo ecossistema digital. Se recebem recurso público para atender à fila regulada, devem registrar solicitação, execução, laudo, responsável técnico, prazo e evidência de entrega.

10.2 Modelo de pagamento

O desenho recomendável combina uma parte fixa para garantir capacidade mínima e uma parte variável por desempenho. O componente variável pode considerar cumprimento de prazo, resolutividade, satisfação do usuário, custo por paciente resolvido, tempo de resposta, confiabilidade de laudo e adesão às regras de integração.

10.3 Glosa automática, LGPD e compliance

Devem ocorrer glosas automáticas quando houver atendimento sem registro completo, exame duplicado sem justificativa, descumprimento de prazo sem causa registrada, inconsistência clínica relevante ou padrão suspeito de fraude. Compliance, proteção de dados, auditoria clínica e auditoria assistencial deixam de ser camada posterior e passam a fazer parte do motor da operação.

Toda glosa automática deverá admitir revisão humana, motivação registrada, contraditório contratual e correção de erro. O combate à fraude não pode levar à negativa automática de cuidado ao cidadão.

Regra contratual

O faturamento exige integração e evidência da execução, com regularização de contingências pelo rito auditável previsto no contrato.

11 Governança do sistema

11.1 Centro Estadual de Comando Operacional em Belém

Belém deve concentrar inteligência, comando e capacidade de coordenação, não paciente. O Centro Estadual em Belém integra regulação única, central de leitos, teleassistência, sala de situação e monitoramento de indicadores. Esse centro dá ao governo capacidade diária de decisão e priorização.

11.2 Conselho diretor, conselho clínico e governança de dados

A governança deve combinar coordenação institucional, direção operacional e validação clínica. Um conselho diretor organiza responsabilidades e controle; um conselho clínico estadual define protocolos, linhas de cuidado e critérios de escalada; e a governança de dados assegura perfis de acesso, base legal, registros, qualidade, segurança e direitos dos titulares.

Instância	Composição mínima	Responsabilidade
Conselho Diretor	Secretaria de Saúde, planejamento, fazenda, tecnologia, regulação, atenção básica e representação regional.	Priorizar entregas, decidir recursos, remover bloqueios e aprovar expansão.
Conselho Clínico Estadual	Profissionais das linhas de cuidado, regulação, hospitais, atenção básica, vigilância e telessaúde.	Aprovar protocolos, critérios clínicos, segurança e escalada assistencial.
Comitê de Governança de Dados	Saúde, tecnologia, jurídico, segurança da informação, encarregado de dados, auditoria e representantes dos municípios.	Aprovar padrões, acessos, compartilhamentos, qualidade, retenção e resposta a incidentes.
Núcleo de Implantação	Gestores de produto, processos, tecnologia, clínica, contratos, capacitação e suporte regional.	Executar ondas, monitorar dependências, riscos, indicadores e adoção.
Controle social	Conselho de Saúde, usuários e representantes territoriais.	Acompanhar transparência, acesso, inclusão, satisfação e impactos.

11.3 Gestão por rotina

A proposta exige ritos claros: revisão diária dos painéis, monitoramento semanal de filas críticas, acompanha- mento mensal de contratos, revisão periódica de protocolos e prestação de contas pública agregada. O sistema deixa de depender apenas da boa vontade individual e passa a operar por rotina institucional.

Governança em uma linha

A coordenação institucional acompanha dados, rotinas, riscos e entregas verificáveis.

12 Frentes de desenvolvimento e maturidade

A proposta combina prioridades, experiências regionais e aprendizagem. As frentes abaixo indicam possibilidades de desenvolvimento, cuja progressão depende de avaliação técnica, qualidade assistencial e sustentabilidade operacional.

Frente de desenvolvimento	Contribuições propostas
Estruturação da base e experiência inicial	Identificação única do cidadão; prontuário mínimo interoperável; fila única; piloto de teleassistência; painel interno D-1; trilha LGPD; integração inicial de leitos e exames críticos; definição dos pontos presenciais de apoio.
Integração dos serviços e aperfeiçoamento	Expansão da teleassistência; integração de laboratórios e imagem prioritários; avaliação do cidadão; início da receita eletrônica com farmácias credenciadas; protocolos estaduais padronizados; catálogo de dados e APIs.
Ampliação por capacidade e evidências	Cobertura ampliada por regiões; motor completo de pagamento por desempenho; inteligência preditiva; consolidação da alta complexidade conectada; rede diagnóstica e farmacêutica em escala; auditoria integral da governança de dados.

A priorização inicial deve considerar regiões com boa capacidade de aprendizagem, serviços estratégicos de alta demanda e fluxos que tragam visibilidade imediata de resultado - como fila de exames críticos, leitos, teleassistência em urgência e integração de laboratórios centrais.

Critério de desenvolvimento

Recomenda-se implantar a estrutura central, avaliar os resultados do piloto e expandir com padrões definidos. A progressão deve depender de evidências de funcionamento, qualidade assistencial e sustentabilidade operacional.

Qualquer avanço exige verificação de competência, responsável, investimento, custo de operação, fonte, indicador, segurança, risco e critério de aceite.

13 Indicadores e painel D-1

O projeto só se sustenta se o governo conseguir cobrar com dado diário e se a operação souber corrigir rotas rapidamente. Por isso, o núcleo de indicadores precisa ser enxuto, útil e alinhado à tomada de decisão.

Indicador	O que mede	Pergunta de gestão
Tempo porta-UBS e porta- UPA	Acesso real e gargalo inicial.	Onde o cidadão espera demais e por quê?
Tamanho e idade da fila por exame, especialidade e cirurgia	Estoque de demanda.	Onde o prazo está perto de estourar?
Ocupação de leitos e tempo de permanência	Capacidade hospitalar.	Onde há gargalo de alta, internação ou transferência?
Ausência e reprogramação	Perda de capacidade.	Onde comunicação e agenda precisam ser corrigidas?
Retorno não programado em sete dias	Qualidade, ajustada ao risco clínico.	O retorno indica agravamento ou cuidado já previsto?
Satisfação do cidadão por etapa e canal	Experiência real do usuário.	O problema é humano, de processo, acesso ou comunicação?

Indicador	O que mede	Pergunta de gestão
Produção D-1 e glosas	Execução e conformidade.	Onde há inconsistência, desperdício ou baixa produtividade?
Interoperabilidade	Disponibilidade das integrações, mensagens com erro, tempo de sincronização, duplicidade e completude.	Quais sistemas comprometem a continuidade do cuidado?
Proteção de dados	Acessos indevidos, incidentes, tempo de resposta, solicitações de titulares e correções.	Onde há risco de privacidade, segurança ou responsabilização?
Inclusão presencial	Atendimentos presenciais assistidos, tempo de espera, resolutividade e continuidade entre canais.	O digital está ampliando acesso ou transferindo barreiras?
Teleassistência	Casos resolvidos, escalados, convertidos em presencial, tempo e deslocamento evitado.	A telemedicina é segura, resolutiva e bem direcionada?
Assistência farmacêutica	Receita emitida, dispensação, tempo, ruptura, duplicidade e adesão.	O tratamento chegou ao paciente?

Os indicadores devem existir em dois níveis: painel interno completo para gestão e painel público agregado para transparência. A lógica não é produzir centenas de números; é produzir poucos indicadores confiáveis, com responsável definido, rotina de leitura e consequência gerencial.

Cada indicador terá conceito, fórmula, fonte, periodicidade, responsável, meta, faixa de alerta, dimensão territorial e regra de qualidade. Indicador sem definição comum produz disputa de planilha, não decisão.

14 Riscos e antídotos

Projetos de transformação digital em saúde fracassam quando subestimam cultura, conectividade, contratos e governança. A estratégia trata risco como parte do desenho, e não como nota de rodapé.

Risco	Efeito	Antídoto
Baixa adesão de prestadores	Rede integrada incompleta e fila desbalanceada.	Contrato com integração obrigatória, faturamento condicionado, testes de conformidade e prazo rastreável.
Baixa conectividade em áreas remotas	Registro tardio e perda de visibilidade.	Kit mínimo, operação offline com sincronização posterior e polos regionais de suporte.
Telemedicina virar atendimento superficial	Queda de qualidade e aumento de retorno precoce.	Modelo em camadas, protocolos, escalada obrigatória e auditoria clínica.
Fraude ou cobrança sem entrega	Desperdício e perda de confiança.	Glosa automática revisável, trilha de auditoria, confirmação do cidadão e detecção de anomalias.
Resistência cultural à mudança	Implantação lenta.	Treinamento, apoio de campo, liderança clínica e comunicação contínua com equipes.
Exclusão digital	Usuários sem acesso, atraso ou desistência.	Canal presencial equivalente, telefone institucional, apoio assistido, acessibilidade e monitoramento por canal.
Vazamento ou acesso indevido	Dano ao cidadão, perda de confiança e responsabilização.	Acesso mínimo, autenticação forte, criptografia, logs, testes de segurança e resposta a incidentes.
Baixa qualidade ou duplicidade de dados	Erro clínico, fila incorreta e pagamento indevido.	Identificação confiável, regras de qualidade, reconciliação, fila de correção e auditoria.
Dependência excessiva de fornecedor	Alto custo, baixa evolução e risco de interrupção.	Arquitetura modular, padrões abertos, portabilidade, documentação, código e dados sob regras contratuais claras.
Algoritmo enviesado ou inadequado	Priorização injusta ou risco assistencial.	Validação clínica, avaliação de viés, supervisão humana, monitoramento e suspensão segura.
Indisponibilidade do sistema	Interrupção operacional e risco ao cuidado.	Redundância, contingência, operação local, testes de recuperação e níveis de serviço.

Os riscos devem ser revistos periodicamente pelo núcleo de implantação, reunindo coordenação institucional, autoridade clínica, incentivos contratuais adequados e transparência operacional.

15 Decisões para estruturar a proposta

As decisões abaixo são possibilidades para a preparação da proposta, a serem avaliadas pelos órgãos responsáveis conforme sua competência e as condições de cada território:

• Instituir o prontuário eletrônico longitudinal e a interoperabilidade como diretrizes estaduais.

• Criar formalmente o Centro Estadual de Comando Operacional em Belém.

• Definir a regulação única com prioridade clínica, fila rastreável e central de leitos integrada.

• Selecionar as regiões e linhas de cuidado que entrarão no piloto inicial.

• Estruturar o modelo de contratação da rede credenciada com integração obrigatória e pagamento por desempenho.

• Definir o arranjo de teleassistência em camadas e a bolsa de especialistas remotos.

• Iniciar a integração da rede diagnóstica prioritária e da receita eletrônica com farmácias credenciadas.

• Publicar o painel interno D-1 e o plano de capacitação das equipes.

• Aprovar a política de governança de dados, o plano de resposta a incidentes e o catálogo inicial de integrações.

• Mapear e habilitar pontos presenciais de apoio, com fluxo de contingência e acessibilidade.

Critério de avaliação da estrutura inicial

A avaliação de uma eventual experiência inicial deve verificar o funcionamento da estrutura central, a qualidade dos dados e a capacidade de coordenação da rede.

16 Resultado esperado e conclusão

O Projeto Saúde Digital Integrada propõe uma mudança de patamar. Em vez de administrar a escassez por fila invisível e improviso, o Estado passa a administrar a rede por informação compartilhada, prioridade clínica, contratos com evidência de entrega e participação ativa do cidadão.

Para o cidadão, isso significa menos deslocamento desnecessário, menos repetição de exame, mais clareza sobre o atendimento, mais chance de receber orientação cedo e mais facilidade para acessar exame, especialista, medicamento e acompanhamento. Significa também poder usar o canal digital quando for conveniente e contar com atendimento presencial integrado quando precisar.

Para a gestão, significa melhor uso da capacidade instalada, maior visibilidade sobre gargalos, menos desperdício e mais poder de coordenação.

O valor da proposta está na integração das tecnologias em torno do cuidado: informação compartilhada, coordenação territorial, acompanhamento dos serviços e avaliação de resultados. A viabilidade e a expansão dependem de pilotos, validação clínica, capacidade operacional e financiamento sustentável.

Síntese final

A expansão deve verificar continuidade do cuidado, segurança clínica, inclusão de usuários, qualidade dos dados e custo total da operação, com revisão das condições de cada região.

17 Financiamento e sustentabilidade operacional

A transformação digital deve ser financiada como política assistencial, não como compra isolada de software. O orçamento precisa cobrir implantação, conectividade, equipamentos, integração, segurança, capacitação, suporte, evolução, armazenamento, auditoria e continuidade.

Fonte ou mecanismo	Aplicação prioritária	Controle necessário
Orçamento estadual de saúde	Centro de comando, integração, regulação, suporte, segurança e operação contínua.	PPA, LDO e LOA; custo total de propriedade; metas e indicadores.
Recursos federais do SUS	Informatização, telessaúde, atenção básica, vigilância, regulação e integração com políticas nacionais.	Elegibilidade, plano de trabalho, prestação de contas e compatibilidade técnica.
Investimento e custeio hospitalar	Integração de leitos, prontuário, exames, laudos e fluxo de alta.	Metas assistenciais e disponibilidade operacional.

Fonte ou mecanismo	Aplicação prioritária	Controle necessário
Contratos da rede credenciada	Capacidade mínima e produção variável por desempenho.	Integração obrigatória, evidência, auditoria, glosa e revisão.
Cooperação técnica e financiamento de desenvolvimento	Infraestrutura, conectividade, capacitação e modernização em escala.	Governança, sustentabilidade do custeio e ausência de dependência tecnológica indevida.
Economia gerada	Redução de repetição, deslocamentos, fraude, ociosidade e tempo improdutivo.	Metodologia de mensuração, linha de base e reinvestimento transparente.

Todo componente deverá apresentar CAPEX, OPEX anual, fonte, vigência, responsável e plano de continuidade. Projeto sem custeio sustentável não passa de piloto com data para acabar.

18 Minutas operacionais essenciais

18.1 Minuta de diretriz estadual de interoperabilidade

1. Fica instituída a interoperabilidade como requisito obrigatório dos sistemas e prestadores que integrem a rede estadual regulada.

2. A Secretaria de Estado de Saúde publicará catálogo de padrões, identificadores, terminologias, APIs, requisitos de segurança e calendário de adequação.

3. Novas contratações deverão prever acesso documentado às integrações, portabilidade dos dados, ambiente de homologação, testes de conformidade e continuidade na transição de fornecedor.

4. Dados serão tratados segundo finalidade pública, necessidade, segurança, qualidade, rastreabilidade e direitos dos titulares.

5. O cuidado de urgência não poderá ser negado por falha de integração; o registro será regularizado por fluxo de contingência auditável.

18.2 Minuta de cláusula para prestadores credenciados

Integração e registro. O prestador deverá registrar solicitação, autorização, execução, resultado, responsável, data, horário e evidência de entrega no ecossistema estadual, por integração homologada.

Prazo e desempenho. O contrato definirá níveis de serviço, qualidade, resolutividade, disponibilidade, satisfação e correção de inconsistências.

Proteção de dados e segurança. O prestador observará a LGPD, as regras estaduais de segurança, o controle de acesso, a notificação de incidentes e a cooperação com auditorias.

Pagamento e glosa. O faturamento dependerá de evidência completa e conformidade. Glosas terão motivação, revisão humana e rito de contestação.

Portabilidade e encerramento. Ao término, o prestador assegurará exportação, continuidade assistencial, preservação legal e eliminação segura do que não deva ser retido.

18.3 Minuta de protocolo dos canais presenciais

1. Todo município indicará unidades presenciais aptas a apoiar acesso, cadastro, triagem administrativa, consulta de fila e orientação.

2. O atendimento presencial usará o mesmo identificador, fila e histórico dos canais digitais.

3. A escolha do canal não alterará a prioridade clínica.

4. As unidades assegurarão acessibilidade, privacidade, linguagem simples e contingência para falha de conexão.

5. Toda interação será registrada, com identificação do agente e correção de inconsistências cadastrais.

19 Quadro de controle executivo

Gate obrigatório	Pergunta de controle
Competência	O Estado tem competência direta ou depende de pacto, contrato ou ato de outro ente?
Responsável	Qual órgão e qual dirigente respondem pela entrega?
CAPEX	Quanto custa implantar e quais premissas sustentam a estimativa?
OPEX	Quanto custa operar, manter, proteger e evoluir por ano?
Fonte	Qual dotação, transferência, contrato ou financiamento cobre o custo?
Prazo	Quais marcos e dependências orientam o desenvolvimento?
Indicador	Como será comprovado acesso, qualidade, segurança, eficiência e satisfação?
Risco	Qual risco principal, resposta, gatilho e responsável pela mitigação?
Critério de aceite	Qual evidência autoriza expansão, pagamento ou encerramento da etapa?

Referências essenciais

• BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

• BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

• BRASIL. Lei nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022. Autoriza e disciplina a prática da telessaúde em todo o território nacional.

• BRASIL. Ministério da Saúde. Meu SUS Digital. Informações e serviços digitais de saúde para o cidadão.

• BRASIL. Ministério da Saúde. Rede Nacional de Dados em Saúde - RNDS: diretrizes e interoperabilidade.

• BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia de Saúde Digital para o Brasil. •

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 2.314/2022 - telemedicina e consentimento.

Apêndice A - Dicionário mínimo dos indicadores de saúde

Campo	Definição obrigatória
Nome	Denominação única e compreensível.
Objetivo	Decisão ou resultado que o indicador apoia.
Fórmula	Numerador, denominador, unidade e regra de arredondamento.
Fonte	Sistema, tabela, evento ou registro de origem.
Periodicidade	Tempo real, diário, semanal, mensal ou trimestral.
Recorte	Região, município, unidade, serviço, perfil clínico e canal, quando cabível.
Responsável	Área que produz, valida e responde pelo dado.
Meta e alerta	Valor esperado, faixa de atenção e limite crítico.
Qualidade	Completude, consistência, duplicidade e tempestividade mínimas.
Publicidade	Nível interno, público agregado ou restrito por proteção de dados.

Apêndice B - Checklist de prontidão por unidade e prestador

- Responsável técnico e operacional designado.
- Conectividade principal e contingência testadas.
- Equipamentos, energia e ambiente de atendimento adequados.
- Identificação do cidadão e dos profissionais validada.
- Integração homologada e mensagens de erro monitoradas.
- Perfis de acesso, autenticação e logs ativos.
- Equipe capacitada em fluxo clínico, sistema, privacidade e contingência.
- Protocolos de triagem, encaminhamento, teleassistência e urgência disponíveis.
- Canal presencial e acessibilidade assegurados.
- Indicadores, níveis de serviço e rotina de revisão definidos.
- Plano de resposta a incidentes e recuperação testado.
- Critério formal de aceite antes da entrada em produção.

INDUTORES E PARCEIROS SUGERIDOS / P08

Saúde digital: cuidado, integração e continuidade

A indução precisa partir de uma rede assistencial coordenada. Tecnologia, diagnóstico, teleassistência e formação devem servir a linhas de cuidado e a uma operação sustentável. A participação é voluntária e depende do interesse e da concordância de cada organização sugerida.

Articulação do projeto: A rede pública de saúde define acesso, regulação, protocolos e responsabilidades. Fornecedores e prestadores entram por escopos contratados, com integração, proteção de dados e continuidade.

Função indutora	Candidatos para essa função	Por que mobilizar
Arquitetura e integração	MV / Bionexo / Tasy / Accenture Brasil	MV, Bionexo / Tasy e Accenture podem estudar integração e implantação. As plataformas são alternativas ou componentes a avaliar, sem obrigação de adquirir todas.
Capacidade assistencial e formação	Conexa Saúde / Einstein Hospital Israelita / Rede D'Or	Conexa, Einstein e Rede D'Or podem avaliar teleassistência, protocolos, formação e capacidade contratada aderentes à rede.
Diagnóstico e equipamentos	Philips Healthcare / Siemens Healthineers Brasil	Philips e Siemens Healthineers podem estudar diagnóstico, instalação, formação e manutenção conforme demanda e operação regionais.
Pesquisa e avaliação	UFPA / Superintendência de Inovação e Desenvolvimento	UFPA pode apoiar pesquisa, desenvolvimento e avaliação, mediante capacidade institucional e instrumentos próprios.

PARCEIROS SUGERIDOS / P08

Parceiros e papéis propostos

9 organizações e sistemas sugeridos por competência neste projeto. A função proposta distingue execução, apoio técnico, formação, fornecimento e mercado. A base informada indica atuação publicada; sua aplicação ao projeto depende das condições da linha.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
UFPA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ **C02 · UFPA / Superintendência de Inovação e Desenvolvimento Conhecimento público [S068] [S062]**	Apoiar pesquisa, avaliação e desenvolvimento de tecnologia em saúde. **Ativo que pode mobilizar:** Pesquisa, laboratórios, formação e transferência de conhecimento.	**Base informada:** Pará Escopo, ética de pesquisa, propriedade intelectual e capacidade devem ser pactuados.
E47 · MV Empresa [S045] [S046]	Avaliar integração da rede existente, registro clínico, regulação e dados, com prova de interoperabilidade. **Ativo que pode mobilizar:** Sistemas hospitalares, prontuário e integração operacional.	**Base informada:** Pará Validar RNDS, portabilidade, contingência e custo total; evitar compra redundante de plataformas.

Organização sugerida e capacidade pesquisada	Contribuição possível	Condições para eventual adesão
E48 · Bionexo / Tasy Empresa [S047] [S048]	Avaliar integração de processos e sistemas e gestão clínica e de suprimentos da rede. **Ativo que pode mobilizar:** Gestão em saúde, suprimentos, receita e informação clínica.	**Base informada:** Brasil Tasy não deve ser tratado como negócio atual da Philips; validar interfaces, dados e transição contratual.
E49 · Conexa Saúde Empresa [S036] [S039]	Testar teleassistência em uma linha de cuidado, integrada à rede presencial e aos registros. **Ativo que pode mobilizar:** Operação remota, navegação do cuidado e rede de profissionais.	**Base informada:** Brasil Não presumir habilitação automática no SUS, integração pronta ou substituição do atendimento presencial.
E50 · Einstein Hospital Israelita Instituição privada sem fins lucrativos [S038] [S037]	Apoiar protocolos, capacitação e teleassistência em linhas de cuidado pactuadas. **Ativo que pode mobilizar:** Conhecimento clínico, protocolos, teleassistência, formação e gestão.	**Base informada:** Brasil e atuação de apoio à Região Norte Parcerias e programas específicos dependem de elegibilidade, disponibilidade e pactuação.
E51 · Philips Healthcare Empresa de grupo internacional [S089]	Avaliar equipamentos e serviços de diagnóstico com demanda, operação e manutenção definidas. **Ativo que pode mobilizar:** Equipamentos, fluxos de diagnóstico, integração técnica e manutenção.	**Base informada:** Brasil A atuação aqui é em tecnologia diagnóstica; o Tasy integra a Bionexo desde 2026.
E52 · Siemens Healthineers Brasil Empresa de grupo internacional [S050]	Planejar diagnóstico regional, capacidade instalada, formação e manutenção com indicadores assistenciais. **Ativo que pode mobilizar:** Tecnologia diagnóstica, automação e serviços especializados.	**Base informada:** Brasil Tecnologia requer profissionais, conectividade, demanda clínica, manutenção e validação de integração.
E53 · Rede D'Or Empresa [S049]	Avaliar cooperação assistencial, especialidades ou capacidade contratada quando houver viabilidade e habilitação. **Ativo que pode mobilizar:** Operação hospitalar, especialidades e gestão assistencial.	**Base informada:** Pará Presença privada não equivale a oferta ao SUS; financiamento, acesso e regras precisam de definição própria.
E54 · Accenture Brasil Consultoria internacional com operação brasileira [S055] [S035] [S056]	Apoiar arquitetura, integração e implantação gradual da rede digital. **Ativo que pode mobilizar:** Arquitetura de dados, integração, gestão de programas e desenho operacional.	**Base informada:** Brasil Consultoria remunerada, com transferência de conhecimento e custos proporcionais; não presume aporte de capital.

FONTES E IMPLANTAÇÃO / P08

Financiar e iniciar com responsabilidades

Os instrumentos a seguir correspondem a finalidades e tomadores diferentes. O eixo B apresenta o catálogo M01 a M36, com público, território, acesso e condições. A fonte e o serviço da dívida ou a obrigação de execução devem caber no projeto.

Finalidade	Caminho a estudar	Como aplicar
Continuidade assistencial	Orçamento e contratos da rede, conforme o capítulo	Dimensionar implantação, conectividade, integração, pessoal, suporte, armazenamento, manutenção e evolução.
Inovação específica	M08 · Finep	Estudar projetos elegíveis de desenvolvimento e inovação. A linha não substitui o custeio corrente dos serviços de saúde.

Finalidade	Caminho a estudar	Como aplicar
Investimento do prestador	Capital próprio e contratação compatível com a operação	O prestador define sua estrutura de capital. Pagamentos da rede dependem de contrato, serviço entregue e regras aplicáveis.

Teste inicial: Selecionar uma linha de cuidado, integrar unidades e prestadores, comprovar interoperabilidade e registrar fila, acesso, qualidade, custo e continuidade antes da expansão.

Resultado a medir: Tempo de acesso, resolutividade, continuidade, qualidade dos dados, disponibilidade e custo por entrega assistencial.

Aplicação em outros estados: Adaptar a arquitetura à rede, aos sistemas existentes e à capacidade regional, com padrões de interoperabilidade e proteção de dados comuns.

DO PARÁ AO BRASIL · PROJETO 08

Saúde conectada. Redes regionais e cuidado contínuo.

A arquitetura pode ser adaptada a outras redes estaduais com padrões comuns de interoperabilidade e proteção de dados. A organização assistencial, a regulação e a capacidade de atendimento são pactuadas no SUS de cada território.

No Pará, grandes distâncias e a circulação fluvial reforçam a importância de acesso assistido e coordenação regional. Outros estados podem priorizar integração metropolitana, filas de especialidades, linhas de cuidado ou redes rurais. A necessidade clínica e a capacidade de resposta orientam a escolha.

Dimensão	Como adaptar a outro estado
Dados e padrões	Integrar sistemas à RNDS conforme as especificações nacionais. Definir identificação, qualidade dos registros, acessos, segurança e responsabilidades sobre dados.
Rede assistencial	Pactuar fluxos entre atenção primária, especialidades e hospitais. Ajustar regulação, referência, contrarreferência e pontos presenciais à rede regional.
Acesso e operação	Dimensionar conectividade, suporte, equipes, teleassistência e contingência. Definir prazos por prioridade clínica e capacidade disponível.
Governança e custo	Envolver gestores, profissionais e controle social do SUS. Estimar custo total, contratos, portabilidade e continuidade, com supervisão clínica.

Primeiro teste de aplicação

Começar por uma linha de cuidado e uma região de saúde, mantendo continuidade assistencial. Validar integração, segurança e fluxo clínico; medir acesso e resolutividade, inclusive dos canais presenciais. Ampliar a rede após avaliação clínica, operacional e financeira.

Acesso

Cuidado

Operação

Espera por prioridade clínica e acesso por canal.

Continuidade, resolução e segurança assistencial.

Disponibilidade, qualidade dos dados e custo por caso.

Indicadores nacionais podem compartilhar definições; metas e níveis de serviço dependem da linha de base e da capacidade regional. A digitalização deve preservar atendimento assistido e contingência.

Conexões: 01 · Educação | 07 · Cidades | Eixos A, B, C e D

Base nacional: Ministério da Saúde, RNDS e guia oficial de implementação. Consulta editorial: novembro de 2026.

PARTE II

Quatro eixos de aplicação

Condições compartilhadas para transformar as propostas em uma carteira que possa ser preparada, financiada, executada e avaliada.

EIXO A Conselhos de Desenvolvimento Conhecimento local, representação e critérios públicos orientam as prioridades.

EIXO B Responsabilidade Fiscal e Financiamento Cada iniciativa precisa de custo de implantação, custeio, fonte e responsabilidade definidos.

EIXO C Infraestrutura para o Desenvolvimento A infraestrutura deve responder a uma demanda e ter condições de funcionar ao longo do tempo.

EIXO D Segurança e Prevenção Integrada Prevenção, serviços e atuação qualificada precisam ser coordenados e avaliados por território.

Os eixos se aplicam ao plano selecionado e à carteira como um todo. Sua intensidade e seus arranjos institucionais devem corresponder ao porte dos projetos e à capacidade de cada território.

LEITURA TRANSVERSAL

Antes de executar, responder em conjunto

Eixo	Pergunta de decisão	Evidência necessária
A · Governança	Quem decide, participa e responde?	Prioridades pactuadas, atribuições e rito de acompanhamento.
B · Fiscal	Quanto custa e como sustentar?	Investimento, custeio, fonte, risco e limite de exposição.
C · Estrutura	O projeto pode operar?	Demanda, estudos, licenças, contratação e manutenção.
D · Proteção	Quais riscos precisam de ação integrada?	Diagnóstico territorial, prevenção, atuação qualificada e indicadores.

Uma carteira, responsabilidades claras. O plano setorial descreve a intervenção; os eixos verificam suas condições de execução. A governança pode aproveitar instâncias existentes, com atribuições explícitas e coordenação proporcional.

Como aplicar em outros estados

A metodologia pode ser compartilhada; composição de conselhos, estrutura fiscal, regras locais, redes de infraestrutura e prioridades de segurança precisam de desenho próprio. A síntese de adaptação dos quatro eixos está ao final desta parte.

EIXO A

A Conselhos de Desenvolvimento

Governança e participação territorial



Imagem ilustrativa gerada por inteligência artificial.

IDEIA CENTRAL Conhecimento local, representação e critérios públicos orientam as prioridades.

Governança municipal, regional e estadual para transformar conhecimento social em plano de Estado

Governos passam. A sociedade fica. O planejamento precisa ficar.

1 Apresentação

Os Conselhos de Desenvolvimento são propostos como eixo de governança e territorialização: uma estrutura permanente de participação da sociedade civil, do empresariado, das universidades, das instituições técnicas e do poder público na construção de planos municipais, regionais e estadual.

O conhecimento necessário ao desenvolvimento está distribuído entre comunidades, empresas, trabalhadores, instituições de ensino e equipes públicas. A proposta é organizar essa experiência em diagnósticos, prioridades e projetos, com cooperação, critérios técnicos e acompanhamento dos resultados.

O objetivo é criar conselhos nos níveis municipal, regional e estadual para que cada município organize suas necessidades locais, vocações econômicas, gargalos e carteira de projetos. A soma dos planos locais alimenta uma estratégia estadual coerente, com todos trabalhando na mesma direção.

Diretriz: assegurar continuidade ao planejamento por meio de participação social, memória técnica e acompanhamento público, respeitando as competências das instituições.

Elemento	Função no Plano Moderniza Pará
Conselhos Municipais	Organizam prioridades locais, escutam a sociedade, envolvem empresários e estruturam a carteira municipal de projetos.
Conselhos Regionais	Integram municípios vizinhos, vocações comuns, gargalos regionais e projetos compartilhados.
Conselho Estadual	Consolida as agendas regionais, conecta-as ao Plano Moderniza Pará e transforma prioridades locais em plano de Estado.
Escritório de Projetos	Transforma ideias em projetos com escopo, orçamento, responsável, marcos de desenvolvimento e indicador.
Painel Público	Mostra metas, prazos, recursos, responsáveis, situação e resultados para a população.

2 A tese central

O conhecimento da sociedade precisa virar planejamento de Estado. O Estado não é dono do conhecimento. O conhecimento está nas pessoas, nas empresas, nas universidades, nas comunidades, nos produtores, nos trabalhadores, nos profissionais liberais e nas instituições locais.

As competências legais das instituições devem ser combinadas com conhecimento técnico, experiência territorial e participação social organizada. Essa cooperação amplia a qualidade do diagnóstico, da escolha de prioridades e da avaliação dos projetos.

Situação a enfrentar Organização proposta

Participação tardia Participação no diagnóstico e na avaliação.

Decisão concentrada Critérios públicos e consulta aos interessados.

Projetos sem Memória técnica e acompanhamento periódico. continuidade

Ações municipais Integração de prioridades regionais. isoladas

Reuniões sem Responsáveis, prazos e indicadores. encaminhamento

Princípio de cooperação: reunir conhecimento técnico e experiência local para orientar o planejamento, a execução e a avaliação, com participação equilibrada e responsabilidades explícitas.

3 O problema que o eixo resolve

As necessidades locais exigem continuidade do planejamento.

Mudanças de equipes e prioridades podem interromper projetos e reduzir a memória administrativa. Uma estrutura permanente de planejamento, documentação e avaliação ajuda a preservar o conhecimento acumulado e a dar continuidade às iniciativas consideradas viáveis.

As instituições legislativas representam a sociedade, deliberam e fiscalizam nos limites de suas competências. Os conselhos contribuem com informações,

prioridades e acompanhamento social, sem substituir as atribuições dos órgãos públicos.

• Cada município tem realidade própria, vocação própria e urgência própria.

• A sociedade conhece problemas que não aparecem nos gabinetes.

• O empresariado conhece gargalos que travam investimento e emprego.

• Universidades, IFPA, Sistema S e técnicos ajudam a transformar demanda em projeto viável.

• O Estado precisa enxergar a soma dos municípios para entregar resultado estadual.

Síntese do modelo: prioridades locais construídas com participação social alimentam os planos regionais e o planejamento estadual, com critérios técnicos e acompanhamento público.

4 Natureza e função do Eixo A

O Eixo A não substitui os oito projetos do Plano Moderniza Pará. Ele é a engrenagem de governança que permite que os projetos cheguem aos municípios com participação social, aderência local e capacidade de execução.

Definição	Conteúdo
Natureza	Eixo de governança, participação social, territorialização e integração federativa.
Finalidade	Organizar conselhos municipais, regionais e estadual para transformar conhecimento social em carteira de projetos.
Resultado esperado	Planos municipais integrados ao Plano Moderniza Pará e consolidados em um plano estadual de desenvolvimento.
Público envolvido	Sociedade civil, empresariado, universidades, entidades técnicas, vereadores, deputados, prefeitos, Governo do Estado e União.
Princípio central	O plano pertence à sociedade. Os governos executam, articulam, financiam e prestam contas.

5 Arquitetura institucional

Governança em cascata



O Sistema de Conselhos de Desenvolvimento deve funcionar em rede, com conhecimento local entrando na base, projetos pactuados subindo com método e execução retornando ao território em forma de resultado.

1. Sociedade organizada: bairros, comunidades, juventude, mulheres, entidades sociais e demais grupos territoriais.

2. Empresariado: comércio, indústria, agropecuária, turismo, mineração e serviços.

3. Conhecimento técnico: universidades, IFPA, Sebrae, Sistema S e especialistas.

4. Poder público: prefeituras, Governo do Estado, vereadores, deputados e União.

5. Conselho Municipal de Desenvolvimento: define prioridades locais e transforma demanda em agenda municipal.

6. Plano Municipal de Desenvolvimento: organiza a carteira de projetos com prazo, responsável, fonte de recurso e indicador.

7. Conselho Regional de Desenvolvimento: integra municípios vizinhos e projetos compartilhados.

8. Plano Regional de Desenvolvimento: organiza vocações regionais e gargalos comuns.

9. Conselho Estadual de Desenvolvimento: consolida planos regionais e os alinha ao Plano Moderniza Pará.

10. Plano de Estado: coloca todos os municípios na mesma direção, cada um cumprindo sua parte.

Regra de governança: os conselhos organizam conhecimento e participação social, respeitando as competências legais dos órgãos públicos.

A arquitetura em cascata permite que o plano nasça do território e suba com método: primeiro o município organiza suas prioridades; depois a região integra vocações e gargalos comuns; por fim, o Estado consolida as agendas e transforma a soma local em direção estratégica.

Nível	O que produz	Pergunta que responde
Municipal	Plano Municipal de Desenvolvimento e carteira local de projetos.	O que este município precisa fazer para gerar oportunidade e resolver seus gargalos?
Regional	Plano Regional de Desenvolvimento e projetos intermunicipais.	O que os municípios vizinhos precisam fazer juntos?
Estadual	Plano de Estado integrado ao Plano Moderniza Pará.	Como a soma das regiões entrega o futuro do Pará?

6 Conselho Municipal de Desenvolvimento

O Conselho Municipal de Desenvolvimento é a célula central do sistema. É nele que a sociedade local deixa de ser apenas ouvinte e passa a participar da construção das prioridades. Cada município deve montar seu conselho conforme a própria realidade, sem engessar o território.

Componente	Responsabilidade
Prefeitura	Executar políticas, fornecer dados, integrar secretarias e liderar a implantação local.

Componente	Responsabilidade
Câmara Municipal	Legislar, fiscalizar, ouvir comunidades e transformar prioridades em instrumentos legais.
Empresariado local	Apontar gargalos produtivos, oportunidades de investimento, demandas de mão de obra e parcerias.
Universidades, IFPA, Sistema S e Sebrae	Apoiar diagnóstico, qualificação, modelagem de projetos e formação profissional.
Sociedade civil e comunidades	Trazer demandas reais, acompanhar prioridades e monitorar resultados.
Setores produtivos e rurais	Organizar cadeias locais, cooperativas, agroindústria, serviços, turismo e abastecimento.

Regra de composição: nenhum grupo pode ter maioria sozinho.

Nem prefeitura, nem empresários, nem entidades. Governança boa é aquela em que todos sentam à mesa, mas ninguém leva a mesa para casa.

7 Conselhos Regionais de Desenvolvimento

O Pará é grande demais para ser pensado como se fosse um território único e homogêneo. Cada região tem vocações, distâncias, cadeias produtivas, desafios logísticos e oportunidades específicas. Por isso, o nível regional é indispensável.

• Integra municípios vizinhos em torno de problemas comuns.

• Evita que cada cidade tente resolver sozinha aquilo que exige escala regional.

• Organiza rotas turísticas, cadeias produtivas, infraestrutura, qualificação e saúde em rede.

• Apoia consórcios, pactos intermunicipais e projetos compartilhados.

• Prepara a agenda regional para chegar ao Conselho Estadual com maturidade técnica.

Exemplo de pauta regional	Resultado esperado
Turismo integrado	Roteiros, eventos e promoção conjunta, em vez de destinos isolados.
Cadeias produtivas	Produção, beneficiamento, logística, crédito e mercado articulados regionalmente.
Saúde e educação	Rede de atendimento, formação técnica e uso de estruturas regionais.
Infraestrutura	Estradas, energia, saneamento, conectividade e equipamentos de escala regional.
Pós-minério e transição econômica	Municípios mineradores preparando novas matrizes de renda antes da crise chegar.

8 Conselho Estadual de Desenvolvimento

O Conselho Estadual de Desenvolvimento deve receber as prioridades regionais, consolidar a carteira estadual de projetos e conectar o Plano Moderniza Pará ao orçamento, à legislação, aos bancos públicos, à União, ao setor privado e à cooperação institucional.

Ator	Papel no Conselho Estadual
Governo do Estado	Coordenação geral, integração das secretarias, orçamento, prioridades e articulação com a União.
Assembleia Legislativa	Legislação, fiscalização, audiências regionais, emendas e defesa das carteiras de projetos.
Municípios e consórcios	Apresentar planos locais e regionais, pactuar prioridades e executar parte das ações.
Empresariado e federações	Contribuir para ambiente de negócios, investimento, inovação, emprego, parcerias e contrapartidas.
Universidades e instituições técnicas	Produzir diagnóstico, indicadores, pesquisa aplicada, formação e avaliação de impacto.
Sociedade civil	Exercer controle social, legitimidade, escuta territorial e acompanhamento público.

Função institucional: apoiar o planejamento estadual com diagnóstico territorial e participação social, sem substituir as atribuições do Executivo.

9 Como trazer a sociedade para dentro

A participação social precisa deixar de ser apenas audiência pública para cumprir formalidade. A sociedade deve participar da construção, da escolha, do acompanhamento e da revisão dos projetos.

Momento	Forma de participação	Produto esperado
Antes do projeto	Escutas por bairro, distrito, comunidade, setor produtivo e grupos sociais.	Mapa de demandas, problemas e oportunidades.
Na escolha	Priorização pública com critérios claros: impacto, urgência, viabilidade e geração de resultado.	Lista de prioridades pactuadas.
Na modelagem	Contribuições técnicas, validação territorial e análise de riscos locais.	Projeto mais aderente à realidade.
Na execução	Acompanhamento de prazo, qualidade, orçamento e comunicação pública.	Controle social ativo.
Depois da entrega	Avaliação de resultado e manutenção.	Correção de rota e aprendizado institucional.

Princípio: a participação da população deve ocorrer no diagnóstico, na definição de prioridades e na avaliação dos projetos, com acesso às informações.

10 Como trazer o empresariado para dentro

A participação empresarial pode contribuir para identificar gargalos, avaliar oportunidades e apoiar projetos, qualificação e inovação. Ela deve ocorrer com transparência e em equilíbrio com os demais participantes.

Contribuição empresarial: trazer experiência de gestão, conhecimento de mercado e capacidade de investimento e cooperação para o desenvolvimento do território, com critérios públicos e prevenção de conflitos de interesse.

O que o empresariado oferece	O que o território ganha
Gestão e visão prática	Projetos mais realistas, com custo, prazo, manutenção e operação.
Investimento e parceria	Apoio a projetos, PPPs, concessões, patrocínios transparentes e adoção de espaços.
Conhecimento de mercado	Identificação de gargalos de mão de obra, logística, crédito, burocracia e demanda.
Capacidade de execução	Projetos de capacitação, compras locais, inovação e mentoria empresarial.
Rede de relacionamento	Acesso a bancos, fornecedores, investidores e instituições nacionais.

Medidas de mobilização:

- Criar Mesa Empresarial Permanente vinculada ao Conselho Municipal.
- Realizar café mensal de desenvolvimento com pauta curta e objetiva.
- Apresentar carteira de projetos a bancos, cooperativas de crédito e investidores.
- Criar selo Empresa Parceira do Desenvolvimento, com critérios públicos e conteúdo efetivo.
- Permitir participação técnica, institucional, operacional e financeira, sempre com transparência.

11 Competências institucionais

Os conselhos organizam contribuições e prioridades. Os Executivos planejam, contratam e executam nos limites de suas competências; os Legislativos deliberam e fiscalizam. A cooperação deve preservar essa divisão de responsabilidades e apoiar-se em evidências e indicadores.

Ator público	Papel correto no modelo
Prefeito	Executar a agenda municipal, mobilizar secretarias, enviar projetos de lei e prestar contas.

Ator público	Papel correto no modelo
Vereadores	Fiscalizar, legislar, representar comunidades e acompanhar a execução do Plano Municipal.
Deputados estaduais	Articular recursos, defender projetos regionais, criar marcos legais e cobrar o Governo do Estado.
Governo do Estado	Integrar políticas, financiar prioridades, dar escala, apoiar municípios e consolidar o plano estadual.
União	Apoiar com programas nacionais, convênios, bancos federais, infraestrutura e marcos regulatórios.

Limite de competência: obras e serviços são executados pelos órgãos e entes responsáveis. A atuação legislativa concentra-se em legislação, orçamento, fiscalização e representação institucional.

12 Método de trabalho

O fluxo deve transformar a demanda local em projeto executável:

1. Escuta: bairros, setor produtivo e comunidades.
2. Diagnóstico: dados, gargalos e vocações.
3. Priorização: escolha do que gera mais resultado.
4. Carteira: projetos com escopo e custo.
5. Captação: orçamento, bancos, PPPs e convênios.
6. Execução: responsável, prazo e contrato.
7. Monitoramento: indicadores públicos.
8. Correção: ajuste e prestação de contas.

A entrada na carteira deve exigir prazo, responsável, orçamento, fonte de recurso e indicador. A organização desses elementos permite avaliar a maturidade e acompanhar a execução de cada projeto.

Cada reunião deve produzir encaminhamentos documentados, responsáveis e prazos. A continuidade do conselho depende de rotinas de acompanhamento e prestação de contas.

- Toda reunião deve terminar com encaminhamento, responsável e prazo.
- Toda demanda deve virar diagnóstico, projeto ou justificativa pública de inviabilidade.
- Toda prioridade deve ser classificada por urgência, impacto, custo e viabilidade.
- Todo projeto aprovado deve entrar no painel público com situação e indicador.
- Todo ano deve haver revisão pública da carteira municipal, regional e estadual.

13 Escritório de Projetos e Painel Público

O Escritório de Projetos é o braço técnico da governança. Ele transforma demandas em projetos com escopo, orçamento, fonte de recurso, marcos de desenvolvimento, riscos, indicadores e plano de manutenção.

Instrumento	Função	Resultado
Escritório de Projetos	Modelar projetos, buscar recursos, organizar documentos, calcular custos e acompanhar entregas.	Ideias viram projetos financiáveis.
Painel Público de Indicadores	Publicar metas, prazos, recursos, responsáveis, situação e resultados.	A sociedade acompanha sem depender de boato.
Carteira Oficial de Projetos	Listar prioridades pactuadas por município, região e Estado.	Gestão ganha foco.
Relatório Trimestral	Prestar contas sobre avanços, atrasos e correções de rota.	A governança permanece ativa depois do lançamento.

Critério de entrada: nenhum projeto deve entrar na carteira oficial sem nome, problema que resolve, público beneficiado, responsável, orçamento, fonte de recurso, prazo, indicador e forma de manutenção.

14 Integração com os oito projetos

Os conselhos funcionam como mecanismo de territorialização dos oito projetos. Cada projeto mantém sua identidade, mas passa a ter uma porta de entrada municipal e regional, garantindo adaptação à realidade local.

Projeto do Moderniza Pará	Como os conselhos ajudam
1. Educação para a Vida	Mapeiam demandas de formação, evasão, transporte, escolas técnicas, oportunidades de estágio e trilhas profissionais locais.
2. Pequenos Negócios	Identificam MEIs, pequenos negócios, gargalos de crédito, capacitação, compras locais e mercados regionais.
3. Regularização Mineral	Apoiam regularização, transparência, segurança jurídica, controle social e organização de trabalhadores e cooperativas.
4. Transformação Mineral	Pactuam pós-minério, fornecedores locais, indústria, formação técnica, inovação e retenção de riqueza no território.
5. Turismo Integrado	Integram turismo, cultura, economia local, conservação, educação ambiental e oportunidades para comunidades.
6. Plano de Produção Territorial	Organizam cadeias produtivas, agroindústria, cooperativas, logística, assistência técnica e acesso a mercado.
7. Habitação e Cidades Integradas	Priorizam bairros, regularização, saneamento, infraestrutura, equipamentos públicos e urbanização com escuta local.
8. Projeto Saúde Digital Integrada	Acompanham filas, acesso, telemedicina, regulação, exames, atendimento regional e satisfação do cidadão.

15 Referência de governança territorial

Experiências brasileiras de continuidade institucional, identidade territorial, participação empresarial e calendário organizado mostram que cidades e setores produtivos crescem mais quando há governança permanente e construção coletiva de valor econômico. A aplicação ao Pará deve aproveitar o método, nunca copiar estética ou soluções deslocadas da realidade amazônica.

O que aproveitar	O que evitar
Governança com participação do setor público, empresariado e sociedade.	Importar estética, cenografia ou modelos artificiais incompatíveis com o território.
Calendário, continuidade, profissionalização e identidade do território.	Evento isolado sem estratégia econômica e sem manutenção institucional.
Empresário como parceiro estratégico do território.	Empresário como mero patrocinador de ações pontuais.
Projetos com dono, prazo, padrão de qualidade e monitoramento.	Reunião protocolar, fotografia oficial e nenhum indicador.

Aplicação no Pará: aproveitar instâncias existentes, definir atribuições e organizar câmaras técnicas quando necessário. Os comitês setoriais descritos nos capítulos podem compartilhar apoio técnico, dados e prestação de contas, conforme as competências de cada área.

16 Regras de proteção contra captura

Trazer o empresariado para dentro não pode significar entregar a agenda pública a interesses privados. A governança precisa equilibrar participação, transparência e controle social.

- Atas públicas e calendário fixo de reuniões.
- Declaração de conflito de interesse antes de cada deliberação relevante.
- Empresa não vota em projeto que a beneficie diretamente.
- Critérios públicos para patrocínio, adoção, PPP, concessão e apoio institucional.
- Composição equilibrada entre governo, sociedade, setor produtivo e conhecimento técnico.
- Painel público com projetos, prazos, valores, responsáveis e resultados.
- Prestação de contas trimestral e conferência anual de desenvolvimento.
- Auditoria, controle interno, Ministério Público e tribunais de contas como instâncias de fiscalização, quando cabível.

Regra de participação: interesses empresariais devem ser declarados e tratados de forma transparente. A sociedade participa da definição das prioridades e do acompanhamento dos recursos e resultados.

17 Frentes de desenvolvimento da governança

Frente de desenvolvimento	Contribuições propostas
1. Preparação	Estrutura normativa do eixo, mapa de atores, metodologia, modelo de conselho, modelo de escuta e calendário inicial.
2. Mobilização	Reuniões com prefeitos, vereadores, empresários, universidades, comunidades e entidades regionais.
3. Escutas locais	Escutas municipais, diagnóstico rápido, prioridades iniciais e instalação dos primeiros conselhos-piloto.
4. Carteira de projetos	Planos municipais-piloto, carteira de projetos, painel público, matriz de responsabilidades e captação inicial.
5. Escala estadual	Conselhos regionais, Conselho Estadual, conferência anual e integração formal ao Plano Moderniza Pará.

A implantação deve começar com pilotos em municípios de perfis diferentes: minerador, turístico, agroprodutivo, ribeirinho, metropolitano, polo regional e município de bioeconomia. O objetivo é testar o método antes de escalar para todo o Estado.

18 Produtos institucionais esperados

- Projeto de lei estadual instituindo o Sistema Paraense de Conselhos de Desenvolvimento.
- Modelo de projeto de lei municipal para criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Territorial.
- Regimento padrão dos conselhos, com adaptação local.
- Manual de metodologia das escutas públicas e empresariais.
- Modelo de carteira municipal de projetos.
- Modelo de painel público de indicadores.
- Roteiro para conferência anual de desenvolvimento.
- Termo de adesão para municípios, entidades empresariais, universidades e organizações sociais.
- Agenda anual de reuniões municipais, regionais e estadual.
- Relatório anual consolidado do Plano Moderniza Pará nos municípios.

Resultado esperado: uma rede permanente de cooperação entre sociedade, municípios e instituições estaduais, com projetos e indicadores acessíveis.

19 Transparência e informação

A informação deve ser clara, acessível e útil ao acompanhamento dos projetos, explicando responsabilidades, critérios, prazos e resultados para apoiar a participação da sociedade.

Termo técnico	Como falar com a população
Conselho de Desenvolvimento	Mesa permanente em que a cidade decide suas prioridades com participação da sociedade.
Governança territorial	Todo mundo trabalhando com plano, prazo e responsabilidade.
Carteira de projetos	Lista organizada do que precisa ser feito, com custo, responsável e prazo.
Indicadores públicos	Painel para qualquer pessoa ver se o projeto está andando ou sendo adiado.
Plano de Estado	Um caminho que continua mesmo quando muda o governo.

Participação territorial: moradores, trabalhadores, estudantes e empreendedores devem ter canais para apresentar evidências, propor prioridades e acompanhar as respostas das instituições.

20 Síntese do modelo de governança

A proposta organiza a cooperação municipal, regional e estadual a partir das necessidades, das vocações e do conhecimento de cada território. A participação social deve ocorrer desde o diagnóstico até a avaliação dos resultados.

Os conselhos reúnem contribuições da sociedade, do empresariado, das universidades e das instituições técnicas. O poder público mantém as atribuições de planejamento e execução, e os Legislativos exercem suas competências de deliberação e fiscalização.

O método transforma demandas em diagnósticos, projetos, fontes de financiamento, execução e avaliação. A carteira deve registrar critérios de prioridade, responsáveis, custos, prazos e condições de manutenção.

A integração entre planos municipais e regionais pode apoiar prioridades estaduais compartilhadas. A governança deve preservar a autonomia dos entes, a diversidade territorial e a transparência das decisões.

Continuidade: documentar projetos, decisões e indicadores para preservar a memória institucional e permitir avaliação e aperfeiçoamento ao longo do tempo.

21 Conclusão do eixo

Os Conselhos de Desenvolvimento são propostos como instrumento de organização das prioridades territoriais, com participação, critérios técnicos, responsabilidade e avaliação.

Os Conselhos de Desenvolvimento são a ponte entre o plano e a vida real dos municípios. Eles permitem que cada cidade diga ao Estado o que precisa, o que pode produzir, o que precisa destravar e como pode contribuir para o futuro coletivo.

A integração das prioridades municipais e regionais deve orientar a cooperação estadual, respeitando a diversidade dos territórios e as condições de execução de cada projeto.

O planejamento deve reunir conhecimento técnico, experiência local e participação social com continuidade, transparência e indicadores.

EIXO B

B

Responsabilidade Fiscal e Financiamento

Custos, fontes e integridade do gasto



Imagem ilustrativa gerada por inteligência artificial.

IDEIA CENTRAL Cada iniciativa precisa de custo de implantação, custeio, fonte e responsabilidade definidos.

O eixo que faz o futuro caber no orçamento

O dinheiro público somente vira futuro quando cada real tem fonte, meta, controle, transparência e resultado.

O Eixo B estabelece a matriz fiscal que deve acompanhar todos os projetos do Plano Moderniza Pará: fonte de recurso, fase de execução, custo, manutenção, indicador, controle e prestação de contas.

O Plano Moderniza Pará não pode ser uma lista de boas intenções. Cada projeto precisa mostrar de onde virá o dinheiro, como o gasto será priorizado, qual parte pode vir da iniciativa privada, como a arrecadação pode crescer sem esmagar o contribuinte, quais incentivos fiscais terão contrapartida e como o Estado combaterá desperdício, desvio e sobrepreço.

1 Visão estadual do eixo fiscal

Item	Definição proposta
Base de partida	Política fiscal transversal para garantir que todos os projetos do Plano Moderniza Pará tenham fonte, fase, meta, controle e resultado.
Natureza concreta	Eixo de sustentação: não substitui os oito projetos; disciplina o financiamento e a integridade de todos eles.
Regra principal	Nenhuma entrega entra no plano sem estimativa de custo, fonte possível, custeio permanente, manutenção e indicador público.
Resultado esperado	Mais capacidade de investimento, menos desperdício, mais confiança pública, mais arrecadação por crescimento e mais entrega concreta.

2 Diagnóstico técnico do financiamento público

O maior risco de um plano de modernização é prometer obra, escola, saúde, tecnologia, emprego e segurança sem resolver a pergunta básica: quem paga, quanto custa e como fiscaliza? Política pública sem engenharia fiscal vira inauguração bonita e execução torta.

Ponto crítico	Risco se não corrigir	Correção proposta
Projeto sem fonte	Interrupção da operação ao cessar o apoio inicial.	Matriz obrigatória de fonte, fase, custo, custeio e manutenção.
Obra sem projeto executivo	Aditivos, atraso, sobrepreço e judicialização.	Projeto completo, orçamento de referência, matriz de risco e auditoria preventiva.
Custeio esquecido	Equipamento novo sem operação, manutenção ou pessoal.	Separar investimento inicial de custeio anual e reposição.
Contrato ruim	Compra cara, entrega fraca e fiscalização simbólica.	Compra planejada, banco de preços, medição por resultado e painel público.

Ponto crítico	Risco se não corrigir	Correção proposta
Incentivo fiscal sem meta	Renúncia de receita sem emprego, investimento ou retorno.	Contrapartida, prazo, transparência, avaliação anual e cláusula de reversão.
Arrecadação dependente de aumento de imposto	Aumento de custo para quem já produz e risco de informalidade.	Formalização, tecnologia fiscal, legalidade, crescimento produtivo e combate à sonegação.

3 Justificativa estadual

O Pará precisa crescer, investir e entregar mais. Mas crescimento público duradouro não nasce de gasto desorganizado. Nasce de um Estado que corta desperdício, protege o orçamento, atrai investimento, cobra resultado e usa cada real como alavanca de desenvolvimento.

Diretriz fiscal: avaliar a qualidade do gasto, reduzir desperdícios e aprimorar o uso dos recursos existentes antes de propor novas exigências ao contribuinte.

4 Premissas fiscais para o Pará

A sustentabilidade do Plano Moderniza Pará deve considerar território, economia, orçamento, capacidade de execução e regras fiscais. A mesma matriz não serve para todos os municípios, mas a disciplina precisa ser a mesma para todos os projetos.

Premissa	Aplicação prática no plano
Território diverso	Organizar custos e fontes por Região de Integração, município, bairro, etapa e tipo de entrega.
Orçamento limitado	Priorizar ações de maior impacto e menor risco fiscal, evitando dispersão de recursos.
Custeio permanente	Nenhuma política deve nascer sem previsão de operação, manutenção, pessoal e reposição.
Crescimento econômico	Empreendedorismo, mineração legal, indústria, turismo, produção territorial, moradia e saúde digital devem ampliar base econômica e receita.
Setor privado	Atuar com investimento, PPP, concessão, doação estruturada, tecnologia, capacitação e compras locais, preservando o comando público.
Incentivos fiscais	Usar benefícios como instrumento de desenvolvimento, com prazo, meta, contrapartida e transparência.
Integridade	Combater sobrepreço, desvio, fraude, desperdício, aditivo sem critério, obra parada e contrato sem resultado.

Regra de ouro: todo projeto precisa responder a seis perguntas antes de entrar no Plano Moderniza Pará: qual problema resolve, quanto custa, de onde vem o dinheiro, quem executa, como fiscaliza e qual resultado entrega.

5 Marco legal, fiscal e estratégico

O eixo fiscal deve observar as normas de responsabilidade fiscal, orçamento, contratação, transparência, integridade, parcerias e incentivos. A viabilidade depende de compatibilidade jurídica, capacidade de execução e sustentabilidade financeira.

Marco	O que orienta	Como o eixo responde
Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal	Estabelece normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal.	Exige impacto orçamentário, fonte, compatibilidade com PPA, LDO e LOA, além de controle de renúncia fiscal.
Lei nº 4.320/1964	Estrutura normas gerais de direito financeiro, orçamento e balanços públicos.	Separa despesa por função, projeto, fonte, categoria econômica e centro de custo.
Lei nº 14.133/2021	Regula licitações e contratos administrativos.	Aplica planejamento, matriz de riscos, pesquisa de preços, fiscalização contratual, transparência e gestão por resultado.

Marco	O que orienta	Como o eixo responde
Lei nº 11.079/2004	Regula parcerias públicoprivadas.	Usa PPPs para infraestrutura, manutenção, energia, tecnologia e serviços de apoio quando houver vantagem fiscal e operacional.
Lei nº 8.987/1995	Regula concessões e permissões de serviços públicos.	Aplica concessão em serviço com tarifa, regulação, metas, qualidade e proteção do usuário.
Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação	Assegura acesso à informação pública.	Publica contratos, valores, fontes, metas, aditivos, medições e indicadores.
Lei nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção	Responsabiliza pessoas jurídicas por atos contra a administração pública.	Exige integridade, prevenção de fraude e sanções para corrupção e conluio.
Emenda Constitucional nº 132/2023 e Lei Complementar nº 214/2025	Estruturam a reforma tributária do consumo e a transição para IBS / CBS.	Planejam incentivos e arrecadação considerando a transição tributária e as novas regras.

6 Objetivos do eixo

Objetivo geral

Criar uma matriz fiscal transversal para que todos os projetos do Plano Moderniza Pará tenham financiamento sustentável, responsabilidade orçamentária, controle de integridade, participação privada regulada, incentivos fiscais condicionados e combate permanente ao desperdício, desvio e sobrepreço.

Objetivos específicos

- Separar investimento inicial, custeio anual, manutenção, pessoal, tecnologia, equipamentos e avaliação.
- Indicar fontes possíveis de financiamento para cada entrega e cada fase do plano.
- Priorizar gastos que gerem impacto mensurável, redução de desperdício ou aumento sustentável de receita.
- Atrair investimento privado sem transferir o comando das políticas públicas essenciais.
- Condicionar incentivos fiscais a metas de emprego, formalização, investimento, inovação, compra local e arrecadação futura.
- Instituir mecanismos de prevenção contra sobrepreço, aditivos abusivos, obra parada, contrato ruim e desvio de finalidade.

7 Matriz fiscal obrigatória dos projetos

Gate fiscal de cada entrega



Campo obrigatório	O que deve constar
Problema público	Qual carência concreta será resolvida e em qual território.
Entrega prevista	Produto claro: escola, laboratório, UBS, sistema, estrada, iluminação, curso, regularização, equipamento ou serviço.
Custo de implantação	Valor estimado para iniciar, construir, comprar, modernizar ou estruturar.
Custeio permanente	Despesa anual com equipe, energia, alimentação, transporte, tecnologia, insumos e operação.
Manutenção	Reposição, conserto, atualização tecnológica, limpeza técnica e garantia de funcionamento.
Fonte de recurso	Orçamento estadual, federal ou municipal; fundo; emenda; crédito; PPP; concessão; parceiro privado; ou receita nova.
Indicador de resultado	Como provar que a entrega funcionou: acesso, qualidade, economia, receita, segurança, emprego, aprendizagem ou saúde.

8 Fontes de financiamento e sustentabilidade

O financiamento do Plano Moderniza Pará deve combinar fontes. Nenhuma delas resolve tudo sozinha. O método correto é montar carteira por projeto, território e fase, com prudência fiscal e transparência.

Fonte	Uso sugerido	Trava fiscal
Orçamento estadual	Base de custeio, pessoal, manutenção, contrapartidas, tecnologia, planejamento e entregas prioritárias.	Reorganizar prioridades e proteger o essencial sem criar gasto permanente sem fonte.
Apoio federal e transferências	Programas federais, convênios, fundos setoriais, PAC, emendas, saúde, educação, segurança e infraestrutura.	Buscar recursos com projeto pronto, meta, marcos de desenvolvimento, licença e capacidade de execução.
Emendas parlamentares	Equipamentos, obras pontuais, veículos, laboratórios, tecnologia e infraestrutura comunitária.	Usar como complemento, não como pilar único de política permanente.
Operações de crédito responsáveis	Infraestrutura estruturante, tecnologia e modernização com retorno social e econômico.	Respeitar capacidade de pagamento, limites legais e evitar dívida para custeio comum.
PPPs e concessões	Infraestrutura, iluminação, energia, conectividade, saneamento, manutenção e serviços de apoio.	Pagar por desempenho, com matriz de risco, verificador independente e controle público.
Investimento privado e institucional	Qualificação, tecnologia, inovação, doações estruturadas, compra local e projetos produtivos.	Preservar interesse público, transparência e ausência de captura da política.
Receita nova por crescimento	Formalização, mineração legal, indústria, turismo, produção territorial, moradia regularizada e saúde digital.	Usar projeções conservadoras e somente ampliar despesa permanente quando a receita se confirmar.

9 Priorização dentro do orçamento

A primeira decisão fiscal é escolher. O orçamento precisa deixar de financiar gasto automático de baixa entrega para abrir espaço a políticas que transformam vidas, geram oportunidade, reduzem custo futuro e aumentam a confiança pública.

Frente	Aplicação prática
Revisão de contratos	Mapear contratos caros, duplicados, mal medidos ou com baixa entrega.
Obras paradas	Priorizar retomada, conclusão ou encerramento responsável de passivos.
Compras centralizadas	Ganhar escala em itens comuns, sem eliminar especificidades territoriais.
Digitalização útil	Reduzir papel, fila, deslocamento, retrabalho e pagamento indevido.

Frente	Aplicação prática
Manutenção preventiva	Gastar menos consertando antes de quebrar.
Orçamento por resultado	Vincular recursos a metas, indicadores e entrega real.

10 Aumento de arrecadação sem aumento de imposto

A proposta não começa aumentando alíquota. Começa aumentando atividade econômica, formalização, rastreabilidade e inteligência fiscal. A base cresce quando o Pará produz mais, registra mais, vende mais, transforma mais e desperdiça menos.

Caminho	Como amplia a base econômica e fiscal
Formalização de pequenos negócios	Menos burocracia, orientação, crédito produtivo, nota fiscal e mercado.
Mineração legal e rastreável	Mais licenças, rastreabilidade, nota, CFEM, redução de conflito e previsibilidade.
Industrialização e verticalização	Transformar riqueza no Pará, gerando valor agregado, empregos técnicos e arrecadação.
Turismo, cultura e bioeconomia	Serviços, hotelaria, alimentação, transporte, eventos, guias e produção local.
Produção territorial	Contratos, agroindústria, cooperativas, logística e compras institucionais.
Regularização urbana e fundiária	Segurança jurídica, construção, serviços, financiamento, IPTU municipal e economia local.
Saúde digital	Menos exame repetido, deslocamento desnecessário, absenteísmo, fila e gasto improdutivo.
Inteligência fiscal	Cruzamento de dados, autorregularização, recuperação de créditos e combate à sonegação.

11 Iniciativa privada, concessões e PPPs

A iniciativa privada deve entrar onde melhora a execução, antecipa investimento, reduz risco operacional ou amplia capacidade de entrega. Parceria não é cheque em branco. O poder público define prioridade; o contrato define meta; a fiscalização protege o cidadão.

Modelo	Onde pode ajudar	Condição de responsabilidade
PPP de infraestrutura	Construção, modernização, manutenção, eficiência energética, conectividade e gestão predial.	Educação, saúde e segurança continuam sob diretriz pública. Paga-se por disponibilidade e desempenho.
Concessões de serviços	Saneamento, iluminação, terminais, parques, equipamentos turísticos e serviços regulados.	Tarifa, qualidade, acesso, metas e equilíbrio econômico-financeiro sob regulação.
Contratos de performance	Energia, iluminação, tecnologia, manutenção e gestão de frota.	Pagamento condicionado a economia, disponibilidade ou resultado medido.
Investimento social privado	Qualificação, laboratórios, esporte, cultura, inovação e incubação de negócios.	Sem captura da agenda pública e com transparência do apoio.
Compras de impacto local	Fornecedores locais, agricultura familiar, uniformes, manutenção, alimentação e serviços.	Critérios legais, competitividade, qualificação e compras regionalizadas quando cabível.

Regra do eixo:

PPP boa entrega serviço funcionando. PPP ruim vira dívida disfarçada. Por isso, são indispensáveis estudo técnico, matriz de risco, transparência, meta e fiscalização independente.

12 Incentivos fiscais inteligentes e condicionados

Incentivo fiscal não é presente para empresa. É investimento público indireto. Se o Estado abre mão de parte da receita, precisa receber algo maior em troca: emprego, renda, formalização, tecnologia, compra local, verticalização e arrecadação futura.

Condição	Como medir	Trava
Emprego formal	Número de empregos diretos e indiretos, qualidade dos vínculos e prioridade para mão de obra local.	Perda gradual do benefício se a meta mínima não for cumprida.
Investimento produtivo	Implantação, ampliação, modernização, inovação ou aquisição de bens produtivos.	Benefício somente é liberado conforme investimento comprovado.
Compra local	Percentual de fornecedores do Pará quando houver fornecedor apto e competitivo.	Relatório anual de compras e desenvolvimento de fornecedores.
Qualificação profissional	Apoio a cursos técnicos, estágio, primeiro emprego, aprendizagem ou formação local.	Plano de formação com instituições credenciadas e metas por território.
Regularidade fiscal, trabalhista e ambiental	Ausência de dívida irregular, degradação ou precarização.	Suspensão ou revisão em caso de irregularidade grave.
Prazo e avaliação	Benefício com início, fim, revisão anual, meta e transparência.	Revisão técnica para qualquer renovação.
Cláusula de reversão	Verificação de descumprimento de contrapartida.	Revisão, redução ou cancelamento, com possibilidade de devolução de vantagem indevida quando cabível.
Painel público de incentivos	Valor estimado, empresa, território, contrapartidas, empregos e resultado.	Controle social e comparação entre renúncia e retorno.

Incentivos devem ter contrapartidas verificáveis, cálculo de renúncia, prazo, critérios de avaliação e prestação de contas.

13 Combate ao desperdício, desvio e sobrepreço

A primeira fonte de financiamento é parar de perder dinheiro. Cada real desperdiçado é uma vaga a menos, uma lâmpada apagada, um laboratório quebrado, uma obra parada ou uma família sem resposta.

Portão de controle	Exigência mínima
Antes de contratar	Projeto executivo, termo de referência, estimativa de demanda, orçamento de referência, análise de custo total, pesquisa de preço e fonte de pagamento.
Durante a execução	Fiscal responsável, medição por etapa, fotos georreferenciadas, diário de obra digital, controle de aditivos, marcos de desenvolvimento e pagamento por entrega.
Depois da entrega	Avaliação de resultado, garantia, manutenção, auditoria, custo de operação e comparação entre prometido e entregue.

Mecanismo	Aplicação prática
Banco público de preços	Comparar com referências oficiais, mercado, histórico, atas válidas, SINAPI / SICRO quando cabível e compras similares.
Auditoria preventiva	Controle interno acompanha antes da assinatura, antes do aditivo e antes do pagamento relevante.
Painel de contratos	Publicar contrato, fornecedor, valor, marcos de desenvolvimento, medições, aditivos, fiscal responsável e resultado.
Matriz de risco	Definir quem responde por atraso, variação de preço, falha técnica, manutenção, seguro e desempenho.

Mecanismo	Aplicação prática
Pagamento por resultado	Pagar por escola funcionando, sistema ativo, lâmpada acesa, praça mantida, serviço entregue e meta cumprida.
Alerta de sobrepreço	Bloquear contratação fora da curva até justificativa técnica e validação independente.

14 Governança fiscal, integridade e controle social

A governança deve conectar planejamento, fazenda, controle interno, compras, procuradoria, órgãos executores, municípios, setor produtivo e sociedade. Sem responsável, orçamento vira conversa. Sem controle, conversa vira problema.

Ator	Responsabilidade proposta
Grupo Executivo Fiscal do Plano Moderniza Pará	Validar matriz de financiamento, priorização, marcos de desenvolvimento, riscos fiscais e indicadores.
Fazenda e Planejamento	Projetar receitas, limites, fontes, impacto orçamentário, compatibilidade com PPA, LDO e LOA e renúncia fiscal.
Controle Interno e Procuradoria	Atuar preventivamente em modelagens, licitações, aditivos, PPPs, incentivos e contratos relevantes.
Órgãos executores	Elaborar projeto, orçamento, marcos de desenvolvimento, plano de manutenção, prestação de contas e relatório de resultado.
Municípios	Pactuar contrapartidas, manutenção, território, cadastros, iluminação, zeladoria, regularização e serviços locais.
Setor produtivo e instituições	Apoiar qualificação, investimento, tecnologia, contratação, inovação, PPPs e desenvolvimento de fornecedores.
Sociedade e controle social	Acompanhar painéis, ouvidoria, entregas, qualidade do serviço e prioridades territoriais.

15 Frentes de desenvolvimento dos instrumentos fiscais

Frente de desenvolvimento	Contribuições propostas
0. Padronização fiscal	Criar matriz fiscal, manual de integridade, carteira de fontes, critérios de prioridade e modelo de painel.
1. Aplicação nos projetos-piloto	Inserir a matriz fiscal nos primeiros projetos e projetos executivos.
2. Carteira de investimentos	Organizar projetos por território, fonte, risco, prazo e impacto.
3. PPPs, incentivos e receita nova	Modelar parcerias, contratos de performance, incentivos com contrapartida e ações de formalização.
4. Avaliação e possível expansão	Avaliar resultado, corrigir desperdício, ampliar o que funciona e cortar o que não entrega.

16 Indicadores, riscos e transparência

O eixo fiscal precisa de painel público. Transparência não é enfeite: é proteção contra improviso. O cidadão deve saber quanto custa, quem paga, quem executa, o que foi entregue e se o resultado apareceu.

Dimensão	Indicadores principais
Orçamento	Execução por projeto, fonte, território, etapa, centro de custo, investimento, custeio e manutenção.
Eficiência	Economia em compras, contratos revisados, aditivos evitados, obras retomadas, gasto evitado e produtividade.
Integridade	Alertas de sobrepreço, auditorias preventivas, achados corrigidos, sanções, ouvidoria e denúncias tratadas.

Dimensão	Indicadores principais
Arrecadação	Formalização, nota fiscal, recuperação de créditos, CFEM, ICMS, receita turística, produção territorial e base ativa.
Incentivos	Renúncia estimada, empresas beneficiadas, empregos, investimentos, contrapartidas, prazo e resultado líquido.
Entrega social	Aprendizagem, saúde, emprego, segurança, moradia, infraestrutura, renda, satisfação e permanência do resultado.

Matriz de riscos fiscais

Risco	Impacto	Prevenção
Prometer sem fonte	O plano perde credibilidade e vira despesa sem cobertura.	Cada ação com fonte, fase, custo, custeio e manutenção antes da divulgação.
Crescimento abaixo do esperado	Receita nova demora e pressiona orçamento.	Projeções conservadoras, gatilhos de expansão e revisão anual.
PPP mal modelada	Dívida disfarçada, serviço caro ou contrato travado.	Estudo técnico, matriz de risco, teto fiscal e pagamento por desempenho.
Incentivo sem retorno	Renúncia fiscal sem desenvolvimento.	Prazo, meta, avaliação, transparência e cláusula de reversão.
Sobrepreço e aditivo abusivo	Desperdício, suspeita e paralisação.	Banco de preços, projeto executivo, auditoria preventiva e painel público.
Obra sem manutenção	Entrega inaugura bem e morre rápido.	Custeio permanente, manutenção preventiva e indicador de funcionamento.

17 Produtos institucionais do eixo

Produto	Finalidade
Matriz Fiscal do Plano Moderniza Pará	Definir fonte, fase, custo, custeio, manutenção, risco e indicador para cada entrega.
Manual de Integridade nas Entregas	Padronizar projeto, preço, auditoria preventiva, fiscalização, medições, aditivos, sanções e transparência.
Carteira de Fontes de Financiamento	Mapear orçamento, transferências, fundos, emendas, crédito, PPPs, concessões, setor privado e receita nova.
Política de Incentivos com Contrapartida	Definir critérios, metas, prazos, transparência e avaliação de incentivos fiscais.
Painel de Contratos e Resultados	Publicar contratos, valores, fontes, pagamentos, aditivos, entregas, indicadores e economias.
Relatório Anual de Resultado Fiscal	Apresentar economia gerada, receita ampliada, renúncias avaliadas, riscos e correções.

18 Síntese da proposta

O Plano Moderniza Pará não é um plano para gastar mais por gastar. É um plano para gastar melhor, crescer mais e transformar crescimento em futuro. Todo projeto precisa dizer quanto custa, de onde vem o dinheiro, como será fiscalizado e qual resultado será entregue.

A estratégia combina melhoria da qualidade do gasto, revisão de prioridades, acesso a fontes federais, fundos e parcerias com a iniciativa privada. A ampliação da base econômica depende de formalização, legalidade, investimento e produtividade. Incentivos fiscais devem observar prazo, contrapartidas, avaliação e prestação de contas.

Todo projeto deve explicitar custos, fontes, metas e mecanismos de controle.

19 Conclusão técnica

O eixo reúne condições de financiamento e integridade. Combina prioridades de desenvolvimento, capacidade financeira e exigências legais para sustentar a implantação, a operação e a manutenção dos projetos.

Cada projeto deve apresentar fonte possível, fases, metas, manutenção e controle. A continuidade depende de execução responsável, acompanhamento periódico e demonstração de resultados.

20 Referências normativas e fontes consultadas

• Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

• Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

• Lei nº 4.320/1964 - normas gerais de direito financeiro, orçamento e balanços públicos.

• Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

• Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

• Lei nº 11.079/2004 - normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada.

• Lei nº 8.987/1995 - concessões e permissões de serviços públicos.

• Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

• Lei nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção.

• Emenda Constitucional nº 132/2023 - reforma tributária.

• Lei Complementar nº 214/2025 - IBS, CBS e Imposto Seletivo.

• Política de Incentivos do Estado do Pará e normas estaduais aplicáveis.

EIXO B / PARCEIROS E INSTRUMENTOS

Quem pode mobilizar recursos

Adesão voluntária e incentivos: o plano propõe estudar benefícios fiscais e financeiros para estimular a participação de empresas e entidades interessadas, vinculando os apoios a objetivos e contrapartidas de desenvolvimento. As condições serão construídas por projeto, com transparência, adequação legal e equilíbrio fiscal.

A carteira financeira complementa as fontes públicas e as condições fiscais do eixo B. Bancos, gestores, fundos, investidores e infraestrutura de mercado têm funções diferentes. A escolha parte da finalidade, do tomador, da operação e da capacidade de execução.

Agente, gestor ou infraestrutura	O que pode mobilizar	Recorte e condição
BNDES O banco nacional do desenvolvimento **F01 · Sistema BNDES / BNDESPAR [S076] [S075] [S203]**	Crédito de desenvolvimento e capital de participação. O Fundo Amazônia é instrumento específico de apoio não reembolsável gerido pelo BNDES.	Brasil Financiamento e capital são instrumentos distintos e dependem de análise e aprovação.
banco da amazônia **F02 · Banco da Amazônia / FNO [S069] [S070] [S204]**	Financiamento regional e análise de projetos. Opera também o Fungetur para atividades turísticas elegíveis.	Pará O FNO tem recorte regional; uma expansão nacional exige fonte compatível com cada local.
Banpará **F03 · Banpará [S071] [S072]**	Operação financeira local e conhecimento do cliente.	Pará Limites, disponibilidade, custo e garantias devem ser confirmados; sem aprovação assegurada.
Finep **F04 · Finep [S073] [S067]**	Financiamento tecnológico e instrumentos de inovação.	Brasil Modalidade direta, descentralizada ou chamada possui critérios e público próprios.
F05 · Caixa Econômica Federal [S074] [S198]	Financiamento imobiliário, análise de empreendimentos e operações habitacionais. Há modalidades próprias para famílias e moradia rural, além de crédito à produção.	Brasil Projeto, terreno, renda, elegibilidade e modalidades habitacionais têm análise própria.

Agente, gestor ou infraestrutura	O que pode mobilizar	Recorte e condição
F06 · International Finance Corporation - IFC [S080] [S118]	Crédito, capital e mobilização de investidores para projetos elegíveis.	Brasil Escala, estrutura, integridade e requisitos ambientais e sociais são analisados pela instituição.
F07 · Banco do Brasil [S194] [S195] [S192]	Crédito de custeio e investimento, apoio à agricultura familiar e atendimento regional.	Brasil CAF, público, finalidade, garantias, safra e capacidade de pagamento devem ser verificados por linha.
F08 · Sudam / Fundo de Desenvolvimento da Amazônia [S208] [S209]	Planejamento regional, consulta prévia e instrumento de financiamento de desenvolvimento.	Área de atuação da Sudam A consulta e o projeto devem atender prioridades e regras do fundo, com análise do agente operador.
F09 · Banco do Nordeste / FNE [S210]	Financiamento regional para adaptação do método do plano.	Referência para expansão nacional na área do FNE. Fora do Pará. Verificar localização e porte. Esta referência regional não é uma linha aplicável ao Pará.
F10 · BRDE [S213]	Financiamento regional de obras, equipamentos e giro turístico elegíveis.	Referência para expansão nacional na Região Sul. Fora do Pará. Conferir sede, atividade e fonte. A referência para expansão nacional não implica crédito no Pará.
F11 · B3 - Brasil, Bolsa, Balcão [S232] [S233] [S234]	Registro, depósito, negociação, liquidação e serviços de leilões, conforme produto e contratação.	Brasil Recursos são captados de investidores; emissor, gestores e intermediários estruturam a operação e observam as regras aplicáveis.

EIXO B / CATÁLOGO DE RECURSOS

Matriz de financiamento e comercialização

Naturezas diferentes: crédito é dívida; capital societário envolve participação e governança; apoio não reembolsável exige execução e prestação de contas; compra pública é receita de venda. Não somar tetos de linhas sobrepostas nem financiar duas vezes a mesma despesa.

Código e instrumento	Aplicação e beneficiário	Enquadramento e acesso
M01 · BNDES Crédito para projetos - Finem Crédito [S076]	Quem: Empresas e projetos elegíveis Projetos produtivos e infraestrutura elegíveis. Investimento de implantação, expansão ou modernização conforme a linha e os itens financiáveis.	Onde: Brasil Há dívida e capacidade de pagamento; cliente, projeto, garantias e itens passam por análise. Acesso: Portal do Cliente BNDES ou agente credenciado
M02 · BNDES / agentes financeiros Crédito para pequenas e médias empresas Crédito [S114]	Quem: Pequenas e médias empresas elegíveis Negócios elegíveis com necessidade de crédito. Capital de giro ou investimento nas condições do produto e do agente.	Onde: Brasil O agente financeiro analisa e aprova a operação e assume seu risco perante o BNDES. Acesso: Agente financeiro credenciado
M03 · BNDESPAR Participação societária direta Capital societário [S075]	Quem: Sociedades anônimas elegíveis Sociedades anônimas elegíveis, com projeto e governança. Capital de participação para desenvolvimento empresarial compatível com a estratégia da instituição.	Onde: Brasil Participação minoritária, transitória e não executiva. Exige avaliação e aprovação; não é crédito nem doação. Acesso: BNDES / análise de investimento

Código e instrumento	Aplicação e beneficiário	Enquadramento e acesso
M04 · Sistema BNDES Fundos de investimento Capital via fundo [S091]	Quem: Empresas conforme mandato do fundo Empresas e projetos conforme mandato do fundo. Capital via fundo selecionado e gestor de mercado, com outros investidores.	Onde: Brasil O fundo e seu gestor têm critérios próprios. O apoio do BNDES ao fundo não assegura investimento na empresa. Acesso: Gestor do fundo selecionado
M05 · Banco da Amazônia FNO Crédito regional [S069] [S070]	Quem: Produtores e empresas elegíveis Atividades produtivas da Região Norte elegíveis. Crédito rural e não rural, conforme setor, finalidade e linha.	Onde: Região Norte O FNO tem recorte regional; regras e risco de cada operação são analisados pelo banco. Acesso: Banco da Amazônia
M06 · Banpará / Sebrae Crédito e garantia FAMPE, quando disponíveis Crédito e garantia [S071]	Quem: Pequenos negócios elegíveis Pequenos negócios elegíveis no Pará. Apoio ao capital de giro e à atividade produtiva nas modalidades disponíveis.	Onde: Pará Garantia complementar não elimina dívida, análise de risco nem condições do produto. Acesso: Banpará e Sebrae
M07 · Sicredi / Sicoob Crédito cooperativo Crédito cooperativo [S132] [S090]	Quem: Associados elegíveis Associados e atividades atendidas pela cooperativa. Investimento e giro com análise local e produto compatível.	Onde: Área de atuação de cada cooperativa Área de atuação, associação, taxas, garantias e disponibilidade são definidas pela cooperativa. Acesso: Cooperativa de crédito local
M08 · Finep Instrumentos de inovação Crédito ou fomento à inovação [S073]	Quem: Empresas e instituições elegíveis Projetos de inovação aderentes aos instrumentos vigentes. Pesquisa, desenvolvimento e inovação por produto ou chamada adequada.	Onde: Brasil Modalidade e porte elegível variam. Não financiar automaticamente toda implantação comercial. Acesso: Finep ou agente / chamada vigente
M09 · Caixa Apoio à produção habitacional Crédito habitacional [S074]	Quem: Empresas da construção e proponentes elegíveis à produção Produção habitacional em empreendimentos elegíveis. Crédito à implantação e construção, conforme modalidade; financiamento da família é tratado em M15.	Onde: Brasil O financiamento habitacional tem lógica própria. Terreno, projeto, demanda e capacidade de pagamento são avaliados. Acesso: CAIXA / área de habitação
M10 · IFC Crédito, capital e mobilização Crédito ou capital [S080] [S118]	Quem: Empresas privadas e projetos elegíveis Projetos e empresas privados elegíveis no Brasil. Complementar capital e mobilizar investidores em operações selecionadas.	Onde: Brasil Instrumento depende de análise da instituição, escala, estrutura e requisitos ambientais e sociais. Acesso: IFC / área de projetos
M11 · Banco do Brasil Pronaf Custeio, inclusive A/C Crédito rural [S192] [S193]	Quem: Agricultores familiares e demais beneficiários enquadrados Custeio da agricultura familiar e da produção de alimentos. Sementes, insumos e despesas do ciclo produtivo. A/C possui público e condições próprios para assentados e outros beneficiários.	Onde: Brasil CAF e enquadramento válidos, documentação e projeto / proposta conforme a linha. Contratação depende de análise e orçamento da safra. Acesso: Agência ou canal agro do BB, com assistência técnica quando exigida.
M12 · Banco do Brasil Pronaf Investimento: Mais Alimentos, Floresta e Jovem Crédito rural [S194] [S193]	Quem: Famílias e jovens rurais elegíveis à modalidade Estrutura produtiva familiar, sucessão e sistemas sustentáveis. Comparar máquinas, irrigação e instalações com a linha Mais Alimentos; sistemas agroflorestais com Floresta; investimentos do jovem com a modalidade própria.	Onde: Brasil Cada modalidade tem público, finalidade e itens próprios. Horta urbana não se enquadra automaticamente no Pronaf; comprovar elegibilidade. Acesso: Canal agro do BB, CAF e projeto técnico conforme a modalidade.

Código e instrumento	Aplicação e beneficiário	Enquadramento e acesso
M13 · Banco do Brasil / agentes habilitados Pronaf Agroindústria e turismo rural Crédito rural [S195] [S196]	Quem: Agricultores, empreendimentos familiares e cooperativas enquadrados Beneficiamento, armazenagem, comercialização e turismo rural da agricultura familiar. Estudar processamento, pequenas unidades coletivas e serviços de turismo rural integrados à atividade familiar, conforme itens financiáveis.	Onde: Brasil CAF, composição dos cooperados, origem da produção e projeto precisam cumprir a norma. Um resort em área rural não se torna beneficiário do Pronaf por sua localização. Acesso: BB ou outro agente habilitado; confirmar o produto efetivamente operado.
M14 · Banco do Brasil Pronamp e investimento agro Crédito rural [S194] [S197]	Quem: Médios produtores e demais produtores conforme o produto Investimentos e modernização para produtores fora do enquadramento familiar. Comparar custeio e investimentos em estruturas, tecnologia e equipamentos com o perfil econômico e produtivo do tomador.	Onde: Brasil Pronamp tem critérios próprios de renda e enquadramento. Usar as condições da safra e do produto vigente, sem tratar como extensão automática do Pronaf. Acesso: Canal agro do BB e projeto compatível com o produto.
M15 · CAIXA / agentes habitacionais Minha Casa, Minha Vida: linha financiada Financiamento habitacional [S198]	Quem: Famílias enquadradas nos critérios da modalidade Acesso à moradia urbana por financiamento habitacional. Aquisição ou construção nas modalidades admitidas, com recursos do FGTS e Fundo Social e descontos quando cabíveis.	Onde: Brasil Renda, imóvel, capacidade de pagamento e demais condições são analisados. A linha financiada possui regras diferentes das seleções subsidiadas. Acesso: Simulação e análise habitacional na instituição habilitada.
M16 · CAIXA / Ministério das Cidades Minha Casa, Minha Vida Rural Subsídio habitacional conforme modalidade [S199]	Quem: Famílias rurais elegíveis e entidades organizadoras habilitadas Produção e melhoria de moradias rurais, com organização das famílias. Preparar demanda e proposta coletiva, assistência técnica, trabalho social e execução para a modalidade subsidiada com recursos do OGU.	Onde: Brasil, em áreas rurais elegíveis Depende de habilitação, seleção, renda e regras da modalidade. Não presumir oferta de financiamento FGTS rural a partir de páginas antigas; confirmar sua regulamentação atual. Acesso: Entidade organizadora / sistema Atender Habitação da CAIXA.
M17 · CAIXA FINISA: infraestrutura municipal Crédito para investimento [S200] [S201]	Quem: Entes públicos e demais tomadores admitidos Infraestrutura urbana, saneamento e obras de uso coletivo. Estudar enquadramento de mercados, feiras, acessos, drenagem, água e saneamento em projeto de investimento com operação e manutenção definidas.	Onde: Brasil A elegibilidade de cada obra deve ser confirmada. Operação pública exige capacidade de endividamento, autorizações e controles fiscais; o serviço da dívida precisa caber no orçamento. Acesso: Representação institucional da CAIXA / carta-consulta.
M18 · Fundo Amazônia / BNDES Projetos estruturantes e chamadas públicas Apoio não reembolsável [S202] [S203]	Quem: Proponentes institucionais elegíveis à modalidade Conservação, redução do desmatamento e uso sustentável da floresta. Estruturar redes de assistência, cadeias da sociobiodiversidade, recuperação e sistemas produtivos sustentáveis. Turismo comunitário pode ser estudado quando contribuir aos objetivos do fundo.	Onde: Amazônia Legal; exceções temáticas seguem regras próprias Demonstrar resultados florestais, governança, beneficiários e capacidade de execução. Mercado urbano, pousada comercial ou rodovia não são elegíveis apenas por estarem na Amazônia. Acesso: Portal do Cliente BNDES para projeto estruturante ou chamada aplicável.

Código e instrumento	Aplicação e beneficiário	Enquadramento e acesso
M19 · Banco da Amazônia / agentes credenciados Novo Fungetur Crédito turístico [S204] [S205]	Quem: Prestadores turísticos elegíveis com Cadastur regular Pousadas, restaurantes e empreendimentos turísticos de lazer. Obras de implantação e melhoria, equipamentos e capital de giro conforme a linha. Balneários dependem do enquadramento da atividade turística.	Onde: Brasil, conforme cobertura do agente Exige Cadastur para o financiamento, regularidade e análise. Confirmar atividade, licenças, garantias, demanda e disponibilidade no agente. Acesso: Banco da Amazônia no Pará ou agente credenciado ao MTur.
M20 · Banco da Amazônia FNO Amazônia Empresarial: turismo, comércio e serviços Crédito regional [S206]	Quem: Empresas elegíveis, inclusive MEI conforme a linha Implantação e modernização de pousadas, alimentação e serviços locais. Investimento fixo e giro conforme produto. Pode apoiar os negócios privados que compõem um circuito turístico e de abastecimento.	Onde: Região Norte Cliente, atividade, porte, itens, garantias e capacidade de pagamento são analisados. O FNO e o Fungetur são alternativas a comparar por operação. Acesso: Banco da Amazônia / proposta e projeto de financiamento.
M21 · Banco da Amazônia FNO Rural e Pronaf Crédito rural regional [S207]	Quem: Produtores e organizações rurais elegíveis Produção rural, agricultura familiar e cadeias de abastecimento. Comparar investimento e custeio em produção de alimentos, estruturas coletivas e atividades sustentáveis com as linhas rurais aplicáveis.	Onde: Região Norte CAF quando exigido, documentação territorial e ambiental e projeto técnico. Distinguir o produtor familiar das demais categorias rurais. Acesso: Banco da Amazônia e assistência técnica conforme a linha.
M22 · Sudam / agente operador Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA Financiamento de desenvolvimento [S208] [S209]	Quem: Empreendimentos admitidos nas prioridades do FDA Infraestrutura e projetos com capacidade de gerar novas atividades produtivas. Estudar infraestrutura estruturante e empreendimentos de maior alcance, conforme prioridades e consulta prévia; não usar como opção padrão para todo pequeno negócio turístico.	Onde: Área de atuação da Sudam Prioridade, escala e estrutura precisam ser admitidas; há consulta e análise próprias. FDA, FNO e Fundo Amazônia são instrumentos distintos. Acesso: Consulta prévia no SigFDA / Sudam e agente operador.
M23 · Banco do Nordeste FNE Proatur Crédito regional [S210]	Quem: Empresas turísticas dos portes previstos no produto Referência para replicar o plano na área de atuação do FNE. Meios de hospedagem, benfeitorias, equipamentos e giro associado conforme o produto e o projeto.	Onde: Área de atuação do FNE; fora do Pará A página do produto contempla portes pequena-média, média e grande. Micro e pequenas empresas devem consultar linhas próprias; confirmar município e enquadramento. Acesso: Banco do Nordeste / proposta ou projeto.
M24 · Banco do Brasil / agentes do FCO FCO: Desenvolvimento do Turismo Regional Crédito regional [S211] [S212]	Quem: Empresas turísticas elegíveis Referência para expansão no Centro-Oeste. Implantação, ampliação e modernização de negócios turísticos e giro admitido na programação do fundo.	Onde: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal Fonte regional fora do Pará. Confirmar município, atividade, Cadastur e programação vigente com o operador. Acesso: BB / agente habilitado e procedimentos da Sudeco quando exigidos.
M25 · BRDE Mais Turismo / Protur Crédito regional [S213]	Quem: Empresas turísticas elegíveis com Cadastur Referência para replicar a carteira turística no Sul. Obras, equipamentos e giro segundo a linha operada e o perfil do empreendimento.	Onde: Região Sul; fora do Pará Confirmar sede, atividade, fonte de recursos e análise. O atendimento do BRDE no Sul não representa disponibilidade de crédito no Pará. Acesso: BRDE / proposta de financiamento.

Código e instrumento	Aplicação e beneficiário	Enquadramento e acesso
M26 · MDS / parceiros executores Agricultura urbana e periurbana: transferências e chamadas Fomento orçamentário [S214] [S215]	Quem: Entes, OSCs e instituições elegíveis ao instrumento Cinturões verdes, hortas, assistência e circuitos curtos de alimentos. Preparar projeto de produção, comercialização, educação alimentar e uso de resíduos orgânicos para instrumento de parceria ou chamada compatível.	Onde: Brasil, observados os recortes de cada ação Orçamento, objeto e seleção precisam estar disponíveis. As inscrições do edital AUP de 2026 encerraram em 25/08/2026; é referência, não chamada aberta nesta consulta. Acesso: MDS / Transferegov e instrumento orçamentário ou chamada vigente.
M27 · Ministério do Turismo / mandatária Infraestrutura turística de uso coletivo Fomento orçamentário [S216] [S217]	Quem: Entes e proponentes públicos elegíveis Qualificação de destinos e infraestrutura turística acessível. Estudar acessos, equipamentos e espaços públicos de interesse turístico. Mercado ou feira precisa comprovar função turística e aderência ao objeto admitido.	Onde: Brasil, conforme critérios e orçamento Não substitui crédito do estabelecimento privado. Exige projeto, titularidade, manutenção, orçamento e regras de seleção e transferência aplicáveis. Acesso: MTur / Transferegov e instituição mandatária, quando cabível.
M28 · Compradores públicos / PAA e PNAE Compra de alimentos da agricultura familiar Receita de venda [S218] [S219]	Quem: Fornecedores familiares e organizações habilitados Comercialização e receita para produtores do cinturão verde e cooperativas. Organizar oferta por calendário, volume, qualidade e entrega para chamadas de alimentação escolar e de aquisição de alimentos.	Onde: Brasil, por chamada e demanda local É mercado comprador, não empréstimo ou recurso para obra. Contrato depende de seleção; cadastro, requisitos sanitários, preço e logística precisam ser cumpridos. Acesso: Chamadas públicas das entidades executoras e da Conab conforme modalidade.
M29 · Mercado de capitais / B3 Debêntures corporativas Dívida de mercado [S221] [S222]	Quem: Sociedades por ações elegíveis, abertas ou fechadas, inclusive SPEs Projetos empresariais com escala, governança e fluxo de pagamento compatíveis. Emissão para implantação, expansão ou modernização, estruturada com intermediários e investidores; pode complementar crédito de bancos.	Onde: Brasil Exige emissor elegível, escritura, informações, análise de crédito, custos e cumprimento das regras de oferta. Não pressupõe abertura de capital ou demanda assegurada dos investidores. Acesso: Companhia emissora e coordenador / intermediários; infraestrutura de registro e negociação aplicável.
M30 · Mercado de capitais / B3 Debêntures incentivadas e de infraestrutura Dívida de mercado [S223] [S224] Base legal complementar	Quem: Emissores e projetos enquadrados na legislação específica Infraestrutura prioritária, como transportes e energia, conforme enquadramento. Estudar captação para o projeto de investimento da concessionária ou SPE elegível, com obrigação de aplicação dos recursos e prestação de informações.	Onde: Brasil, em setores e projetos elegíveis As Leis 12.431 e 14.801 tratam de instrumentos distintos. A Lei 15.506/2026 alterou regras de debêntures de infraestrutura para a cadeia mineral. Confirmar emissor, projeto, destinação, regulamentação e enquadramento; atividade turística ou mineral não assegura acesso. Acesso: Emissor, coordenador e assessoria especializada; autoridade setorial e CVM conforme o rito.

Código e instrumento	Aplicação e beneficiário	Enquadramento e acesso
M31 · Mercado de capitais / B3 FI-Infra: fundos de dívida de infraestrutura Crédito via fundo [S225]	Quem: Emissores de ativos compatíveis com o mandato do fundo Projetos e emissores de infraestrutura com títulos elegíveis. Gestores podem avaliar a aquisição de títulos da emissão e compor a base de investidores de uma operação estruturante.	Onde: Brasil, conforme o regulamento O fundo investe segundo seu regulamento e a decisão do gestor. Listagem na B3 e existência do fundo não asseguram alocação no projeto. Acesso: Gestor, administrador e coordenador da emissão, conforme a operação.
M32 · Mercado de capitais / B3 FIP e FIP-Infraestrutura Capital de participação [S226]	Quem: Sociedades e projetos admitidos pelo regulamento do fundo Capital para empresas e SPEs; FIP-IE em setores de infraestrutura elegíveis. Estudar entrada de investidor profissional para implantação ou expansão, com acordo societário, governança e estratégia de saída.	Onde: Brasil, conforme o mandato e a categoria Aporte depende do gestor e dos investidores. Há participação em resultados e decisões. FIP-IE tem recorte próprio e não se aplica automaticamente a toda empresa. Acesso: Gestor e administrador autorizados; companhia ou veículo elegível.
M33 · Mercado de capitais / B3 FIDC: carteiras de recebíveis Crédito estruturado por recebíveis [S227]	Quem: Cedentes e devedores elegíveis à política do fundo Recebíveis de empresas, cadeias produtivas e serviços formalizados. Avaliar cessão de recebíveis existentes e elegíveis, inclusive carteiras agregadas com contratos, documentação e qualidade de crédito suficientes.	Onde: Brasil, conforme o regulamento Recebível precisa ter lastro verificável e cobrança definida. Examinar custo, garantias, concentração, coobrigação e efeitos contábeis. Receita apenas projetada não é automaticamente recebível financiável. Acesso: Gestor, administrador e prestadores da estrutura, conforme as regras aplicáveis.
M34 · Mercado de capitais / B3 CRA: recebíveis do agronegócio Securitização de crédito agro [S228] [S229]	Quem: Cadeias e créditos agro elegíveis, estruturados por securitizadora Crédito lastreado em operações elegíveis do agronegócio. Estudar operação com agroindústria, cooperativa ou cadeia organizada quando contratos, lastro e escala tornarem a estrutura viável.	Onde: Brasil A emissão é da securitizadora. Validar vínculo com o agronegócio, devedores e restrições de lastro. A condição de produtor ou cooperativa não assegura acesso direto. Acesso: Securitizadora, coordenador e demais participantes habilitados.
M35 · Mercado de capitais / B3 CRI: recebíveis imobiliários Securitização de crédito imobiliário [S230] [S229]	Quem: Operações com créditos imobiliários elegíveis Estruturas imobiliárias de habitação, imóveis comerciais e hospedagem quando elegíveis. Avaliar créditos de construção, financiamento ou contratos imobiliários formalizados, com lastro e fluxo de pagamento compatíveis.	Onde: Brasil Somente securitizadora emite CRI. Conferir vínculo imobiliário e restrições de lastro. Diárias de pousada e faturamento de restaurante não se tornam créditos imobiliários automaticamente. Acesso: Securitizadora, coordenador e assessoria especializada.
M36 · Mercado de capitais / B3 FII: investimento em ativos imobiliários Capital via fundo imobiliário [S231]	Quem: Ativos e empreendimentos imobiliários admitidos no regulamento Imóveis comerciais, logísticos e de hospedagem, conforme a estrutura. Estudar investimento, desenvolvimento ou locação de imóvel elegível, com operador e contratos que sustentem a receita.	Onde: Brasil O imóvel, seus direitos e o modelo de uso devem ser elegíveis. Separar a renda imobiliária do risco da operação turística; o fundo decide por mandato, preço e risco. Acesso: Gestor e administrador do FII e responsáveis pelo empreendimento.

EIXO B / MERCADO DE CAPITAIS

B3, investidores e projetos estruturantes

A B3 contribui com infraestrutura e serviços de registro, depósito, negociação e liquidação conforme o produto, além de serviços para leilões de concessões. Os recursos vêm de investidores e fundos; a emissão e a estrutura exigem participantes habilitados e responsabilidades próprias. [S232] [S233] [S234]

Participante	Função na estrutura
Empresa ou SPE do projeto	Organiza ativos, contratos, licenças, governança e projeção de caixa. Assume obrigações do instrumento e informa resultados.
Estruturadores e intermediários	Avaliam viabilidade da captação, custos, garantias, documentos e distribuição. A atuação depende das habilitações e do instrumento.
Gestores, administradores e securitizadoras	Constituem e operam os veículos ou emissões de sua competência. Verificam mandato, lastro e responsabilidades segundo a estrutura.
Investidores	Aportam capital ou adquirem títulos e cotas conforme risco, retorno e regras. A existência do projeto não cria obrigação de investir.
B3	Fornece serviços de registro, depósito, negociação e liquidação conforme o produto. Pode apoiar leilões públicos de concessões por serviços contratados.
CVM e autoridades competentes	Regulam e supervisionam suas matérias. A definição da política, do edital, da outorga e da fiscalização setorial permanece nas autoridades responsáveis.

Trilhas da carteira: debêntures M29/M30; fundos de dívida de infraestrutura M31; capital via FIP M32; recebíveis por FIDC e CRA M33/M34; ativos e créditos imobiliários por CRI e FII M35/M36. A aplicação depende de emissor ou veículo, lastro, escala, custos, governança e investidores.

EIXO B / ADAPTAÇÃO TERRITORIAL

A fonte regional acompanha o projeto

Território	Caminho de financiamento	Limite de aplicação
Pará e Região Norte	FNO e Fungetur pelo Banco da Amazônia, além de BB, CAIXA, BNDES e agentes elegíveis. [S207] [S204]	FNO financia atividades produtivas elegíveis nos sete estados do Norte. Cada operação tem análise própria.
Amazônia Legal / área de atuação do fundo	Fundo Amazônia para objetivos florestais; FDA para projetos admitidos em sua área e prioridades. [S202] [S208]	São instrumentos com finalidade, público e rito diferentes. Não representam um único caixa regional.
Área de atuação do FNE	Banco do Nordeste e produto compatível com o porte; Proatur quando elegível. [S210]	Não é fonte para o Pará. Confirmar município e produto, inclusive para micro e pequenos negócios.
Centro-Oeste	FCO e operadores habilitados, inclusive Banco do Brasil. [S211]	Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, conforme programação.
Região Sul	BRDE Mais Turismo e agentes credenciados ao Fungetur ou ao BNDES. [S213]	Confirmar sede, atividade e linha efetivamente disponível.
Sudeste e demais aplicações nacionais	BNDES, BB, CAIXA, agentes do Fungetur e agências de fomento habilitadas para o projeto. [S220] [S194]	Fundos constitucionais FNO, FNE e FCO possuem recortes regionais; sua existência não cria cobertura nacional.

FNO atende a Região Norte; FDA segue sua área e prioridades; Fundo Amazônia exige aderência aos objetivos florestais. FNE, FCO e BRDE são referências para replicação nos territórios correspondentes. A transposição do método para o Brasil não transforma fontes regionais em um caixa nacional único.

EIXO C

C

Infraestrutura para o Desenvolvimento

Capacidade de operação e manutenção



Imagem ilustrativa gerada por inteligência artificial.

IDEIA CENTRAL A infraestrutura deve responder a uma demanda e ter condições de funcionar ao longo do tempo.

Obras, qualificação e estruturas que transformam vidas

Olhar para frente é transformar carências em oportunidades.

O Eixo C organiza a política estadual integrada de infraestrutura, emprego, renda e futuro. Conecta obras estruturantes, qualificação profissional, renda local e governança por resultados, com alinhamento aos instrumentos de planejamento público, contratação, parceria, saneamento, mobilidade, desenvolvimento urbano e às diferentes realidades territoriais do Pará.

1 Visão estadual do Eixo C

O eixo de infraestrutura nasce para impedir que os projetos do Plano Moderniza Pará fiquem soltos no papel e travados na execução. Educação integral precisa de escola, refeitório, laboratório, quadra e transporte. Saúde digital precisa de unidade equipada, internet, energia, sistema integrado e manutenção. Turismo precisa de acesso, sinalização, segurança, saneamento e equipamentos. Empreendedorismo precisa de mercados, feiras, salas do empreendedor, logística e capacitação.

Item	Definição proposta
Base de partida	Infraestrutura como elemento de integração dos oito projetos, conectando planejamento, obra, operação, manutenção, qualificação e renda local.
Estrutura proposta	Política estadual executada por carteira de projetos, com priorização territorial, marcos de desenvolvimento, fonte de recurso e responsável definido.
Lógica central	Não basta inaugurar obra. É preciso garantir que cada estrutura funcione, gere emprego, movimente o bairro e sustente serviços públicos melhores.
Resultado esperado	Cidades com obras úteis, serviços mais próximos, trabalhadores qualificados, comércio local fortalecido e população percebendo resultado concreto.

2 Diagnóstico técnico da política

A infraestrutura deve ser avaliada como parte da prestação de serviços e do desenvolvimento territorial. Diagnóstico, manutenção, qualificação e transparência são condições para reduzir desperdícios e sustentar os resultados das obras.

Ponto crítico	Risco se não corrigir	Correção proposta
Planejamento	Projetos são anunciados sem estudo, custo real e prioridade territorial.	Criar carteira estadual por Regiões de Integração, com diagnóstico, anteprojeto, orçamento, marcos de desenvolvimento e responsável.
Obras desconectadas	Escola, saúde, turismo e moradia avançam sem infraestrutura comum.	Planejar obras por pacote integrado: acesso, energia, água, internet, drenagem, equipamento e manutenção.
Emprego local	A obra acontece, mas a renda vai embora para empresas e trabalhadores de fora.	Exigir plano de mão de obra local, canteiro-escola, capacitação e compras locais quando juridicamente possível.

Ponto crítico	Risco se não corrigir	Correção proposta
Manutenção	Equipamentos quebram e estruturas ficam subutilizadas.	Separar implantação, operação, manutenção, reposição de equipamentos e avaliação de desempenho.
Governança	Cada órgão executa de um jeito e a sociedade não acompanha.	Criar comitê executivo, painel público e indicadores de prazo, custo, entrega, uso e impacto econômico.

3 Justificativa estadual

As deficiências de infraestrutura do Pará precisam deixar de ser apenas motivo de reclamação e virar mapa de oportunidade. Onde falta estrada, existe possibilidade de gerar trabalho. Onde falta saneamento, existe frente de obra, saúde preventiva e valorização urbana. Onde falta escola adequada, existe demanda por construção, manutenção, alimentação, transporte e tecnologia. Onde falta acesso turístico, existe um novo mercado de serviços, hospedagem, alimentação e economia local.

Diretriz de infraestrutura: converter necessidades em projetos viáveis, articulando planejamento, qualificação profissional, operação, manutenção e oportunidades para a economia local.

4 Diagnóstico e premissas para o Estado do Pará

O eixo deve partir de diagnóstico atualizado por Região de Integração, município, bairro e comunidade. O Pará é extenso, diverso e desigual; por isso, a solução não pode ser uma régua única para realidades metropolitanas, rurais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, minerárias, turísticas e agroprodutivas.

Premissa	Aplicação prática no eixo
Território diverso	Planejar por Regiões de Integração, considerando distância, logística, rios, estradas, cidades-polo e vocações produtivas locais.
144 municípios	Criar modelo de adesão, apoio técnico e priorização para que municípios pequenos também acessem projetos estruturados.
Infraestrutura como base dos projetos	Toda política pública relevante deve trazer seu pacote físico e operacional mínimo: prédio, acesso, internet, energia, manutenção, equipe e custeio.
Geração de renda	Cada frente de obra deve prever capacitação, contratação local, fornecedores locais, cooperativas e pequenos negócios do entorno.
Transparência	A sociedade precisa acompanhar obra, prazo, custo, estágio, responsável e resultado. Sem painel público, vira conversa de corredor.

5 Marco legal e alinhamento estratégico

O eixo deve ser juridicamente seguro, financeiramente responsável e operacionalmente executável. A proposta se apoia em planejamento, licitações, parcerias, saneamento, mobilidade urbana, desenvolvimento territorial e controle social.

Marco	O que estabelece	Como o eixo aplica
Constituição Federal de 1988	Define competências comuns e dever de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.	Organiza o eixo como agenda federativa e cooperativa, com pactos, convênios, consórcios e apoio técnico.
Lei nº 14.133/2021 - Licitações e Contratos	Exige planejamento, estudo técnico, matriz de riscos, fiscalização, transparência e contratos bem estruturados.	Padroniza projetos, custos, etapas propostas, fiscalização, medição, transparência e responsabilização.
Lei nº 11.079/2004 - PPPs	Permite parcerias público-privadas para projetos de maior porte, com metas e repartição de riscos.	Usa PPPs e concessões quando houver escala, capacidade de pagamento, vantagem pública e controle contratual.
Lei nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade	Orienta política urbana, função social da cidade, planejamento e instrumentos urbanos.	Conecta obras a desenvolvimento urbano, regularização, mobilidade, saneamento e qualidade de vida.

Marco	O que estabelece	Como o eixo aplica
Leis nº 11.445/2007 e nº 14.026/2020 - Saneamento	Estabelecem diretrizes para saneamento básico e atualizam o marco regulatório.	Prioriza água, esgoto, drenagem, resíduos e planejamento por metas de universalização e saúde pública.
Lei nº 12.587/2012 - Mobilidade Urbana	Define diretrizes para mobilidade, acessibilidade e integração dos deslocamentos urbanos.	Inclui acessos, transporte, calçadas, mobilidade ativa e integração com escolas, saúde, turismo e bairros.

6 Objetivos do eixo

Objetivo geral

Implantar uma política estadual integrada de infraestrutura que transforme obras e carências territoriais em emprego, renda, qualificação profissional, melhoria dos serviços públicos e desenvolvimento regional sustentável.

Objetivos específicos

• Organizar uma carteira estadual de obras e estruturas vinculada aos oito projetos do Plano Moderniza Pará. • Priorizar infraestrutura de educação, saúde, saneamento, moradia, mobilidade, turismo, empreendedorismo e desenvolvimento local. • Transformar obras públicas em frentes de qualificação, emprego direto e renda para fornecedores locais. • Criar padrões mínimos de projeto, contratação, fiscalização, manutenção e transparência. • Reduzir desperdício com obras desconectadas, equipamentos sem uso e estruturas sem custeio. • Fortalecer a participação social por conselhos, painéis públicos e pactuação regional.

7 Carteira integrada de infraestrutura dos projetos

Projeto ou frente	Infraestrutura necessária	Resultado esperado
Educação integral	Escolas ampliadas, laboratórios, quadras, refeitórios, transporte, internet, segurança e manutenção.	Aluno aprendendo mais, permanecendo mais tempo na escola e tendo acesso a formação prática.
Pequenos negócios	Salas do empreendedor, mercados, feiras, centros de capacitação, pontos logísticos e espaços de formalização.	Pequenos negócios com estrutura, orientação, mercado e renda local.
Mineração legal	Pontos integrados de regularização, conectividade, laboratórios, rastreabilidade, fiscalização e estruturas de segurança do trabalho.	Atividade mais legal, segura, transparente e integrada à economia formal.
Transformação mineral	Distritos industriais, energia confiável, logística, laboratórios, centros tecnológicos e tratamento ambiental.	Mais valor agregado, empregos técnicos, fornecedores locais e transição econômica planejada.
Turismo integrado e Carajás	Orlas, acessos, sinalização, segurança, saneamento, pousadas, equipamentos e serviços de apoio.	Turismo organizado, maior permanência do visitante e renda no território.
Produção territorial	Estradas vicinais, armazenagem, agroindústria, conectividade rural, irrigação adequada, feiras e logística.	Produção com menor perda, mais beneficiamento, acesso a mercado e renda para famílias e cooperativas.
Habitação	Drenagem, pavimentação, iluminação, regularização, água, esgoto, espaços públicos e mobilidade.	Bairros mais seguros, valorizados e integrados aos serviços públicos.
Saúde digital	Unidades equipadas, conectividade, energia, telemedicina, sistemas integrados e salas de atendimento.	Fila mais organizada, atendimento mais rápido e rede conectada por dados.

8 Obras que geram emprego e renda

Cada obra deve ser tratada como oportunidade de trabalho para muita gente. Pavimentação, drenagem, escolas, postos de saúde, moradias e saneamento movimentam pedreiros, eletricistas, encanadores, operadores de máquinas, caminhoneiros, engenheiros, técnicos, fornecedores, lanchonetes, transporte e serviços locais.

Frente de obra	Profissionais mobilizados	Cadeia local movimentada
Pavimentação e drenagem	Operadores, topógrafos, motoristas, ajudantes, engenheiros, técnicos e fiscais.	Brita, areia, concreto, oficinas, combustíveis, alimentação, transporte e manutenção.
Escolas e unidades de saúde	Pedreiros, eletricistas, encanadores, pintores, serralheiros, marceneiros e técnicos de climatização.	Materiais de construção, uniformes, EPIs, mobiliário, informática, limpeza e alimentação.
Saneamento e água	Encanadores, operadores de máquinas, soldadores, técnicos, engenheiros e equipes ambientais.	Tubos, conexões, bombas, transporte, laboratório, comércio local e manutenção.
Moradia e urbanização	Construção civil, regularização, iluminação, drenagem, paisagismo e serviços urbanos.	Pequenos fornecedores, lojas de bairro, trabalhadores locais e prestadores de serviços.

Quando a cidade constrói, o povo trabalha.

9 Da carência à qualificação profissional

Da carência ao resultado territorial



Onde falta estrutura também nasce a necessidade de profissionais. O eixo propõe transformar a demanda das obras em formação prática, criando canteiros-escola, cursos rápidos e parcerias com instituições públicas, Sistema S, cooperativas, empresas e municípios.

Área	Cursos e oficinas possíveis	Aplicação prática
Elétrica e manutenção	Elétrica básica supervisionada, manutenção predial, energia solar, segurança e EPIs.	Escolas, unidades de saúde, prédios públicos, iluminação e pequenos serviços.
Construção civil	Alvenaria, pintura, hidráulica, leitura de planta, orçamento, segurança e acabamento.	Obras públicas, reformas, moradia, urbanização e manutenção comunitária.
Mecânica e operação	Operação de máquinas, mecânica básica, manutenção de equipamentos e logística.	Frentes de obra, transporte, oficinas, agricultura, mineração e serviços municipais.
Informática e gestão	Informática, orçamento, compras, controle de estoque, atendimento e prestação de contas.	Empresas locais, cooperativas, fornecedores, salas do empreendedor e gestão pública.
Serviços e alimentação	Cozinha, lanchonete, uniformes, limpeza, pequenos fornecimentos e atendimento.	Canteiros, escolas, eventos, turismo, feiras e economia de bairro.

10 Renda para o comércio e para os bairros

Obra não movimenta apenas o canteiro. Quando bem organizada, movimenta o bairro inteiro. O comércio vende material, alimentação, ferramentas, uniformes, transporte e prestação de serviços. A renda circula perto de casa e o desenvolvimento chega a mais gente.

Segmento local	Oportunidade aberta pela obra	Cuidado de gestão
Materiais de construção	Fornecimento de itens padronizados, logística, pequenos lotes e manutenção.	Compras devem respeitar licitação, transparência, competitividade e preferência local somente quando juridicamente possível.
Alimentação e serviços	Lanchonetes, refeições, água, limpeza, lavanderia, uniformes e apoio aos trabalhadores.	Criar cadastro, capacitação sanitária, formalização e critérios claros.
Transporte e logística	Fretes, transporte de trabalhadores, entrega de materiais, mototáxi, barcos e vans conforme a região.	Exigir segurança, documentação, roteiros planejados e integração territorial.
Agricultura familiar e feiras	Alimentos para escolas, canteiros, eventos e equipamentos públicos.	Conectar produção local, compras públicas, cooperativas e regularização sanitária.
Prestadores de serviços	Manutenção, informática, segurança, jardinagem, pequenos reparos e suporte contínuo.	Contrato com padrão, fiscalização e avaliação de desempenho.

Princípio: quando a renda circula perto de casa, o desenvolvimento chega para mais gente.

11 Governança estadual e regime de colaboração

A governança deve reunir equipes públicas, profissionais, instituições de conhecimento, setor produtivo e comunidades, com responsabilidades claras, método de trabalho e acompanhamento dos projetos.

Ator	Responsabilidade proposta
Governo do Estado	Instituir o Eixo C, coordenar a carteira estadual, definir prioridades, buscar recursos e monitorar entregas.
Secretarias setoriais	Apresentar demandas de infraestrutura dos projetos, padrões técnicos, custos, operação e manutenção.
Municípios	Aderir ao plano, apresentar diagnóstico local, apoiar licenciamento, controle social, manutenção e operação.
Conselhos de Desenvolvimento	Acompanhar prioridades, necessidades locais, transparência, pactuação regional e avaliação social dos resultados.
Instituições de ensino e formação	Organizar cursos, canteiros-escola, certificações e formação de mão de obra local.
Setor produtivo e cooperativas	Apoiar qualificação, fornecedores, mentorias, estágios permitidos, inovação e compras locais dentro da lei.
Sociedade	Acompanhar painel público, cobrar prazos, indicar problemas e validar se a obra resolveu a necessidade real.

12 Etapas estratégicas de estruturação

A implantação deve ser organizada por fases. A pressa sem método gera retrabalho; método sem ação vira palestra. O caminho correto é começar com diagnóstico, carteira de projetos, pilotos e expansão com transparência.

Frente de desenvolvimento	Contribuições propostas
0. Organização legal e diagnóstico	Instituir eixo e comitê, produzir diagnóstico por região, mapa de carências, matriz de prioridades e plano financeiro.

Frente de desenvolvimento	Contribuições propostas
1. Projetos-piloto integrados	Selecionar municípios e territórios com maior impacto social e capacidade de implantação.
2. Carteiras regionais	Estruturar pacotes por Região de Integração: educação, saúde, saneamento, moradia, turismo e empreendedorismo.
3. Expansão coordenada	Ampliar projetos, consolidar padrões, formar mão de obra e monitorar geração de renda.
4. Qualidade e manutenção	Garantir funcionamento, manutenção, reposição, auditoria, revisão de metas e avaliação de impacto.

13 Financiamento e sustentabilidade

O eixo deve separar investimento, custeio, operação e manutenção. Misturar tudo é o caminho clássico para inaugurar bonito e abandonar depois. O dinheiro precisa entrar com plano, prioridade, fonte e responsável.

Fonte ou mecanismo	Uso sugerido
Orçamento estadual	Projetos prioritários, contrapartidas, manutenção, equipes técnicas, planejamento e apoio aos municípios.
Orçamentos municipais	Contrapartidas locais, manutenção, terrenos, licenciamento, apoio operacional e pequenos equipamentos.
Transferências federais	Obras de saneamento, mobilidade, educação, saúde, habitação, equipamentos e desenvolvimento regional.
Emendas parlamentares	Projetos executivos, equipamentos, obras locais, conectividade, veículos, infraestrutura escolar e saúde.
PPPs e concessões	Projetos de maior porte com viabilidade, metas de desempenho, repartição de riscos e controle público.
Consórcios públicos	Soluções regionais de saneamento, resíduos, manutenção, compras compartilhadas e serviços especializados.
Parcerias institucionais	Formação, certificação, tecnologia, assistência técnica, mentoria e inovação.

Centro de custo	O que deve entrar no orçamento
Projetos e estudos	Diagnóstico, estudo técnico, anteprojeto, projeto executivo, licenciamento, orçamento e matriz de risco.
Obra	Materiais, mão de obra, fiscalização, segurança, medição, marcos de desenvolvimento e controle de qualidade.
Equipamentos	Mobiliário, tecnologia, máquinas, veículos, EPIs, laboratórios, internet e sistemas.
Operação e manutenção	Limpeza, vigilância, energia, água, reposição, consertos, contratos de manutenção e equipe.
Monitoramento Painel público, auditoria, georrefer enciamento, fotos, relatórios,	ouvidoria e avaliação de impacto.

14 Indicadores, monitoramento e transparência

O eixo precisa de um Painel Estadual de Infraestrutura, Emprego e Renda, com dados por município, região, projeto, estágio de execução, custo, prazo, responsável e impacto econômico. Transparência não é enfeite: é freio contra improviso.

Dimensão	Indicadores principais
Planejamento	Projetos cadastrados, estudos concluídos, projetos executivos prontos, licenças, orçamento validado e fonte definida.
Execução	Obras iniciadas, percentual físico, percentual financeiro, medição, prazo, aditivos, paralisações e justificativas.
Entrega	Obras concluídas, equipamentos instalados, estrutura em funcionamento, usuários atendidos e manutenção contratada.
Emprego e qualificação	Trabalhadores locais contratados, cursos ofertados, pessoas certificadas, fornecedores locais e renda movimentada.
Impacto territorial	Bairros atendidos, escolas e unidades conectadas, saneamento implantado, mobilidade melhorada e serviços ampliados.
Controle social	Reuniões dos conselhos, ouvidoria, reclamações resolvidas, relatórios publicados e auditorias realizadas.

15 Matriz de riscos e medidas preventivas

Risco	Impacto	Prevenção
Obra sem projeto adequado	Atraso, aditivo, desperdício e paralisação.	Exigir diagnóstico, projeto executivo, orçamento, matriz de risco e fiscalização qualificada.
Falta de manutenção	Estrutura entregue e depois abandonada.	Separar orçamento de manutenção, contrato de operação e indicador de funcionamento.
Baixa contratação local	A renda passa pelo território e vai embora.	Plano de qualificação, canteiro-escola e incentivo a fornecedores locais dentro da lei.
Conflito entre Estado e município	Baixa adesão e obra sem operação.	Pacto formal, responsabilidade definida, cofinanciamento e conselho local acompanhando.
Falta de dados	Decisão no escuro e promessa sem cobrança.	Painel público com atualização periódica, georreferenciamento e relatórios por etapa.
Obra desconectada dos projetos	Entrega física sem resultado social.	Vincular cada obra a serviço público, usuário, indicador e plano de operação.

16 Prioridades iniciais de articulação e estruturação

• Criar Grupo Executivo Estadual de Infraestrutura Integrada do Plano Moderniza Pará.

• Mapear carências por Região de Integração, município, bairro e comunidade.

• Definir carteira inicial com obras estruturantes para educação, saúde, saneamento, moradia, mobilidade, turismo e empreendedorismo.

• Selecionar projetos-piloto com maior impacto social e potencial de geração de emprego.

• Firmar protocolos com IFPA, Sistema S, universidades, Sebrae, cooperativas, consórcios e entidades locais.

• Criar modelo de canteiro-escola e cursos rápidos vinculados às frentes de obra.

• Implantar painel público de projetos, obras, prazos, custos, responsáveis e impactos.

17 Produtos institucionais do eixo

Produto	Finalidade
Lei estadual ou decreto do eixo	Instituir a política, governança, metas, instrumentos, transparência e responsabilidades.
Carteira Estadual de Infraestrutura Integrada	Organizar obras por projeto, território, prioridade, custo, fonte e estágio de maturidade.
Mapa de Carências e Oportunidades	Transformar problemas territoriais em projetos executáveis e oportunidades de renda.
Caderno de Padrões de Projeto	Padronizar diagnóstico, anteprojeto, projeto, orçamento, manutenção e fiscalização.
Manual de Canteiro-Escola	Conectar obras públicas à formação profissional, certificação e contratação local.
Painel Público de Infraestrutura	Mostrar prazo, custo, responsável, execução, fotos, medição, impacto e situação da obra.
Plano de Manutenção e Operação	Garantir que a estrutura entregue continue funcionando depois da inauguração.
Relatório Anual de Resultados	Prestar contas à sociedade e corrigir rumos com dados.

18 Síntese da proposta

O Eixo Infraestrutura para o Desenvolvimento conecta necessidades de estradas, saneamento,

educação, saúde, moradia, acesso turístico, mercados e serviços à preparação de projetos e à qualificação profissional. Cada intervenção deve responder a um problema identificado e apresentar condições de execução.

A avaliação deve verificar a utilidade da estrutura, a qualidade do serviço, a operação e a manutenção. A integração com os demais projetos pode ampliar oportunidades de trabalho e participação dos fornecedores locais, respeitando os critérios aplicáveis às contratações.

Propõe-se uma carteira estadual de projetos com diagnóstico, prioridades, marcos de desenvolvimento, fontes, responsáveis e painel público. Cursos, canteiros-escola e desenvolvimento de fornecedores podem acompanhar a execução. Os efeitos sobre emprego, renda e serviços devem ser medidos e divulgados.

19 Conclusão técnica

A infraestrutura deve ser o eixo que tira os projetos do papel. Sem estrutura, a educação integral não se sustenta; a saúde digital não conecta; o turismo não recebe; o empreendedor não cresce; a produção não escoa; a indústria não se instala; e a moradia não vira dignidade.

O caminho recomendado é construir uma carteira estadual integrada, com governança, financiamento, qualificação, manutenção e transparência. Obra boa não é a que aparece na fotografia; é a que continua funcionando, gerando renda e melhorando a vida depois da inauguração.

20 Referências normativas e fontes consultadas

• Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - competências federativas, política urbana, serviços públicos, planejamento e controle.

• Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

• Lei nº 11.079/2004 - normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada.

• Lei nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

• Lei nº 11.445/2007 - diretrizes nacionais para o saneamento básico.

• Lei nº 14.026/2020 - atualização do marco legal do saneamento básico.

• Lei nº 12.587/2012 - Política Nacional de Mobilidade Urbana.

• Instrumentos estaduais de planejamento territorial e Regiões de Integração do Estado do Pará.

• Normas ambientais, urbanísticas, de acessibilidade, segurança do trabalho e controle aplicáveis a cada projeto.

21 Integração com o Plano Moderniza Pará

Este eixo não substitui os oito projetos. Ele organiza a base física, operacional e produtiva para que todos funcionem. A lógica é simples: cada projeto precisa de infraestrutura; e toda infraestrutura bem planejada pode gerar trabalho, renda e desenvolvimento local.

Momento	Exigência
Antes de anunciar	Definir diagnóstico, prioridade, projeto, custo, fonte de recurso e responsável.
Antes de contratar	Confirmar projeto executivo, matriz de risco, manutenção, operação e indicadores.
Durante a obra	Monitorar prazo, custo, qualidade, segurança, emprego local e fornecedores locais.
Depois da entrega	Medir funcionamento, usuários atendidos, manutenção, impacto econômico e satisfação da comunidade.

22 Diretriz operacional

Infraestrutura boa não é apenas a que se inaugura; é a que funciona, gera oportunidade e permanece a serviço das pessoas.

EIXO C / CAPACIDADE DE EXECUTAR

Infraestruturas que conectam os projetos

Comércio exterior, logística, rodovias e energia apoiam a carteira sem criar novos programas paralelos. Os participantes foram alocados nos projetos em que sua competência ajuda a resolver um gargalo. A tabela reúne a visão transversal.

Frente de apoio	Participantes e contribuição	Projetos e critério
Comércio exterior e logística	Sertrading / Comexport / Santos Brasil / Tecon Vila do Conde / Maersk Brasil / Hidrovias do Brasil Sertrading e Comexport podem estruturar importações; Santos Brasil, Maersk e Hidrovias podem apoiar fluxos e escoamento nos serviços efetivamente disponíveis. [S150] [S151] [S152] [S153] [S154] [S155] [S156] [S034] [S033]	Planos 04 e 06. Conferir equipamento ou produto, classificação, requisitos sanitários, manutenção, custo entregue, rotas e comprador.
Rodovias e infraestrutura	Motiva Rodovias / EcoRodovias / Via Brasil BR-163 / Construcap / HTB Engenharia e Construção / Racional Engenharia / Doppelmayr Brasil Motiva, EcoRodovias e Via Brasil são candidatos para interfaces e operação de corredores. Construtoras executam obras; Doppelmayr fornece sistemas por cabos quando viáveis. [S163] [S164] [S165] [S166] [S167] [S157] [S158] [S159] [S160] [S161] [S162] [S148] [S149]	Planos 04, 05, 06 e 07. Concessão, construção e fornecimento possuem contratos e riscos próprios. A Via Brasil exige atualização da interlocução após o certame de controle anunciado para 12/11/2026.
Energia e transição produtiva	ENGIE Brasil / Neoenergia / Auren Energia / Casa dos Ventos / Nordex Energy Brasil / Voith Hydro Brasil / WEG / Equatorial Pará / AXIA Energia / operação Tucuruí ENGIE, Neoenergia, Auren e Casa dos Ventos podem estudar suprimento e geração. Equatorial distribui; AXIA opera geração; WEG, Nordex e Voith fornecem soluções conforme o projeto. [S168] [S169] [S170] [S171] [S172] [S173] [S174] [S175] [S176] [S177] [S122] [S125] [S031] [S043] [S044]	Planos 04, 06 e 07. Eólica depende de recurso, rede e licenças. Modernização hidrelétrica depende do ativo e do proprietário. Não se presume um novo sítio de geração no Pará.

EIXO C / CARTEIRA COMUM

Infraestrutura, operação e manutenção

A07 • Infraestrutura comum aos corredores produtivos e turísticos

Responsável e decisão	Arranjo proposto
Poder público	Priorizar acessos, água, esgoto, conectividade e segurança. Comparar execução pública e concessão, com custeio e fiscalização definidos.
Empresa, cooperativa e família	Empresas e operadores executam ou operam os serviços contratados. Os negócios locais investem em suas instalações e atividades.
Fontes e comercialização	Investimento e infraestrutura elegíveis: M17, M27, M01, M22 e M05, conforme tomador, objeto e escala; combinar com orçamento e capital próprios. Em projetos estruturados e elegíveis, estudar debêntures (M29/M30), investidores de FI-Infra (M31) e capital via FIP (M32).
Condição e indicadores	Comprovar demanda, titularidade, licenças, impacto e capacidade fiscal ou contratual. FDA exige enquadramento próprio de projeto estruturante. Medir: Tempo e custo de acesso, disponibilidade dos serviços, segurança, manutenção e atividade econômica gerada.

Separar as funções antes de contratar: concessionária pode investir e operar; construtora executa obras; distribuidora conecta e distribui; gerador produz ou fornece energia; fabricante entrega sistemas. A atribuição não decorre apenas do porte da marca.

A prioridade territorial deve considerar acesso, demanda, produção, conservação, direitos, custo total e operação ao longo do tempo. O poder público planeja, regula e fiscaliza dentro de suas competências. A composição de recursos públicos e privados depende da modelagem e da capacidade financeira.

EIXO D

D

Segurança e Prevenção Integrada

Prevenção, inteligência e proteção territorial



Imagem ilustrativa gerada por inteligência artificial.

IDEIA CENTRAL Prevenção, serviços e atuação qualificada precisam ser coordenados e avaliados por território.

Prevenção, presença do Estado e oportunidades

Prevenção e proteção orientadas por evidências.

O Eixo D organiza a segurança como consequência de um Estado presente: escola cheia, trabalho digno, legalidade, saúde perto, bairro cuidado, moradia digna, tecnologia e ação qualificada das forças de segurança.

O objetivo é transformar prevenção em método de governo: agir antes do crime, coordenar a presença do Estado e criar oportunidades reais nos territórios, sem substituir policiamento, investigação e repressão qualificada.

1 Natureza do eixo no Plano Moderniza Pará

O eixo combina prevenção social, serviços, urbanização, legalidade e atuação qualificada das instituições de segurança. A contribuição de cada intervenção deve ser acompanhada com diagnóstico, metas e avaliação territorial.

Item	Definição proposta
Base de partida	Segurança pública como resultado de um Estado presente, eficiente e humano, articulando prevenção social, inteligência, legalidade, urbanismo, educação, trabalho, saúde e renda.
Estrutura proposta	Eixo transversal do Plano Moderniza Pará, vinculado aos oito projetos e executado com metas territoriais, dados públicos e coordenação entre Estado e municípios.
Regra de desenho	Não tratar segurança como página isolada. O eixo articula as entregas do plano e avalia sua contribuição à proteção e à redução de vulnerabilidades.
Resultado esperado	Bairros mais seguros, juventude protegida, famílias mais tranquilas, mais renda local, mais confiança institucional e redução sustentável da violência.

2 Diagnóstico técnico da política

Quando faltam oportunidades, o risco aumenta. Rua sem iluminação, criança fora da escola, trabalhador sem renda, bairro abandonado e baixa confiança institucional criam terreno fértil para medo, conflito e violência.

Ponto crítico	Risco se não corrigir	Correção proposta
Estado chega tarde	A resposta pública aparece somente depois do crime, quando a família e o território já estão desorganizados.	Criar protocolo de chegada antecipada com escola, assistência, saúde, urbanismo, cultura, esporte, renda e segurança.
Rua escura e bairro degradado	Menos circulação de pessoas, medo e aumento de oportunidades para delitos.	Iluminação, limpeza, praças vivas, calçadas, drenagem, mobilidade e ocupação comunitária dos espaços.
Juventude sem rota	Evasão, desalento e aproximação de ambientes de risco.	Educação integral, reforço, esporte, projeto de vida, formação técnica, aprendizagem e primeiro emprego.

Ponto crítico	Risco se não corrigir	Correção proposta
Renda local fraca	Vulnerabilidade econômica, informalidade precária e aliciamento pelo crime.	Microcrédito orientado, feiras, qualificação, apoio ao pequeno empreendedor e produção territorial.
Órgãos desconectados	Cada política atua sozinha; o bairro continua sendo empurrado de balcão em balcão.	Gabinete territorial integrado, painel único, metas por região e rotina de monitoramento.
Legalidade seletiva	Conflitos, insegurança jurídica, informalidade permanente e perda de confiança no Estado.	Regularização, fiscalização inteligente, transparência, mediação e respeito às instituições.

3 Justificativa estadual

O Pará precisa tratar segurança como política de Estado, e não como reação de emergência. O policiamento é indispensável, mas a paz duradoura depende de escola cheia, trabalho, cidade cuidada, saúde acessível, legalidade, tecnologia e comunidade participando da solução.

Diretriz de prevenção: combinar presença institucional, oportunidades, ordenamento territorial, informação e confiança, com avaliação dos resultados em segurança.

4 Diagnóstico e premissas para o Pará

Premissa	Aplicação prática no eixo
Território extenso e diverso	Planejar por Regiões de Integração e por tipologia de território: metropolitano, interior, campo, águas, florestas, áreas indígenas, quilombolas e fronteiras.
Causas diferentes por local	Combinar dados de criminalidade, escola, renda, saúde, urbanização, iluminação, transporte, assistência social e percepção de medo.
Juventude como prioridade	Atuar onde há evasão, distorção idade-série, desemprego juvenil e baixa oferta de esporte, cultura e formação.
Cidade como fator de proteção	Tratar iluminação, limpeza, praças, mobilidade, saneamento e moradia como infraestrutura de segurança comunitária.
Legalidade e economia	Regularizar, qualificar e formalizar atividades econômicas locais para reduzir conflito e gerar confiança.

Ponto de método: cada território deve ter um mapa de risco e proteção, cruzando crime, escola, renda, saúde, iluminação, obras, assistência social e percepção comunitária.

Camada de dados	Uso prático
Segurança e justiça	Identificar áreas críticas, horários, reincidência, vítimas prioritárias e necessidade de ação integrada.
Escola e juventude	Acompanhar frequência, evasão, distorção idade-série, esporte, cultura e qualificação.
Cidade e serviços	Mapear iluminação, limpeza, praças, saneamento, mobilidade, saúde, assistência e manutenção urbana.
Economia local	Mapear desemprego, informalidade, vocações produtivas, feiras, microcrédito e oportunidades de primeiro emprego.

5 Marco legal e alinhamento estratégico

A proposta deve dialogar com os marcos de segurança pública, desenvolvimento urbano, prevenção social, licitações e planejamento territorial. A base legal dá segurança à execução e evita ação desconectada das competências institucionais.

Marco	O que exige ou permite	Como o eixo responde
Constituição Federal, art. 144	Define segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.	Organiza prevenção, presença estatal, cooperação institucional e participação comunitária sem retirar o papel das forças de segurança.

Marco	O que exige ou permite	Como o eixo responde
Lei nº 13.675/2018 - SUSP / PNSPDS	Cria o Sistema Único de Segurança Pública e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.	Integra dados, órgãos, governança, metas e monitoramento, alinhando prevenção e repressão qualificada.
Lei nº 11.530/2007 e Decreto nº 11.436/2023 - PRONASCI	Articulam segurança pública com cidadania, prevenção, juventude, direitos e territórios vulneráveis.	Reforça escola, trabalho, cultura, esporte, mediação, proteção de vítimas e ações comunitárias.
Lei nº 13.022/2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais	Disciplina normas gerais das guardas municipais no âmbito do art. 144 da Constituição.	Prevê cooperação municipal, proteção de bens, serviços e instalações e atuação preventiva conforme competência legal.
Estatuto da Cidade e Política Nacional de Mobilidade Urbana	Permitem ordenar território, qualificar espaços públicos e planejar mobilidade.	Trata iluminação, praça, calçada, transporte, acessibilidade e bairro cuidado como prevenção situacional.
Saneamento, licitações e planejamento estadual	Dão base para obras, serviços, contratos, metas, transparência e regionalização.	Separa projeto, contratação, custeio, manutenção, indicadores e prestação de contas.

6 Objetivos do eixo

Objetivo geral

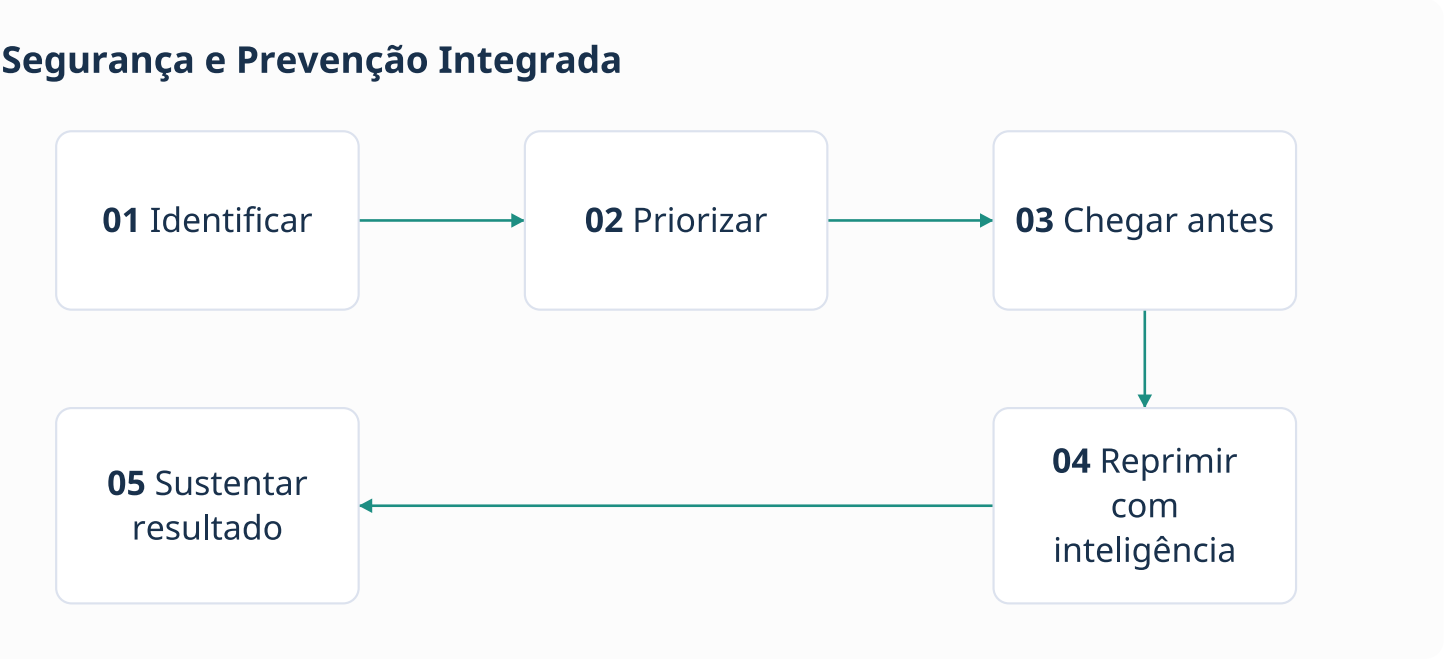
Implantar o Eixo Estadual Segurança e Prevenção Integrada, articulando prevenção social, presença territorial do Estado, inteligência, educação integral, geração de renda, legalidade, saúde, urbanização e participação comunitária para reduzir violência, medo e vulnerabilidade de forma sustentável.

Objetivos específicos

• Organizar a segurança como resultado de políticas públicas integradas e presença antecipada do Estado. • Criar diagnóstico territorial de risco por bairro, município e Região de Integração. • Ampliar prevenção com escola integral, esporte, cultura, projeto de vida, qualificação e primeiro emprego. • Fortalecer atuação policial com inteligência, integração, tecnologia, respeito à lei e metas transparentes. • Reduzir evasão escolar, abandono urbano, conflitos comunitários e vulnerabilidade econômica. • Estimular renda local, formalização, microcrédito orientado, feiras, produção local e empreendedorismo. • Melhorar iluminação, limpeza, mobilidade, praças, saneamento, saúde e convivência comunitária. • Criar painel público de Segurança e Prevenção Integrada, com indicadores sociais, urbanos, econômicos e policiais.

Linha operacional	Entrega mínima
Prevenção social	Busca ativa, escola integral, assistência familiar, esporte, cultura, saúde mental e proteção de vítimas.
Prevenção situacional	Iluminação, limpeza, praça, mobilidade, ordenamento urbano, saneamento e manutenção do bairro.
Oportunidade econômica	Qualificação, primeiro emprego, microcrédito, formalização, feiras, produção local e compras públicas.
Segurança inteligente	Dados integrados, investigação, policiamento orientado por evidências, cooperação e prestação de contas.

7 Modelo lógico da Segurança e Prevenção Integrada



O modelo organiza a cadeia de risco: identificar cedo, priorizar território, chegar antes, reprimir com inteligência e sustentar resultado. Sem essa sequência, a política pública perde continuidade, eleva custos e reduz resultado.

Etapa	Pergunta central	Resposta operacional
1. Identificar	Onde o risco está crescendo?	Mapear evasão, ocorrências, iluminação, abandono urbano, desemprego, conflitos, saúde, renda e percepção de medo.
2. Priorizar	Onde agir primeiro?	Selecionar territórios críticos por dados e escuta comunitária, com metas, responsáveis e calendário.
3. Chegar antes	Como impedir que o problema vire crime?	Ativar escola, assistência, saúde, esporte, cultura, urbanismo, trabalho, renda, mediação e policiamento de proximidade.
4. Reprimir com inteligência	Quando o crime já está instalado, como agir?	Ação integrada, investigação, inteligência, proteção da vítima, controle territorial e respeito à lei.
5. Sustentar	Como evitar o retorno do problema?	Manutenção urbana, acompanhamento familiar, formação, emprego, monitoramento e participação comunitária.

8 Oito caminhos integrados para mais segurança

Os oito projetos do Plano Moderniza Pará formam uma matriz de entrega pública para reduzir risco e ampliar proteção.

Caminho	Contribuição esperada	Entrega prática
Educação Integral	Mantém crianças e jovens protegidos, reduz evasão e cria projeto de vida.	Tempo integral, reforço, esporte, cultura, oficinas e formação técnica.
Pequenos Negócios	Renda e apoio à gestão podem reduzir vulnerabilidades econômicas.	Microcrédito, feiras, qualificação, compras locais, MEI e primeiro emprego.
Legalidade	Regras claras reduzem conflito, informalidade permanente e insegurança.	Regularização, fiscalização inteligente, transparência e mediação.
Transformação Mineral	Formação, emprego e inovação podem ampliar oportunidades locais.	Qualificação industrial, tecnologia, cadeias produtivas e empregos formais.
Turismo e Bioeconomia	Conservação e turismo responsável podem apoiar renda e vínculos locais.	Turismo, cooperativas, produtos da floresta e serviços locais.
Produção Territorial	Campo e cidade produtivos aumentam circulação de renda local.	Agricultura familiar, agroindústria, feiras, logística e assistência técnica.

Caminho	Contribuição esperada	Entrega prática
Moradia e Cidade	Bairro organizado, iluminado e limpo reduz medo e fortalece convivência.	Urbanização, iluminação, drenagem, saneamento, praças e regularização.

Saúde Atendimento próximo reduz Digital sofrimento, abandono e crises familiares.

Telemedicina, fila única, APS forte, saúde mental e dados integrados.

9 Escola cheia, risco menor

A escola participa da proteção de crianças e adolescentes por aprendizagem, vínculo, convivência e acesso a apoio. As ações devem ser articuladas à família e aos serviços, com acompanhamento de frequência, aprendizagem, inclusão e situações de risco.

Frente	Ação proposta	Resultado esperado
Busca ativa	Cruzamento de frequência escolar, assistência social, saúde e território.	Identificação rápida de crianças e adolescentes em risco.
Tempo integral	Aprendizagem, alimentação, esporte, cultura, convivência e oficinas.	Menos tempo ocioso, mais vínculo escolar e proteção social.
Projeto de vida	Tutoria, escuta, mediação familiar, orientação e acompanhamento individual.	Aluno com rota, pertencimento e perspectiva.
Formação técnica	Oficinas, laboratórios, iniciação profissional e conexão com vocações locais.	Jovem preparado para trabalho, universidade ou empreendedorismo.
Família e comunidade	Rede de apoio, conselho escolar, assistência e mediação de conflitos.	Família acompanhada e escola conectada ao bairro.

Acompanhar qualidade da aprendizagem, permanência e proteção dos estudantes, além da matrícula.

10 Trabalho, renda e prevenção

Trabalho e renda podem reduzir vulnerabilidades e ampliar perspectivas. A avaliação deve acompanhar qualidade das oportunidades, acesso dos grupos prioritários e evolução dos indicadores sociais e de segurança no território.

Frente	Instrumentos	Entrega pública
Pequeno empreendedor	Microcrédito orientado, sala do empreendedor, formalização, mentoria e compras públicas.	Negócios abertos, renda circulando e famílias sustentadas pelo próprio trabalho.
Feiras e trabalho informal	Organização de feiras, qualificação, crédito, estrutura e legalização gradual.	Feira forte, economia popular respeitada e bairro movimentado.
Oficinas e autônomos	Crédito para ferramentas, cursos rápidos, cadastro de prestadores e certificação.	Prestadores com mais mercado e mais renda local.
Formação profissional	Parcerias com Sistema S, IFPA, escolas técnicas, empresas e polos regionais.	Jovens e adultos com profissão, renda e dignidade.
Primeiro emprego	Aprendizagem, estágio, intermediação, incentivos e metas por território.	Juventude ocupada, aprendendo e criando histórico profissional.

11 Legalidade, bairro cuidado, saúde e convivência comunitária

Legalidade também protege. Quando a gestão é transparente, a economia é regularizada, o bairro é cuidado, a saúde chega perto e a comunidade participa, a confiança aumenta. Menos conflito, mais ordem e mais paz.

Dimensão	Ação estruturante	Como protege
Transparência	Prestação de contas, dados públicos, diálogo comunitário e metas abertas.	Gera confiança e reduz boatos, desconfiança e manipulação.

Dimensão	Ação estruturante	Como protege
Mineração responsável	Licenciamento, compensações, fiscalização, qualificação e contrapartidas locais.	Transforma atividade econômica em desenvolvimento e reduz conflitos.
Produção local	Feiras, agroindústria, cooperativas, logística e mercado para produtores.	A renda fica no território e fortalece famílias.
Bairro cuidado	Ruas limpas, iluminadas, organizadas, com praça, calçada, drenagem e mobilidade.	Aumenta circulação positiva, controle social e sensação de segurança.
Saúde perto	Unidade básica, saúde mental, teleatendimento, prevenção e atendimento rápido.	Evita crise familiar, sofrimento invisível e abandono social.
Convivência	Cultura, esporte, lazer, associações, voluntariado e mediação.	Comunidade unida identifica problemas cedo e ajuda a proteger seus jovens.

Síntese operacional: bairro cuidado é bairro mais seguro. Cidade abandonada vira terreno fértil para medo, conflito e crime.

12 Governança estadual e regime de colaboração

Ator	Responsabilidade proposta
Governo do Estado	Instituir o eixo, coordenar metas, integrar secretarias, financiar pilotos, monitorar resultados e articular municípios.
Órgãos de segurança pública	Atuar com inteligência, investigação, policiamento orientado por dados, proteção de vítimas e integração operacional.
Educação, saúde e assistência	Executar busca ativa, cuidado familiar, saúde mental, prevenção, escola integral e acompanhamento de vulnerabilidades.
Municípios	Implantar iluminação, limpeza, ordenamento urbano, guarda municipal quando houver, mediação comunitária e políticas locais.
Comunidade e setor produtivo	Participar de pactos locais, apoiar oportunidades, mentorias, empregos, feiras, esporte e cultura.

13 Etapas estratégicas de estruturação

A implantação deve começar onde o risco é maior e a capacidade de entrega é real. Pressa sem método vira manchete de um dia e problema de quatro anos.

Frente de desenvolvimento	Contribuições propostas
0. Organização e diagnóstico	Marco legal do eixo, comitê gestor, painel de dados, mapa de risco, critérios territoriais, protocolos e orçamento inicial.
1. Pilotos territoriais	Territórios prioritários com escola, trabalho, iluminação, saúde, assistência, urbanismo e segurança operando juntos.
2. Expansão por Regiões de Integração	Ampliação para municípios aderentes, com metas, pactos locais, formação de equipes e integração de sistemas.
3. Consolidação de dados e resultados	Painel público, auditoria, relatórios anuais, avaliação de impacto e ajustes de rota.
4. Escala estadual progressiva	Eixo incorporado ao planejamento estadual, ao orçamento e aos contratos de manutenção territorial.

14 Financiamento e sustentabilidade

O eixo deve separar investimento inicial, custeio permanente e manutenção. Sem isso, acende a lâmpada no primeiro mês e volta o escuro no segundo. Planejamento é proteção contra improviso.

Fonte ou mecanismo	Uso sugerido
Orçamento estadual	Coordenação, pessoal, tecnologia, inteligência, formação, assistência técnica, metas e monitoramento.
Fundos de segurança e prevenção	Projetos territoriais, equipamentos, ações integradas, proteção de vítimas e modernização operacional.
Convênios federais e programas nacionais	PRONASCI, SUSP, prevenção social, tecnologia, capacitação e integração de sistemas.
Emendas e transferências voluntárias	Iluminação, praças, equipamentos públicos, esporte, cultura, qualificação, saúde e urbanização.
Parcerias públicas e institucionais	Formação, mentoria, pesquisa, extensão, empreendedorismo, tecnologia e avaliação de impacto.
Centro de custo permanente	Manutenção urbana, reposição de equipamentos, dados, equipe territorial, formação e prestação de contas.

15 Indicadores, monitoramento e transparência

O painel publicará indicadores agregados por território, com proteção contra reidentificação. Dados pessoais operacionais terão acesso restrito, finalidade e responsabilidades definidas.

Dimensão	Indicadores principais
Segurança	CVLI, roubos, furtos, violência doméstica, feminicídio, crimes contra o patrimônio, apreensões e resposta operacional.
Prevenção social	Frequência escolar, evasão, busca ativa, famílias acompanhadas, esporte, cultura, saúde mental e assistência social.
Juventude e renda	Jovens em qualificação, aprendizes, primeiro emprego, MEIs, microcrédito, feiras e renda local.
Cidade cuidada	Iluminação, limpeza, praças, saneamento, mobilidade, acessibilidade, moradia e regularização.
Legalidade e confiança	Regularizações, mediações, denúncias tratadas, prestação de contas, ouvidoria e percepção de segurança.
Gestão	Execução orçamentária, metas por território, manutenção, contratos, auditorias e relatórios públicos.

16 Matriz de riscos e medidas preventivas

Risco	Impacto	Prevenção
Ação sem integração	A política perde credibilidade e não reduz crime.	Manter policiamento, inteligência, investigação e repressão qualificada integrados à prevenção.
Cada secretaria agir sozinha	O território continua sem resposta coordenada.	Comitê gestor, metas comuns, painel único e cobrança mensal.
Pilotos sem manutenção	Praça, luz e equipamento quebram; o problema volta.	Contrato de manutenção, centro de custo e responsável por entrega.
Dados ruins ou atrasados	Decisão no escuro.	Integração de bases, auditoria de dados e relatórios trimestrais.
Estigmatizar comunidades	Aumenta desconfiança e afasta a população.	Escuta comunitária, linguagem respeitosa, foco em proteção e direitos.
Favorecimento local	Recursos viram favor, e não política pública.	Critérios transparentes, edital, auditoria e publicação de metas.

17 Produtos institucionais do eixo

Produto	Finalidade
Lei ou decreto estadual do eixo	Instituir governança, metas, responsabilidades, transparência, orçamento e integração com políticas existentes.
Mapa Estadual de Risco e Proteção	Cruzar dados de segurança, escola, saúde, renda, urbanismo e percepção comunitária.
Plano Territorial de Chegada Antes	Definir ações integradas para territórios prioritários, com calendário e responsáveis.
Painel de Segurança e Prevenção	Acompanhar indicadores, execução, manutenção, metas e resultados por região.
Caderno de Bairro Cuidado	Orientar iluminação, limpeza, praças, convivência, saúde, mobilidade e manutenção.
Projeto de Juventude Protegida	Integrar escola, esporte, cultura, formação técnica, aprendizagem e primeiro emprego.
Relatório Anual de Resultados	Prestar contas à sociedade e corrigir rumos com base em evidência.

18 Síntese da proposta

O eixo propõe coordenar prevenção, serviços, atuação qualificada e proteção territorial. Seus resultados precisam ser avaliados com indicadores de violência, vitimização, acesso a serviços, confiança e condições locais.

A integração exige atribuições, continuidade e revisão das intervenções. A evolução dos indicadores deve ser analisada com os fatores do contexto e com a capacidade de atendimento e proteção.

19 Conclusão técnica

A efetividade do eixo depende de integração entre prevenção, policiamento, inteligência e serviços públicos. Recomenda-se governança, diagnóstico territorial, orçamento, metas, manutenção e responsabilização, com avaliação periódica dos resultados e dos limites de cada intervenção.

A continuidade combina prevenção social, inteligência, proteção das vítimas, cuidado urbano e ação qualificada diante do crime. Metas, execução e efeitos devem ser publicados e revistos periodicamente.

20 Referências normativas e fontes consultadas

• Constituição Federal de 1988, art. 144 - segurança pública.

• Lei nº 13.675/2018 - Sistema Único de Segurança Pública e Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

• Lei nº 11.530/2007 e Decreto nº 11.436/2023 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

• Lei nº 13.022/2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais.

• Lei nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

• Lei nº 12.587/2012 - Política Nacional de Mobilidade Urbana.

• Lei nº 11.445/2007 e Lei nº 14.026/2020 - diretrizes nacionais e marco legal do saneamento básico.

• Lei nº 14.133/2021 - Licitações e Contratos Administrativos.

• Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Pará 2022-2031 e seus atos de atualização.

• Instrumentos do Governo do Pará sobre Regiões de Integração e planejamento territorial.

DO PARÁ AO BRASIL · CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Adaptar também os quatro eixos

A expansão nacional depende tanto da adequação dos projetos quanto da capacidade de governar, financiar, operar e avaliar em cada território.

Eixo	Núcleo compartilhável	Decisão de cada estado
Governança	Critérios de prioridade, participação, atribuições e transparência.	Aproveitar conselhos e instâncias locais; definir regiões funcionais e representação adequada aos atores do território.
Fiscal	Custo total, fontes, limites de risco, contratos e revisão.	Avaliar situação fiscal, capacidade de endividamento, receitas e regras. Refazer a modelagem financeira e os custos locais.
Infraestrutura	Carteira preparada, demanda, integração de serviços, operação e manutenção.	Selecionar gargalos, modais e soluções conforme clima, distância, densidade, base produtiva e capacidade do operador.
Segurança	Coordenação entre prevenção, inteligência, proteção e avaliação.	Diagnosticar violência, conflitos e vulnerabilidades locais. Pactuar atuação institucional, cuidado às vítimas e metas verificáveis.

A avaliação faz parte da adaptação

Serviços, oportunidades e urbanização podem contribuir para a proteção social. A relação com os indicadores de violência precisa ser avaliada considerando atuação policial, dinâmicas criminais, registro das ocorrências e mudanças do contexto. A evolução de um indicador, isoladamente, não demonstra o efeito do conjunto do plano.

Cooperação entre estados: compartilhar modelos de diagnóstico, especificações, indicadores e aprendizado; pactuar projetos conjuntos quando houver benefício e capacidade, preservando competências e decisões territoriais.

A referência nacional proposta é uma forma de trabalhar. Arranjos, metas e compromissos de implantação dependem de adesão e validação pelos responsáveis de cada local.

DA VISÃO À APLICAÇÃO

Preparar, testar e ampliar com evidência

O Pará dá concretude à proposta. A aplicação em outros estados exige novos diagnósticos, escolhas próprias e aprendizado a partir da execução.

Preparar Problema, alternativas, projeto, custos e capacidade.

Pactuar Responsabilidades, participação e condições de cooperação.

Testar Operação em escala controlada, com dados e acompanhamento.

Decidir Avaliação para ampliar, ajustar ou encerrar a intervenção.

O próximo passo é uma carteira piloto. Poucas intervenções bem preparadas permitem verificar custos, capacidade e resultados antes de ampliar o compromisso de recursos.

A execução deve melhorar a vida das pessoas, fortalecer a economia local e respeitar os limites de cada território. A continuidade depende de resultados acompanhados, operação sustentável e revisão das decisões.

DA CONCEPÇÃO À VALIDAÇÃO

O estágio da proposta

O Moderniza Pará reúne ideias e propostas para desenvolvimento. Sua eventual conversão em projetos depende de detalhamento, validação e decisões específicas em cada território.

Componente	O que o documento oferece	Próxima evidência necessária
Coerência	Conexões entre formação, renda, cadeias produtivas, cidades, serviços e execução.	Confirmar prioridades com diagnóstico territorial e participação.
Aplicação no Pará	Referências regionais, instituições, modelos de governança e possíveis projetos.	Atualizar dados, recortes territoriais, competências e condições locais.

Componente	O que o documento oferece	Próxima evidência necessária
Execução	Matrizes de financiamento, riscos, etapas, indicadores e minutas de referência.	Orçar investimento e custeio; validar alternativas, fontes, contratos e operação.
Aplicação nacional	Método comum e orientações específicas de adaptação em cada plano.	Testar em contextos distintos e avaliar condições de transferência e escala.

Como ler metas, exemplos e referências

Os valores, metas e exemplos setoriais são referências para avaliação. As experiências externas ajudam a compreender mecanismos e condições, mas seus resultados não são transferidos automaticamente para o Pará ou para outros estados. Qualquer meta depende de estudos, pactuação e recursos disponíveis.

Visão nacional, implantação territorial. A consistência do método abre uma possibilidade de aplicação. A comprovação de resultado depende da execução, da qualidade dos dados e da avaliação.

A revisão editorial aprimora organização, linguagem, conexões e apresentação. Os dados históricos e as referências técnicas mantêm seus recortes originais; sua validação e atualização integram a preparação de cada projeto.

SÍNTESE COMPARATIVA

Matriz de adaptação nacional

O caso paraense permanece como referência concreta. A aplicação nacional seleciona e redesenha as frentes adequadas a cada estado.

Frente	Referência no Pará	Decisão no novo estado
01 · Educação	Jornada, formação e logística adequadas à diversidade do Pará.	Redes, cursos, calendário, custos e oportunidades locais.
02 · Negócios	Banpará e rede de apoio como operação proposta.	Operador habilitado, risco, instrumentos e demanda de mercado.
03 · Regularização	Fluxo multiminério e integração dos órgãos paraenses.	Atividades elegíveis, regimes, restrições e capacidade institucional.
04 · Transformação	Polos e cadeias minerais do Pará.	Etapas competitivas, infraestrutura, mercado e viabilidade.
05 · Turismo	Regiões, circuitos e hipótese de projeto âncora em Carajás.	Identidade, regionalização, produtos, operação e capacidade.
06 · Produção	Cadeias e corredores produtivos paraenses.	Recursos, aptidões, territórios funcionais e compradores.
07 · Cidades	Mapa 144 e especificidades urbanas, rurais e amazônicas.	Malha municipal, déficit, tipologias, clima, serviços e custos.
08 · Saúde	Coordenação da rede e acesso em grandes distâncias.	Regiões de saúde, linhas de cuidado, conectividade e capacidade.

A carteira é modular. O estado pode começar pelas frentes mais relevantes e prontas, articulando os quatro eixos. A presença de oito propostas no documento não obriga a adoção simultânea de todas.

DECISÃO DE EXPANSÃO

Critérios para ampliar

A passagem de uma etapa para outra deve produzir uma decisão registrada, com evidências, responsáveis e condições de continuidade.

01 • Relevância

O problema e os beneficiários estão identificados? A solução corresponde à demanda e às aptidões do território?

02 • Viabilidade

Alternativas, competências, licenças, investimento, custeio e fontes foram avaliados? Os riscos são compatíveis com a capacidade local?

03 • Prontidão

Equipe, operador, contratos, infraestrutura, manutenção, dados e atendimento aos participantes estão preparados?

04 • Resultado

O piloto entrega qualidade e benefício verificáveis? Custos e efeitos são acompanhados desde a linha de base?

05 • Transferência

O novo território tem condições comparáveis? Quais adaptações, recursos e capacidades adicionais serão necessários?

06 • Continuidade

A operação pode ser mantida? Há responsabilização, monitoramento, orçamento e regra para corrigir ou encerrar?

Decisões possíveis: ampliar com condições definidas; ajustar e testar novamente; suspender até resolver pendências; encerrar e registrar o aprendizado.

MÉTODO COMPARTILHÁVEL

Um ciclo de implantação e aprendizado

Cada aplicação começa em um território concreto. Os aprendizados podem circular entre regiões e estados, com registro do contexto em que foram obtidos.

Diagnosticar 01 Problema, população, demanda, aptidões e restrições.

Priorizar 02 Carteira compatível com relevância e capacidade.

Preparar 03 Alternativas, projeto, competências, custos e fontes.

Pactuar 04 Responsáveis, participação, contratos e indicadores.

Testar 05 Implantação controlada com operação e dados.

Avaliar 06 Resultados, custos, equidade, riscos e efeitos do contexto.

Adaptar e ampliar 07 Decisão de escala, ajustes locais e registro do aprendizado.

O ciclo retorna ao diagnóstico quando mudam mercado, condições fiscais, necessidades ou capacidade. A escala deve preservar qualidade e sustentabilidade da operação.

CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Da ideia ao projeto estruturado

As ideias reunidas no plano precisam amadurecer por meio de diagnóstico, estudos e participação. O quadro abaixo identifica questões a avaliar, sem fixar calendário de execução ou pressupor decisões já tomadas.

Campo de análise	O que precisa ser desenvolvido	Evidência para avaliação
Preparação inicial	Diagnóstico, governança, prioridades e linha de base.	Problema e carteira inicial validados.
Estruturação	Estudos, alternativas, custos, fontes, licenças, equipe e instrumentos de cooperação.	Projetos com condições para testar.
Piloto e operação assistida	Contratação, atendimento, entrega, suporte e coleta de dados.	Operação verificável e riscos acompanhados.
Avaliação e ajuste	Revisão de custos, qualidade, resultados e efeitos do contexto.	Decisão registrada de corrigir, ampliar ou encerrar.
Expansão e continuidade	Novos territórios, capacitação, custeio, manutenção e prestação de contas.	Qualidade preservada e capacidade de sustentação.

Cada aplicação deve avaliar dependências, recursos, responsabilidades e capacidade de operação. As condições de implantação serão definidas apenas se a proposta avançar para um projeto detalhado e houver decisão dos responsáveis.

> Projetos estruturantes podem exigir vários ciclos de planejamento. A expansão para outro estado constitui uma nova preparação territorial, com orçamento, operadores e responsabilidades próprios.

CONCLUSÃO

Transformar potencial em oportunidade

Um plano, muitas conexões.

8 + 4

Projetos conectados.
Eixos compartilhados.

Apresento o Moderniza Pará como uma proposta de Estado para o desenvolvimento, construída a partir da minha experiência como empresário e cidadão. Seu ponto de partida é conectar os recursos do território ao conhecimento, à organização e à capacidade de investimento para gerar trabalho, renda e qualidade de vida.

Pessoas e economia	Os oito planos e projetos formam uma carteira integrada. Educação e saúde ampliam as capacidades das pessoas. Pequenos negócios e produção territorial fortalecem a economia local. O turismo diversifica oportunidades, a habitação melhora a vida nas cidades e a regularização e a transformação mineral buscam legalidade e maior valor agregado.
Cooperação para executar	A força de execução está na cooperação. Empresas, cooperativas, produtores, instituições de ensino e pesquisa e investidores podem mobilizar experiência, tecnologia, mercados e capital. Ao poder público cabe regular, legislar, garantir serviços públicos, planejar a infraestrutura e viabilizar apoios legalmente previstos. Cada parceria exige responsabilidades claras, viabilidade econômica e respeito às pessoas e ao meio ambiente. A cooperação depende de adesão voluntária, com benefícios fiscais e financeiros a serem avaliados como estímulos à participação, conforme cada projeto.
Do Pará ao Brasil	O Pará é o ponto de partida, mas o método pode alcançar outros estados. A expansão deve respeitar as vocações, limitações e prioridades de cada território, com projetos próprios e participação local.
Da proposta ao piloto	O próximo passo é escolher prioridades, preparar projetos viáveis e começar por pilotos mensuráveis. Resultados, transparência e aprendizado devem orientar a ampliação.

Desenvolvimento se consolida quando a riqueza do território encontra capacidade de execução e oportunidades para a população.

Júnior José Boeri

Empresário e cidadão

Desenvolver territórios. Ampliar oportunidades.

8 PROJETOS · 4 EIXOS · MUITAS CONEXÕES

- Governança
- Fiscal
- Infraestrutura
- Segurança



Pessoas. Produção. Futuro.

O Moderniza Pará reúne oito planos e projetos e quatro eixos de execução. A proposta aproxima empresas, cooperativas, produtores, instituições de conhecimento, financiadores e poder público para desenvolver as potencialidades de cada região.

O Pará orienta o desenho inicial. A aplicação em outros estados parte de um diagnóstico próprio, de parceiros locais e de projetos economicamente viáveis.

Uma proposta de Estado apresentada por um empresário e cidadão, aberta à adesão voluntária de empresas e entidades.

Pará como ponto de partida. Brasil como horizonte de aplicação.

JÚNIOR JOSÉ BOERI
Empresário e cidadão

Ilustração conceitual gerada por inteligência artificial.

Plano completo